

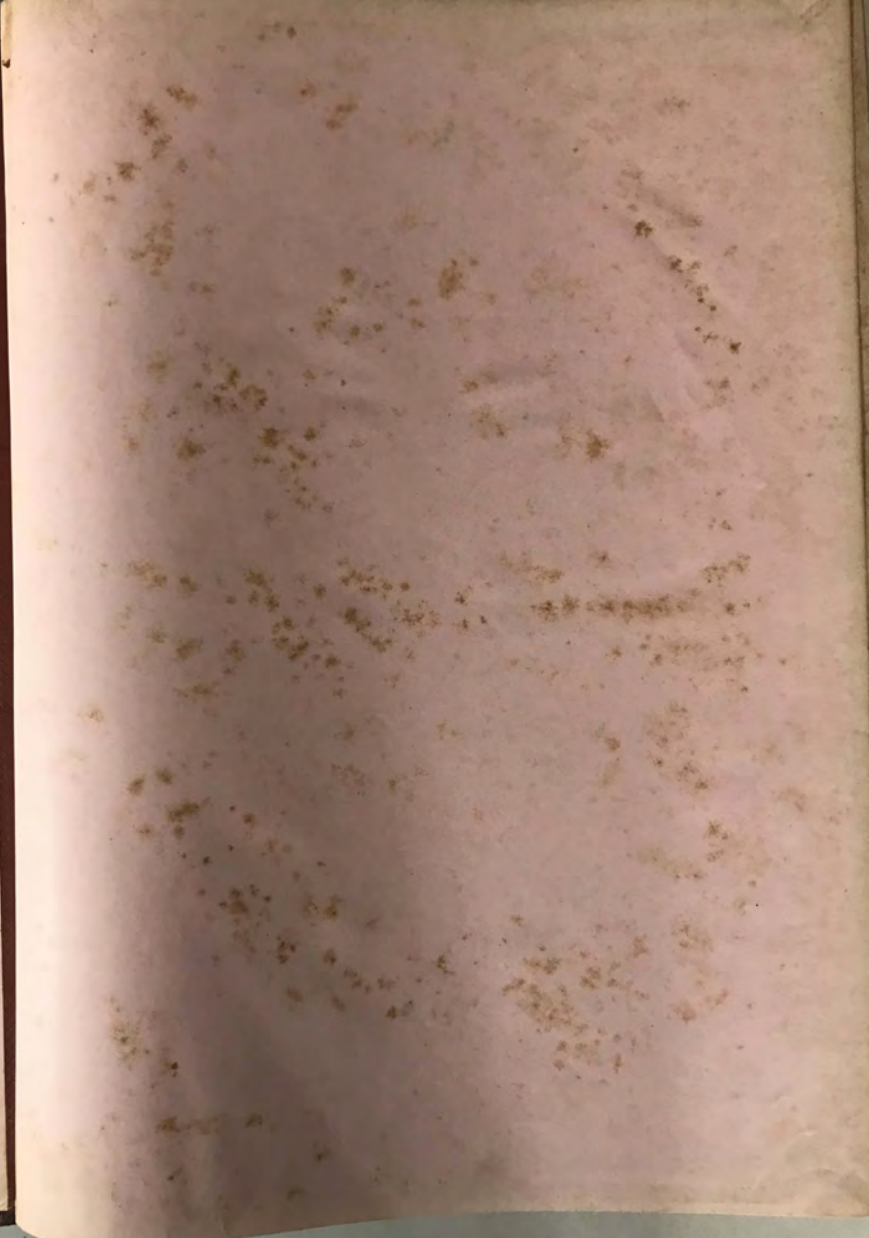


LIVRARIA CONTEMPORÂNEA

Faro & Lino

Diagramas de revistas e jornais
antigos.

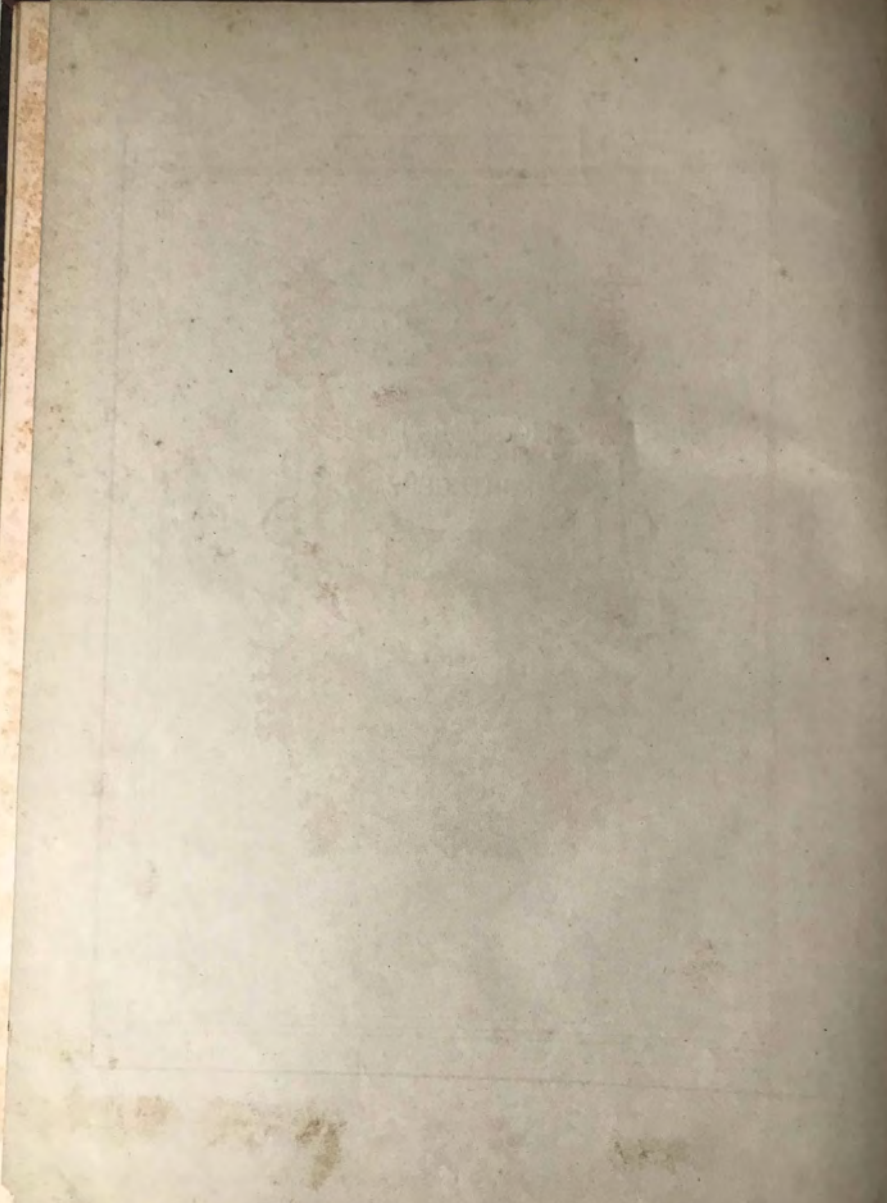
74 RUA DO OUVIDOR 74
RIO DE JANEIRO



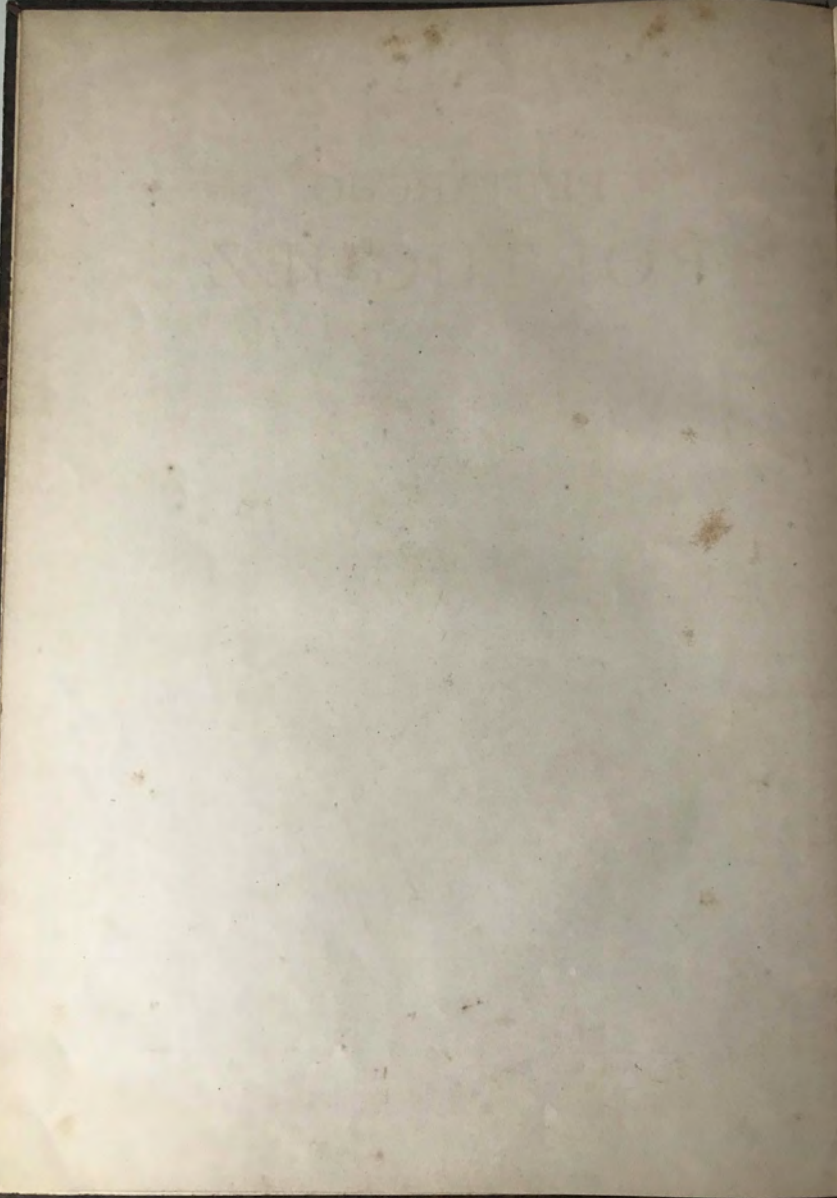


PLUTARCHO PORTUGUEZ

VOLUME I







PLUTARCHO PORTUGUEZ

COLLECÇÃO DE RETRATOS E BIOGRAPHIAS

dos

PRINCIPAES VULTOS HISTORICOS DA CIVILISAÇÃO PORTUGUEZA

Desenhos de Julio Costa e phototypias de Emílio Biel & C.^a

COLLABORADORES D'ESTE VOLUME

THEOPHILO BRAGA, OLIVEIRA MARTINS, JOAQUIM DE VASCONCELLOS,
JULIO DE MATTOS E PAIVA E PONA

VOLUME I

EDITORES

JULIO COSTA, EMILIO BIEL & C.^a

112, Rua do Almada, 116

PORTO

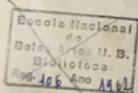


IF
928
P737P
V.1

POBLENCO
1881

1881 — Typ. Occidental, rua da Fabrica, 66 — Porto.

15-1209
690111
08/03/11



INTRODUÇÃO

THEORIA DOS GRANDES HOMENS

O estudo dos grandes tipos da Humanidade exerce uma poderosa influencia na elevação do caracter, por essa tendencia automatica que actua no maior numero pela forma de imitação. O livro do philosopho Plutarcho, inspirando a concepção de uma grande parte dos caracteres de Shakespeare, tambem forneceu vultos de uma notavel altura moral aos homens superiores dos seculos xvii e xviii, que procuravam reproduzir as suas qualidades eminentes. Enquanto a vida de Jesus foi o ideal da imitação, a sociedade medieval reproduzia essa tristeza hallucinada, no isolamento e preocupação exclusiva da morte; com a Renascença o livro do Plutarcho trouxe ao conhecimento dos homens cultos e de acção os tipos de heroes e de instituidores da sociedade antiga, que vieram a influenciar directamente na elevação do caracter civico dos homens que fundaram a civilização moderna. Porém, os estudos biographicos dos Grandes Homens foram encetados com o limitado criterio do ponto de vista moral; esses brilhantes phenomenos de heterogenia psychologica assumem uma importancia fundamental nos modernos trabalhos anthropologicos, em que se determina o desenvolvimento evolutivo da razão, a sua dependencia da passividade sensorial e o seu accordo sublime na vontade, manifestado nos estadios da civilização humana. E' por isso que hoje a ideia de Plutarcho deve ser

ampliada em cada povo pelo exame das individualidades mais distinctas de uma nação coordenadas segundo as epochas e os progressos historicos.

D'esta forma o fim moral não será exclusivo; a biographia é sempre a consideração de uma dada epocha historica pela relação do homem com o seu meio social. Cada Literatura deve cooperar com a Arte para a organização de um Plutarcho nacional; é assim que se pode levar uma sociedade a interessar-se pela sua historia e a conhecer as condições em que pôde confiar a um homem o seu destino. Assim como a historia se pôde comprehender procurando a continuidade e encadeamento dos factos de modo a fazer sentir a transformação progressiva das instituições, pôde-se, por outra via, chegar ao mesmo resultado discriminando a intervenção individual na marcha das sociedades, sobretudo para se chegar á determinação de um elemento consciente na realisação da liberdade. Do primeiro caso temos uma bella tentativa em um estudo de Kant, considerando a humanidade como um ser ideal e acompanhando os seus movimentos independentemente dos actos individuaes; é ao que se pôde chamar com grande precisão uma *Historia sem nomes*. O livro do Condorcet, *Quadro dos progressos do Espirito humano*, é esta vista de conjunto procurada nas instituições, sem se embarracar com a incoherencia apparente da intervenção das pessoas. E' um processo de simplificação phis-

INTRODUÇÃO

THEORIA DOS GRANDES HOMENS

O estudo dos grandes tipos da Humanidade exerce uma poderosa influência na elevação do character, por essa tendência automatica que actua no maior numero pela forma de imitação. O livro do philosopho Plutarcho, inspirando a concepção de uma grande parte dos caracteres de Shakespeare, também forneceu vultos de uma notável altura moral aos homens superiores dos seculos xvii e xviii, que procuravam reproduzir as suas qualidades eminentes. Enquanto a vida de Jesus foi o ideal da imitação, a sociedade medieval reproduzia essa tristeza hallucinada, no isolamento e preocupação exclusiva da morte; com a Renascença o livro do Plutarcho trouxe ao conhecimento dos homens cultos e de acção os tipos de heroes e de instituidores da sociedade antiga, que vieram a influenciar directamente na elevação do character cívico dos homens que fundaram a civilisação moderna. Porém, os estudos biographicos dos Grandes Homens foram encetados com o limitado criterio do ponto de vista moral; esses brilhantes phenomenos de heterogenia psychologica assumem uma importancia fundamental nos modernos trabalhos anthropologicos, em que se determina o desenvolvimento evolutivo da razão, a sua dependencia da passividade sensorial e o seu accordo sublime na vontade, manifestado nos estadios da civilisação humana. E' por isso que hoje a ideia de Plutarcho deve ser

ampliada em cada povo pelo exame das individualidades mais distinctas de uma nação coordenadas segundo as epochas e os progressos historicos.

D'esta forma o fim moral não será exclusivo; a biographia é sempre a consideração de uma dada epocha historica pela relação do homem com o seu meio social. Cada Literatura deve cooperar com a Arte para a organização de um Plutarcho nacional; é assim que se pode levar uma sociedade a interessar-se pela sua historia e a conhecer as condições em que pode confiar a um homem o seu destino. Assim como a historia se pode comprehender procurando a continuidade e encadeamento dos factos de modo a fazer sentir a transformação progressiva das instituições, pôde-se, por outra via, chegar ao mesmo resultado discriminando a intervenção individual na marcha das sociedades, sobretudo para se chegar á determinação de um elemento consciente na realisação da liberdade. Do primeiro caso temos uma bella tentativa em um estudo de Kant, considerando a humanidade como um ser ideal e acompanhando os seus movimentos independentemente dos actos individuaes; é ao que se pôde chamar com grande precisão uma *Historia sem nomes*. O livro do Condorcet, *Quadro dos progressos do Espirito humano*, é esta vista de conjunto procurada nas instituições, sem se embarçar com a incoherencia apparente da intervenção das pessoas. E' um processo de simplificação phi-

losophica, que embora tenha os inconvenientes da abstracção, está de accordo com as descobertas sociológicas de um movimento proprio dos aggragados humanos, que progredem apesar de todas as perturbações individuais, e que por isso mesmo costumam estudar na sua espontaneidade e automatismo; esta ideia, seguida pelo eminente Buckle, por Bastiat, por Guételet, e servindo para Augusto Comte de base para a systematização de uma physica social, é a primeira lei scientifica da Sociologia, á qual pertencem todos os phenomenos de natureza statica, ou instituições.

A complexidade e variabilidade incalculável dos phenomenos que se passam no meio social, exigem a necessidade constante da intervenção de vontades coordenadoras, mais ou menos conscientes, e por isso mesmo impulsoras ou retrogradadas, segundo a sua capacidade. Quem acompanhar nos diferentes grãos da evolução humana esta necessidade de pela qual os factos tendem a conformar-se com a razão, tem de procurar a acção consciente da vontade sobre o automatismo tradicional e consuetudinario, e para essa investigação todos os factos se agrupam por si mesmos em volta das altas individualidades que possuiram o instincto de uma intervenção opportuna. É o que se chamaria uma *Historia com nomes*; por este aspecto o estudo e a comprehensão dos Grandes Homens forma um capitulo essencial da Sociologia, em volta do qual se agrupam os phenomenos dynamicos por uma coordenação racional, e d'onde se pôde deduzir esta applicação pratica, mas ainda hoje profundamente ignorada: Porque modo se pôde exercer uma intervenção individual na marcha das sociedades? A vida dos Grandes Homens, que mereceram uma glorificação unanime por isso que actuaram sobre o meio social e o modificaram para melhor, contém os elementos para a resolução d'este problema, cuja importancia para o progresso humano é de um alcance incalculavel.

A evolução natural das sociedades na criação das suas formas nacionaes, da propriedade, das religiões, das industrias, das linguas, das litteraturas, da arte, é espontanea, instinctiva, e inconsciente; é uma grande força desconhecida, de que ninguém se sabe apropriar ainda, e que só casualmente ou accidentalmente é que algumas individualidades proeminentes puderam aproveitar-lhe a tendencia, ou lhe facilitar a sua expansão. Seguir os Grandes Homens na sua acção é aproximarmo-nos do conhecimento d'essa força pondo-a ao serviço de uma transformação voluntaria e de um progresso consciente e capaz de ser previsto. Sem este ponto de vista positivo o Grande Homem é um mytho, uma entidade abstracta, uma monstruosidade, que

em vez de nos elevar pelo exemplo e pela confôrmitade dos actos com as ideias, serve só para nos deslustrar pelo prestigio exterior e para nos vincular a uma invencivel mediocridade. O reconhecimento da necessidade social da intervenção das individualidades preponderantes, manifesta-se no instincto popular pelos eponymos, os nomes que symbolisam uma época, tendencia que vem a degerar n'um servilismo falso d'esses titulos postumos de *seculo de Augusto*, *seculo de Luis XIV*, para representar todos os progressos sociais como consequência de uma coordenação individual. Por isto se vê, que desde os tempos mais remotos, em que os Grandes Homens eram deificados, até á época moderna, em que começaram a receber a comemoração sociologica dos Centenarios nacionaes, houve sempre o conhecimento de uma intervenção individual, explicada segundo os estados da mentalidade humana. Em uma época theologica o Grande Homem é um semi-deus, porque á sua acção só pôde ser concebida como um poder extranho ao homem, derivando immediatamente da divindade omnipotente; em uma época metaphysica, é o mediador produzido pela agitação de uma época, pelas aspirações de uma sociedade, que lhe impoem as suas tendencias para vir a realisar as transformações presentidas.

Porém, em uma época positiva, isto é, em que todos os factos de ordem cosmologica, biologica e sociologica são submettidos ao criterio scientifico, e consequentemente á verificação experimental e á previsão final, o Grande Homem não é um mytho, nem um prestigio, é uma consciencia, apoiada na mutua solidariedade entre a especulação e a acção. Porque é que, apesar do seu extraordinario poder, o imperador Juliano não conseguiu embarcar a dissolução do polytheismo hellenico, e dificultar a propagação do Chistianismo nascente? Porque é que o imperador José II, possuido do mais extrahinario desejo de reformas radicaes, não pôde pôr em pratica as doutrinas philosophicas dos Encyclopedistas, e foi victima das suas utopias? Um contou somente com as forças staticas de conservação, mas foi vencido pela evolução progressiva; o outro contou somente com a tendencia de progresso social, e succumbiu na luta contra a força espontanea do conservantismo. O mesmo se deu com Napoleão I, lançando a Europa em um systema criminoso de retrogradação, mas não conseguindo, apesar de todas as violencias e perturbações de uma desavairada acção negativa, desviar o seculo XIX do caminho da realisação da liberdade restabelecendo os principios de 1789. A theoria dos Grandes Homens é simplesmente o systema de explicação da intervenção da individualidade na marcha

da sociedade; esboçaremos essa compreensão seguindo as fases da mentalidade humana.

Nas épocas antigas, em que preponderava a ideia religiosa, os Grandes Homens eram objecto de um culto, como semi-deuses; o saber ou a força do heroe, tanto extrahidos deuses; o saber ou a força da divindade. Na civilização egípcia, os *Rishi* são uns seres mythicos, analogos aos nossos santos, que iniciaram a linguagem e o poder dos hymnos; são em numero de sete, como os *Sets* sabios da Grécia. Entre os semitas nota-se a mesma concepção. No Génesis, e portanto em um documento que reflecte as ideias e crenças da civilização chaldeo-babylonica, os Grandes Homens são o producto do cruzamento dos Filhos de Deus com as filhas dos homens: «depois que os filhos de Deus vieram para as filhas dos Homens, e que estas tiveram filhas: estas são as heroeas (*gibborim*) que pertencem á antiguidade, homoeas de fama» (cap. iv, v. 4). Ha aqui uma heterogeneia como causa do Grande Homem, porque, segundo os commentadores modernos, os Filhos de Deus representam o facto anthropologico de uma raça superior¹. A antiguidade era tambem uma sancção moral, e por isso segundo a crença de uma perfeição primitiva, a antiguidade e a fama são a consagração do heroe. Platóo seguiu a mesma ideia, proveniente do fundo semita que influenciou no polytheismo e na epopéa hellenica: «Os heroes são semi-deuses, porque são nascidos do amor de um deus por uma mortal, ou de uma deusa por um mortal».

D'esta concepção primitiva dos povos nasce o habito de fazer a apothéose dos poderosos, dos triumphadores, como Alexandre, que se encultava por filho de Jupiter, ou os Imperadores romanos sempre contados *inter deos*, ou ainda no século xix, em que Napoleão maldisia o estado do espirito publico, porque depois de tantas batalhas sanguinarias já se não podia proclamar um Deus! O tremendo cannibal dizia: «Eu marcho acompanhado pelo deus da fortuna e pelo deus da guerra.» Assim firmava o seu prestigio; e depois de receber a sagração imperial, dizia a Decrét: «Vin muito tarde. Alexandre, depois de ter conquistado a Asia, e de se ter annuciado aos povos como filho de Jupiter, todo o Oriente o acreditou; hoje, se eu me declarasse filho do Padre Eterno, e annunciasse que lhe ia dar graças por este titulo, não haveria pizeira que me não apupasse. Os povos têm hoje os olhos bem abertos; já não ha cousa grande a fazer.» O criminoso da historia presentia que estava na era

da positividade mental, cujo advento fuficou, fazendo retrogradar a Europa ao regimen das guerras de conquista. O pensamento de Evhemero explicando os deuses da antiguidade como grandes homens delicados tem um certo fundo de realidade, embora não sirva para interpretação das theogonias. A força, o saber, o genio artistico, consideravam-se como manifestações de attributos divinos, como se infere da palavra *depois*, dos talentos industriaes dos Cabiras, ou do influxo das Musas. O poder da invenção era um caracteristico da divindade, como nos demurgos Hephaestus ou Prometheo; nos fragmentos de Sanchoniaton, e um sár divino, Hypsurarios, que fabrica pela primeira vez cabanas de junco e canas, Usos, que inventa as vestimentas de pelles e os rémos: «E quando elles foram mortos, os que lhes sobreviveram levantaram-lhes cippos a que prestaram culto, e instituiram festas que se celebravam cada anno.» Outros seres divinos, como Cad que inventa a caça, inventam tambem os muros das cidades feitos de tijolo, as ervas medicinas, as imprecações, as letras do alphabeto, e as leis escriptas, como Manu, ou Orpheu. A lei da continuidade historica, não era conhecida, e por isso todos os grandes phenomenos sociais eram maravilhas, e receberam a expressão mythica peculiar d'esse estado mental da humanidade.

No estado metaphysico, em que se attribuiam os phenomenos sociais a forças immanentes, o Grande Homem era o instrumento passivo de um destino, obedeia a uma vocação, como Manu, ou Orpheu. A lei da continuidade historica, não era conhecida, e por isso todos os grandes phenomenos sociais eram maravilhas, e receberam a expressão mythica peculiar d'esse estado mental da humanidade. Nas transformações de uma época, as sociedades agitavam-se á espera de quem surgisse para dar realidade á sua aspiração ou dar expressão a essa ansiedade; a psychologia do Grande Homem nada tinha de commun com a nossa evolução cerebral, tirando de si toda a originalidade e o impulso da iniciativa, nascendo como Pallas, logo armado com o poder e a subdordia, á espera do momento da sua intervenção. Esta ideia absurda, que ainda persiste com relação á individualidade dos tribunos, a quem attribuem o poder magico de levantar as nações e de dispor dos movimentos revolucionarios, foi fundamentalmente modificada pela historia das descobertas modernas, ainda as mais maravilhosas, resultantes de uma accumulção constante de tentativas anteriores. E' por esta edificação sobre as bases antigas que os monumentos do genio se levantam; uma maior comunicação social provoca uma maior troca de sentimentos e de ideias, e por isso uma multiplicação de forças pela collaboração de todas as capacidades. Diz Bastiat: «Quando muitos homens communicam en-

¹ Filhos da terra (*Mau-ter*) é o nome dos sacerdotes da China; consideram-se como Filhos do céu, ou a raça superior dominante, o que nos explica a concepção semita.

tre si, aquillo que um d'elles observou, é immediatamente conhecido pelos outros todos; e basta que entre elles se encontre um bastante engenhoso, para que descobertas preciosas se tornem prontamente do dominio de todos.» Por este facto Bastiat foi levado á demonstração da lei económica, — que no estado social as nossas faculdades ultrapassam as nossas necessidades. Nas sociedades antigas, o regimen das castas e o isolamento das classes, embarcavam o phenomeno da selecção, e o nivel geral das populações era o de uma rassa mediocridade; do moderno proletariado é que tem saído todas as forças vivas da civilização europeia, reveladas na actividade industrial, científica, artistica e moral. Se para o mundo antigo o Grande Homem era uma maravilha, um objecto de adoração, para a nossa sociedade é um facto corrente, necessario, sem perstigio, consequencia do duplo effeito da selecção biológica e da continuidade historica. Ao passo que De Candolle, Willemeister e Paul Jacoby, mostram como as familias confinadas n'um parentesco restricto, cáem na imbecillidade, na epilepsia, nas nevropathias e na devassidão, taes como as dynastias reais e as familias aristocraticas, é pelo contrario o Proletariado, que está hoje alimentando a civilização com a selecção que produz as manifestações da intelligencia, do talento, e da iniciativa. A complexidade do trabalho leva a dividi-lo, como se observa na natureza organica, em que á medida que os organismos são mais elevados, se estabelece á especialização das funções. D'aqui resulta uma perfeição funcional, e um desenvolvimento de aptidões adquiridas, que reclamam uma convergencia superior.

Quanto mais uma sociedade progride, tanto mais se estabelecem estas diferenças, que chegam a formar uma desigualdade social. Como observou esta consequencia da civilização: «O progresso continuo da civilização, longe de aproximar de uma equaldade, tende pelo contrario a estabelecer estas diferenças fundamentais, ao mesmo tempo que atenua muito a importancia das distincções sociais, que até então as tinha comprimidas.» (*Cours*, IV, 34.)

As distincções sociais, é facto, desaparecem perante o principio de unificação nacional da *equaldade perante a lei*, sobre que assenta a ordem moderna; mas as diferenças expressas pela phrase — aristocracia do talento, revelam que se reconhece espontaneamente um novo poder espirital, que só pôde subsistir pela conformidade das opiniões, isto é, universalizando as suas concepções, generalizando as suas descobertas, elevando as capacidades, alargando o bem estar, levantando o nivel geral das sociedades.

Tal é a missão do Grande Homem, essencial-

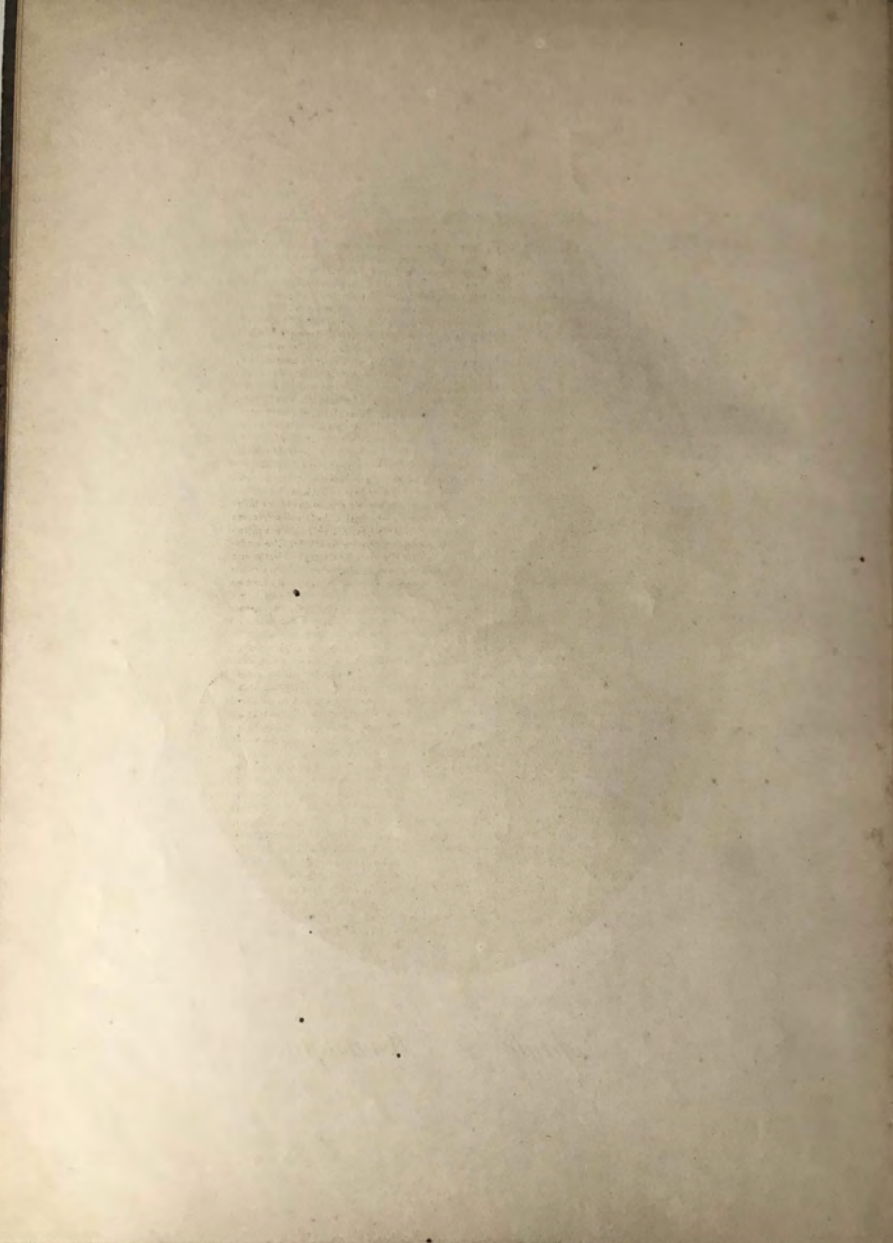
mente altruista: manifestando-se como uma desigualdade social, a sua acção é profundamente equalitaria nos effeitos; enquanto as desigualdades exteriores das classes theocraticas, aristocraticas e plutocraticas são firmemente egostas, a desigualdade do talento só coopera para a unificação social consciente, pelo modo que produz menos perturbações, o impulso das ideias, a coordenação das vontades, a unanimidade das opiniões e a convergencia dos esforços. E' por este modo que se caracteriza a acção do Grande Homem, muitas vezes desconhecido pelo seu tempo, porque os effeitos não são immediatos. Exemplifiquemos; Mahaffy, estudando a vida de Descartes, refere-se á influencia que exerceu pelo *Discursus sobre o Methodo*: «O seu methodo manifestou-se com um brilhante cortejo de descobertas mathematicas, trazendo a solução de problemas superiores ao alcance dos espiritos ordinarios.» Aqui vemos como essa enorme desigualdade de um genio, cujo nome synthetisa a historia do pensamento especulativo do seculo XVII, foi ao mesmo tempo elevador das capacidades vulgares. São os factos d'esta ordem que nos revelam o modo de intervenção individual na marcha das sociedades humanas; as sociedades movem-se por interesses, por sentimentos, por ideias, e todo aquelle que pôde pôr em jogo esses interesses, concentrar os seus sentimentos, generalisar essas ideias, possui o segredo da força que eleva uma raça, que estabelece uma nacionalidade, que funda uma civilização; esse é verdadeiramente um Grande Homem, quer como inventor ou instituidor, quer como poeta e artista, como martyr de uma aspiração, como sabio ou philosopho. Os actos materiaes dos guerreiros e dos despotas cáem na impotencia, só as noções é que transformam sem ruído. E' por isso que o Grande Homem imprime todo o esforço da sua superioridade sobre uma ideia dominante, exclusiva, e que, ultrapassando ás vezes o limite da realidade, se torna uma noção ideal; uma grande vida, disse-o em um bello verso Alfred de Vigny, é um pensamento da mocidade realiado na idade madura. Tal é a divisa natural de todos os Grandes Homens; esse pensamento, pelo proprio effeito da ingenuidade adolescente, sem decepções, sem contrastes, pelo seu subjectivismo torna-se um ideal, ou motivo da acção; tantas as acções, tantos os ideaes; o bem, na moral, a justiça no direito, a liberdade na politica, a verdade na sciencia, o bello na arte, pertencem a essa categoria de noções ideaes, a que andam ligados os mais sublimes productos da actividade do homem e os progressos mais esplendidos da historia. Será preciso exemplificar-o? Tomaremos os factos ao acaso; na sua *Historia universal*, Ranke caracte-

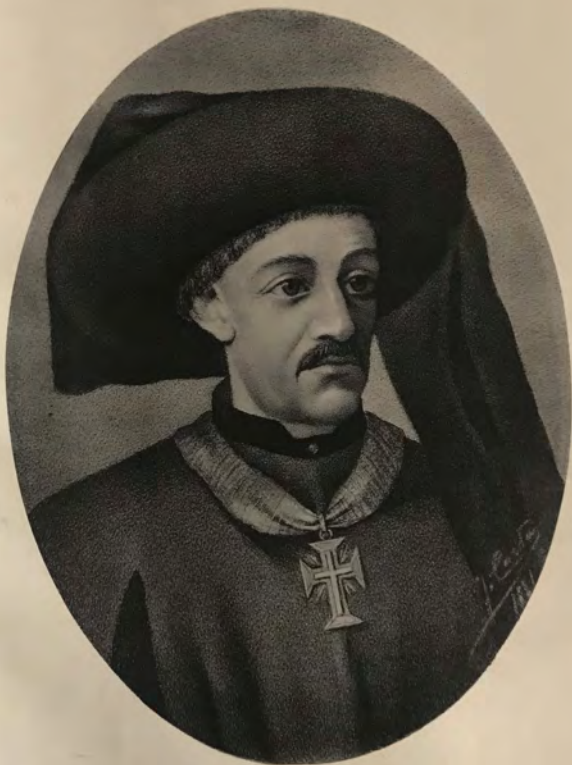
tisa Pericles por estas palavras: «No meio das mais vastas empresas, sua alma visava sempre ao ideal e ao bello.» E retratando Alcibiades: «é um exemplo deslumbrante da parte que a vontade e o acaso tem no destino humano». Esta parte do acaso é um factor, ainda não considerado, pelo qual se estabelece a relação do meio social com o Grande Homem; este acaso pode discriminar-se em um accidente biológico, como o que distingue um genio n'uma familia de mediocres, ou como uma resultante social, que determina a intervenção immediata da individualidade, que nunca se revelaria sem essa circumstancia historica. Do primeiro caso, tomaremos ainda o exemplo no vulto extraordinario de Descartes: «Novo exemplo d'esta lei mysteriosa da produção do genio, que em uma serie de filhos ordinarios, nascidos de paes ordinarios, escolheu um de preferencia a todos os outros, e faz que perguntemos com assombro, que subtil combinação, que variação momentanea nas condições physicas pôde produzir um tão maravilhoso resultado. Pouco importa, ao que parece, que elle seja mais velho ou mais novo, ou um dos intermediarios: a força ou a fraqueza physica da criança, a intelligencia ou a profissão dos paes não parecem menos indifferentes. A descoberta d'este segredo poderia sem duvida mudar a historia futura da humanidade. Por ora é-nos forçoso esperar que um accidente, ou ao menos o que nos parece tal, produza um genio como Descartes, Newton ou Kant». (Mabaffi, op. cit.) Vemos, é facto, o genio no homem herculeo como Leonardo de Vinci, e no valetudinario como Kant, vemos a liberdade do pensamento no discipulo dos jesuitas, como em Voltaire e D'Alembert, e em geral a falta de descendencia nos homens de

genio, como Shakespeare, ou os filhos mediocres, como em Dante ou Gromwell. Todos estes factos extremos se explicam pela selecção natural; cada homem de genio, como notam Renan e Jacoby, é um capital accumulado de muitas gerações, personificado em um homem, da mesma forma que os traços phsyionomicos e os pigmentos se accumulam accidentalmente em um individuo; mas esta accumulção por isso que é fortuita não se transmite de um modo directo, mas sim pela acção reflecta das ideias póstas em circulação; e o que é natural, é que esse excesso de accumulção de energia volte ás condições normaes pela mortalidade, ou que, ultrapassando o justo equilibrio da organização, cida na degeneração ou passe para uma manifestação pathologica da hallucinação e da loucura. E', sobretudo, n'esta ultima classe, que se agrupam os grandes talentos militares, da devastação e da violencia: Ranke, traçando o caracter de Alexandre, diz: unia ás ideias hellenicas, a força da phantasia. Alexandre é do pequeno numero d'aquelles homens, cuja biographia se confunde com a historia do mundo. Considerado em si, Alexandre era um hallucinado, e sem o apoio pratico das ideias hellenicas, isto é, da supremacia do Occidente, como centro da civilização humana, teria sido um monstro, como qualquer despota da Persia. E' o instincto d'esta relação oportuna da noção ideal com a aspiração social, o que melhor caracteriza o Grande Homem, como um orgão, por meio do qual se estabelece a convergencia da actividade social para a realisação da solidariedade humana.

Theophilus Braga.







Infante D. Henrique



IMPRIMERIE D. HENRIQUE

INFANTE D. HENRIQUE

I

Com a dynastia de Aviz inaugurou Portugal a epocha da sua maior gloria. Até então tivera de lutar para conquistar palmo a palmo o seu territorio ou para repellir as ambiciosas pretensões leonezas e castelhanas. Assim passou a nação portugueza a sua adolescencia, revelando já na firmeza do pulso que não era facil empresa arrancar-lhe a independencia que lhe fôra legada pelo indomito Afonso Henriques.

O sol de Aljubarrota dourara o elmo do moço Mestre de Aviz e a nacionalidade portugueza energica, viril, conscia da sua força, achava-se desde o Minho ao Guadiana solidamente constituída na sua unidade ethnica, o mais seguro penhor da sua autonomia.

Chegou o momento historico de Portugal empunhar o facho da sciencia que havia de dissipar as trevas que envolviam em mysteriosas lendas os mares nunca d'antes navegados. No continente já nada mais tinha a fazer; como o filho d'Alcmene estranguila ainda no berço com as mãos infantis as serpentes que o querem afogar, e primeiro que nenhum outro povo da península leva os ageranos adiante de si até encontrar o oceano ao sul.

Apertado n'esta faixa occidental da Europa alongou muito naturalmente os olhos pela vastidão dos mares e impellido pela sua indole audaz, e por essa

PLUTARCO PORTUGUEZ.

expansibilidade migradora caracteristica da raça indo-germanica, ia lançar-se n'esse pelago cujos mysteriosos arcanos irritavam incessantemente a sua curiosidade e os seus bríos.

Um homem de talento superior consagrando toda a sua vida ao progresso da sciencia e do bem da humanidade assumiu a direcção suprema do movimento maritimo que ia assombrar o mundo; o seu genio soube sujeitar a uma disciplina os animos irrequiets dos primeiros navegadores e impôr o cunho d'um plano uniforme a esses empreendimentos que haviam de fazer entrar a humanidade n'uma nova phase de civilisação e grandeza. Esse homem foi o Infante D. Henrique.

II

Nasceu o illustre príncipe na cidade do Porto, a 4 de março de 1394, e foram seus paes El-rei D. João I, o de Boa Memoria e D. Philippa Plantageneta, filha de João de Gante, duque de Lancastre.

Este, como os outros seus irmãos, foi objecto de acurado desvelo na sua educação physica, moral e intellectual, podendo afirmar-se que nunca houve pae que se visse rodeado de filhos tão benemeritos, como D. João I.

Quando os príncipes chegaram á idade requerida, determinou El-rei armar-os cavalleiros; mas

VOL. I.—FASC. I.

longe de solemnizar essa apparatosa cerimonia com victoriosas juntas e torneios a que concorrerem os mais extremados cavalleiros da Europa como era uso na idade media, cuidou como buscaria para tal occasião feito d'armas que fosse empresa digna da prole d'um heroe.

A Europa achava-se desde o principio do seculo viii sob a ameaça constante d'uma invasão que em sentido inverso da que succedera no seculo v se dirigia de sul para o norte. Todos os povos meridionaes sem excepção eram os fronteiros naturaes da Europa christã. Os imperadores gregos, os cavalleiros de Rhodes, Veneza, Napoles, os Estados da Egreja, Genova, Aragão, Castella, todos sem excepção viam-se forçados a repellar as diarias aggressões do inimigo commum — o islamismo. No oriente os turcos estabelecidos na península dos Ballans, com a sua capital desde 1366 em Andrinopla, aproveitavam a occasião propicia de expulsarem os Paleologos e fazrem desaparecer o esphacelado e impotente imperio byzantino. No occidente ainda a península hispanica não estava completamente expurgada dos invasores, e o reino de Granada era para os mouros o elo que ligava a Africa barbaresca á Europa.

Entre todas as cidades da Mauritania era incontestavelmente a mais importante a de Ceuta. A sua posição militar fortissima, a sua vantajosa situação no Estreito de Gibraltar, faziam d'ella um dos mais importantes emporios da idade media. Alli vinham ter todas as drogas de preço trazidas dos mercados do Oriente, de Alexandria, de Damasco, do Egypto e da Lybia. D. João I comprehendeu sabiamente que a occupação de Ceuta era um golpe profundo no poder mahometano e daria aos portuguezes a preponderancia no Mediterraneo¹, e o senhorio da Africa septentrional. Foi pois esta a facção que o rei portuguez escolheu para que os principes n'ella ganhassem, peijando contra os antigos oppressores da sua patria, as espensas de cavalleiros, do mesmo modo como elle as ganhara quebrando em Aljubarrota os grilhões com que o castelhano queria manietar o heroico povo portuguez.

Saiu D. João I do porto de Lisboa no dia 25 de julho com uma imponente frota de 212 embarcações que levavam a seu bordo 20000 guerreiros, fóra 30000 marenantes e remadores das galés.

No dia 10 de agosto ancorou a armada no

porto de Algeziras, então pertencente ao rei de Granada, e na quinta-feira 21 do mesmo mez appareceu diante de Ceuta que foi tomada depois de renhido combate. Acompanhavam o rei n'esta expedição os seus tres filhos D. Duarte, D. Pedro e D. Henrique e entre todos se avantajou este ultimo, obrando proezas de insigne valor, pois pelejou porridamente por espaço de cinco horas sem se querer apartar a tomar descanso não obstante o sol ardentissimo e o grande peso do combate, sendo «a sua bandeira quadrada a primeira que entrou pelas portas da cidade, de cuja sombra elle não era muy afastado» (Azurara).

O rei armou cavalleiros os seus tres filhos no proprio theatro das suas façanhas e depois de deixar uma forte guarnição em Ceuta, deixou esta cidade no dia 2 de setembro de 1415, e para galardoar com mais especialidade o corajoso comportamento do Infante, fel-o Duque de Coimbra e Senhor da Covilhã por carta dada em Tavira, primeiro porto onde ancorou na volta para Portugal.

D'ahi a tres annos em 1418 passou outra vez a Africa o Infante D. Henrique com seus dois irmãos o Infante D. João e D. Alfonso, conde de Barcellos, que depois foi o primeiro duque de Bragança, e uma numerosa frota em soccorro de Ceuta que soffria apertado cerco, pois sobre ella tinham vindo as forças combinadas dos reis de Fez, Marrocos, Bugia¹ e Tunes, auxiliadas pelos alfaques em cem mil homens. Perdendo os mouros a esperanza de recuperarem a praça por causa da energica attitude da guarnição, levantaram o cerco, desanimados principalmente pela defeccão de 74 velas do rei de Granada, commandadas por seu sobrinho Muley Said, o qual tendo noticia que a frota portugueza se achava á vista do Estreito, abandonou as aguas de Ceuta, sem ousar mediar-se com os portuguezes.

Aqui esteve o Infante dois mezes durante os quaes colleheu preciosas informações das circavanas que vinham de Timbuctu, atravez do Sahara por Tafilet, pelos valles de Sase e de Draho, trazer ouro marfim e escravos ao mercado de Ceuta. Estas noticias mais o confirmaram no proposito do descobrimento da Guiné que projectara desde a primeira vez que passara á Africa. Antes de voltar para Portugal tentou tomar Gibraltar como levava ordenado; mas as suas diligencias foram infructiferas, porque os ventos e as correntes o arrojaram

¹ ...es por certo non se pode negar que a cidade da Ceuta non era a chave de todo o mar Mediterrâneo. (Azurara, *Chronica do descobrimento da Guiné*, cap. v, p. 25).

¹ Cidade da colonia franceza d'Argel, na provincia de Constantina, chamada Bougha pelos Arabes e Bougie pelos francezes. Getulário tomou-a em 435 e aqui estabeleceu a capital do reino dos Vandalos (229-534).

para o cabo de Gata, onde esteve rétido na bahia d'Almeria por espaço de quinze dias, e quando voltou a Ceuta já tinha ordem de regressar ao reino.

III

As felizes e arrojadas expedições do príncipe grangearam-lhe uma grande e honrosa reputação, e o Papa Martinho V, o imperador d'Allemanha Sigismundo de Luxemburgo, D. João II de Castella e Henrique V d'Inglaterra sollicitaram o concurso dos talentos militares e valor do infante portuguez requerendo-lhe que fosse tomar um commando nos seus exercitos.

Estava D. Henrique porém tão absorto na concepção do seu vastissimo plano, que não podia acceitar as ofertas dos príncipes estrangeiros por mais vantajosas e lisonjeiras que se lhe antolhassem.

Sendo-lhe encarregada a direcção dos negocios de Africa, dedicou-se-lhe inteiramente, e para de mais perto prover qualquer eventualidade que podesse sobrevir, fundou em 1416 junto do Cabo de S. Vicente uma villa vulgarmente chamada Terceira Naval e a que elle poz nome de Villa do Infante, (hoje, Sagres) onde estabeleceu uma escola de nautica, estaleiros, arsenaes, fixando ali a sua residencia, longe do bulicio da corte, para se entregar exclusivamente á resolução do problema mais digno do seu profundo engenho e da sua grande alma — o de engrandecer a sua patria e legar á humanidade a nova era da civilisação moderna.

Até então o poder marítimo tinha-se concentrado no Mediterraneo. A expedição de Ceuta porém vierá accentuar a corrente que tendia a desviar-o para o Atlantico. Desde os tempos mais remotos o commercio da Asia fóra o manancial que alimentava a riqueza dos povos occidentaes, e concentrava-se naturalmente no littoral perimediterraneo. O monopólio d'este commercio creara as duas potencias maritimas da idade media: Genova e Veneza. A primeira era emporio da linha do norte que pelo Mar Negro, Mar Caspio e caminho das caravanas ia até ao centro da Asia; a segunda era o da linha do sul pelos portos do Egypto, Syria e Estreito Arabico.

Quando o Infante encetou a sua grande obra, o commercio de Genova achava-se seriamente comprometido, e o seu poderio marítimo baixava visivelmente; a linha do norte era interrompida pelas continuas irrupções dos tartaros e dos turcos. Os genovezes voltaram então os olhos para o Atlan-

tico e offereceram grandes sommas para que lhes fosse vendido na Villa do Infante terreno onde podessem estabelecer uma feitoria ou colonia semelhante ás que possuíam em Caffa entre o Mar Negro e o de Anzoff, em Smirna e em outros pontos importantes d'Asia e Africa. O governo portuguez teve o bom senso de não accellar a offerta, acto tanto mais para louvar quanto é certo que n'aquelle tempo os imperadores do Oriente e da Allemanha, os reis da Sicilia, de Castella, de Aragão e os soldados do Egypto buscavam á porfia a aliança da poderosa republica. Com a promessa de coadjuvar com a protecção da sua formidável marinha os imperadores gregos obtivera d'elles a cessão dos arrabaldes de Pera e Galata em Constantinopla e as ilhas de Scio, Mitylene e Tenedos no Archipelago. Se porém, Portugal tivesse a imprudencia de acceper ás instancias da ambiciosa republica e realisasse a venda de certo teria de se arrepender, porque os «Genovezes são homens que não empregam seus dinheiros sem certa esperança de ganho» (Azurara).

A linha do sul ainda continuou algum tempo intacta nas mãos dos Venezianos graças á habilitação dos seus consules em Alexandria e Damasco que sabiam manter com raro tino as relações de boa paz com os musulmanos do Egypto e da Syria; mas, quando o trabalho perseverante de D. Henrique trouxe como consequencia necessaria e prevista o descobrimento da India, a face da Europa mudou completamente: o esplendor commercial de Veneza eclipsou-se, o seu poder marítimo e colonial foi gradualmente desaparecendo, n'uma palavra, a rainha do Adriatico cedeu o sceptro á rainha do Occidente, e o Mediterraneo acanhado solo do imperio dos mares foi substituído pela immensidade do Atlantico.

IV

Em 1418 Bartholomeu Perestello descobre a ilha de Porto Santo e assim inicia a longa serie de descobrimentos que haviam de levar o pennão das quas aos confins da terra. No anno seguinte João Gonçalves Zarco e Tristão Vaz Teixeira seguem o seu exemplo e encravam na corba dos reis de Portugal esse gracioso florão que se chama ilha da Madeira.

Ao mesmo tempo mantinha o Infante diuturnas relações com as ilhas Canarias, já conhecidas dos portuguezes desde o seculo anterior, porquanto D. Afonso IV allega contra a nomeação de D. Luiz de

La Cerda para cingir a corôa d'aquellas ilhas o ter elle mandado alli varias expedições, de uma das quaes sahida de Lisboa no 1 de julho de 1541, foi publicada a relação por Sebastião Ciampi em 1827.

E não obstante o dispêndio de sua fazenda que o Infante fazia em sustentar estas differentes expedições e em proseguir os descobrimentos, não se esquecia de prover á defensão de Ceuta e ainda á protecção do commercio no Mediterraneo. «E depois que a dicta cidade (Ceuta) fôe tomada, continuamente trouxe navios armados no mar contra os infiees, os quaes fizeram muy grande destroyem na costa daalem e dasquem de guisa que o seu temor poinha em segurança todallas terras vizinhas do mar da posse Espanha, e ainda a mayor parte dos mercadores que traustavam do levante para o poentes (Azurara).

Em 15 de agosto de 1452 descobria Gonçalo Velho Cabral, commendador d'Almoural, senhor das Pias, de Cardiga e de Bezelga, a ilha de Santa Maria, a primeira do archipelago açoriano.

Não eram porém as ilhas do Atlantico que captavam o principal cuidado do Infante; o seu descobrimento era fortuito e effectuava-se com longos intervallos: outro era o fôto constante das suas lucubrações. Desvendar o ignoto, alargar o horizonte do saber humano, era o alvo dos seus estudos, e o emprego dos seus grandes rendimentos.

V

O mar occidental que banha as costas africanas era considerado pelos mareantes da idade media como vedado á navegação. Era o Mar Tenebroso. A imaginação dos maritimos povoara-o de monstros marinhos, de trevas densissimas, de phantasmas terriveis. O mar sorvia os navios arrastados por correntes irresistiveis, a terra adusta pelos ardores da zona torrida (cinta queimada lhe chama Azurara) era inhabitavel.

Estes prejuizos que faziam o fundo das lendas maritimas populares achavam-se largamente dissimulados ainda em classes mais illustradas e tinham a sua origem nos erros systemáticos da geographia dos antigos, cuidadosamente ampliados e representados pelos cartographos da idade media segundo as idéias cosmographicas então em voga, e que se achavam compendiadas na *Recreação geographica* de Edrisi e na *Topographia christi* de Costas Indicolpeustes.

O limite das excursões maritimas d'aquelles tempos era o Cabo Não e era tal a presuppôta

impossibilidade de ir além, que corria entre o vulgo um adagio que dizia: «Quem passar o Cabo Não ou voltará em não». Contudo já no principio do seculo anterior os portuguezes o tinham ultrapassado nas suas frequentes expedições ás Canárias no reinado de D. Afonso iv.¹ As difficuldades sobrenaturaes, que segundo as crenças dos rudes marinheiros d'aquella idade tornavam impotentes todas as diligencias humanas para ir mais além, passaram para o terrivel Bojador e este cabo ficou sendo a barreira insuperavel da navegação d'aquelles mares.

D. Henrique o príncipe mais illustrado que então havia, espirito superior ao seu tempo, não teve pouco que lutar com a corrente geral das idéias. Mas a vontade do príncipe era inquebrantavel, o mau exito das primeiras tentativas não o desanimava, porfiava incessantemente por obter o glorioso resultado que o seu genio antevia. Compreendeu que com gente imbuida de tales preconceitos era impossivel fazer qualquer cousa. D. Henrique tomou então sobre os hombros d'Atlante um encargo que só a sua vontade de ferro e o seu genio robustissimo seriam capazes de emprender e de levar a cabo. Na sua casa e observatorio de Sagres creou, sustentou e educou uma nova geração de marinheiros², depois mandou um, e outro, e outro que aprendessem practicamente as lições que lhes elle dava, até que conseguia ver coroados de bom exito os seus herculeos esforços.

No fim de doze annos de incessantes tentativas fez o Infante armar uma barcha da qual deu a capitania a Gil Eannes, seu escudeiro, natural de Lagos, encommendando-lhe a conclusão d'este feito. Seguiu Gil Eannes a viagem dos outros, mas ainda d'esta vez, tocado d'aquelle mesmo temor, não chegou mais que ás ilhas Canárias, donde trouxe certos captivos, com que se tornou para o reino. No anno seguinte, 1454, o Infante fez armar outra vez a dita barcha e chamando Gil Eannes de parte lhe fez promessa de o augmentar em honras se d'esta vez conseguisse dobrar o cabo, ponderando-lhe quam locaes eram as pretensões de que affirmavam ser impossivel aquella passagem, e inclin-o a que não tivesse em nenhuma conta a crença vulgar dizendo-lhe: «...e em verdade me maravilho, que imaginaçom fôe aquetta que todos filhaes de uma cousa de tam pequena certidão, ca se ainda estas cousas que se dizem tevessem algũa autoridade, por pouca que fosse, non vos daria ta-

¹ Veja-se a Memória em que se pretende provar que os arábcs não conheceram as Canárias antes dos portuguezes. Lisboa 1844 fol. por Joaquim da Costa de Macedo.

² Dos primeiros descobridores portuguezes mais de cinquenta eram creoulos da casa do Infante.

manha culpa, mas queriasme dizer que por opengam de quatro marceantes os quaes como som tirdos da carreira de Frandes, ou de alguõs outros portos para que comumente navegam, nom sabem mais ter agulha nem carta para maroar, porõem vos fili todaveya e nom temaes sua opengam. . . » (Azuara). N'esse anno de 1434, Gil Ennnes dobrou effectivamente o Cabo Bojador; o encanto vinha desapparecido, e uma serie não interrompida e ainda não concluida de descobrimentos succedeu-se desde entõ até hoje. 1434 é realmente a data mais importante na historia dos descobrimentos.

Hoje, que sabemos que depois da passagem do Bojador se realisaram expedições maritimas d'un curso e d'un alcance incomparavelmente maiores, hoje que distamos quatro seculos e meio d'essa epocha, quem olha superficialmente os acontecimentos terã na conta de mediocre a façanha do piloto de Lagos.

E não é. Para avaliarmos toda a importancia d'esse heroico feito é necessario que nos consideremos na epocha e no meio em que elle foi realisado, e comparal-o com as navegações anteriores; entõ poderemos apreciar o seu valor e a influencia que teve nos resultados brilhantes de que foi ponto de partida.

VI

Na antiguidade dos navegadores Hannõ cartaginês e Pytheas de Marsella sahiram pelo Fretto Gaditano e penetraram no Atlantico.

O celebre cartaginês dirigiu-se para o sul ao longo da costa africana, chegando até Notuceras e à ilha das Gorgadas (gorillas). O limite do periplo de Hannõ é ponto controverso, contudo apesar das asserções d'Avezac que o situa na embocadura do Rio do Ouro, a maioria dos geographos concorda em indicar o Cabo Bojador como o termo da viagem de Hannõ. Gosselin sustenta a mesma opinião e acrescenta: «E indubitavelmente, era muito, para o tempo em que Hannõ vivia, o ter percorrido um tal espaço n'um mar desconhecido, ao longo d'uma costa povoada de barbaros. A navegação, ao longo d'essa parte das costas d'Africa, está sujeita a grandes difficuldades; os ventos sopram quasi sempre do oeste, as correntes são fortissimas, e o mar allí rebenta com tanta violencia, que os nossos primeiros navegadores por muito tempo desespertaram de poderem dobrar o Cabo Bojador. Dois annos de tentativas, trabalhos e despezas extraordinarias feitas pelo principe Henrique de Portugal difficilmente fizeram ultrapassar

o terrivel promontorio, e quando finalmente o piloto Gil Ennnes o conseguiu, a admiração e o enthusiasmo collocaram esta façanha acima das de Hercules. Gil Ennnes porém só o posde conseguir deixando a costa e fazendo-se ao largo. Hannõ falto de bussola, não podia aventurar-se a fazer tal coisa».

Pytheas de Marsella, 320 annos antes de Christo, sae também do Fretto Herculeo e segundo para o norte entra no Oceano Germanico e costeando a parte oriental d'Albion chega a Thule (ilhas Shetland).

No seculo nono da era christã os scandinavos estabelecem-se na Islandia, em 983 tocam na Groenlandia e no seculo seguinte abordam ao Vinland, nordeste dos Estados-Unidos.

Mas o que colheu a humanidade de todas estas viagens? Nada. O periplo d'Hannõ veio fornecer-nos alguns dados positivos acerca da configuração physica do globo? Não. Vieram acaso as correntes dos scandinavos na Groenlandia e no Vinland dar-nos sequer conhecimento da existencia da America? Não, que foi necessario descobri-la depois.

Não fallamos da viagem que no rumo do occidente fizeram os mouros de Lisboa no tempo da dominación dos califas de Cordova segundo nos conta Edrisi, nem da de Zeno e outras de roteiro igualmente incerto e problematico.

Tudo são factos isolados que ainda que tenham uma importancia intrinseca nem por isso deixam de ser insignificantes pela sua inutilidade. O phenomeno mais importante deita de o ser logo que a actividade humana o não explora e d'elle não sabe tirar proveito. Seiscentos annos antes de Christo sabia-se que a fricção desenvolve no amber (electron) a propriedade de attrahir os corpos leves que se lhe chegam. E de que serviu isso? Só dezeseite seculos depois de Christo é que se começou a prestar alguma attenção a esse phenomeno. Foi necessario que passassem 2500 annos para que o homem conquistasse o dominio da electricidade e para que communicasse com seus irmãos, com a rapidez do pensamento por sobre os continentes e através do fundo dos mares. Contudo estas maravilhas todas tinham o seu ponto de partida n'aquelle phenomeno, milhares d'annos tido por insignificante.

Todas as viagens e descobrimentos feitos antes da passagem do Bojador são factos isolados, sem utilidade pratica, sem nexa, sem fim determinado. Todos os descobrimentos posteriores a façanha de Gil Ennnes se prendem n'um plano sabidamente combinado, todos sem excepção se derivam d'esse feito a primeira vista insignificante.

A passagem do Bojador foi fertil em resultados proficuos á sciencia, marca a era dos descobrimen-

tos, e foi realmente um acto heroico e justamente celebrado na epocha em que foi feito. Azurara auctor contemporaneo fallando d'elle diz: «E já seja que o feito, quanto a obra, fosse pequeno, soo pelo atrevimento fôe contado por grande, ca se o primeiro que chegou acerca daquelle, fezera outro tanto nom lhe fora tam louvado, nem agradecido, mas quanto o perigo da cousa aos outros fôe posto em mayor temor, tanto trouxe mayor honra ao cometimento daquestes.

VII

Em 1436, Affonso Gonçalves Baldaya, copeiro do Infante, percorre a costa ao sul do Bojador e descobre q Rio do Ouro, e este descobrimento marca o fim do primeiro periodo das empresas nauticas do Infante.

Depois da desgraçada expedição a Tanger, em que elle tomou parte, e que teve por triste epilogo o doloroso captivo do heroico Infante D. Fernando, seu irmão, os negocios domesticos do reino assumiram uma feição tão grave que exigiram imperiosamente a assistencia do seu auctorizado conselho.

Por morte do desditoso rei D. Duarte, a rainha viúva encarregou o principe de concertar com o infante D. Pedro e os grandes do reino os meios de prover com remedio efficaç ás calamitosas circumstancias em que o reino se achava. Decidiu-se a convocação das Côrtes, que se reuniram em Torres Vedras, e em virtude das propostas do principe, que foram discutidas em diversas conferencias, assentou-se que a rainha seria encarregada da educação de seus filhos e da administração de seus bens, e que o infante D. Pedro seria encarregado da administração e governo do reino com o titulo de *defensor* do reino por el-rei.

Induzida a rainha por uma facção violenta recusou-se a accetar e sancionar estas resoluções apesar das vivas instancias empregadas por D. Henrique no intuito de conciliar os animos dissidentes. Esta recusa logo foi sabida pelas Côrtes e produziu no publico grande effervescencia, que se estendeu ás mesmas Côrtes, de maneira que recebendo a ingerencia talvez pernicioso d'uma soberana estrangeira nos negocios do reino, deliberaram que só D. Pedro fosse revestido da auctoridade de regente.

A rainha, em vista d'esta decisão, retirou-se para Alemquer, onde se fortificou, dispondo-se á resistencia. Ainda aqui D. Henrique provou a sua

prudencia na habilidade com que soube fazer desaparecer todos os attritos que vinham travar a engrenagem da governação. Foi elle proprio a Alemquer e tacs razões apresentou que demoveu a rainha do seu criminoso proposito e a reduziu a voltar a Llaboa para apresentar ás Côrtes o rei menor (1439). A rainha que se achava disposta a lutar contra todos e contra tudo, a orgulhosa aragoeza que queria lançar o paiz na guerra civil para impôr a sua vontade em nome de seu filho, obedeceu á eloquencia persuasiva e energica do grande homem.

D. Henrique conseguiu desviar por então a tormenta que ameaçava perturbar a tranquillidade da patria; mas lá ficava no animo despeitado de Leonor d'Aragão o germen das intrigas que dez annos depois teriam o seu tragico desfecho no campo d'Alfarrobeira.

VIII

Sercados os animos, voltou D. Henrique todas as suas atencões para o proseguimento da exploração das costas africanas, que se achava interrompida desde 1437, em virtude dos factos que relatamos.

No anno de 1441 mandou elle dois capitães percorrer a costa do Sahara. Um d'elles, Antão Gonçalves captiva alguns azenegues, compra outros, e é o primeiro que traz pretos a Portugal. O seu companheiro prolonga a sua viagem e descobre o Cabo Branco (20° 49' Lat. N.). Dois annos depois o mesmo Nuno Tristão descobre a ilha d'Arguim, e o infante vendo que o logar é asado para o trafico, resolve alli estabelecer feitoria. Até alli os portugueses tinham percorrido uma costa deserta; mas logo que elles entram em relações com os mouros que lhes trazem escravos para trocarem por mercadorias, o infante pensa immediatamente em fazer progredir o commercio a par dos descobrimentos. Em 1444, funda-se em Lagos por iniciativa e sob a protecção do infante uma companhia destinada a proseguir o descobrimento e fazer o commercio da Africa.

Esta protecção concedida ao commercio entrava nos planos do infante, porque entre as razões porque o infante foi movido de mandar buscar as terras dos Guinêus sa segunda foi, porque considerou que se poderiam para estes regnos trazer muitas mercadorias, que se averym de bom mercado, segundo razom, pois com elles nom tratavam outras pessoas destas partes, nem douras nhas que sabidas fossem, e que esse mesmo levariam para

lá dos que em estes regnos ouvesse, cujo trafego, trazeia grande proveito aos naturaes.» (Azurara). Era o systema que tornara poderosas Genova e Veneza as duas potencias maritimas que precederam Portugal, e havia de engrandecer as outras duas que se lhe seguiram: Hollanda e Inglaterra.

Em 1448 construía-se uma fortaleza, em Arguim, a primeira que fundámos além-mar, e assim davamos o apoio das armas a uma outra companhia que tinha a vêde n'aquella ilha, para fazer o commercio do sertão. Nos primeiros tempos dos nossos descobrimentos, importavamos d'alli escravos, ouro em pó e pelles de phocas.

Depois de assentar as bases do commercio portuguez n'aquellas paragens, entregou-se o infante com grande ardimento ao progresso da navegação, desenvolvendo a maxima actividade no descobrimento e conquista da terra de Guiné, não lhe sendo estorvo a enorme despesa que era necessario fazer para tantas e tão continuas explorações, pois que só até o anno de 1449 tinham ido além do Cabo Bojador por seu mando cincoenta e uma caravelas.

Depois da passagem do celebre cabo, o Mar das Trevas e outras que tales invenções maravilhosas tinham desaparecido da imaginação credula dos mareantes, e D. Henrique avido de conhecer o que antes d'elle fôra absolutamente ignorado, não deu mais trégua á sua insaciavel curiosidade. Era incalculavel; as expedições multiplicavam-se; elle queria saber tudo, queria elle achar a solução dos innumerados problemas geographicos, que então se offereciam. E d'estes não era o menos importante o de achar o famoso Preste João, soberano que residia em parte incerta, e cuja existência pela primeira vez fôra annunciada na Europa por Fr. João Carpini, enviado do papa Innocencio iv, em 1246, ao khan dos mongoes. Gomes Eannes d'Azurara aponta a lenda do mysterioso rei christão, continuo pezadello da idade media, como um dos moveis que incitaram o infante a mandar descobrir a Guiné. «A quarta razão foy, porque de xxx annos que havia que guerreava os Mouros, nunca achara rey christião, nem senhor de fora desta terra, que por amor de nosso senhor Jhu Xpô quizesse aa dicta guerra ajudar. Queria saber se se achavam em aquellas partes alguns principes xpãos, em que a caridade e amor de Xpô fosse tanto esquecida, que o quizessem ajudar contra aquellos inimigos da fe.» (Azurara). Esta passagem mostramos que tanto nas lutas contra os infieis na Mauritania como no descobrimento de novas terras e de novos mares, a constancia do principe e durante um tão longo periodo fôra inabalavel, e que os maravilhosos resultados que enriqueciam

a sciencia eram devidos unica e exclusivamente á iniciativa e esforços do heroe que só e desajudado n'esta cruzada da fe e da civilização não recebia lutar com os homens e com os elementos.

Os descobrimentos succedem-se incessantemente. No mesmo anno, em que Nuno Tristão descobre a ilha d'Arguim, dobra Diniz Dias, o Cabo Verde. Em 1445 João Fernandes descobre a Mauritania, penetra arrojadamente no interior do Sudão e chega ao paiz dos Tuaregs. João Fernandes foi o primeiro europeu que explorou o interior do continente negro até Taganz (Tagaza entre Akka e Tombuctu). No anno seguinte Alvaro Fernandes descobre a Serra Leba e reconhece a ilha de Goré. Em 1457 o veneziano Luiz de Cadamosto e o genovez Antonio de Nolle ao serviço do infante descobrem o Gambia na segunda viagem que fazem. Finalmente no primeiro de Maio de 1460 Diogo Gomes descobre o archipelago de Cabo Verde. Luiz de Cadamosto arrojou a si a honra do descobrimento, mas a verdade restabeleceu-se pela relação do proprio Diogo Gomes publicada em 1847 pelo dr. Schmeller de Munich na collecção dos manuscritos de Valentim Fernandes de Moravia (*Königlich Bayerische Akademie der Wissenschaften*).

Poucos mezes depois d'este ultimo descobrimento a gélida mão da morte apagava aquelle genio que fôra luzeiro do seu seculo. A 13 de novembro de 1460, baqueou o gigante que durante quarenta annos, guarda avançada do mundo antigo, travava de sobre o rochedo extremo d'esse mundo, uma luta titanica, para lhe dar novos mundos e novos mares.

De saber que fim tinham, e onde estavam
As derradeiras praias que lavavam

Conceito digno foi do ramo claro
Do venturoso Rei, que arrou primeiro
O mar, por se delatar do ninho claro
O morador de Ahyla derradeiro.
Este, por sua industria e ingenho raro
Num madeiro ajuntando outro madeiro,
Descobriu poude a parte, que fez clara.
De Argos, da Hydra a lã, da Lebre e da Ara.

(Remigio Leza Quinh. 8.^a Vol. VI e VII)

N'esses quarenta annos descobriam os archipelagos da Madeira, Açores, Cabo Verde, toda a costa ao sul do Bojador até á Serra Leba, entregava aos reis de Portugal para scepto dos mares o tridente de Neptuno, e apontava ao mundo o caminho que elle traçara. Quando em 1484, Diogo Gam, cavalleiro da sua casa, passando pela primeira

vez a Linha Equinocial notou que a estrella polar desaparecia no horizonte, e viu novas constellações, a theoria da esphericidade da terra tinha a sua plena confirmação, e o florentino Toscanelli, ardente partidario d'essa theoria e que sobre o assumpto tivera correspondencia com D. Affonso v, induzia o illustre Colombo, a procurar pelo occidente o caminho das Indias. Colombo formado na escola maritima do Infante D. Henrique, cujos progressos cosmographicos elle conheceu durante o longo periodo da sua residencia em Portugal abraçou com enthusiasmo essa ideia, e descobriu, sem saber que descobria, a America, que elle toma pelas terras asiaticas de Cypango e do Cathay de Marco Polo.

Vasco da Gama, effectuando pelo caminho indicado pelo infante o descobrimento das Indias que o grande Colombo sonhou ter realisado pelo occidente, e Fernão de Magalhães fechando com a sua viagem de circumnavegação o cyclo dos grandes descobrimentos portuguezes, estabeleceram as provas mais inconcussas da configuração do globo, e assentaram a primeira base verdadeiramente positiva das sciencias physico-mathematicas.

Amante devotado das sciencias cosmographicas, o infante o maior mathematico do seu tempo, applica utilmente o astrolabio á navegação, tira as faxas á cosmographia, e inventa as cartas planas. Estas cartas prestaram grandes serviços nos primeiros tempos; mas quando os progressos dos descobrimentos levaram os portuguezes a mais altas latitudes, a arrumação das terras nas cartas tornou-se defeituosa, e o mathematico portuguez Pedro Nunes ¹ fez ver a conveniencia que haveria em alongar progressivamente o intervalo das parallelas proporcionalmente ao afastamento anormal dos meridianos. Tres annos depois Gerardo Kaufmann, em 1566, remediava os inconvenientes das cartas planas, pondo em practica as indicações de Pedro Nunes, na celebre projecção chamada de Mercator ².

Foi este principe d'uma generosidade inexgotavel. Os seus enormes rendimentos eram expendidos em recompensar os seus valentes capitães, e em promover o augmento e esplendor da marinha portugueza, que se tornou sob a sua direcção a pri-

meira do mundo, «sendo le caravelle de Portugallo i migliori navigli che vadano sopra il mare di vella» como diz Cadamosto. Creando uma nação de marinheiros, e marinheiros taes que foram mestres das das outras nações, mereceu que a posteridade lhe desse o nome de Navegador.

Protector desvelado das sciencias creou aulas de mathematica na Universidade de Lisboa, estabelecendo-lhes pensão e dando-lhes casa propria.

Era o Infante D. Henrique, duque da Vizeu e senhor da Covilhã, regedor e governador da cavallaria da ordem de Christo.

No seu tempo só encontramos digno de hombrar com o inculto Infante pelos seus serviços reaes á humanidade e á civilisação o grande inventor da imprensa. A posteridade olha com um sentimento unanime de gratidão para os dois sublimes genios que assumando com a sua estatura colossal aos umbraes da idade media soltam o *Fiat lux* que ha de fazer surgir a sociedade moderna.

O fallecido snr. marquez de Souza Holstein n'uma conferencia feita na Academia Real das Sciencias sobre a «Escola de Sagres e as tradições do Infante D. Henrique» diz que o illustre solitario de Sagres ainda não mereceu em Portugal as honras d'uma monographia completa.

Effectivamente é assim. Foi um sabio estrangeiro, o snr. Richard Henry Major ³, que escreveu a obra de maior fôlego acerca do preclaro Infante, sem contido dar o assumpto por esgotado. Os serviços prestados á humanidade pelo nosso eminente compatriota são de tal ordem que nos parece que nunca a penha d'um só individuo bastará para evidenciar devidamente a importancia d'um vulto que na sua propria grandeza encerra a impossibilidade de ser perfeitamente avaliado.

Paica e Dona.

1. A obra do snr. Major *The Life of the Prince Henry of Portugal*, está traduzida em portuguez pelo sr. José Antonio Ferreira Brandão. O sr. Major falla d'uma vida do infante escripta em allemão pelo sr. Gustav von Deer, publicada em Dusseld in 1864. Em portuguez ha a vida que escreveu Cândido Lusitano.

Sobre o estado da navegação e da cartographia no tempo em que o infante começou a sua grande obra veja-se *Essai sur l'histoire de la cosmographie et de la cartographie au moyen Age* e *Mémoire sur la priorité des découvertes des portugais sur la côte d'Afrique*, duas obras riquissimas d'exactidão e de critica, escriptas pelo doctissimo geographo Visconde de Santarem.

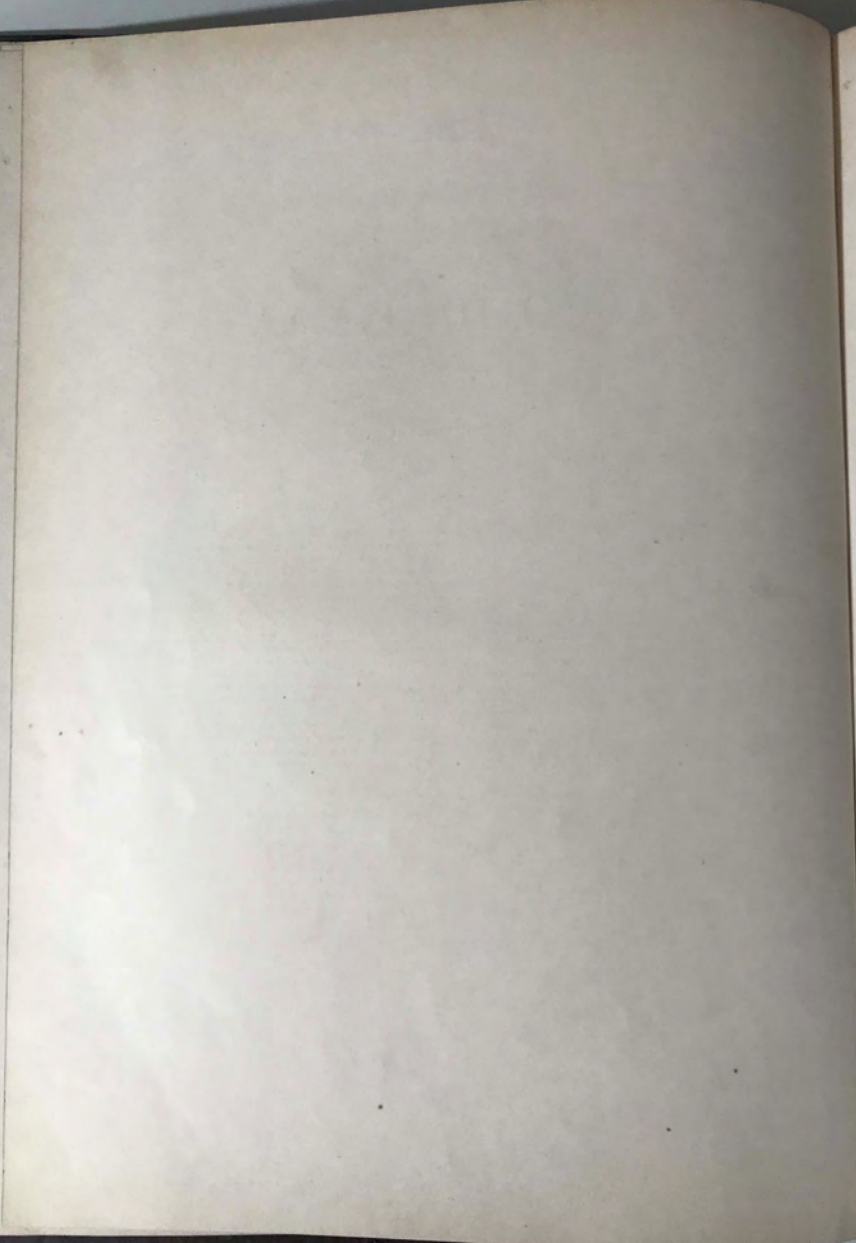
¹ Petri Nonii Salaciensis. *De arte atque ratione navigandi libri duo*. Basilæ 1566 in-8a.

² Mercator á traducção latina, do seu appellido alimbo.



Vasco da Gama





VASCO DA GAMA

1

ERA nos fins do século xv. O grande movimento marítimo, iniciado pelo Infante D. Henrique e por elle sustentado durante quarenta annos, não afrouxára, e todos os annos os arrojadados navegadores portuguezes artancavam ao desconhecido algumas leguas do litoral africano, enriqueciam a cosmographia e preparavam o grande acontecimento que ia fechar este século, já de si tão fértil para as nossas glórias e para o progresso da humanidade.

D. João II foi o digno continuador do sublime pensamento do Infante, e, apesar de envolvido em dissensões intestinas, não descurou a exploração africana. Logo que subiu ao throno, em 1481, enviou a costa de Guiné Diogo d'Azambuja, para ali levantar a fortaleza de S. Jorge da Mina, hoje Elmina, cidade hollandeza. Em 1485 Diogo Cam explorava o Zaire, e, n'uma segunda viagem, percorria a costa até 22° austraes. Em dezembro de 1487 regressava Bartholomeu Dias ao Tejo depois d'uma longa e procellosa viagem, que durára dezesseis mezes e dezasete dias, trazendo ao monarcha, que ansiosamente o esperava, a noticia de ter dobrado o temeroso promontorio que acaba toda a costa africana, e ao qual pozera o bem merecido nome de Cabo das Tormentas.

Ficou o rei contentissimo com esta nova, e quiz que o Cabo recentemente descoberto fosse denomi-

PLUTARCHO PORTUGUEZ.

nado de Boa Esperança, porque a sua passagem lhe afagava a esperanza que tinha de obter a realisação do seu sonho dourado, que era chegar a conhecer a carreira das Indias. Para D. João II o feito heroico de Bartholomeu Dias representava o desaferrolhar das portas do Oriente, fechadas, desde que o mundo era mundo, ás navegações dos povos occidentaes.

O descobrimento da India era a ideia fixa do soberano portuguez, que d'alli esperava auferir riquezas inexgotaveis, que tornariam immensamente poderoso o seu nome, já tão respeitado por todos os potentados europeus. Além d'isso queria também tratar alliança com o Preste João das Indias, chefe politico e religioso d'uma christandade sequestrada do resto do mundo christão desde os primeiros seculos da Egreja, e que se dizia viver para as partes do Oriente. A fama d'este soberano lendario tinha-se espalhado na cidade média depois das viagens de Rubraquis e de Marco Polo, e a realidade da sua existencia era crença geral em toda a Europa.

Para conseguir o duplo fim que tinha em vista, D. João II expediu de Santarem, a 7 de maio de 1487, com cartas para o Preste João, os dous notaveis exploradores Pero da Covilhã e Affonso de Paiva, encarregando-os de se dirigirem pelo Mediterraneo aquellas remotas e desconhecidas regiões, enquanto Bartholomeu Dias sulcava o Oceano Austral em demanda d'uma via maritima para as mesmas partes.

Seguiram os dous portuguezes viagem até ao Cairo, e ali se separaram, partindo Affonso de Paiva

VOL. I — VASC. II.

para a Ethiopia, dirigindo-se o seu companheiro a bordo d'um navio arabe, que, pelo Mar Roxo, o levou até à India, aportando em Cananor, d'onde passou a Calcut e Goa.

Não encontrando noticias do que buscava, partiu o incansavel Covilhã para Sufala, na costa oriental da Africa, e d'alli voltou a Aden e por fim ao Cairo, onde recebeu noticia de ser fallecido Affonso de Paiva. Dispunha-se, pois, a voltar ao reino quando recebeu cartas d'el-rei, em que o incitava a proseguir nas suas explorações. Ahí vae novamente o arrojado portuguez expôr-se aos maiores perigos; percorre todo o littoral arabico; chega até Ormuz, e ao cabo de tres annos encontrámo-lo na corte d'Isclander, imperador d'Abyssinia, a quem Pero da Covilhã toma pelo Preste João, levado a isso por ver que alli estavam em uso certas praticas religiosas, que revelavam que o christianismo fôra introduzido n'aquelle paiz em épocas remotas. Effectivamente no seculo iv fôra pregado na Abyssinia o christianismo; eivado, porém, dos erros dos nestorianos, estava no tempo de Covilhã muito desviado da primitiva pureza.

Covilhã nunca mais sahíu da Abyssinia, porque o não deixavam, e consta que ainda vivia em 1515.

O afan de D. João ii, tão humilmente secundado pelo infatigavel e ousado explorador portuguez, foi coroado pelo bom exito da expedição de Bartholomeu Dias. Mais em passo e a India estava descoberta. Não o esquecia o monarcha portuguez, e as suas esperanças eram alimentadas pelas informações colhidas pelo dedicado e incansavel Pero da Covilhã, a quem podemos chamar o precursor dos portuguezes nas Indias. Não pôde, porém, levar a cabo os seus projectos, porque a morte o assaltou quando apparelhava a esquadra que tencionava mandar à India.

Quando o venturoso duque de Beja, D. Manoel, subiu ao throno encontrou tudo preparado para realisar o grande pensamento do defuncto monarcha. D. João ii mandára construir, sob a direcção de Bartholomeu Dias, dous navios: o *S. Gabriel*, de 120 toneladas, e o *S. Raphael*, de 100, em condições proprias para resistirem ás tormentas dos mares austraes, e muito bem providos de tudo o necessário. A estes navios ajuntou D. Manoel a caravela *Berrio*, de 50 toneladas, por elle comprada a um piloto da villa de Lagos, chamado Fernão Rodrigues Berrio, e a nau de mantimentos, de 200 toneladas, também comprada por elle a Ayres Correia. Para capitão-mór d'esta armada nomeou D. Vasco da Gama, fidalgo de sua casa, e a este associou Paulo da Gama, seu irmão mais velho, que andava homisado, por uns ferimentos feitos ao juiz de Serubal, em que lhe davam culpa, perdoadando-lhe

el-rei a pedidos de Vasco da Gama. A ambos deu-se livre a escolha do capitão do outro navio, e elles apresentaram Nicolau Coelho, fidalgo da casa d'el-rei e homem muito prudente e experimentado nas cousas do mar.

A nomeação não podia ser mais acertada, segundo os factos demonstraram. Na sua familia era tradicional a coragem e dedicação civica. Um de seus antepassados, Alvaro Eannes da Gama, lidára valentemente, em tempo de D. Affonso iii, na conquista do Algarve.

Nasceu o descobridor das Indias, em 1469, na villa de Sines. Foi filho de Estevão da Gama, alcaide-mór de Sines e de Sylves, commendador do Scival, criado do Infante D. Fernando (pae d'el-rei D. Manoel) e veador do príncipe D. Affonso (filho d'el-rei D. João ii), e de D. Isabel Sodré, filha de João de Resende, provedor das Vallas de Santarém, e de Maria Sodré (filha de Fradique Sodré).

«Era meu fragueiro de condição e entendido em todas as cousas», diz Gaspar Correia, e isso mesmo provou na energia e tino com que desempenhou o encargo que lhe commetteu D. João ii de reter todos os navios francezes surtos nos portos do reino, enquanto Carlos viii não restituíu um navio que, ao voltar da Mina com ouro em pó, fôra aprisionado por corsarios francezes. Tão satisfeito ficou o rei com os seus serviços, que, morrendo Estevão da Gama, a quem incumbia de se preparar para ir na expedição à India, indigitou para seu successor no commando da armada seu filho Vasco da Gama, de modo que quando D. Manoel, em 1497, mandava descobrir a India, não fazia mais do que cumprir, uma por uma, as clausulas do testamento politico do seu predecessor.

11

Sabbado, 8 de julho de 1497; embarcaram os novos argonautas na praia do Restello, diante de enorme concurso de povo, e, seguindo rio abaixo, sahiram foz em fôra. Era pequena a armada e diminuto o numero dos que n'ella embarcaram; mas eram avantajados em animo para tão temerosa empreza, e ao capitão-mór bem lhe cabiam aquelles versos de Horacio:

Illic robur et res triplex.
Circæ pectus erat, qui fragiliter troci
Commisit pelago ratem
Primus...

(Lib. i. od. II.)

Na capitania S. Gabriel ia o capitão-mór Vasco da Gama, e levava por piloto o celebre Pero de Alemquer, que, com Bartholomeu Dias, tinha chegado até ao rio do Infante no anno de 1487. No S. Raphael ia Paulo da Gama e por piloto João de Coimbra. No Berrão ia Nicolau Coelho, tendo por piloto Pero Escobar. A nau dos mantimentos era commandada por Gonçalo Nunes, criado do capitão-mór, iam na armada, entre officiaes e mi-creantes, 148 homens, afora doze degradados que Vasco da Gama levava para deixar em diferentes pontos da costa, com o fim de tomarem informações da terra e da gente que n'ella vivia.

Acompanhava tambem a armada uma caravela das que faziam o trafico para a costa da Mina, na qual ia o proprio Bartholomeu Dias por commandante, que tencionava ir na conserva d'estes navios até ás paragens para onde elle levava destino.

Na noite de 15 de julho passaram a sotavento de Lancarote, uma das Canárias, e no dia 17 ao amanhecer houveram vista da Terra Alta, entre o Cabo Não e o Bojador. Na noite d'esse dia assaltou-os tamanha cerração, que se apartaram uns dos outros. Como tinham ajustado que quem se perdesse fosse ter ás ilhas do Cabo Verde, para alli se dirigiram, sendo o primeiro que alli chegou Paulo da Gama, e logo n'este mesmo dia, que era 23 de julho, se lhe reuniram Gonçalo Nunes, Nicolau Coelho e Bartholomeu Dias, que ia, como dissemos, na conserva da armada até alturas da Mina. Alli andaram bordejando, até que no dia 26 se lhes juntou finalmente o capitão-mór, e foram todos no dia immediato fundear na ilha de Santiago, onde fireram aguada e tomaram providões de que necessitavam.

Aos 3 d'agosto deram á vela na direcção do sul para evitar as calmarias do golpho de Guiné, e assim foram navegando, até que na altura conveniente mudaram de rumo na direcção do sudeste na volta da terra, a qual avistaram no dia 4 de novembro, e d'ahi a tres dias descobriram uma grande bahia. Sahiu Pero d'Alemquer no batel, por ordem do capitão-mór, a sondar a dita bahia, e a achou muito commoda, ampla e abrigada de todos os ventos, excepto dos de noroeste, pelo que o capitão resolveu a lançar alli ancora e lhe pôz o nome d'Angra de Santa Helena. N'esta bahia se demoraram oito dias, reparando os navios e o velame, que vinham muito maltractados dos vendavaes que soffreram nos tres mezes decorridos depois da sua partida de Santiago de Cabo Verde. Os dias que estiveram quiz o capitão vér se fazia trato com a gente da terra; mas elles, como hottentotes que eram, nada entendiam d'isso e não se pôde averiguar quasi as mercadorias que elles poderiam trocar.

A um d'estes barbaros que os portugueses trouxeram aos navios mostrava o Gama

A prata fina, a quinte especialia
A palda d'isso o bruto se movia.

(Canto. Canto 10. Est. xxviii)

Foi n'uma refrega com os selvagens d'esta bahia que o capitão-mór ficou ferido n'uma perna. Eis como o caso se passou. Domingo 12, depois de jantar, sahio em terra Vasco da Gama com gente das tripulações, como costumava fazer emquanto alli esteve. Ao voltar para bordo, já tarde, um tal Fernão Velloso, que ia na companhia, o começou a importunar que lhe desse licença para ir com os negros a soas casas, que queria saber de seus usos e costumes. Foi Velloso com elles, e tomou parte na sua frugal refeição; não se sabe, porém, que desaguisado houve entre elle e os seus commensaes, o que é certo é que ainda as tripulações estavam ceando, e já Fernão Velloso estava na praia bradando que o fossem buscar. Os capitães deixaram logo de comer, e com outros se metteram n'uma barca e vogaram para terra, o que vendo os negros começaram de correr ao longo da praia, de modo que, quando quizeram recolher Fernão Velloso, já elles estavam perto d'elle e despediram sobre os navios as suas azagaias, de que resultou ficar ferido o capitão-mór e mais quatro homens. «E isto por que nos fiavamos delles, parecendo-nos que eram homens de pequeno coraçom e que não se astreveriam a cometer o que depois fizeram, pollo qual hiamos despreceibidos d'armas», pondera Alvaro Velho no seu *Roteiro*, publicado por A. Herculano e o Barão do Castello de Paiva. Camões consagra sete estancias do v. Canto dos *Lustadas* (xxx—xxxvi) á chistosa descripção da aventura de Fernão Velloso.

Sahiram da angra de Santa Helena aos 16 de novembro, e á tarde do dia immediato avistaram o Cabo da Boa Esperança, o qual não poderam dobrar senão depois de quatro dias de infructuosas tentativas na quarta-feira 22 de novembro ao meio dia, em virtude dos ventos ter soprado sempre do sueste.

Aos 25 do dito mez fundearam na angra de S. Bráz, onde estiveram treze dias, desferando a não dos mantimentos. Sahiram d'aquella angra no dia 8 de dezembro e foram correndo a costa até para além do rio Infante, quando os ventos e as correntes os fizeram descahir durante quatro dias, de 18 a 21, até ao Cabo das Agulhas, onde o vento saltou á popa, fazendo-os em tres ou quatro dias rom-

per as correntes, que elles muito receiavam os não deixassem levar a cabo a sua empreza.

D'esta terra do Natal se metteu Vasco da Gama muito ao mar, e assim andou até que, escapando-lhe a agua para beberem, resolveu fazer-se na volta da terra, a qual avistou aos 10 de janeiro de 1498. Era a gente da terra muito tratavel, e forneceu sem difficuldade as cousas que os portuguezes pediam.

Procurou Vasco da Gama porto onde podesse fazer concertos dos navios, porque os precisavam, e, encontrando um grande rio, braço do Zambere, por elle entrou, e aqui se demorou trinta e dois dias, durante os quaes lhe adoeceu muita gente, cuja morte doença foi crecerem-lhe as gengivas, e lhe apodrecia, com que lhe cahiu os dentes, e tinhão tão grande fodor de boca, que ninguém o comportava como diz Gaspar Correia nas *Lendas da Índia*. Era o escorbuto. Aqui encontrou Vasco da Gama um homem, que por acenos lhe deu a entender que era de longas terras e que já vira navios grandes como os nossos, do que o capitão-mór inferia que breve tocaria o termo da sua derrota, e por isso pôz nome ao rio dos Bons Signaes.

Animado das melhores esperanças sahio Vasco da Gama d'este rio a 24 de fevereço, e, continuando a percorrer a costa, aportou em Moçambique, onde foi bem recebido a princípio, mas ao depois os mouros lhe teceram embustes com o fim de matarem os portuguezes e de se apoderarem dos navios. O capitão-mór, depois de os escarmentar, decidiu ir arribar a Mombaça. Antes de chegar a Mombaça deu o *S. Raphael* n'uns baixos de que se safou com muita difficuldade.

Não estavam, porém, acabados os trabalhos dos portuguezes, porque em Mombaça os esperavam novos embustes dos mouros. Andava o Gama cauteloso e nunca accedeu aos convites que lhe faziam para que fosse a terra, por saber, por experiencia, quanto eram refalsados todos os protestos d'amizade que os regulos d'esta costa lhe faziam. E assim se excusava sempre, dizendo que não trazia de seu senhor licença para sahir em terra. Aqui em Mombaça lhe fugiram os pilotos mouros que trouxera de Moçambique, e, suspeitando o capitão-mór alguma traição, mandou pingar dous mouros dos que trazia, os quaes com a violencia do tormento confessaram a trama que os mouros tinham ordenado para se vingarem do damno que os portuguezes fizeram aos de Moçambique.

Esta noticia fez pôr os nossos de sobre aviso, vigiando constantemente noite e dia para não serem victimas d'alguã traição. Toda a vigilancia era pouca se não queriam perder o fructo de tan-

tos e tão longos trabalhos, porque os mouros não deixavam da machinar a perda da expedicção, e uma noite os surpreenderam a picar as amarras do *Berrio* e do *S. Raphael*, não chegando a realisar o seu damnado intento por terem sido preventidos.

Decidiram, pois, os capitães sahirem para Melinde, aonde chegaram ao outro dia, 14 d'abril de 1498. O rei de Melinde fez-lhes um acolhimento magnifico, e tanta sympathia lhe mereceram os portuguezes, que lhes mandava continos presentes, e elle proprio veio n'uma zabra, até aonde estavam os navios ancorados, visitar o capitão-mór, o qual sahio no seu batel a recebê-lo, com grandes honras convidado a que fosse a bordo, ao que o rei não accedeu, o mesmo fazendo Vasco da Gama três instancias que o rei lhe fizia para que fosse a terra visitá-lo em seus paços. «Dizendo elrey ao capitão que lhe rogava que fosse com elle a sua casa folgar, e que elle hiria dentro aos seus navios e o capitão lhe disse que não trazia licença de seu senhor pera sair em terra, e que se em terra saísse que daria de sy mas conta a quem o lá mandara. E o rey respondeu que se elle aos seus navios fosse que conta daria de sy ao seu povo, ou que diriam!» (*Roteiro de Vasco da Gama*). Vê-se que ambos eram cautelosos, e da parte do Gama sobravam razões para isso. Contudo, vendo a confiança com que o rei deixava na capitania um seu filho e um seu conselheiro, não ponde o Gama deixar de acceder ao convite que o rei lhe fez, que pois não queria ir a terra, ao menos fosse ao outro dia andar nos batéis ao longo da praia, para vêr uns torneios com que o queria honrar.

Depois de obter o piloto que o rei de Melinde lhe promettera e despedir-se d'aquelle monarcha hospitaleiro, jurando-lhe que os portuguezes o teriam sempre por seu alliado, levantou ancora em direcção á costa do Malabar, termo tão desejado de sua viagem, aos 24 d'abril de 1498.

Aos 17 de maio avistaram terras da Índia e no domingo, 19 do mesmo mez, fundearam finalmente em Calcut, tendo realiado esta travessia sempre com vento pela pópa. Obtida audiencia do Samorim, entregou-lhe o Gama as cartas e presentes que D. Manoel lhe enviava, e estabelecerem em terra feitoria para trocar as mercadorias que levava por outras do paiz. N'esta feitoria pôz por feitor Diogo Dias, escrívão do *S. Gabriel* e irmão de Bartholomeu Dias, mas não tardou que os mouros, que commerciam em Calcut, ciosos do apparecimento dos portuguezes n'aquelles mares, lhes não movessem guerra. Para isto peitaram o cahal ministro do Samorim, para que indizisse o soberano a apoderar-se dos navios portuguezes. A muita

prudência e coragem de Vasco da Gama se deve o não ter ficado malograda a expedição, quando já tinha chegado ao seu termo. Nos trez mezes que aqui esteve sustentou elle uma continua luta de sagacidade e constancia com o Samorim e o seu cunhal, e, dissimulando tudo, de tal modo se houve, que conseguiu apoderar-se de dezenove dos principaes moradores, com os quaes pôde obter o resgate do feitor e dos outros portuguezes que em terra estavam, e aos quaes o cunhal não consentia que voltassem a bordo, guardando-os á vista, para por este meio obter capciosamente as mercadorias de bordo.

Logo que Vasco da Gama recolheu todos os portuguezes fez-se de vela no caminho de Portugal, jurando ao Samorim que havia de voltar á Índia e cunho lhe havia de mostrar quem os portuguezes eram.

Estava finalmente realisado o feito que será o assombro de todas as gerações. Como não pulsaria jubilo o coração do heroe ao lembrar-se do seu Portugal, que o esperava ansiosamente, e a cujas praias elle ia regressar conscio de ter cabalmente desempenhado a missão que lhe fôra confiada e de coberto d'uma gloria immorredoura?

De Calecut caminharam para o norte, e aos 23 de setembro de 1498 foram aportar á ilha d'Anchediva, onde pelearam com uns piratas que os atacaram, e, passados doze dias, depois de terem feito aguada e reparado os navios, se fizeram na volta da costa oriental d'Africa. Foi esta travessia muito trabalhosa, porquanto, em virtude das calmarias e ventos ponteiros, gastaram n'ella tres mezes, e o escorbuto atacou as tripulações com tanta intensidade que d'elle morreram trinta homens, e dos restantes a maior parte adoececeram, de maneira que escasseava a gente para a manobra.

Andavam já totalmente descoroçados quando o vento lhes soprou de feição, que em seis dias os trouxe a Magadoxo, terra da costa oriental d'Africa, onde aportaram. No dia 6 fundearam em Melinde, e o rei mandou logo muitos refrescos a bordo para os doentes, dos quaes muitos aqui morreram.

Folheu muito o rei de Melinde de tornar a vêr o Gama, e lhes fez muito honroso agasalho e lhe encomendou que asseverasse ao rei de Portugal a sua amizade, e que não deixaria fugir occasião de servir os portuguezes como seus alliados e amigos.

D'alli se partiram no dia 11, passaram avante de Mombaca, e no dia 13 foram fundear junto dos baixos de S. Raphael, onde puseram fogo ao navio d'este nome, por não ser possível marcar tres navios com tão pouca gente como a que tinham.

Depois de descansarem cinco dias continuaram a sua derrota com tão bom vento, que aos vinte dias de março tornaram a passar o Cabo da Bos Esperança, seguindo logo d'alli em linha recta para as ilhas do Cabo Verde, sem tocar em nenhum outro ponto da costa.

Já nas alturas do Cabo Verde assaltou-os medonha tempestade, que os apartou, e Nicolau Coelho, aproveitando-se da circumstancia do *Berrio* ser mais veleiro do que a capitania, seguiu immediatamente no rumo de Portugal, pressuroso por poder dar a ei-rei a feliz nova do descobrimento da Índia, chegando á barra de Lisboa no dia 10 de julho de 1498.

Quando Vasco da Gama chegou á ilha de Santiago de Cabo Verde, entregou o commando do navio a João de Sá, que fôra escrivão do S. Raphael, e freou uma caravella com o fim de chegar a Portugal com toda a brevidade, a vêr se os ares patrios restituia a saúde a seu irmão, que, desde o Cabo da Bos Esperança, vinha muito doente, tendo-se-lhe agravado os padecimentos na passagem da Linha. Como elle piorasse viu-se forçado a arribar á Terceira, onde Paulo da Gama viveu só um dia, e foi sepultado no convento de S. Francisco d'Angra. Vasco da Gama com muy grande sentimento chorou a morte de seu bom irmão com muy grande nojo, que o muito amava (*Leidas da Índia*).

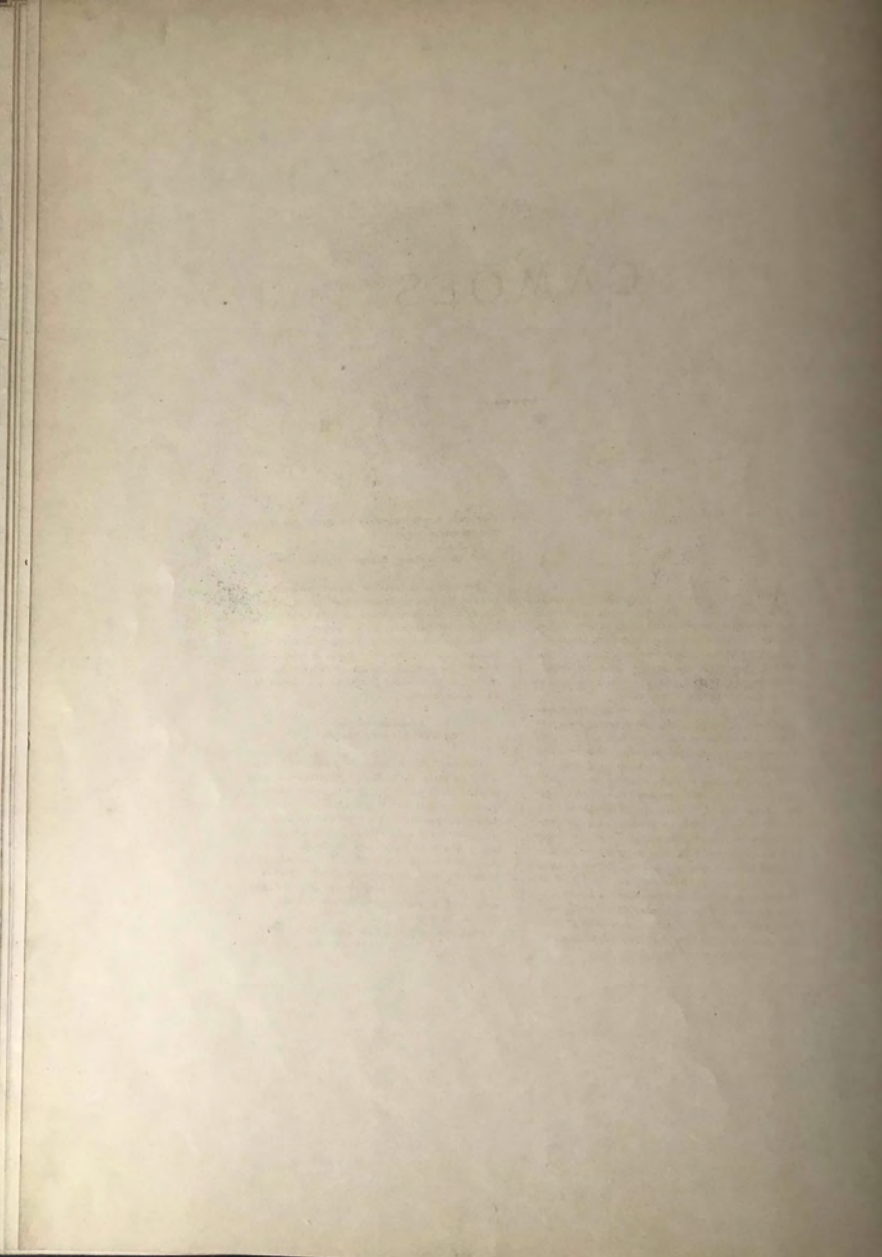
No dia 29 de agosto de 1499 entrava elle em Lisboa vinte e cinco mezes e vinte e um dias depois da sua sahida d'este porto. Dos denodados portuguezes que tomaram parte n'este feito, que escurece todos os precedentes, apenas cinquenta e cinco tornaram a vêr o ceu da patria.

O descobrimento da Índia não é apenas um feito glorioso dos nossos maiores: é mais do que isso; o descobrimento da Índia marca uma epocha nos fastos da humanidade e da civilisação de todos os povos. Supponhamos, por um momento, que Vasco da Gama succumbia victima, ou da fúria dos elementos, ou das insidias dos povos inhospitaes que visitou. O que succederia? Provavelmente o mesmo que aconteceu depois das malogradas expedições dos Corte-Reaes, d'esses prelo-martyres da passagem do Noroeste, cujo mau exito fez afflitar os portuguezes para sempre d'essas nefastas plagas da America do Norte. Os portuguezes, desanimados, não ousariam tam cedo seguir a mysteriosa esteira por onde Vasco da Gama se teria sumido na voragem do ignoto, e se desistissem da empreza, quem ousaria arcar com os mares nunca d'antes navegados, para a levar a cabo? Ninguem! N'essa epocha nenhuma acção da Europa ousaria commetter uma tal empreza. O descobri-





Luiz de Camões



CAMÕES

I

A vida do cantor dos *Lusíadas* é por si um grande poema, bello pela verdade, profundo pela realidade; compõe-se do conflicto de trez sentimentos exclusivos que o impulsionaram, tornando-o um dos primeiros em um seculo de renovação que dá á consciência humana as bases do criterio scientifico. O amor, a patria, a gloria, eis a trilogia do poema subline d'essa vida.

O Amor, o sentimento que realisoou no mundo moderno a egualdade civil, que penetrou como um dilúculo de aurora na mudez sombria dos castellos feudaes, onde ecoaram as melodias subjectivas dos trovadores da Provença, — o Amor, que serviu de thema á expressão escripta das linguas novo-latinas, foi esse o estímulo primeiro que acordou o genio de Camões. Na revelação inspirada de uma emoção pessoal, Camões synthetisa uma das características da nacionalidade, que Lope de Vega, Cervantes, Espinel e Sevigné accentuaram na passividade amorosa dos portuguezes. Depois da idealisação de Dante no typo aéreo de *Beatriz*, e da contemplação extática de Petrarca, na *Laura*, Camões separou o ideal da mulher da allegoria theologica e da abstracção platonica, e da lucta das paixões destacou a candura ingenua de *Nathercia*, na

PLUTARCHO PORTUGUEZ.

eloquencia surpreendente e inimitavel, que resumiu em um só verso:

De amor escrevo, de amor trato e vivo.

Foi essa eloquencia que suscitou em volta de Camões o assombro momentaneo, que se converteu na inveja dos mediocres, de uma côrte beata, d'onde o arremessaram para o desterro.

Camões seguiu errante pelo vasto dominio das conquistas portuguezas, affrontando os perigos dos assedios, os combates navaes, as tempestades, os naufragios, os cruzeiros pestilentes, e a miseria de alheios hospícios:

Porque ficasse a vida

Pelo mundo em pedaços repartida.

Guiava-o uma miragem que o alentava na lassidão exhausta do desterro; preocupava-o um pensamento de gloria, não para si, mas para identificar a sua vida com a de *Nathercia*. Esse era o sentimento que lhe trazia a esperança no meio das borrascas, era o sonho intenso, o sonho acordado, que o levava incólume pela borda do abysmo, ainda derribado da sua fortuna. E, como a bonina desfolhada antes do tempo, *Nathercia*, candida e bella, foi truncada pela morte, na flor da idade muito moço, no paço, como o declaram os secos nobiliarios.

Para que servia a Camões a gloria, depois

VOL. I — FASC. III.

d'essa ruína e desmoronamento irreparável do futuro? Que restava mais? Aquella grande alma agarrou-se á vida com a tenacidade de um destino; nas prisões, para onde o arrojavam abatido, accusado e miseravel aquelles a quem andava elaborando o pregão eterno do seu canto, ahí lhe appareceu na visão da saudade o ideal novo

da ditosa patria sua amada.

Era a Sio sagrada de que o desterrado se lembrava; a aspiração da gloria tinha um porquê, rejuvenesceu-lhe a vida; por ella mandaria ao futuro o testamento grandiloquo do valor do

peito illustre lusitano.

Contra a gloria, que o poeta ambicionava, reagiu a sorte fazendo-o quasi perder o poema dos *Lusiadas* no naufragio das costas de Cambodia. E como a fatalidade lhe roubara Nathercia, o que restava d'esses amores, os versos que perpetuaram

as ténhaças que n'alma lhe moravam,

foram-lhe tambem roubadas pouco depois da sua chegada a Lisboa. Salvaram-se os *Lusiadas*, mas para uma gloria bem triste, a de ser o grito extremo de uma nacionalidade que succumbe.

Se o Amor, a Patria, a gloria foram para Camões a luz, o impulso e a visão consoladora, tudo isso rolou no abysmo das suas perdições; era já tarde para buscar o refugio

do negro esquecimento e eterno somno.

A vida prolongou-se-lhe bastante para vér contradictos os seus cantos, para assistir ao paroxismo de um povo livre que recebeu com festas o jugo do invasor.

Uma consolação lhe restou ao vér expirar a liberdade portugueza, como se a sua empreza fôra imprevistamente terminada:

Acabe-se esta luz aqui commigo.

Eis por onde a morte foi para Camões tambem uma das condições da sua immortalidade, e a razão por que o seu nome foi e será sempre um poderoso estimulo de revivescencia da nação portugueza.

A sciencia moderna, pela bocca de Frederico Schlegel affirma esta sublime conclusão: «Nunca desde Homero, poeta algum foi tão honrado e amado pela sua nação como Camões; de modo que tudo quanto esta nação, decahida da sua gloria immediatamente apoz a morte d'elle, conservou de sentimentos patrióticos, tudo se liga a este unico poeta, que pôde com justiça substituir a maioria dos outros e ser considerado como uma litteratura inteira.» São de uma profunda verdade estas palavras; o nome de Camões é a synthese do sentimento nacional portuguez. A historia o confirma; ainda no seculo xvi, sob o dominio estrangeiro o poema dos *Lusiadas* era lido e comentado pelos que suspiravam pela independencia da patria, e o grande revolucionario de 1640, João Pinto Ribeiro, n'esse poema encontra accesso o fogo sagrado com que reivindicou a autonomia da liberdade portugueza. Todas as vezes que essa liberdade esteve em perigo, Camões e o seu poema foram o palladio em volta do qual se congregaram todas as energias da independencia, como vimos em 1817 a 1820 com as homenagens do Morgado de Matheus, e em 1824 com as bellas creações artisticas de Garrett e de Sequeira. Todos os que ha pouco assistiram á festa de unanidade do sentimento nacional do Centenario da morte de Camões, em 10 de junho de 1880, viram n'este facto o phenomeno moral de uma revolução das consciencias, que tornou este grande dia como o marco d'onde partimos para um novo destino. A vida de Camões não é uma simples indicação de dados biographicos; ella está ligada a todos os accidentes historicos da nacionalidade portugueza. Nasceu no mesmo anno em que morria Vasco da Gama, em 1524, como se os grandes feitos realizados precisassem de ser completados pela eternidade da gloria. Foram seus paes, Simão Vaz de Camões, segundo neto do trovador galleziano Vasco Pires de Camões, e D. Anna de Sá e Macedo, oriunda da familia dos Gamas, do Algarve. Na vida do poeta sentem-se estas duas influencias ethnicas, no seu caracter passivo e ao mesmo tempo inquieto, como vemos no subjectivismo dos seus cantos lyricos e nas tempestades constantes que lhe envolveram a existencia. Nasceu no primeiro quartel do seculo xvi, na fecunda época da Renascença, elle acompanha essa actividade dos espiritos como um humanista, conhecedor das litteraturas da anti-

guidade, das sciencias que se restabeleciã, e da jurisprudencia que se vigorizava nas sociedades pelo regimen parlamentar. A educaçã de Camões fez-se em Coimbra, parte do mosteiro de Santa Cruz, para onde convergiam todos os filhos da aristocracia portugueza, e na Universidade de Coimbra depois de reformada em 1557. A época da sua formatura jurídica fixa-se até 1542, e esta data é eloquente, porque nos mostra que escapou à esterilizadora acção dos jesuitas em Portugal, que depois de 1555 se apoderaram do ensino publico, offuscaram a fecundidade creadora dos Quinhentistas e mataram nas consciencias das gerações novas, submettidas á sua férula, o sentimento nacional, que em 1580 estava totalmente extinto, a ponto de Philippe II, o invasor, ser recebido com arcos triumphaes.

Depois de 1542, Camões veio frequentar a corte de D. João III, onde o beaterio extinguiu o esplendor dos serões litterarios em que a aristocracia portugueza revelava uma extraordinaria cultura; o facto de não deixarem sair de Portugal a infanta D. Maria, ultima filha de D. Manoel, para ir ter com sua mãe que estava casada com Francisco I de França, fez com que a deixassem distrahir-se com exercícios litterarios, como tambem usava Margarida de Navarra; foi em volta da infanta D. Maria que se formou essa corte esplendida de senhoras instruidas, como as Sigas, Angela Vaz, Paula Vicente, D. Leonor de Noronha, D. Francisca de Portugal: ella recebia a dedicatória do *Palmeirim de Inglaterra*, de Francisco de Moraes, e pedia versos a Camões.

Foi durante este periodo da vida do paço que o poeta teve amores com D. Catharina de Athayde, filha de D. Antonio de Lima, camareiro-mór de D. Duarte, e que o odioso Pero de Andrade Caminha motejou de Camões em varios epigrammas, e que por ventura machucou as intrigas que tiveram como resultado o ser Camões desterrado da corte, e o andar errante pelo Ribatejo, até que se resolveu a ir militar em Africa.

Fixa-se depois de 1546 a partida para Africa, servindo dois annos nas guarnições de Ceuta, perdendo em uma embuscada dos arabes o olho direito, o fructo acerbo de Marte, a que se refere nos seus versos. Em Africa começou a vêr a decadencia progressiva do dominio portuguez e a sentir a necessidade de perpetuál-o na memoria dos homens. Assim lhe nasceu n'alma o desejo de ir batalhar nas conquistas do Oriente, acompanhando em 1550 o novo vice-rei Affonso de Noronha, que partiria de Africa para Lisboa, d'onde devia seguir para a India. Camões alistou-se como soldado para ir na armada do vice-rei, mas como esta arribou

pouco depois da partida, Camões ficou em terra, por ventura esperançado na grande protecção que o joven principe D. João, consagrava então aos poetas portuguezes. Um accidente desgraçado complicou a sorte de Camões, já odiado na corte; generoso e valente, para acudir a um amigo ferido em 1552 na Procissão de Corpus o creado dos arreios de D. João III, Gonçalo Borges, d'onde resolveu ser preso e fazer um anno na cadeia do tronco da cidade, até 7 de março de 1553. Durante esse periodo de carcere teve conhecimento da primeira *Decada* de João de Barros, que lhe fortificou o pensamento da composiçã do poema a que então chamava *Elusadas*. A 24 de março de 1553 partiu para a India na não «*São Bento*», sendo inscripto como *homem de guerra*, e tendo por fidalgo seu tio Belchior Barreto, o que leva a inferir que a viagem da India fora para elle um castigo.

A armada soffreu um terrivel temporal, e de todas as naos que a acompanhavam, muitas perderam-se, outras arribaram, e só a não «*São Bento*» obrigada a singrar por fora da ilha de S. Lourenço chegou á India n'esse anno de 1553. «Foi logo necessario termos guerra», diz o poeta que acompanhou o vice-rei D. Affonso de Noronha na expedição contra o Chembé; em 1554 occupa-se no cruzado doento do Monte Felix, regressando a Góa na época dos festejos da nomeaçã do governador Francisco Barreto, em 1555, em que cooperou com o auto de *Filodemo*.

A vida em Góa era assás dissoluta, e Camões protesta contra essa sepultura de todo o homem honrado; Francisco Barreto era novo e bastante severo, querendo assignalar o seu governo pela reorganisação dos serviços publicos. Foi n'esta crise que escolheu Camões para Provedor mór dos defuntos e ausente de Macão, lugar de natureza de Ministerio publico orphanologico, que longe da metropole das colonias só poderia ser exercido por um homem conhecedor de direito, valente e honrado. Camões partiu para Macão em 1556, regressando ao fim de dois annos, debaixo de prisão por ser *mexericado de amigos*, como passados annos o dissera a Manoel Corrêa. Durante os dois annos de Macão, occupou-se em escrever o poema dos *Lusadas*, na celebre gruta ainda hoje memorada. No regresso a Góa, naufragou na foz do Mecon, nas costas de Cambodia, onde se salvou a nado, salvando tambem a odyssea das glorias portuguezas. Elle viu as maravilhas da cidade de Angor, e no seu poema falla dos cultos da religião dos Khmires, cuja arte a sciencia moderna estuda hoje com espanto. Depois de chegar a Góa, e já no carcere, recebeu a noticia da morte prematura de D. Catharina de Athayde. Na corte da rainha D. Ga-

therina, mulher de D. João III, existiam varias damas com este nome; d'aqui uma certa dificuldade em determinar qual d'ellas foi amada e cantada por Camões. Quiz alguém considerar a filha de D. Alvaro de Sousa, casada com Ruy Borges Pereira de Miranda, como a que inspirou os amores do poeta; o unico argumento plausivel seria o conflicto com Gonçalo Borges, acima citado, pelo facto de ser irmão bastardo de Ruy Borges. Contra tal inferencia apparecem as datas historicas. D. Catherina de Athayde, filha de D. Alvaro de Sousa, morreu em 28 de setembro de 1551; antes de Camões ter partido para a Asia; ao passo que D. Catherina de Athayde, filha de D. Antonio de Lima, morreu em 1556, e a noticia da sua morte só chegou á India pouco antes de ter Camões regressado de Macão. Foi evidentemente esta a namorada de Camões, porque no soneto CLXXII, que trazia no manuscrito a rubrica *Das suas perdições*, se reune sob o mesmo golpe da fatalidade, o naufragio na foz de Mecon, e a morte da *cordeira gentil* que tanto amara:

Liso, quando quizer o fado escuro,
A opprimir-te virão em um só dia
D'out' lobos; logo a voz e a melodia
Te fugirão, e o som suave e puro.
Bem foi assim; por que um me degolou
Quanto gado vacum pastava e tinha,
De que grandes soldadas esperava.

E, por mais danto, o outro me matou
O *cordeira gentil*, que eu tanto amava;
Perpetua saudade da alma minha,

As relações de Pero de Andrade Caminha com D. Antonio de Lima, fortificam estas interpretações, que se completam pelo epitaphio d'este mediocre poeta á morte de D. Catherina de Athayde em 1556 e pelos seus miseraveis epigrammas contra Camões.

Invernando em Gôa em 1559, e posto já em liberdade pelo vice-rei D. Constantino de Bragança, é empregado no despacho pelo novo vice-rei o Conde de Redondo em 1561, vivendo em 1563 na intimidade intellectual do sabio e velho naturalista Garcia d'Orta, o auctor dos *Colloquios dos simples e drogas*. Em 1564 o seu antigo amigo D. António de Noronha, succedendo na vice-realeza pela morte do Conde de Redondo, nomea-o para a sobrevivencia da Feitoria de Chaul, de que não chegou a tomar posse. E' entre 1564 e 1567, que se collocam as viagens de Camões no archipelago das Molucas, citando nos seus versos principalmente a ilha de Amboina. Em 1567 acompanhou Camões Pedro

Barreto, que ia tomar posse da capitania de Moçambique, fiado na esperança de regressar depressa a Portugal com o seu poema; Pedro Barreto perseguiu-o por uma divida, e deixou-o na miseria, sendo em 1569 encontrado pelo seu amigo Diogo de Couto, esse chronista-ethnologo, *tão pobre que comia de amigos*. Os portuguezes e camaradas que regressavam em 1569 a Portugal na não Santa Clara, quotisaram-se entre si para o vestirem, e trouxeram consigo *este principe dos Poetas do seu tempo*, como já então lhe chamava o eruditissimo Diogo de Couto.

Chegou Camões a Lisboa em 7 de abril de 1570. A nação estava na mais profunda miseria; Lisboa estava devastada pela *peste grande* de 1569, nome com que ficou conhecida na historia, e da qual morriam mais de quinhentas pessoas por dia. Os Jesuitas dominavam a consciencia do joven monarcha D. Sebastião, e maquinavam com a Hespanha a incorporação infame de Portugal. Foi n'este estado de abatimento publico, que Camões procurou dar á publicidade o poema dos *Lusiadas*, obtendo a licença em 23 de setembro de 1571, e apparecendo á luz só em principio de julho de 1572. Deu-se-lhe ainda em 28 d'este mez uma tença de quinze mil reis pela sua *habilitade e sufficiencia*, só por trez annos, sendo renovada em 2 de agosto de 1575, mas sempre paga com atraso pela má vontade dos funcionarios. O livro dos *Lusiadas* provocou contra Camões terribes malevolencias da parte de Caminha, Bernardes, Jeronymo Corte Real, Francisco de Sá de Menezes, Pedro de Costa Perestrello, e outros poetas da corte, de sorte que em 1578 quando D. Sebastião se lançou na tresloucada expedição de Alcaccer Kibir, Bernardes foi preferido a Camões para ser o cantor d'aquella empreza quixotesca, em que o rei já levava a corôa de ouro com que se havia de proclamar imperador em Fes. Depois da derrota de Alcaccer Kibir em 4 de agosto, Camões conheceu que o cardeal D. Henrique, instrumento cego dos Jesuitas, conspirava contra a autonomia de Portugal, e todos os partidarios da independencia nacional se agrupavam em volta do poeta.

Elle adoeceu n'esse terrivel periodo conhecido na historia pelo nome de *tempo das alterações*, e vendo que a honra e liberdade portuguezas se afundavam na traição, ao saber que os exercitos de Philippe II já estavam em Badajoz, escreveu a D. Francisco de Almeida, essas celebres palavras: *ao menos morro com a patria*, tornando verdadeiro este protesto pelo seu fallecimento a 10 de junho de 1580, em um hospicio de caridade, como se sabe pela nota de Frei Joseph Indio, seu amigo escripta no exemplar do poema que possuiu lord Hol-

land. Sua mãe sobreviveu-lhe ainda até ao anno de 1585 *muito velha e muito pobre*, como diz um documento official.

O livro dos *Lusiadas* ficou como o deposito sagrado do germen da liberdade portugueza, e os Jesuítas o comprehendiram, por que em 1584 o mutilaram, como é evidente na caricata edição dos *Piscos*. Trez gerações passaram para que a intelligencia portugueza sentisse a profundidade da synthese contida no nome de Camões, e essa intelligencia expressa pelo Centenario é a prova de uma immensa vitalidade nacional.

III

Sabe-se que depois da chegada de Camões a Lisboa, em 1569, roubaram ao poeta o livro dos seus versos, livro que o grande Diogo do Couto viria em Moçambique, onde encontrara esse seu *matalote e amigo* trabalhando em um livro de muita erudição e philosophia. No meio dos desalento e miséria, Camões entretinha-se colligindo os seus versos, onde cantara os seus amores, os desastres de uma vida tempestuosa, e nos quaes os rasgos do seu espirito dominavam as catastrophes vendo os acontecimentos através d'essa graça que ainda hoje saboreamos nas suas cartas. A esses versos e composições dramaticas dera Camões, segundo o estylo da eschola italiana, o nome de *Par-naso*.

Roubaram-lhe pois esse livro na sua chegada a Lisboa, e, segundo Diogo do Couto, foi furto notorio, que se não pôde descobrir, mas que explica os plagiatos de Diogo Bernardes, de Francisco Rodrigues Lobo e de Fernão Alvares d'Oriente. Essa face sublime do genio de Camões ficaria ignorada, porque das suas obras lyricas apenas restavam a Ode ao Conde de Redondo em 1564, o Soneto a Manoel Barata em 1572, e os Terceiros a D. Leoniz Pereira, em 1576, salvos pela imprensa. Só quinze annos depois da morte de Camões é que começaram a apparecer os primeiros plagiatos das obras do grande epico, e foi então que os livreiros tiveram o generoso instincto de explorarem a curiosidade publica fazendo investigações, pedindo cadernos manuscritos, escrevendo para Gôa e para Moçambique, transcrevendo os fragmentos dos Cancioneiros de mão, para assim organisarem o primeiro texto das *Rimas* de Camões, impresso pelo benemerito livreiro Estevam Lopes, coadjuvado pelo poeta e jurisconsulto Fernão Rodrigues Lobo Soropita, em 1595. As descobertas succede-

ram-se, e novos ineditos se ajuntaram á reimpressão das *Rimas*, de 1598. Os esforços de um outro intelligente livreiro Domingos Fernandes, coadjuvado por Pedro de Mariz, e principalmente pelo bispo de D. Rodrigo da Cunha, lograram accumular mais ineditos de Camões, em edições successivas e sempre augmentadas; os impressores livreiros Craesbeck, Pedro, Lourenço e Antonio, deram ás obras do poeta a belleza dos seus typos, no formato de algebeira, os preciosos 1624, 1626, 1627, 1631, 1632, 1633, 1644 e 1645, em que apparece pela primeira vez o *Auto de El-Rei Seleuco*. Foram os livreiros e impressores do seculo XVI durante todo o seculo XVII que descobriram o texto lyrico de Camões, e salvaram a lingua portugueza, que foi o característico da individualidade e resistencia nacional.

Observando o trabalho typographico exercido sobre os *Lusiadas*, podemos tambem organizar uma estatística susceptivel de deducções fecundas. E' certo que os numeros não governam o mundo; mas, segundo a phrase de Goethe, dizem como elle se governa; é este o espirito da estatística, que se pôde applicar a toda a ordem de phenomenos. As impressões dos *Lusiadas*, no ultimo quartel do seculo XVI, durante todo o seculo XVII, no decurso dos XVIII e XIX, revelam pela sua frequencia ou diminuição, as alterações do espirito portuguez, conforme a consciencia da nacionalidade e segundo o grão de liberdade realisado nas instituições.

No seculo XVI, quando estava a pique de se extinguir pelas traições da nobreza e pelas conspirações clericas a nossa independencia, apparecem os *Lusiadas* em 1572. A consciencia nacional conservava-se na tradição vivificada pelo poema, abraçando como seu esse livro, que se reimprimiu em 1584, 1591 e 1597. N'esse seculo, que termina para nós como o maior dos desastres, tiveram os *Lusiadas* cinco edições.

No seculo XVII, passado em grande parte sob o jugo hespanhol e nas guerras da fronteira, e depois de esterilizados pelo cazarismo bragantino, fizeram-se sómente *quatro* edições dos *Lusiadas*.

No seculo XVIII em que a nação foi totalmente desconhecida pelos seus monarchas, em que o despotismo attingiu o maximo do seu arbitrio em D. José, e em que a nação se viu exposta á ruína pela demencia de D. Maria I, e pelos actos da imbecillidade de D. João VI, os *Lusiadas* quasi que ficaram esquecidos, tiveram apenas durante esses governos deprimentes, em cem annos, *dez* edições.

O seculo XIX, grande pela sua renovação scientifica, pelas aspirações politicas pelas vastas applicações industriaes, transformou a consciencia moderna e assignalou uma era nova na marcha da hu-



manidade; Portugal também se sente atraído para esta corrente progressiva da nova evolução e pede dizer-se que a consciência nacional se eleva. As edições dos *Lusiadas* neste século sobem já a *cincenta e cinco*. Neste século, em que, ao contrário do que dizia o venerando patriarcal da imprensa, o velho Aldo Maurício «as armas vão sendo substituídas pelos livros», coube à Imprensa portuguesa a iniciação das festas do Centenário de Camões, servindo com a sua força a manifestação do rejuvenescimento nacional revelado por este fenómeno.

IV

E' sublime o accordo entre as conclusões scientificas das mais elevadas intelligencias da Europa e a intuição da alma popular, que encontraram em Camões, o representante de uma literatura inteira e a synthese de uma nacionalidade. Bem dizia Frederico Schlegel, que nunca desde Homero até hoje nenhum poeta fôra mais honrado e amado do que Luiz de Camões. D'onde provém esta unanimidade de entusiasmo crescente, das homenagens successivas, senão d'essa relação profunda entre o génio de um homem e a consciência autonómica de um povo? Foi a sciencia europeia que determinou pelos processos criticos essa relação historica, moral e artistica, e foi a espontaneidade popular que o affirmou também em pleno século XIX, dando a Camões o consagração que os maiores potentados da terra ainda alcançaram.

Esta pobre nação portugueza esgotada nas suas forças vivas sob a dynastia mediocre e nefasta dos Braganças, sentiu-se rejuvenescer na contemplação das suas passadas grandezas perpetuadas na epopeia dos *Lusiadas*. N'esse cêro unânime da mais esplendida apothese ao génio de Camões, «mente o governo revelou a mais triste intelligencia abandonando á iniciativa individual as manifestações que eram o symptoma da vida da nacionalidade; é porque esse governo monarchico é uma cousa morta, insensível á opinião de um povo, e portanto incapaz de coordenar e dirigir as forças d'este organismo. Não cumpriu a lei de 10 de abril de 1880, e quiz embarçar a grande festa da nacionalidade com boatos aterradores, com planos de insurreição. Ficará na historia este desacordo unico na universalidade das festas que simultaneamente se celebraram em Paris, Berlim, Napoles, Madrid, Barcelona, em todo o Imperio do Brazil, nos Açores, em Boston, em Hong-Kong.

O Centenario de Camões significa uma cousa:

que este povo é capaz de se mover por uma ideia. Não está morto como o julgavam aquelles que o ludibriavam sangrando-o pelo imposto, vendendo-o pelos empréstimos, matando-lhe o trabalho e desmembrando-lhe o territorio por tratados fraudulentos. A ideia que hontem foi uma recordação do passado, o amor da propria tradição, amanhã pôde ser uma aspiração do futuro. E' por isso que o Centenario de Camões, realisando a harmonia sublime da consciencia portugueza, veio revelar quanto ha ainda a esperar em quem sabe procurar o estimulo saudavel e fecundo na sua propria tradição.

O século XIX vae terminar deixando iniciada uma era nova na alliança do Poder espiritual da Sciencia, que substitue os dogmas atrazados, e da Industria, que substitue essas forças estereis e parasiticas dos exercitos permanentes, que só serviram o interesse dos reis. Essas duas forças racionais, legítimas e compatíveis com a dignidade humana, em breve regerão as sociedades. As festas da Industria, representadas pelas Exposições internacionais, ensinam-nos a reconhecer d'onde ha de vir a ordem nova; as comemorações dos espiritos superiores realisadas nos Centenarios dos grandes homens, revelam-nos que se acaba o feticchismo dos symbolos autocraticos.

O Centenario de Camões é um facto fecundo pelas lições que encerra; por elle se vê que Portugal pressente a orientação mental do mundo moderno, e voltando-se para Camões no dia em que elle entrou na immortalidade da especie, contempla-o a uma outra luz; não é só ao homem que morreu com a patria, em 10 de junho de 1580, que lhe consagrou o jubileu secular, é ao cantor que conservou na Historia sempre glorioso o nome de Portugal, e que no momento em que revive — esta ditosa patria sua amada — o seu génio recebe a mais assombrosa das glorificações.

Além de nacional, o Centenario de Camões tem uma significação europeia. Os povos do Occidente da Europa constituem uma unidade baseada sobre as mesmas tradições poeticas, sobre as mesmas formas sociais, e sobre uma intima solidariedade historica; a civilização romana fundiu todos estes elementos ethnicos, emquanto ao direito, emquanto á linguagem, emquanto á justa relação entre a vida local apoiada no Municipalismo, e á coexistencia nacional iniciada com a independencia monarchica. A realza tornando-se absoluta e apropriando-se das garantias locais, destruiu este organismo, ficando os povos de Occidente separados entre si, e invadindo-se mutuamente por guerras dynasticas. A dissolução do regimen catholico-feudal levada ao seu mais alto grau de intensidade pela Revolução franceza, determinou o trabalho de recomposição

pela afirmação da liberdade política; procurou-se um novo poder espiritual na ciência, e pela ciência é que foram sucessivamente achadas as bases da unidade moral e social das nações latinas. Activar a disciplina consciente d'essa unidade pela Federação das nações occidentaes, eis o fim supremo para o trabalho dos politicos, dos philosophos e dos artistas. França, Italia, Hespanha e Portugal, eis o quadrado dentro do qual ficará para sempre

garantida a liberdade moderna. Com a festa do Centenario de Camões, que provocou a Hespanha á glorificação de Galdéron, Portugal exercou uma profunda acção de convergencia emocional, que um dia será considerada o primeiro impulso para a alliança federativa dos povos de civilização latina.

Theophilo Braga.

DOCUMENTOS RELATIVOS A CAMÕES

1. *Registo da Casa da Índia* (Matricula da Gente de guerra, para a Armada de 1550). Descoberto por Manoel de Faria e Sousa. (Vid. Historia de Camões, t. 1, p. 181.)

2. *Registo da Casa da Índia, de 1553*. Copiado por Faria e Sousa. (Op. cit. 1, 203.)

3. *Commentario de D. Flaminio*. (Ap. Juromenha.)

4. *Papeis de Frei João do Rosario*, de 1573. (Ap. Juromenha, t. 1, p. 35, e 496.)

5. *Carta de perdão a Luiz de Camões*. (Arquivo nacional. Liv. xx, de perdões e legitimações de D. João III, fl. 296 v.) Na ed. das Obras de Camões por Juromenha, t. 1, p. 166.

6. *Alvará de Privilégio a Luiz de Camões, para a impressão dos Lusitadas*. (Na primeira edição do poema, de 1572.)

7. *Alvará de tença de 15000 réis, a Luiz de Camões pela publicação dos Lusitadas*. (Arch. nacional. Liv. xxiii, de D. Sebastião, fl. 86. Publicado pela primeira vez por Garrett, nas notas do poema de Camões. Ap. Jur., t. 1, 170.)

8. *Apostilla da tença de 15000 réis, a Luiz de Camões*. (Arch. nac., Liv. xxiii, das Doações de D. Sebastião, fl. 229. Ap. Garrett, poema Camões, e em Juromenha, op. cit., t. 1, 170.)

9. *Ementa sobre a tença de 15000 réis de Luiz de Camões*. (Arch. nac., Livro II das Ementas, fl. 145. Ap. Jur., t. 1, 170.)

10. *Traslado de uma Apostilla que se fez nas costas de um Alvará de Luiz de Camões*. (Arch. nac., Livro xxiii, de Doações de D. Sebastião, fl. 119 v. Ap. Garrett, e Juromenha, t. 1, p. 171.)

11. *Alvará pelo qual se manda dar a Anã de Sá, mãe de Luiz de Camões, 6000 réis da tença que pagou por morte de seu filho*. (Arch. nac., Li-

vro xlv de Doações de D. Sebastião e D. Henrique, fl. 388. E. J. Jur., t. 1, p. 172.)

12. *Ementa pela qual se mandou pagar o saldo de 6000 réis, que se deviam a Luiz de Camões, a sua mãe, por seu fallecimento a 10 de junho de 1580*. (Arch. nac. Livro iii, de Ementas, fl. 137. Ap. Jur. t. 1, 172.)

13. *Alvará que manda dar a tença de 15000 réis a Anã de Sá, mãe de Luiz de Camões*. (Arch. nac., Livro xi, de Doações de Philippe I, fl. 132. Ap. Jur. t. 1, 172.)

14. *Devassa que se tirou sobre o ferimento de Gonzalo Borges* (de 1 de maio de 1552). Perdido.

15. *Instrumento de perdão de Gonzalo Borges, feito nas notas do Tabellão Antonio Vaz de Castello Branco, a 23 de fevereiro de 1553*. Perdido.

16. *Petição de Luiz de Camões para a sua soltura, fundada no documento anterior*. Perdido.

17. *Parcer e Passe do Rei*. Perdido.

18. *Assignação do Bispo de S. Thomé, de que pagou 4000 réis para a Arca da Piedade*. Perdido.

19. *Assignação da Carga em receita do Capellão do Rei, Alexandre Lopes*. Perdido.

20. *Carta de nomeação de Provedor-mór dos Defuntos e Ausentes em Macão pelo governador Francisco Barreto, em 1556*. Perdido.

21. *Demissão do Cargo de Provedor-mór, em 1558*. Perdido.

22. *Nomeação para Ajudante de expediente do Vice-rei D. Francisco Coutinho, em 1561*. Perdido.

23. *Alvará de nomeação para a sobrevivência da Foleira de Chaul, pelo Vice-rei D. Anão de Noronha, em 1565*. Perdido.

24. *Carta de cavalleiro fidalgo, depois do fallecimento de seu pae*. Perdido.

25. *Certidão de Francisco de Sequeira, escrivão*

da Matricula da Casa real, em como Camões residia na corte. Perdido.

26. Assento no Livro da Fazenda, no titulo do Thezourreiro-mór, para ser paga a tença a Luit de Camões. Perdido.

27. Caderno de Assentamentos, em que se descarregam os pagamentos, ou arbitram. Perdido.

28. Certidão de Ayres de Sequeira, da matricula de Camões nas Moradias da Casa real, em 1578. Perdido.

No *Indice e Summario dos Livros, e documentos mais antigos do Archivo da Camara municipal de Coimbra*, pelo dr. João Correia Ayres de Campos, vem compilados varios documentos relativos a Simão Vaz de Camões, primo do grande epico portuguez, confundido por algum tempo com o pae de Camões. (Jur. t. 1, e v. Ap. *Historia de Camões*, t. 1, p. 59 e 418.)

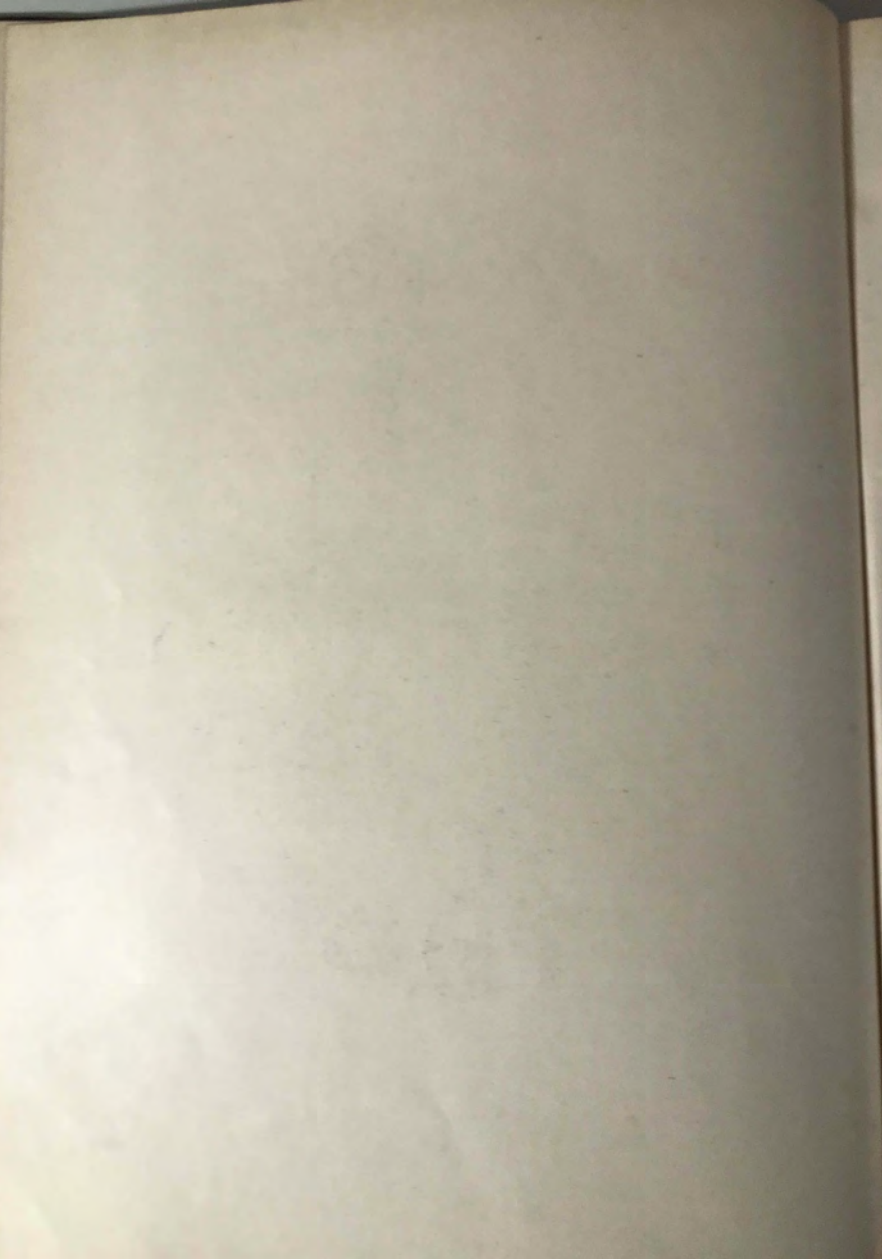
Ha tambem numerosos documentos de Doações regias a Vasco Pires de Camões, terceiro avô do poeta. (*Historia de Camões*, t. 1, p. 416.)





Damião de Góes





DAMIÃO DE GOES

MDI—MDLXXII

Foi dado a este homem illustre viver precisamente n'uma época em que era fácil a um espirito lucido e observador analysar e apreciar as feições characteristics da nação que haviam determinado, em bom e mau sentido, as suas condições de existência. Elle presenciou os feitos heroicos que nos confirmaram a posse das nossas conquistas; viu crescer o egoismo pessoal, a cubica, a indisciplina dos costumes que paralysoou rapidamente o movimento nacional; viu enfim decidir-se a futura sorte do paiz, quando o rei, a corte e a nação se entregaram nos braços da intolerancia, do fanatismo religioso. Damião de Goes tomou o pulso a estas situações tão diversas e deixou d'isso documento em obras que serão a sua eterna gloria, porque foram o espelho da verdade, a expressão mais eloquente dos factos da vida publica e particular da nação. N'essas obras ainda hoje nos podemos reconhecer; o tempo não gastou o espelho. Escolhido o caminho, Goes não recuou diante de nenhum obstaculo, nem mesmo diante do martyrio; o seu processo o prova. Elle repetiu ao refe ao inquisidor aquillo que havia escripto para si e para a nação e disse-o com a mesma serenidade de animo perante a fogueira. Goes fez mais ainda. Os nossos erros, depois de nos comprometterem, hiam perturbado profundamente as nossas relações internacionais; tambem ali jogou elle a vida, com vezes. Em numerosos escriptos, hoje esquecidos entre nós, tentou perante a Europa, e por vezes com brilhante exito, a defeza de questões de primeira

FUTARCHO PORTUGUEZ.

ordem em que hia compromettida a dignidade da nação e até o seu futuro. N'uma época em que o nosso monopolio commercial do Oriente excitava a inveja e o odio das nações mais poderosas da Europa (incluindo a visinha Hespanha de Carlos v), foi Goes o unico que tomou a defeza de Portugal contra algumas das pennas mais illustres do seu tempo. As suas questões com o celebre geographo allemão Sebastião Münster, com o italiano Paulo Govio (um nome europeu) e outras, tinham por fim rehabilitar a nossa reputação commercial, a nossa prohibidade no tracto das mercadorias; hia n'isso o futuro do commercio portuguez, porque no Oriente e especialmente na India, os pamphletos e os livros de sciencia impressos na Europa circulavam em abundancia.

Os galões dos infieis transportavam, dirigidos e capitaneados por transfugas e renegados venezianos e genovezes, esses pamphletos dos nossos detractores, instrumentos não menos perigosos do que a magnifica artilheria fornecida aos navios pelos arsenaes italianos.

Para tornar efficaz a sua defeza Goes tinha tres elementos indispensaveis: relações em quasi toda a Europa, creadas durante vinte e dous annos de continuas viagens, uma grande reputação scientifica e sobretudo autoridade moral por todos reconhecida. Os seus opusculos latinos, escriptos na lingua official da sciencia, chegavam pois em todos os grandes centros ás mãos d'aquelles que podiam julgar e que constituíam a opinião publica — desfazendo a calunnia.

VOL. I — FASC. IV.

Até hoje tem-se fallado apenas dos escriptos portuguezes de Goes, como se fossem esses os seus unicos titulos de gloria e, ainda assim, allude-se quasi que exclusivamente á *Chronica d'El-rei D. Manoel*. Fica quasi de parte, esquecida, a *Chronica do Principe D. João*; foram esquecidos os serviços que elle prestou com o seu *Livro de Linhagens* n'uma época em que a confusão em assumptos genealogicos já era grande, mas em que era ainda possível restabelecer a verdade; foram esquecidos os seus numerosos opusculos latinos em numerosissimas edições. É para estes que chamamos principalmente a attenção dos leitores, como para um campo inexplorado, sem contudo perder de vista os escriptos portuguezes. É n'elles que se desenrolam as questões com os allemães e italianos, e nas quaes interveio o proprio Erasmo—bem alheio ás questões commerciaes da sua época—n'uma celebre carta a D. João III, tal foi o ruido do processo levantado pelos nossos adversários. Tendo regressado a Portugal depois de uma longa campanha no estrangeiro em prol dos interesses do paiz, teve de levantar aqui outra luvá; d'esta vez os adversários foram os proprios compatriotas, e o desfecho da luvá foi-lhe fatal. O rigoroso exame historico a que elle sujeitou os factos historicos dos reinados de Affonso v, D. João II e D. Manoel; a imparcialidade com que elle classificou as pessoas, desvendou as intenções e alumiou os mysterios d'esses tres periodos tão notaveis—foi o seu crime. Dous incidentes, aliás de pouca importancia e em que elle não tinha responsabilidade immediata—um, occorrido entre elle e o Cardeal Infante D. Henrique em 1541; outro, occorrido em Padua em 1536 ou 1537 com o jesuita Simão Rodrigues foram pretexto para um processo politico, a que a religião serviu de capa. Aggravos de uma parte da familia de D. Manoel, sobretudo os agravos de toda a familia de Bragança envolvida e justamente condemnada n'um processo de alta traição contra D. João II, eis as verdadeiras causas do processo de 1571 e 1572. A vida que o chronista jogára cem vezes nas suas viagens, por devoção ao rei e á patria, ia perdê-la por causa de umas historias assaz duvidosas, realçadas com o sabor de heresia por Simão Rodrigues e suas creaturas.

II

O periodo da vida de Damião de Goes, anterior á sua sahida do reino, é pouco conhecido. A posição que a familia occupava em Alemquer, sua

patria, era vantajosa. Seus paes, abastados e de antiga nobreza (sua mãe era d'origem flamenga) tiveram ensejo de o collocar mui novo no paço. Tinha elle nove annos, e passados mais oito já figurava como moço de camara d'El-Rei D. Manoel, cargo que o punha em contacto immediato com o monarcha. A corte era então uma boa escola, em todo o sentido, e principalmente a corte de D. Manoel, a primeira do seu tempo! D. João III, subindo ao throno em 1521, continuou a dispensar ao moço da camara toda a sua protecção, nem de outro modo se explicaria a sahida d'este para Antuerpia dous annos depois com o despacho de *Escrivão da Feitoria de Flandres*. As faculdades naturaes do agraciado eram de certo raras; os seus estudos, principalmente historicos, deviam de ter sido notaveis, para merecer com vinte e dous annos uma distincção tão elevada. O cargo de *escrivão da feitoria* era da maior responsabilidade e importancia. O feitor ou consul portuguez de Antuerpia girava, auxiliado apenas por dous *escrivães*, e ás vezes por um só, com todo o cabedal da corôa, munido de plenos poderes; fazia e desfazia contractos e tratados, negociava alianças de casamento, executava encomendas litterarias e artisticas de primeira ordem; era, em summa, mais do que um embaixador—o fiel depositario da fortuna, do bom nome da nação. Nos palacios de Schermere e Immersede, residencia dos feitores, celebraram-se então festas que não valiam menos do que os saraus de D. Manoel e de D. João III; os personagens mais illustres do seculo XVI alli concorreram e um d'elles, o grande Albrecht Dürer, passou á hospitalidade dos feitores o mais eloquente testemunho. A elle devemos o esplendido retrato que, fielmente reproduzido, acompanha esta biographia.

O antigo moço de camara era posto em dura prova, como vemos! Damião de Goes estava porém tanto á altura da sua posição que bem depressa, depois de um curto tirocinio, sahio da feitoria encarregado pela corôa das missões mais delicadas, primeiro nas provincias de Flandres, e depois nos paizes do norte da Europa: Inglaterra, Escocia, Dinamarca, Suecia, Noruega, Polonia e Russia (até 1533). Negocios particulares de D. João III, que especulava com o casamento de seus irmãos, principalmente com os do Infante D. Luiz e da Infanta D. Maria (a dos *Serões*), contractos commerciaes com as cidades da *Liga hanseatica* para o fornecimento de madeiras, de metaes e sobretudo de trigo (o eterno problema da carestia do pão!), compras de livros, de objectos d'arte, etc.—tudo isto se havia de resolver, no meio de uma grave crise religiosa que complicava todas as questões, ainda as mais alheias á que agitava profundamente os espiri-

tos. A actividade de Goes chegou porém para tudo. Ao Infante D. Fernando (fallecido em 1534) ajuntou elle n'esse intervalo uma bibliotheca historica dos textos mais raros, que foi celebre no seu tempo; este facto comprova os estudos espeziaes do colleccionador n'uma época em que não teria mais de 30 annos. Se Goes não conseguiu o casamento do Infante D. Luiz (pessoa a quem era afilhado), ao qual preparava uma alliança condigna e de alcance transcendente para a politica portugueza — foi porque D. João III o não quiz; de sete noivas, nenhuma pareceu sufficiente a este irmão hypocrita. O casamento com a princeza da Polonia, herdeira de um paiz que era então uma potencia militar de primeira ordem, envolvia para Goes a ideia capital de uma liga politica que collocava o imperio turco entre dois fogos, e os obrigaria a sahir da Europa. É inutil ponderar a influencia de semelhante cruzada para a consolidação dos nossos dominios em todo o Oriente. Os turcos ameaçavam então a civilisação europea e avançavam até Vienna. D. João III fingiu não entender dos planos de Goes. O Infante D. Luiz, talvez o representante mais notavel da geração de D. Manoel, ficou celibatario; o principe que fôra o discipulo querido de Pedro Nunes, o confidante de D. João de Castro, nos seus admiraveis projectos, o intimo amigo de Jeronymo Osorio fez-se beato e discipulo fanatico de Santo Ignacio. A jornada de Tunes fôra o seu unico dia de gloria!

III

Em fins de 1533 estava Goes de volta na feitoria; novas ordens da corôa o mandavam ao sul da Alemanha. Seguiu pois, subindo o Rheno até Basilea e Constanza, travando em toda a parte relações com os principaes representantes da sciencia, das letras e das artes, nos dous campos: catholico e protestante. Tolerante, como era, Goes entendeu que não renegava as suas convicções, ouvindo n'uma questão capital, como era a religiosa, ambas as partes, conforme manda o antigo proverbio. Erasmo, a quem elle fez então uma longa visita foi de parecer contrario; aconselhou-o a partir para Padua, a fim de completar os seus estudos, e a não continuar as relações que encetára com Lutero e com Melancthon principalmente. As informações que o celebre humanista recebia de Portugal não deviam de ser boas; elle prophetisava em 1534 (!) a André de Rezende a reacção que rebentou em 1536. Goes despediu-se de Erasmo que o recommendou a Pietro Bembo.

Este celebre prelado, antigo secretario do papa, historiographo da republica de Veneza, bibliothecario de S. Marco, bispo e cardeal (1539) foi o mais dedicado protector e amigo de Goes em Italia. Elle tinha todos os predios para ser um bom guia; experiencia do mundo, profundo saber e a perfeita urbanidade do verdadeiro humanista. Diante do nosso patricio abriam-se todas as portas e todos os braços, mesmo os de Paulo III. O afilhado fazia honra aos seus padrinhos, como se vê das cartas de Bembo a Erasmo, cujas expressões se reflectiam nas d'este a Goes. A convivencia nos circulos scientificos e litterarios de Padua e Veneza influiu notavelmente nos trabalhos litterarios do nosso patricio. Veneza era a séde de uma Academia illustre, fundada pelo celebre impressor Aldo Manutio, de que Bembo era um dos ornamentos. A casa dos Aldos, cuja officina gosava de fama universal, era o centro de uma admiravel actividade scientifica e litteraria. A correcção dos textos rivalisava com a belleza da impressão, e para cada obra havia um revisor, que era um sabio. Goes amava os grandes impressores, como os agentes mais decididos e activos do humanismo. Muitos d'elles, como os Aldos em Veneza, os Stephanus em França, os Froben em Basilea (tambem intimamente ligados com Goes) brilhavam na primeira linha, como homens de sciencia. A sublime arte da imprensa ainda não se convertêra em instrumento de sordida especulação. João Froben, apesar de uma actividade extraordinaria, apesar de 300 edições, muitas das quaes ainda hoje são admiradas e consultadas, morreu sem fortuna.

O que não havia a aprender n'um circulo d'estes? Além d'isso Padua era a séde de uma das universidades mais celebres da Europa, afamada pela solidez e tolerancia do ensino. A republica de Veneza garantia essa tolerancia mesmo contra as ordens da curia. Os quatro annos que Goes esteve em Italia passaram assim depressa (1534-1538); nas ferias aproveitava o tempo para visitar os lugares mais notaveis da peninsula; no inverno preparava a sua traducção de Cicero, os seus commentarios de Quintiliano, etc.

IV

Quando Goes voltou á Alemanha, a situação geral complicára-se. Erasmo já não existia; morrêra longe, em Basilea, em 1536, sem realisar, infelizmente, a promessa que tinha feito a Goes de concluir o catalogo critico de todas as suas obras; devia elle servir de base a uma nova edição, monumen-

tal, que o nosso patricio se propunha fazer á sua carta. Que empreza esta! Para a medir bastará olhar para os nove enormes volumes em folio da edição que Beatus Rhenanus publicou quatro annos depois, e ainda assim incompleta. Goes fez ainda depois da morte de Erasmo, grandes diligencias para verificar a existencia d'esse catalogo critico, como o attestam numerosas cartas autographas (ineditas) a Bonifacio Amerbach, herdeiro do grande sabio e tambem amigo de Damiao. Um ultimo adeus á sepultura de Erasmo na cathedral foi o fim da ultima visita á Allemanha — «terra e gente que eu venerarei sempre como uma divindade» (Carta a João Fugger).

Nos annos seguintes vem-o em Flandres. Ahi casou em principio de 1539 com uma senhora da alta nobreza flamenga, e estabeleceu-se em Lovania. Um novo circulo, posto que menos notavel que os de Padua e Veneza, cuja alma era ainda um impressor — o notavel philologo R. Rescius, que o recommendára a Erasmo — formou-se em torno de Goes. É no curto intervalo de seis annos até á sua volta ao reino (1545) que o chronista, publica os seus mais notaveis estudos em lingua latina, tratando os assumptos mais variados: sobre a Ethiopia, sobre a Lapponia, sobre o 1.º cerco de Diu, sobre a Hispania (contra Münster), a dissertação sobre as cousas lusitanicas contra P. Govio etc., estudos que são reunidos em collecção em 1544, juntando-se-lhe uma parte da correspondencia do auctor com os varões illustres do seu tempo, e uma serie de poesias feitas em honra sua por varios amigos de Flandres. Goes, publicando estes trabalhos, sustentava, como dissemos, os interesses nacionaes, a honra litteraria do paiz, e dava o mais eloquente testemunho da capacidade dos funcionarios a quem El-Rei confiava a direcção da *Fatoria de Portugal*. Uma parte da gloria reflectia, sem duvida, sobre esta instituição.

V

Em 1545 partiu para o reino, cedendo emfim ás instancias de D. João III, que já em 1533 lhe havia confiado espontaneamente o importantissimo cargo de thesoureiro da Casa da Índia; então pedira escusa para poder completar os seus estudos em Allemanha e Italia; agora não havia razão plausivel para recusar o honroso cargo de mestre e guarda roupa do herdeiro da corôa, o Príncipe D. João. Era pretendente ao mesmo cargo Simão Rodrigues. Este jesuita, que elle agasalhára em Padua, foi denunciado á inquisição poucas semanas

depois do seu regresso; era o meio mais seguro para acabar com o rival. O fundamento da denuncia eram umas historias passadas em Padua com um franciscano convertido á doutrina de Luthero. Este frade, chamado Fr. Roque de Almeida, fora tambem hospede de Goes que o admitiu em casa por ser cunhado do seu «grande amigo», o illustre João de Barros. O franciscano e o jesuita altercaram sobre assumptos religiosos em que o chronista interveio, *tomando o partido dos herejes*; n'este ultimo ponto Simão Rodrigues mentia; o proprio processo o demonstra. O tribunal de Evora, onde o jesuita fora executar a vilania para ferir immediatamente a victima, que estava na cidade de passagem, não instaurou logo o processo; depois, valeu a Goes talvez a circumstancia de ser nomeado para a direcção d'aquella agencia do terrivel tribunal um seu amigo, o polygrapho Gaspar Barreiros. Uma cousa porém conseguiu Simão Rodrigues: affastal-o do lugar de preceptor do principe. A sorte d'esta criança — abandonada absolutamente aos instinctos mais baixos — é conhecida; casado aos quinze annos, dourou apenas um anno, deixando a princeza D. Joanna gravida de um filho — mais tarde: D. Sebastião!

Os annos subsequentes até 1566 correm placidamente, segundo as apparencias; no meio das intrigas de Simão Rodrigues, que o denuncia segunda vez em 1550, dá á luz uma relação do *cerco de Lovania*, sua patria adoptiva, que elle salvára contra os francezes em 1542; a historia do 2.º *cerco de Diu* e uma curiosa *descrição de Lisboa*. A corôa recompensou-o em paga com a nomeação de Guarda-Mór da Torre do Tombo, e quasi em consequencia d'este acto incumbiu-o de escrever a *Chronica d'El-rei D. Manoel*. Estes favores eram duvidosos, porque a empreza não podia ser mais ariscada. A Torre era um caos de documentos, que devendo ser o deposito mais seguro da fortuna publica parecia, ao contrario, o ninho dos ladrões, uma vez que estes fossem graúdos. Enquanto á *Chronica* ninguém a quizera escrever, nem Fernão de Pina, nem Antonio Pinheiro, nem Ruy de Pina, nem o proprio João de Barros, tal era a difficuldade da empreza. Goes resolveu ambos os problemas: pôz a Torre em ordem, serviu que João Pedro Ribeiro e Herculano ainda em nossos dias exaltaram, e concluiu a chronica de maneira a merecer o elogio de um especialista eminente como Peschel, o auctor do *Seculo das descobertas* (1858). O apparecimento da chronica fulminou a corte! Ninguém fallára ainda uma tal linguagem; metade do volume foi supprimida, a outra metade desfigurada, e d'estes retalhos, com mais alguns novos remendos apocryphos, fizeram poucos mezes depois uma nova edição. Goes assignou vencido, mas vingou-se nobremente no

anno immediato (1567), publicando a *Chronica do Principe D. João*, que foi igualmente mutilada. O chronista pintou ali para sempre a immortall figura d'aquelle que ainda hoje chamamos o *Principe perfeito* e que só tem um rival n'aquelle outro que chamamos o *de boa memoria*. O que Goes disse das traições da casa de Bragança ainda hoje a historia o confirma, apesar dos sophismas de D. Antonio Caetano de Souza. As suas prophcias quasi todas se cumpriram, infelizmente — senão miremo-nos no espelho.

Quiz a sorte, que é inexoravel, que de umbas as chronicas se salvasse um exemplar da edição incorrupta, e em breve o monumento estará restaurado.

A causa d'estas mutilações é facil de explicar. Não era só a casa de Bragança a unica interessada na refundição da *Chronica*, mas tambem uma grande parte da nobreza que fora envolvida no processo de alta traição contra o Duque D. Fernando. Goes não a poupou, nem na *Chronica*, nem no *Nobiliário* ou *Libro de linhagens*; este ultimo não chegou a ser impresso, mas tornou-se conhecido pelas copias que d'elle se tiraram; n'este caso era facil introduzir n'ellas materias apocryphas e attribuir ao autor toda a sorte de fabulas. Só assim se explica a historia de umas quadras obscenas allusivas á genealogia dos Pinheiros, ascendentes da casa dos Condes da Castanheira; insinuaram mesmo que o chronista puzera ou mandara pôr esses versos sobre a escrivãinha d'El-Rei. Não conhecem o caracter sempre integro e puro de Goes, a sua nobreza d'alma, esses que lhe attribuem o torpe expediente inventado para desacreditar o valido de D. João III; provam só que são incapazes de comprehender esse typo ideal da nação portugueza no seculo XVI, e que medem as armas com que se fere um adversario pelos ignobis instrumentos que elles ajuntam no proprio arsenal. O Conde da Ericeira D. Francisco Xavier de Menezes foi o primeiro, cremos, que trouxe essa fabula a publico (*Dic. de Moreri*, ed. hesp. 1753), contando-nos ainda a historia de uma desfeita que o Conde de Castanheira preparára ao chronista, na casa da India. Se nos lembrarmos que os Ataídes se haviam alliado aos Menezes pelo casamento do segundo Conde da Castanheira, o *padrão*, com a filha de D. Pedro de Menezes, Marquez de Villa Real; se nos lembrarmos que um dos chefes das traições contra D. João II, foi ainda um Menezes, o Bispo d'Evora D. Garcia; que o irmão d'este prelado, D. Fernando de Menezes, ficou igualmente comprometido, que enfim Ataídes e Menezes, em intima alliança, tiveram o maior quinhão no estupendo processo que acabou a ferro e fogo e a veneno, teremos explicado o rancor do

Conde da Ericeira a Damião de Goes. As allianças dos Ataídes (anteriores e posteriores ao processo) com as casas mais poderosas do reino (Condes de Atouguia, de Castro-Daire, da Vidigueira, d'Atalaia, de Tavora etc.) explicam as combinações que se fizeram para acabar com o chronista e para lhe destruir a reputação depois da morte, transformando-o no typo do calumniador, como nol-o pinta ironicamente D. Antonio Caetano de Souza: «Entre as virtudes que fizerão recommendavel a sua memoria, he geralmente notado de cortar pela reputação alheia, por huma particular queixa, podendo mais o espirito da vingança, do que o bom nome, que merecia com os seus escriptos; pois não conseguindo o fim da idéa, sómente contra elle se voltou a calumnia.»

Estas palavras explicam-se pela posição do autor, como historiographo da casa de Bragança. Goes entendeu dever collocar a questão das luctas da nobreza com D. João II no terreno historico, e assim procedeu igualmente no *Libro de linhagens*. O ponto de partida de quasi todas, senão todas as falsificações da historia portugueza era a questão genealogica, porque decidia dos interesses de familia; a confusão ali era incrível já no tempo de Goes. As origens de muitos dos nomes mais illustres era pouco limpa, e o guarda-mór da Torre do Tombo provou-o, porque era a sua obrigação, não calumniou ninguém, senão deem-se ao trabalho de examinar a copia authentica do *Libro de linhagens* (Bibl. Nac.). Os outros factos que deram escandalo nas suas chronicas, são historicos: o envenenamento de D. João II, a exploração dos seus ultimos momentos por uma nobreza insaciavel (cap. IX) a clausula do seu testamento que prohibia para sempre aos Braganças o regresso ao reino, os insultos d'estes e dos seus criados contra a memoria do principe (cap. XII), as traições de Fernando, o *Catholico* contra seu genro D. Manoel, no reino de Fex e na questão da Liga de Gambray; a prodigalidade d'El-Rei D. Manoel em doações pias, a exploração dos tributos mais pesados no reinado do *Venturoso*, no meio de um fausto asiatico; a ingratitude contra Albuquerque, Pacheco, e outros, a devassidão do clero, o infortunio do Infante D. Luiz, o assassinato da Duqueza de Bragança por seu marido, na historia do adulterio com o pagem Alcoforado; o retrato frio, mas veridico, do Cardeal D. Henrique, as intrigas da Regencia de D. Sebastião — tudo isto teve de ser ou cortado, ou mascarado, ou colorido nas novas edições das duas chronicas. O Cardeal mandou refundir por sua conta capitulos inteiros; a casa de Bragança encomendou additamentos em menor escala; o Duque D. Fernando, degolado em Evora, foi julgado innocente de todos

os erros e culpas («que diziam (!) que tivera sua pai» nova ed.); todas as passagens relativas às traições contra D. João II (capítulos VIII, XII, XXV e LXI) foram eliminadas; o Duque D. Jayme foi transformado num infeliz de humeur *malconico*, quasi doido, e além d'isso supprimiu-se completamente a historia do assassinato da Duquesa, e assim por diante. Outras passagens, summamente interessantes, relativas à ethnographia e ethnologia dos povos das novas conquistas foram supprimidas por falsa pudicia (cap. XXXV; LXV). O espirito de Damião de Goes desprendia-se em tudo dos estreitos limites que a educação e o meio marcam ao homem. Elle retrata-nos assim o Infante D. Henrique:

«E esta certeza, que assim alcançou do trabalho de seu estudo, lhe fez acometer tamanho negocio, e não por inspirações Divinas, como algumas pessoas dizem, e não sey com quanta razão o affirmão, porque se fora inspiração Divina, por ventura que sem tantos trabalhos como teve, em sua vida alcançara o Infante o que tanto desejava, dos quaes trabalhos estas navegações nunca carecerão, assim em vida do Infante, como depois, até de todo serem descubertas; pelo que he mais de crer que a certeza deste negocio alcançou o Infante dos verdadeyros Authores, em que continuamente estudava, crendo o que escrevião, como cousas escritas por homens, e assim as cria, e duvidava como se deve fazer a todas as que dos homens, e de seus juizos procedem, nas quaes com a certeza está sempre junta a duvida.» Fallando de uma estatua equestre achada na ilha do Corvo, o chronista attribue esta antiquilha archeologica, com seguro instincto historico e artistico, aos normanos (cossayros), comparando o desenho d'ella, feito por Duarte das Armas, com as antiguidades que havia visto nas suas excursões pelo norte da Europa. Depois de ter descripto a estatua, destruida pela impericia dos nossos, no transporte para Lisboa, mas cujos restos elle ainda viu no guarda roupa d'El-Rei D. Manoel, conclue contra todas as declamações da vaidade nacional: «Espanta-nos tanto esta antiquissima antiquilha por se achar no lugar, em que se achou, que se pode com razão dizer o que diz Salamá não haver cousa, que já não fosse, e que houve outros que já fiterão o que nós agora fazemos.»

Escrever historia com este espirito, na segunda metade do seculo XVI, devia ser um crime, porque os factos mais insignificantes eram apregoados como phenomenos mysteriosos e symbolicos, desde o momento em que a vaidade nacional ou o prestigio pessoal, de qualquer potentado entrava em jogo. Citaremos apenas dois exemplos: Em 1512, a 31

de janeiro, havia nascido o Infante D. Henrique, mais tarde cardeal; e n'esse dia nevou muito em Lisboa, como é possível succeder no meio do inverno. Este caso que Goes classifica apenas como um raro phenomeno natural, apparece na segunda tiragem da 1.ª edição da chronica d'El-Rei D. Manoel com o seguinte commentario: «pareceo propheticamente, de nosso Senhor Ihe dar lume & claridade para as cousas de seu servico.»

Na mesma chronica, fallando da morte do Infante D. Duarte, tambem filho de D. Manoel, e da prophacia que fizera do tempo em que havia de morrer, conclue que isto fóra por «reuelamam ou por qualquer outro modo», alludindo, de uma maneira muito transparente para os contemporaneos, aos accessos epilepticos e visionarios a que o principe era sujeito. O que o chronista entendia sobre isto disse-o elle mui claramente ao poeta Pero d'Andrade Caminha, mais tarde um dos seus denunciadores, «que não havia homem que na morte não dissesse algumas parvoíces»; esta mesma idea transparece em outro lugar, na mesma obra, onde descreve o modo como a matilha dos aulicos se lançou sobre D. João II nos ultimos instantes de sua vida, arrancando-lhe doações na cama, «alli faltando-lhe já quasi todos os espiritos, e sentidos da vida.» A passagem foi, já se vê, supprimida para que não houvesse motivo para invalidar essas mercês.

Per estes poucos factos se conhece que as duas chronicas que Goes nos legou estão profundamente adulteradas e que é indispensavel fazer-se uma nova edição critica d'ellas. As *variantes*, na nova edição que d'ellas temos quasi concluida, abrangem perto de cem paginas; isto dará uma ideia da transformação por que as chronicas passaram na segunda tiragem da primeira edição. O fallecido Visconde de Azevedo fez ao paiz o serviço de publicar as variantes da *Chronica d'El-Rei D. Manoel* que o advogado do Porto João Luiz Monteverde da Cunha Lobo descobriu, confrontando dous exemplares da primeira edição que discordavam entre si, facto a que Diogo Barbosa Machado já alludira no seculo XVII, indirectamente. Pela nossa parte tivemos a fortuna de descobrir não só a existencia de outras variantes na *Chronica do Principe D. João*, que eram completamente desconhecidas, mas a de numerosas e importantissimas differenças nas edições dos opusculos latinos, de que não havia a menor noticia. Se dissermos enfim que um dos trabalhos historicos mais importantes de Goes, o seu celebre *Nobiliario*, está ainda inedito, que as edições fidedignas dos seus opusculos latinos são summamente raras, que nenhuma das collecções em que esses opusculos foram reunidos é completa, o leitor convirá connosco que o paiz deve uma justa reparação

á memoria d'este illustre compatriota que o *Plutarcho portuguez* recebe hoje na sua galeria.

Vejamos, porém, o ultimo episodio da lucta, depois da publicação das duas chronicas.

Passado pouco tempo era Goes denunciado pela terceira vez — foi a resposta da casa de Bragança; não foi preciso chamar Simão Rodrigues. O processo durou quasi dois annos, mais do que era necessario para matar um velho septuagenario, contra o qual puzeram em campo a propria filha. «Quasi não tenho já forças para me poder sosteer sob las pernas, e tão cheio de usagre, e sarna por todo o corpo que me falta pouco para me julgarem leproso», escrevia elle dez mezes depois da prisão (Jan. ou Fev. de 1572). Elle pedia aos inquisidores um livro ao menos, um livro em latim: «qual lhes parecer porque estou apodrecendo de ociosidade e com o lér se me passam muitos pensamentos.» A victima continuou mais oito mezes no calabouço infecto, sahindo em estado de poder dizer apenas: «em meu corpo não ha cousa sam.»

Não tiveram a coragem de o fazer «sahir em acto publico», como diziam na linguagem do ignobil officio; deteve-os o medo da sentença que de to-

dos os cantos da Europa os havia de fulminar. Depois de reduzido á miseria, mandaram-n'o em penitencia para o mosteiro da Batalha. (Dezembro de 1572). Passado pouco tempo deixaram-n'o voltar á familia, que um dia o achou morto por accidente, ao pé do fogo e meio queimado; outra tradição o dá morto pelos famulos.

Do ultimo acto d'esta tragedia se apura ainda um facto ideal; é o testemunho de Goes sobre a sua vida; nada mais claro, mais insuspeito, mais sincero, uma cadeia de glorias em cincoenta annos de serviços á corôa. O facto inclusive que era o fundamento do processo, o maior crime seu, as relações com os lutheranos tiveram origem n'um pedido da curia feito por intervenção do Cardeal Sadoletto, secretario do Papa e amigo de Goes. A verdade do facto está comprovada, como está consagrado pela posteridade o eloquente tributo de admiração que elle prestou a Erasmo, a Melanchton e a outros estrangeiros illustres, porque nenhum quiz renegar, nem mesmo perante a fogueira.

Joaquim de Vasconcellos.





D. João IV



D. JOÃO IV

No dia 1 de dezembro de 1640 subia o Duque de Bragança ao trono após uma revolução, feita com êxito milagroso, porque fora posta em scena com toda a possível levandade (adiante as provas). No campo dos partidários de Felipe IV manifestou-se, desde logo, uma descreção completa; por uma série de cobardias inqualificáveis da parte dos commandantes hespanhoes tomaram os patriotas posse, sem ferir um tiro, do fortissimo castello de Lisboa, de uma armada hespanhola surta no Tejo, da torre de S. Julião, a chave da barra, de todas as praças de guerra e posições estratergicas do paiz, das colonias — de tudo; apenas Ceuta ficou a Hespanha, por um acaso. Em Lisboa, no coração do reino, onde se devia jogar a ultima carta, morreram apenas dous homens, um soldado da guarda tedesca, o Corregedor do Cível Francisco Soares de Albergaria, e foi ferido um outro familiar do paço. Os nossos sahiram todos illesos, menos um. O feito mais espectacular foi, sem duvida, a morte de Miguel de Vasconcellos, que teve de voar, ainda vivo, pelas janelas do Paço da Ribeira.

Fazer um rei fora fácil; como porém firmar o novo throno? D. João IV comprehendeu plenamente a gravidade da situação; o seu programma foi: contemporisar na Europa, onde a lucta era mais grave, limitar-se á defensiva; e vencer nas colonias, onde devia adquirir novas forças para a consolida-

PLETARCHO PORTUGUEZ.

ção do reino. O futuro provou que era a única politica possível. Durante dezaseis annos sustentou-se o rei com dignidade e coragem, no meio das maiores difficuldades, que jamais rodearam um monarcha e um povo, e contudo no continente nem por isso alcançamos victoria alguma decisiva. A guerra durou seis annos (1640-1646) com mui pouca gloria para qualquer das partes belligerantes; depois houve uma pausa de dez annos até á morte do principe (1656). Como se explica esta tregua? Os malos golpes preveniu-os o rei habilmente; uma rede de informadores extra-officiaes communicava de Madrid todos os segredos da politica hespanhola, a peso de ouro, é verdade; n'este ponto o economico D. João IV não fazia questão, e pagava generosamente, para não ter de gastar o centuplo n'uma campanha arriscada. Os que não souberam comprehender a sua politica, accusaram por isso o principe de falta de energia, de iniciativa, de coragem; queriam que elle corresse sobre Madrid e fizesse outras loucuras do mesmo genero. E entretanto n'esses dez annos de descanço na Europa, preparámo-nos para as grandes victorias do reinado de D. Afonso VI (Elvas, 1659 — Ameixial, 1663 — Castello Rodrigo, 1664 — Montes Claros, 1665). Durante esta tregua reconquistámos todo o Brazil, e quasi todas as possessões d'Africa. Nas luctas de além mar se adestraram alguns dos capitães que depois mais se distinguiram nas grandes batalhas da fronteira.

Uma parte da questão se perdeu, ou antes, estava perdida: a India. Perdeu-a o egoismo dos governadores, a discórdia sem fim, a discórdia pro-

VOL. I — PARC. V.

verbal n'uma terra onde o verbo roubar era conjugado em todos os tempos (S. Francisco Xavier a D. João IV). A heroica defesa de Colombo (1655-1656) fechou, dignamente, ao som das estrophen dos *Lusitadas*, cantadas pelos veteranos portugueses, a historia dos nossos feitos no Oriente. D. João IV não chorou muito a perda, a honra estava salva. No dia 12 de maio de 1656 sahia Antonio de Sousa Coutinho da praça, de um montão de ruínas, com todas as honras da guerra; acompanhavam-n'o 94 officiaes e soldados e mais 100 homens da cidade; pouco mais eram os que tinham sustentado durante oito mezes a furia de 20.000 indigenas e alguns milhares de hollandezes; a 20 de abril já os sitiadores contavam 7.000 mortos; mais não se fez em Dio! D. João IV não deplorou muito a perda da India, dissemos, porque não vivia de phantasias patrióticas, porque tinha ideias muito claras a respeito do problema colonial. Elle dizia em 1655 a Monsieur de Jant, enviado de França:

«Que as Indias Orientaes eram um colosso que nenhum proveito lhe dava; e que pelo contrario via-se na necessidade de mandar para aquelle Estado 12.000 a 12.200 homens, os quaes ordinariamente por lá ficavam, morrendo parte no mar, parte ás mãos dos inimigos; que a isto accrescia o terem-lhe já os hollandezes tomado uma boa parte d'aquelles Estados, principalmente Ceilão; que El-Rei da Persia havia de fresco tomado Mascate perto d'Ormuz, e o do Decan lhe fazia continuamente a guerra, e que os seus vassallos de Macão na China, entendendo que elle não estava em estado de os defender, se tinham posto debaixo da protecção do novo Principe tartaro com medo de caírem nas mãos dos hollandezes que haviam por diversas vezes tentado ganhar por surpresa a cidade... Que accrescentára El-Rei que havia muitos annos que nenhum proveito tirava da India, antes pelo contrario fazia com ella grandes despesas unicamente para conservá-la, despezas que seriam mais bem empregadas em Portugal que tanto d'ellas necessitava, e que n'isto exclamára: «Prouvera a Deus que eu podesse abandonar com honra a India Oriental! Que o unico motivo que lh'o estorava era o interesse da religião; que os hollandezes e os inglezes já lhe haviam feito varias propostas sobre aquelle particular; mas que estremecia quando pensava que a religião catholica havia de ser substituida pela dos hereges; que se reputaria por mais feliz se possuísse menos reinos remotos que lhe eram pesados, e se contentaria com o Brazil, que intitulava a sua vacca de leite, em razão do avultado rendimento que lhe dava, sendo o termo medio dos navios que d'alli vinham annualmente carregados de fazenda o de 100, juntamente com o

reino d'Angola, as pracas d'Africa, as ilhas dos Açores, Cabo Verde, etc.; que juntos estes Estados com os de Portugal, não trocaria a sua condição pela de nenhum outro principe da Europa, concluindo por afirmar que a multiplicidade d'estados divididos uns dos outros seria a ruína de todos os seus.» (Visconde de Santarem, *Quadro elem.* vol. vi. Parte 2.^a Introd. pag. cxlix).

O enviado, com a petulancia propria de um francez, quiz dar conselhos impertinentes «para obrigar aquelle soberano a ouvir d'elle os expedientes que lhe restavam para a conservação das Indias, caso viesse a perder Portugal; consistiam estes em retirar-se El-Rei para Goa, ou para Pernambuco, em qualquer dos quaes logares poderia viver como um grande Rei, mandando as suas fazendas e mercadorias para os portos de França, especialmente para Rochella e Bourdeaux; n'isto dizia que El-Rei rompendo-lhe a palavra não lhe dera tempo para concluir a proposta, e assomando-se-lhe replicára: Perdido Portugal, que perdas seriam as Indias. (Santarem. *Ibid.* pag. cli).

Este modo de considerar o problema colonial era o unico verdadeiro. D'esta forma concentrámos os nossos recursos no Brazil, tivemos forças para reconquistal-o e destacar ainda a expedição de Salvador Corrêa de Sá, que se apoderou em 1648 de S. Thomé, Angola, Benguela e outros pontos da Africa, que os hollandezes occupavam. O Brazil foi, com effeito, até ao principio do seculo XIX a nossa vacca de leite, como dizia D. João IV, e é segundo o parecer de notaveis escriptores modernos ainda a nossa melhor obra até ao presente. Dem-nos muito mais do que a India, compensou-nos do desfalque que alli soffremos em gente, dinheiro e navios (!!) e abriu um horizonte sem fim á civilisação portugueza, que já não acabará no continente. A relação da entrevista com Mr. de Jant ainda nos serve de documento para comprovar o erro dos que attribuem a D. João IV o plano de abandonar a Europa para se fazer rei do Brazil! A ideia podia nascer no cerebro do Padre Antonio Vieira, n'um dos seus momentos de allucinação genial. Este homem extraordinario expoz, ainda assim, a questão de outro modo (*Historia do Futuro; Claris prophetarum*). O seu quinto imperio, que havia de succeder ao «santo imperio germanico, herdeiro do romano» (*heilige römische Reich deutscher Nation*) e eclipsar todos os antecedentes devia ter a sua sede em Lisboa¹, na sua patria, no empório que elle celebrou com a maior eloquencia².

¹ A lenda allemã conta que um cavalleiro, estando em Jerusalem, e desejando ver em um espelho a cidade mais for-

Para que semelhantes ideias de abandono pudessem nascer e inquietar os espíritos, era mister que a situação no continente estivesse muito comprometida e, de facto, ella era gravíssima. Fazer um rei fóra fácil, como porém firmar o novo throno? O governo de D. João IV teve de levantar o reino de um estado de prostração completa, que vamos caracterisar com poucas palavras. A revolução consummára-se com a maior facilidade, tratava-se agora de a consolidar e faltava—tudo!... dinheiro, soldados, cavallos, armas, artilheria, munições, navios; faltavam escolas de instrução militar, officiaes e engenheiros; n'uma fronteira de cento e cincoenta leguas de extensão não havia uma só praça em estado de defeza! (Santarem). Nada d'isto admira, lembrando-nos de que os hespanhoes nos levaram d'aqui, pouco a pouco, 2.000 peças, 300 vassos de guerra e centenas de milhões de cruzados. Só durante uma parte do governo de Felipe IV perdéra a corôa portugueza 547 navios, entre grandes e pequenos no valor de 6-7 milhões de florins e de 1623-1638 perdesmos só nas luctas do Brazil, segundo o testemunho dos hollandezes, 28 milhões e meio de florins. Faltavam-nos enfim alianças seguras. As unicas que nos podiam servir eram—ironia extrema da sorte—as dos nossos inimigos de hontem, dos nossos mais perigosos rivaes!—dos inglezes, que nos disputavam a India, dos hollandezes, que concorriam alli com os inglezes e que nos tinham já arrancado as melhores possessões da Africa, além do Brazil. Ficava a França, cujo auxilio se reduziu quasi sempre a promessas vãs, temperadas com o perfido sorriso de Mazarin—e as potencias do Norte; uma unica, de entre estas, a Suecia protestante, nos prestou algum serviço. E para essas mesmas alianças não havia, ao principio, um diplomata capaz, experimentado. Só depois e em pouco tempo, relativa-

mente (se considerarmos que a diplomacia portugueza esteve inactiva durante sessenta annos!) é que se formou uma nova escola de que sahiram Duarte Ribeiro de Macedo, Francisco de Sousa Coutinho, Antonio de Sousa de Macedo, Andrade Leitão, João Rodrigues de Sá e outros.

Era n'estas condições que haviamos de lutar com o colosso hispano-allemao, isto é com metade da Europa, e marchar galantemente para Madrid. Nos ultimos tempos tem sido moda calumniar o fundador da dynastia de Bragança, porque se envolveu em alianças ruins. Sim, elles, os insultadores, teriam feito em 1640 milagres sem conta; teriam feito politica exclusivamente portugueza, politica purissima, como se em algum tempo, mesmo na epocha de D. Manoel, a tivéssemos podido fazer. Francisco de Sousa Coutinho, nosso enviado nos Paizes-Baixos, que assignou com a dôr no coração, o tratado de aliança de 1647, pedia a El-Rei, depois de lhe explicar a sua situação desesperada, que rasgasse o documento, e que o mandasse depois prender e condemnar a elle, signatario. Isto dizia um portuguez de lei. Ganhava-se assim tempo, e prevenia-se o reino contra uma enorme armada de 30 velas, que a Hollanda preparava activamente. O Marquez de Nizza, embaixador em Paris, pedia antes que lhe cortassem ambas as mãos, do que obrigal-o a assignar tratados com os nossos alliados. E porque se fazia isto?—porque eramos forçados a fazel-o. O Padre Antonio Vieira mesmo, patriota ardente como ninguém, o grande missionario do Brazil, aconselhava em 1648 a ratificação do tratado de Sousa Coutinho, que importava a cessão de Pernambuco. Sacrificar o corpo inteiro para não amputar uma pequena parte d'elle, era absurdo e será sempre absurdo. A 700 navios da carreira hollandeza para o Brazil tinha Portugal a oppôr 99, sendo somente 6 de guerra contra 60 hollandezes. O commercio geral d'estes nossos inimigos dispunha de 14.000 navios com 200.000 marinheiros; o nosso girava com 150 navios e 4.000 tripulantes. Na India contava a Hollanda 100 galções de 24 a 50 peças; nós nem um só, e assim por diante. Com estas forças tinhamos de vigiar 8.000 leguas de costa e guarnecer 86 fortalezas, dispersas por uma linha enorme. Não admira pois que 70 de entre ellas não tivessem um unico soldado portuguez.

Que a situação no reino não era melhor, dilão-hão ainda cifras não menos authenticas. Nas côrtes de 1641, logo depois da revolução, fixou-se o exercito de defeza em 20.000 homens de pé e 4.000 cavallos; cinco annos depois as forças da fronteira eram só de 16.000 homens e 4.000 cavallos, e isto apesar dos maiores sacrificios, depois dos maiores

mosa da Europa, vir a apparecer de repente Lisboa. Veja-se ainda a carta de do vol. II das *Obras de Vieira*, com a descripção da capital ao rei. Felipe II pensou em transferir a corte para Lisboa, e se o fiz talvez a revolução de 1640 não tivesse sido possível. Veja-se Manuel Severim de Faria: «Da assistencia del Rey em Lisboa» em *Discursos varios*. Lisboa, 1624 e muito antes: Francisco de Hollanda: *Da Fabrica que fallava a cidade de Lisboa*, 1571. Nossa edição. A minuta, recentemente achada entre os papeis do Marquez de Nizza, embaixador em Paris (Da. da Bibl. Nat. que examinámos) é um documento muito dudoso, nem data, nem assignatura. Nesta folha solta achase a proposta de casamento do principe D. Theodosio, herdeiro, com a princeza de Longueville, por intervenção de Mazarin, sendo entregue a regencia de Portugal ao pae da noiva, até maior idade do principe. D. João IV passaria com a Rainha e as infantas para o Brazil, tomando ali o título de rei. (Vide Althé Carrel, *Vieira, sa vie et ses œuvres*, pag. 100 e 414).

esforços (4-5 milhões de cruzados), tendo até os reis empenhados para isso as últimas joias (Santarem, *Op. cit.*, vol. IV, Parte 1.^a, pag. 385). Ainda dous annos mais tarde (1645) não foi possível alcançar que o nome de Portugal fosse sequer citado no tratado de paz de Münster, apesar das mais activas diligencias dos plenipotenciários sucos e francezes. O nosso enviado D. Luiz de Portugal passou mesmo alli fome (*Cartas de Vieira* de 1647 e 1648; Abbé Carel pag. 103, nota), até que lhe acudiu Sousa Coutinho, então embaixador em Paris, e mal se livrou de ser assassinado pelos bandidos de Pefiaranda, como o estivera para ser o Bispo de Lamego e o Prior de Gadofeita em Roma pelos sicarios do Marquez de los Véles e de Galiano Colonia. Tudo isto se praticava á luz do dia; assaltavam-se as embaixadas portuguezas, como se fossem covis de feras. A todas estas humilhações e misérias havia a juntar o procedimento indigno da curia. Quatro papas: Urbano viii, Innocencio x, Alexandre vii e Clemente ix, qual d'elles mais cobarde, recusaram receber durante 27 annos os enviados de Portugal, com medo das represalias dos hespanhoes, e só os admitiram depois da paz de 1668. N'este ponto haveria talvez motivo para estranhar a longanimidade do monarcha, porque até a nação reclamou contra tanto egoismo (manifesto dos tres estados de 1653), se El-Rei não estivesse ainda, e até á sua morte, lutando com as maiores difficuldades. Romper com a curia—não faltava mais nada! Podia elle talvez contar com o apoio de uma egreja nacional, de um clero independente?

Verdadeiramente só em 1652 é que começámos a respirar com mais desafogo, quando rebentou a guerra entre a Inglaterra e a Hollanda, mas passou-se ainda mais de um anno até que appareceu a *primeira* armada portugueza que a nova *Companhia do Brazil* (instituição proposta já em 1641 pelo Padre Antonio Vieira; Carel pag. 45 e 51) poz em movimento e que decidiu da sorte de Pernambuco e da posse do Brazil. A 26 de janeiro de 1654 entregaram-se os ultimos fortes e 300 canhões cahiram em nosso poder, com toda a sorte de munições e material de guerra, conquista preciosa, porque de tudo carecíamos, e até a pólvora tínhamos de comprar aos nossos antigos rivaes. Recordando que a primeira batalha dos Gararapes foi ferida em junho de 1646 contra o general Schoppen, e a segunda batalha no mesmo logar em fevereiro de 1649 contra Brink, temos um intervalo de mais de sete annos até á tomada do Recife—tanto custou a expulsar os hollandezes do Brazil, apesar do heroismo de João Fernandes Vieira e Francisco Bureto de Menezes. Como então sustentar Pernambuco em 1647, e maldiser o tratado de Sousa Cou-

tinho? Só depois d'este feito é que conseguimos acalmar o rancor do *Protector* por causa do incidente com os príncipes palatinos, e celebrar com a Inglaterra o tratado de 10 de junho de 1654, apenas dous annos antes da morte d'El-Rei. A grande differença entre as condições d'este tratado é o de 1647 com a Hollanda, corresponde ao melhoramento da nossa posição politica no curto intervalo de sete annos e á maior experiencia dos nossos agentes diplomaticos.

D. João iv podia fechar os olhos descansado; tinha cumprido o seu dever. Restaurar o reino em todo o sentido, reorganisar a administração, restabelecer as finanças, crear os complicados elementos da defeza, reconquistar quasi todas as possessões da Africa e todo o Brazil, crear a *Junta Geral do Commercio*, negociar alianças valiosas—tudo isto em dezasseis annos parece-nos uma obra digna de admiração e do nosso respeito, ainda que não fossem conhecidas as circumstancias difficilissimas em que estes trabalhos foram executados. Mas que parte teve o rei n'elles, perguntario? A resposta está dada com relação ao problema colonial. A sua conducta no reino foi digna, em todo o sentido. Embora não fosse dotado de um espirito profundo, de uma intelligencia luminosa, possuia contudo um juizo seguro para reconhecer claramente a situação do paiz, que exigia toda a moderação, toda a prudencia. Isto valia para nós em 1630 mais do que o heroismo de um D. Afonso v ou a impaciencia juvenil de um D. Sebastião. Alargear uma força que não tinha, arriscando a sorte de Portugal em fanfarronadas, era uma loucura que o seu bom senso reprovava. Se soffreu humilhações, foi por reconhecer que as não podia vingar, sem perder o paiz; mas teve a tenacidade, a paciencia para esperar e tirar uma desfora brilhante no momento opportuno. Validos nunca os teve, e isto prova, mais do que nenhum outro facto, o seu criterio politico, a independencia do seu caracter. O Padre Antonio Vieira foi um conselheiro, um genio quasi universal o rei admirava, um amigo querido¹, que valia para elle mais do que todos os seus ministros e diplomatas, *porque lhe dizia a verdade*.

O Padre era grande demais para ser um fa-

¹ D. João iv desconfiava das noticias optimistas dos seus diplomatas, feitas só com o intuito de lhe ser agradável, e mandava de vez em quando o padre Antonio Vieira como fiscal supremo, com instrucções absolutas, que fariam o amor proprio dos grandes senhores. Um d'estes, o Marquez de Niza, abandonou até a embaixada de Paris, profundamente despetado (Santarem, *Quadra elem.* vol. IV Parte 1.^a Introd. p. cxxii e texto p. 127, e sobretudo pag. 251 nota, resposta do Visconde de Santarem aos reparos do Conde da Ercilia contra o

vorito, e o Rei nobre demais para sofrer as baixezas d'essas tarantolas dos paços.

Não pretendemos negar as elevadas qualidades de D. Luíza de Gusmão, como esposa, mãe e rainha. Ella tinha a audácia, a coragem, a vivacidade de espirito e — a ambição da mulher hespanhola, da mulher de raça, por excellência. O seu tino politico é inegavel em certas occasiões; em outras oscilla sensivelmente; logo depois da morte d'El-Rei, na regencia por D. Alfonso vi se conhece isso. Em nossa opinião a sua influencia sobre o marido foi muito exagerada, sobre um marido que, repetimos, *nunca teve um valido*. O plano politico de D. João iv não era dos que se levam de assalto; requeria as qualidades muito espedias da monarchia para uma execução segura. Depois de se lêr a situação que expussemos desearíamos saber com que direito se ha-de condemnar a sua cautela politica, inclusivê desde o primeiro passo, desde os preliminares para a revolução de 1640. Dissemos que este movimento fora posto em scena com toda a possível lenidade, e vamos prova-lo.

Em 1637 dera-se o primeiro signal da conspiração com os disturbios de Evora. De então até 1639 continuaram as negociações mais ou menos activamente, mas com tão pouca cautella da parte dos fidalgos, apesar da recusa e das repetidas recommendações do Duque de Bragança, que o Conde de Olivares resolveu acabar com D. João. Em pouco mais de um anno tems cinco tentativas traiçoiras do ministro hespanhol. Primeiro a offerta do governo do Ducado de Milão para o tirar de Portugal; segundo, a nomeação de Inspector dos portos e da marinha, dando-se ordem ao almirante hespanhol para o prender a bordo; terceiro, a nomeação de Inspector das praças de guerra, para o mesmo effeito; quarto, a ordem de se apresentar no castello de Almada; quinto, a ordem de se apresentar no exercito da Catalunha. O Duque soube neutralisar todas estas tentativas com a maior prudencia, sem romper com o valido de Filipe iv e aproveitando-as até para augmentar o seu prestigio. A 12 de outubro de 1640 recommençam as conferencias regulares dos conspiradores no palacio dos Almadás. Um mez depois já se tinha em Madrid ampla noticia d'estas reuniões (Schäffer. *Gesch.*

Padre). E' possível que o autor da minuta sobre a celebre alliança Longueville fuisse o proprio Marquês de Niza, Visé Albi Carol, *op. cit.* pag. 99, nota e pag. 100. Vieira propoz um unico casamento com a Hespanha, uma só vez, antes do Congresso de Münster de 1648, para cortar o nó gordio; mas depois, em 1656, quando viu o paiz bastante robusto para resistir ao vizinho, oppos-se a uma alliança, idêntica. (Carol pag. 112 e 114).

v. Portugal vol. iv, pag. 461, e Rebello da Silva, *História de Portugal*, vol. iv, pag. 137, concordam ambos).

A 21 de novembro mandava o Duque dizer para Lisboa aos fidalgos, que hesitavam com as novas vindas de Madrid: «Que, se porventura os fidalgos de Lisboa faltassem ao que prometiam, e se esperava do seu valor, não duvidaria pôr-se elle em campo só com os povos do Alentejo, que não haviam de desamparal-os. A João Pinto Ribeiro, que levou esta resolução, disse, com um fino sorriso, retirando-lhe a mão que elle beijara como a de seu futuro rei: «João Pinto, não compremos a couve primeiro que a carne». Na conferencia de 25 de novembro marcou-se o dia 1.º de dezembro para o feito; no dia 26 partiu um correio para Villa Viçosa com esta nova; no dia 28, quando se fazia a distribuição da tarefa pelos bairros e tudo parecia ultimado, surge na conferencia D. João da Costa com as suas duvidas, e ahí temos os fidalgos perplexos, novamente. No dia seguinte apparecem dois á meia noite em casa de João Pinto; vinham noticiar o adiamento — faltavam apenas quarenta horas — resolvido na sessão da vespêra, e pedir o despacho d'esta singular nova para o Duque. O Secretario negou-se, indignado, mas após longa discussão expede a triste noticia a seu amo, no dia 30, ás 4 horas da manhã. Momentos depois corria a casa dos outros fidalgos; os primeiros que viu achou-os «atados ao argumento de que eram poucos para tão grande feito; offereceram-se comtudo, para continuar, mas só por fidelidade, e com os brios quasi abtidos» (Reb. da Silva *op. cit.* pag. 148). Procurou outros; nova visita, nova discussão. A final, no meio dia, estavam alguns novamente dispostos e João Pinto despachava outro correio (o segundo n'esse dia!) a Villa Viçosa. O Duque, confuso, já tinha mandado suspender as ordens dadas quando recebeu o segundo aviso, e não pôde corresponder no mesmo dia aos acontecimentos de Lisboa. Nos ultimos oito dias toda a gente em Lisboa sabia do grande segredo: «Anzi si ha per cosa certa, que tutto il trattato fosse poi sul fine participato con Monache, Dame e altre donne; si che fu in vero grandissimo miracolo, che restando il secreto in petto di tali, tante, e tanto differenti persone, non si venisse a scoprire. (Birago. *Hist. delle revol.*, vol. II, pag. 147. Pois descobriu-se completamente, e a questão estava perdida: «Pessoas obrigadas a Miguel de Vasconcellos tinham recebido denuncias do plano, e até do dia apressado, e ao proprio secretario fora enviado um escripto anonymo, prevenindo-o de tudo. Como Cesar não quiz abri-lo, felizmente...» (Rebello da Silva *op. cit.* pag. 149). Se tudo isto não foi uma



mise-en-scène leviana quanto possível, então não sabemos o que seja levandade.

N'este caso tinha talvez outro nome, porque se jogava a sorte d'um povo, e os fidalgos deviam ter presente o que esse povo havia soffrido nos tumultos de Évora, tres annos antes, pela causa nacional.

Não queiram pois illudir os incautos e saltar por cima de todas as obrigações que a imparcialidade impõe a quem pretende ensinar historia; o resto é fabula e mentira partidaria. D. João iv tem ainda um titulo que falla em sua honra, é o príncipe D. Theodosio, o primeiro príncipe do Brazil. A educação que o herdeiro do throno recebeu de seus paes assegurava ao reino um futuro prospero, e consolidava a nova dynastia. O príncipe conhecia o latim, grego e hebraico; o francez, o italiano e hespanhol, e havia adquirido já conhecimentos notaveis nas sciencias militares e administrativas, quando a morte o arrebatao aos 19 annos! Estes estudos alliam-se a qualidades superiores de caracter; basta lembrar que foi D. Theodosio um dos que mais energeticamente defendeu no conselho de estado os principos palatinos, cuja entrega Cromwell pedia, como partidarios de Carlos i. O pequeno Portugal, então em guerra com a Hollanda e com a Hespanha, as primeiras potencias da Europa, ariscava-se a romper ainda com a Inglaterra; soffreu o insulto de Blake, mas não quiz trahir a hospitalidade; o almirante inglez pôde roubar-nos nas boccas do Tejo a frota que vinha do Brazil, mas não pôde roubar-nos a nossa honra. Poucos annos antes um imperador da Alemanha havia ensinado ao mundo como se vendia um infante portuguez aos hespanhoes por quarenta mil *Reichthalers*.

Por este preço se pagavam os serviços de sete annos, serviços gratuitos nos campos de batalha do imperio. Quiz a sorte experimentar no infante D. Duarte o valor de que dera tão eloquentes provas o infante D. Fernando, e encontrou o mesmo heroismo¹. A casa de Bragança perdeu assim, logo na sua estreia, dous principos que não foram substituidos, e com elles perderam-se as melhores esperanças do paiz. A razão porque o infante D. Afonso sahiu tão differente de seu irmão D. Theodosio pertence á historia averigual-a; a educação do filho segundo foi abandonada, não pretendemos occultal-o, mas a sua vida desregrada, as suas iras, a

¹ O infante D. Duarte esteve encarcerado durante mais de oito annos, desde fevereiro de 1641 até setembro de 1649, soffrendo tratos não menos cruéis do que os que applicaram ao infante D. Fernando durante os seis annos do seu cativeiro em Fer. D. João iv chegou a offerecer pelo resgate do irmão 400,000 cruzados.

sua prodigalidade, os seus baixos instinctos não os aprendeu na familia de D. João iv.

O monarcha era affável para todos, sem distincção, justiciero², muito economico, sobrio, despidido de todas as vaidades; costumava dizer «que todo o alimento sustentava e todo o panno cobria; não queria que as outras nações se fizessem senhoras dos seus vassallos pelos trajes.» Nas circumstancias em que estavamos, no meio de grande pobreza, este exemplo era de certo precioso. Pessoalmente só tinha uma paixão — a musica, e n'este ponto rivalisava em saber com os primeiros. O que elle fez por esta arte, a unica que no seculo xvii sustentava entre nós o culto pelo ideal, pela verdade do sentimento (porque tudo o mais era baroque ou gongórico, era ficticio) — não se descreve n'uma curta biographia. Ah! ha lugar para um monumento; accumulção de incalculaveis thesouros artisticos, organização do ensino, isto é, aproveitamento, exploração real e efectiva, fecunda d'esses thesouros nas capellas do reino, o levantamento da espirito publico, purificado no crisol infalível da sublime arte — tudo isto lhe devemos sobre o muito que havemos apontado. E' na correspondencia com os seus artistas, é ahí que o conhecemos por inteiro; a um d'elles, ao celebre João Soares Rebello dedicou uma obra sua, fechando a dedicatória com uma fina lembrança. «Dios guarde a v. m. (vuestra merced), como le guardan su musica.» (*Defensa de la musica moderna*, 1649). Haveria a citar aqui cartas soberbas, em que falla o amigo e collega leal, o discípulo respeitoso, ainda mesmo depois de rei, o sabio, o critico sagaz, o bibliophilo consumado³. Preferimos porém acabar com outro documento politico, que parece estar esquecido; é uma pagina surprehendente, que pinta o príncipe, o rei em vida, luz⁴. Ell-a:

Senhor. — O mais zeloso homem do bem commum que tem este Reyno se atreve a fazer a V. Magestade esta lembrança em a occasião presente, porque ainda que não sou Religioso, com animo

¹ O processo instaurado ao infante D. Francisco Manuel de Mello precisa ser maduramente estudado antes de se condemnar o rei ardicamente por uma anecdotica escripta pelo Bispo Queiroz nas suas *Memorias* (pag. 159), mas de um seculo depois da morte de D. João iv. Ora quem estudou esse processo entre tantos declamadores que vinham o rei? Quem prescreveu os segredos da aventureira existencia do celebre escriptor? — Se nem sequer ainda se fez uma unica edição das suas obras em Portugal, obras que são os rarissimos impressões feitas em França e Italia, ou manuscritos quasi inacessiveis?

² Vide o nosso *Ensaio critico sobre o Catalogo da Livreria da Real Academia d'El-Rey*. D. João iv. Porto, 1873. 3.^a e a nova edição critica d'esta grandiosa obra, que sahirá proximoamente.

³ Papel del Rey D. João iv, para se lançar nas cortes,

religioso rogo a V. M. ponha os olhos n'este papel, pedindo-lhe que delle mande executar o que delle lhe parecer conforme, ao que lhe dita o seu animo, e sabe que convem, e que se elle se não conformar com o dictame de V. M., lhe pesso não mande executar nada delle.

«As côrtes presentes ajuntou V. Magestade para poder pedir aos povos contribuições bastantes para a defesa do Reyno; todo o cuidado se poz só em pedir e tirar do Reyno mais dinheiro, por parecer que era a principal defesa, mas isto he enganoso, porque a principal defesa do Reyno consiste na reforma d'elle, quando não possa ser em tudo, seja nas cousas mais principaes, e estas tenha V. M. por certas lhe fo de poupar muito dinheiro, e acrescentar muitos soldados, e forrar grandes despesas, e dar grandes acrescentamentos. E depois desta consiste a principal defesa em aver dinheiro, e bom governo nelle, e nos que governão a guerra primeiro. Que os provimentos dos Bispos os dê V. Magestade pella capacidade, não pella calidade, pois Christo así o fez; que os lugares de Presidente da meza da Concencia, do Paço, Fazenda e os mais os dê a homens que achar mais capazes para elles, julgando isto pela capacidade do sujeito, e talento para as occupações pello modo de viver; os homens que faltão ás suas obrigações entendio e saibão que V. M. os não ha de ocupar em cargo algum, como homens que jogão, outros conhecidos e tidos por maldizentes, mentirosos, enredadores, ou de outras tachas similhantes. Que se guarde nos tribunales o segredo que se deve, e que V. M. castigue conforme as penas, a quem o descobrir, sem exceção de pessoa, e deite V. M. delles aos que dizem: eu não votei o que se mandou executar, outros dizem o Conselho não foy d'este parecer. Que se dê a execução a ordem de Castella em que cada hum declare a fazenda que tem, como a ouve, etc. para saber a que lhe crece donde lhe veio; que mande tirar devaça do modo com que procedem os Ministros e Tribunaes, inda que não conheço pessoa que tenha coração, para bem e direitoamente o poder fazer, sem carne nem sangue, mas ver-se-á (ver-se-ha) que V. M. faz o que deve, e pello menos saberá V. M. se os Tribunaes guardão como devem os seus Regimentos; como o Conselho de fazenda guarda o seu, não tem V. M. que pergun-

tar, porque está tão bem guardado, que nem elles o vem, e V. M. sabe que dos negocios graves se não trata, e por esta cauza lhe não aponto aqui alguns. O que mais convem que tudo para que V. M. fique bem servido, e os Ministros que procedem bem e com capacidade V. M. os possa ter occupados, que passem de occupaões mayores a menores, porque V. M. ficará bem servido, e os Ministros bons e capazes occupados. E o que foy Presidente do Paço o seja da Concencia, e o que foy Regedor da Casa da Suplicação de Lisboa, depois o seja do Porto, o que foy Vedor da Fazenda depois ocupe Officio que seja um furo mais abaixo, porque como convem muitas vezes começarem logo alguns em grandes postros, e não tem mais que subir, he força que desão; isto está já facilitado por Dom Antonio de Ataide, que depois de Governador do Reyno foy Presidente da Meza de Concencia, Ray de Moura depois de ser Vedor da fazenda o fez tão honradamente que assiste no Officio de Vedor da Raynha nossa Senhora com a assistencia e vontade, que V. M. ve; e o mesmo seja nos governos. Não se diz que V. M. dê o governo de Cabo Verde, a quem governou o Brazil, mas que lhe dê o de Algarve, e o que foy Viso-Rey da India ocupe depois outro lugar mais pequeno, e se isto não quizerem que mande V. M. fazer hum sancturio com seus nichos em que metão.

«Os vereadores da Camara sejam trienais, e não proveja V. M. as propriedades dos seus lugares, para que possam tornar a elles, mas não perca a sua antiguidade na Relação; e quem servir bem os tres annos lhe faça V. M. merce de mais tempo. Que o Reytor da Universidade de Coimbra Manoel de Saldanha guarde os Estatutos della como o deve fazer, executando-os com grande inteireza, que esta he a mayor e melhor obra que ella pode fazer, e se o não fizer d'aqui a diante como he bem, que proveja V. M. o lugar como convem porque não he justiça e razão, por conservar hum homem perder tantos talentos, gastar mal tanto dinheiro de V. M. e dos pays que mandão aprender seus filhos, quando cuidão que tem dez annos de estudo vem a ter quatro ou cinco annos, porque os annos que alegão são dez, e o estudo e saber de quatro ou cinco. As porpinas das Tribunaes saiba V. M. com que titulo as levão, e as que se tem de novo introduzido, e fiquem as que V. M. apurar e he parecer que convem. Os officios que tem necessidade de homens de parte, não consista V. M. que se renunciem, porque isto são vendas com o nome mudado, e o que paga furta para tirar o seu dinheiro; os officios de Provedor dos armazens da Casa da India dê V. M. pella verdade, limpeza de mãos, e talento, mas por tres annos; e se dizem que não con-

com o nome do Procurador dos desaminhos do Reyno. Copiado do original, todo da sua propria letra, que se conserva na littera m. n. do Duque de Cadaval, liv. num. 10, pag. 113, d'onde o copiei. Souza. *História genealogica da Casa Real*, Provál, vol. IV, pag. 775-784. O documento está assignado: João Fernandes Procurador dos desaminhos do Reyno, morador em Alhos Vedros.

mise-en-scène leviana quanto possível, então não sabemos o que seja levandade.

Neste caso tinha talvez outro nome, porque se jogava a sorte d'um povo, e os fidalgos deviam ter presente o que esse povo havia sofrido nos tumultos de Évora, tres annos antes, pela causa nacional.

Não queiram pois illudir os incautos e saltar por cima de todas as obrigações que a imparcialidade impõe a quem pretende ensinar história; o resto é fabula e mentira partidaria. D. João IV tem ainda um titulo que falla em sua honra, é o principe D. Theodosio, o primeiro *principe do Brazil*. A educação que o herdeiro do throno recebeu de seus paes assegurava ao reino um futuro prospero, e consolidava a nova dynastia. O principe conhecia o latim, grego e hebraico; o francez, o italiano e hespanhol, e havia adquirido já conhecimentos notaveis nas sciencias militares e administrativas, quando a morte o arrebatou aos 19 annos! Estes estudos alliam-se a qualidades superiores de caracter; basta lembrar que foi D. Theodosio um dos que mais energicamente defendeu no conselho de estado os principes palatinos, cuja entrega Cromwell pedia, como partidarios de Carlos I. O pequeno Portugal, então em guerra com a Hollanda e com a Hespanha, as primeiras potencias da Europa, arriscava-se a romper ainda com a Inglaterra; soffreu o insulto de Blake, mas não quiz trahir a hospitalidade; o almirante inglez pôde roubar-nos nas bocas do Tejo a frota que vinha do Brazil, mas não pôde roubar-nos a nossa honra. Poucos annos antes um imperador da Alemanha havia ensinado ao mundo como se vendia um infante portuguez aos hespanhoes por quarenta mil *Reichthalers*.

Por este preço se pagavam os serviços de sete annos, serviços gratuitos nos campos de batalha do imperio. Quiz a sorte experimentar no infante D. Duarte o valor de que dera tão eloquentes provas o infante D. Fernando, e encontrou o mesmo heroismo¹. A casa de Bragança perdeu assim, logo na sua estreia, dous principes que não foram substituidos, e com elles perderam-se as melhores esperanças do paiz. A razão porque o infante D. Afonso sahio tão diferente de seu irmão D. Theodosio pertence á historia averigual-o; a educação do filho segundo foi abandonada, não pretendemos occultal-o, mas a sua vida desgraçada, as suas iras, a

sua prodigalidade, os seus baixos instintos não os aprendeu na familia de D. João IV.

O monarcha era affavel para todos, sem distincção, justiciero², muito economico, sóbrio, despendido de todas as vaidades; costumava dizer «que todo o alimento sustentava e todo o panno cobria; não queria que as outras nações se fizessem senhoras dos seus vassallos pelos trajes». Nas circumstancias em que estavamos, no meio de grande pobreza, este exemplo era de certo precioso. Pessoalmente só tinha uma paixão — a musica, e n'este ponto rivalisava em saber com os primeiros. O que elle fez por esta arte, a unica que no seculo XVII sustentava entre nós o culto pelo ideal, pela verdade do sentimento (porque tudo o mais era *baroque* ou gongórico, era ficticio) — não se descreve n'uma curta biographia. Ah! ha lugar para um monumento; accumulção de incalculaveis thesouros artisticos, organização do ensino, isto é, aproveitamento, exploração real e efectiva, fecunda d'esses thesouros nas capellas do reino, o levantamento do espirito publico, purificado no crisol infallivel da sublime arte — tudo isto lhe devemos sobre o muito que havemos apontado. E' na correspondência com os seus artistas, é ahí que o conhecemos por inteiro; a um d'elles, ao celebre João Soares Rebello dedicou uma obra sua, fechando a dedicatória com uma fina lembrança. «Dios guarde a v. m. (vuestra merced), como le guardan su musica.» (*Defensa de la musica moderna*, 1640). Haveria a citar aqui cartas soberbas, em que falla o amigo e collega leal, o discipulo respeitoso, ainda mesmo depois da rei, o sabio, o critico sagaz, o bibliophilo consummado³. Preferimos porém acabar com outro documento politico, que parece estar esquecido; é uma pagina surpreendente, que pinta o principe, o rei em vida. Vida⁴. Ell-a:

Senhor. — O mais zeloso homem do bem comum que tem este Reyno se atreve a fazer a V. Magestade esta lembrança em a occasião presente, porque ainda que não sou Religioso, com animo

¹ O processo instaurado ao infante D. Francisco Manuel de Mello precisa ser maduramente estudado antes de se condemnar o rei *anticamente* por uma anecdota escripta pelo Bispo Queiroz nas suas *Memorias* (1709. 156), mas de um aculo depois da morte de D. João IV. Ora quem estudou esse processo entre tantos declamadores que vinham ao rei? Quem trespassou os segredos da aventureira existencia do celebre escriptor? — Se nem sequer ainda se fez uma unica edição das suas obras em Portugal, obras que são os rarissimos impressos feitos em França e Italia, ou manuscritos quasi inaccessiveis?

² Vide o nosso *Ensaio critico sobre o Catalogo da Livraria da Musica de Rey D. João IV*. Porto, 1873. 3.ª e a nova edição critica d'esta grandiosa obra, que sahirá proximoamente.

³ Papel del Rey D. João IV, para se lançar nas cortes,

⁴ O infante D. Duarte esteve encarcerado durante mais de oito annos, desde fevereiro de 1641 até setembro de 1649, soffrendo tratos não menos cruéis da que os que applicaram ao infante D. Fernando durante os seis annos do seu cativeiro em Fez. D. João IV chegou a offerecer pelo resgate do irmão 400.000 cruzados.

religioso rogo a V. M. ponha os olhos n'este papel, pedindo-lhe que delle mande executar o que delle lhe parecer conforme, ao que lhe dita o seu animo, e sabe que convem, e que se elle se não conformar, com o dictame de V. M., lhe pesso não mande executar nada delle.

As côrtes presentes ajuntou V. Magestade para poder pedir aos povos contribuições bastantes para a defesa do Reyno; todo o cuidado se poz só em pedir e tirar do Reyno mais dinheiro, por parecer que era a principal defesa, mas isto he engano, porque a principal defensa do Reyno consiste na reforma d'elle, quando não possa ser em tudo, seja nas cousas mais principaes, e estas tenha V. M. por certas lhe são de poupar muito dinheiro, e acrescentar muitos soldadinhos, e forçar grandes despesas, e dar grandes acrescentamentos. E depois desta consiste a principal defensa em aver dinheiro, e bom governo nelle, e nos que governão a guerra primeiro. Que os provimentos dos Bispos dos d. V. Magestade pela capacidade, não pela calidade, pois Christo así o fez; que os lugares de Presidente da meza da Concencia, do Paço, Fazenda, e os mais os dê a homens que achar mais capazes para elles, julgando isto pela capacidade do sujeito, e talento para as occupações pelo modo de viver; os homens que faltão ás suas obrigações entendão e saibão que V. M. os não ha de ocupar em cargo algum, como homens que jogão, outros conhecidos e tidos por maldizentes, mentirosos, enredadores, ou de outras tachas semelhantes. Que se guarde nos tribunaes o segredo que se deve, e que V. M. castigue conforme as penas, a quem o descobrir, sem exceção de pessoa, e deite V. M. delles aos que dizem: eu não votei o que se mandou executar, outros dizem o Conselho não foy d'este parecer. Que se dê a execução a ordem de Castella em que cada hum declare a fazenda que tem, como a ouve, etc. para saber a que lhe creceo donde lhe veio; que mande tirar devaça do modo com que procedem os Ministros e Tribunaes, inda que não conheço pessoa que tenha coração, para bem e direitoamente o poder fazer, sem carne nem sangue, mas versã (ver-se-ha) que V. M. faz o que deve, e pelo menos saberá V. M. se os Tribunaes guardão como devem os seus Regimentos; como o Conselho de fazenda guarda o seu, não tem V. M. que pergun-

tar, porque está tão bem guardado, que nem elles o vem, e V. M. sabe que dos negócios graves se não trata, e por esta cauza lhe não aponto aqui alguns. O que mais convem que tudo para que V. M. fique bem servido, e os Ministros que procedem bem e com capacidade V. M. os possa ter occupados, que passem de occupaões mayores a menores, porque V. M. ficará bem servido, e os Ministros bons e capazes occupados. E o que foy Presidente do Paço o seja da Concencia, e o que foy Regedor da Casa da Suplicação de Lisboa, depois o seja do Porto, o que foy Vedor da Fazenda depois ocupe Officio que seja um furo mais abaixo, porque como convem muitas vezes começarem logo alguns em grandes postos, e não tem mais que subir, he força que desçam; isto está já facilitado por Dom Antonio de Attaiide, que depois de Governador do Reyno foy Presidente da Meza de Concencia, Ray de Moura depois de ser Vedor da fazenda o fez tão honradamente que assiste no Officio de Vedor da Raynha nossa Senhora com a assistencia e vontade, que V. M. ve; e o mesmo seja nos governos. Não se diz que V. M. dê o governo de Cabo Verde, a quem governou o Brazil, mas que lhe dê o de Algarve, e o que foy Viso-Rey da India ocupe depois outro lugar mais pequeno, e se isto não quizerem que mande V. M. fazer hum sanctuario com seus nichos em que os metto.

«Os veredores da Camara sejam trieneas, e não proveja V. M. as propriedades dos seus lugares, para que possam tornar a elles, mas não perca a sua antiguidade na Relação; e quem servir bem os tres annos lhe faça V. M. merced de mais tempo. Que o Rector da Universidade de Coimbra Manoel de Saldanha guarde os Estatutos della como o deve fazer, executandoos com grande inteireza, que esta he a mayor e melhor obra que ella pode fazer, e se o não fizer d'aqui a diante como he bem, que proveja V. M. o lugar como convem porque não he justiça e razão, por conservar hum homem perder tantos talentos, gastar mal tanto dinheiro de V. M. e dos pays que mandão aprender seus filhos, quando cuidão que tem dez annos de estudo vem a ter quatro ou cinco annos, porque os annos que alegio são dez, e o estudo e saber de quatro ou cinco. As porpinas dos Tribunaes saiba V. M. com que titulo as levão, e as que se tem de novo introduzido, e fiquem as que V. M. apurar e lhe parecer que convem. Os officios que tem necessidade de homens de parte, não consinta V. M. que se renunciem, porque isto são vendas com o nome mudado, e o que paga furta para tirar o seu dinheiro; os officios de Provedor dos armazens da Casa da India dê V. M. pela verdade, limpeza de mãos, e talento, mas por tres annos; e se dizem que não con-

com o nome do Procurador dos descaminhos do Reyno. Copiado do original, todo da sua propria letra, que se conserva na litteraria m. s. do Duque de Cadaval, liv. num. 10, pag. 115, d'onde o copley. Sousa. *Historia genealogica da Casa Real*, Prova. vol. iv, pag. 775-780. O documento está assignado: João Fernandes Procurador dos descaminhos do Reyno, maiorador em Alcos Vedros.

ven por alguns reões estes officios serem triennaes, responda V. M. que nemcar lhe tres annos, não he dizer quando possão servir mais, mas advertilhes, que sirvão como fazem os que de novo entrão, que no principio costumão cumprir com as obrigações dos officios como devem, mas depois com a certeza e continuação do officio e idade afrouda; com servir bñ antes, com isso se escuzão elles. E não se cante, bñ se ve isto nos Vereadores da Camara, que querem estes lugares para deiscançar, sendo elles lugares de muito trabalhar, se ouverem de fazer sua obrigação; e todo o officio trienal poderá ser perpetuo no ministro, que fizer bem sua obrigação em quanto assi o fizer. O Procurador da Coroa não seja Desembargador do Paço, porque daquí nasce, que por asestir no Paço, falta na Relação, e he bem certo não poder em hum mesmo tempo estar em dous lugares, e se por fidalguia, ou reputação lho pedirem, diga que lhe dará se tem as partes que se requerem, que he talento, saber, virtude e lizura, e andar fora de embrulhadas de frades, e governos; e se elle tem estas partes ou não julgueas V. M. Em tudo se busquem os homens á proporção para os officios, principalmente para os da fazenda; dar forma aos armazens por onde se gasta tanto sem ordem... Que se goardem as premiticas das corteziás, porque he vergonha o que vai nas Senhorias, Illustrissimas e não Illustrissimos, Excellencias e insolencias etc.—o documento segue n'este tom de fina satyra até ao fim, verberando todos os abusos, com singular conhecimento dos costumes publicos, e conclue: «Subão os homens a causa porque se lhes faz merce, e a causa porque se lhes deixa de fazer. A boa tenção aceite V. M., quando o papel não contente, ainda que avia mais cousas que se pudessem advertir, muito se fasia se estas se fizessem. Quem far servir ou governar, espere a paga no fim conforme ao bem ou mal que fizer. E quem se escusar de ser-

vir no que lhe não he indecente, (seja) excluido do servico para sempre, que o que hum engeita, pedem cento».

Ainda uma palavra. Tem-se fallado muito das intimas relações do Padre Antonio Vieira com D. João IV; o padre era o rei, e o rei um instrumento, dizem. Não temos em pouco valor a influencia do celebre jesuita sobre o animo do principe, a influencia necessaria, legitima do homem de genio sobre quem o não era. Os que pretendem porém reduzir o rei á condição de um automato governado ora pela rainha, ora pelo padre, repetem apenas os lugares communs da tradição, não consultam os documentos; esquecem que o Padre Vieira passou a maior parte da sua existencia no Brazil, longe da corte, e que a sua vida teria acabado allí, ás mãos dos exploradores portuguezes officiaes e particulares, ou na Europa, nos carcereiros da inquisição, se a protecção constante do monarcha não o acompanhasse em todas as suas empresas. O biographo mais moderno e mais consciencioso de Vieira, o Abbae Carel, o diz e o repete a todo o momento. Sem D. João IV o Padre Antonio Vieira estava perdido (Carel, pag. 119 nota, 164-167, 240 etc.), sem o seguro instinto do rei, que pressentiu n'elle o homem de genio, e lhe prestou uma confiança sem limites, Vieira não teria passado de um reformador envolvido em empresas impossiveis, succumbindo n'um martyrio inglorio. E com effeito mal o rei tinha fechado os olhos, lá ia o padre em caminho para a prisão. *Il semblait que la haute influence de Vieira eût servi Jean IV au tombeau* (Carel pag. 240). Vieira teve ainda tempo de escrever ao seu amigo e ao seu rei um epitaphio condigno: *Sibi satis, hostibus nimium, nobis parum*.

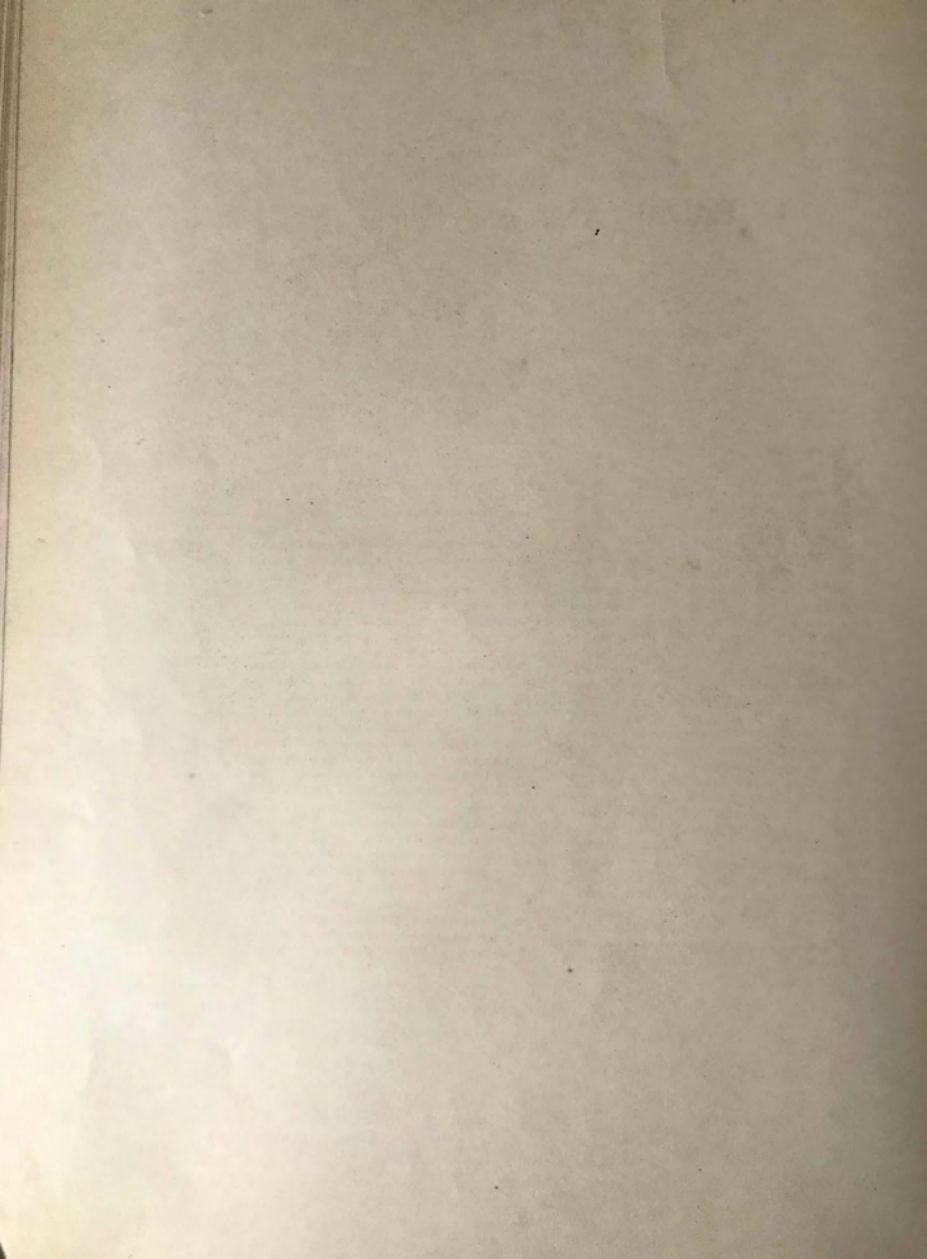
Joaquim de Vasconcellos.





Padre António Vieira





O PADRE ANTONIO VIEIRA

N A HISTÓRIA da civilização europeia, o século XVII representa o período brilhante da diplomacia, essa tentativa de intervenção da razão no meio dos conflitos da força bruta, substituindo a violência pelo pacto, moralizando o facto consummado pelas modificações de um mutuo accordo. Se Antonio Vieira fosse apenas o jesuíta dedicado á catechese dos indígenas do Brazil, o pregador pittoresco e subtil da corte portugueza, enfim o homem que manteve uma correspondencia com os principaes vultos da politica n'esse difficiloso periodo da restauração da nacionalidade, o seu nome não saíria dos annaes da Companhia, e perder-se-ia n'essa meia sombra das individualidades secundarias. A face dominante do padre Vieira é a sua cooperação diplomatica em todos os negocios que a nova dynastia dos Braganças teve de propor ou propugnar nas côrtes estrangeiras, muitas vezes secretamente, sem conhecimento dos ministros acreditados, outras vezes espiando-os, contrariando-os, com essa argucia e malleabilidade recebida na disciplina jesuitica, e força é dizê-lo, também com a moral de que os fins justificam os meios.

Visto a esta luz o vulto de Vieira toma proporções collossaes, embora elle proprio se amesquinhie pelo habito da intriga secreta com que o fazeu o seu instituto; os proprios sermões, cheios de equívocos seiscentistas, de conceitos culteranescos, adquirem um interesse particular pelas allusões ás cousas politicas da época, pelas emoções pessoais do seu contacto com a corte, e até pelas decepções

PLUTARCHO PORTUGUEZ.

que soffreu com as eventualidades da successão real. Os biographos de Vieira teimam em represental-o como um varão apostolico, dedicado á conversão dos selvagens, enquanto que elle proprio confessa que trajava á secular, tinha um grande tracto com o mundo pelas suas constantes viagens, fazia empréstimos para o governo, contratava esquadras, planeava bancos á imitação do de Amsterdam, e Companhias de exploração colonial, como a da Hollanda, andava envolvido em planos de casamentos reais, em annexações de estados, mantendo uma correspondencia que dava bem que fazer a seus secretarios. O padre Vieira era o conselheiro de Dom João IV, natureza apathica e irresoluta sustentando pela mola occulta do jesuita; era elle que lhe explicava o pensamento dos seus ministros, e a elle entregava o rei a direcção espirital e intellectual do principe herdeiro Dom Theodosio. O diplomata era incansavel; ia de repente de Lisboa a Roma, a Paris, a Haya, ao Maranhão, á Inglaterra, conspirava na sombra, dissertava publicamente nas academias e nas basilicas, tinha o dom da sociabilidade e da sedução insinuante, era tudo, menos um coração portuguez. Aquella natureza dura, tenaz, invencivel, que se agita até aos noventa annos, muitas vezes victima da complicação das suas proprias intrigas, é o typo completo do jesuita explorando essa corrente nova da diplomacia do século XVII. Enquanto a realza esteve submettida á disciplina do papado, que por meio dos seus legados mantinha uma certa unidade de acção, as republicas e federações da idade me-

VOL. I — FASC. VI.



dia foram lentamente e irremissivelmente absorvidas pelas monarquias; uma vez fortes, as monarquias apoiadas nos exércitos permanentes tornaram-se absolutas, abandonaram a investidura papal, e preocuparam-se do engrandecimento dos seus estados pela conquista, hallucinadas pela ideia dos humanistas da Renascença, da realização da *Monarchia universal*. Carlos v, Henrique viii, Francisco i e Dom Manoel obedecem a esse sonho, e o que não fizeram pela conquista procuraram conseguir-o pelos casamentos; é assim que a Casa de Austria toma esse extraordinário desenvolvimento de poder, que destrói o equilíbrio europeu, e que determina como reacção a formação do reino da Prússia, a acção da França, implantando a dynastia dos Bourbons em Hespanha, e o engrandecimento da Inglaterra como potencia colonial.

As luctas para fixar este equilíbrio transitório, que no século xvii foi outra vez quebrado pelo aparecimento da Russia como grande potencia europeia, são conhecidas na historia pelo nome de *guerra dos trinta annos*, e terminam pelo triumpho da diplomacia, com a pacificação da Europa pelo tratado de Munster, levado a cabo pela acção de uma pequena nacionalidade, a Suecia. Fallámos n'este quadro geral da diplomacia do século xvii e da sua obra capital, a paz da Westphalia, porque d'esta modificação de equilíbrio europeu resultou a restauração da nacionalidade portugueza, a cooperação da França, na lucta da nossa independência, e o enfraquecimento da Hollanda pelo abandono dos Bragancas á aliança incondicional da Inglaterra.

A figura do padre Vieira apparece no meio d'estes complicados successos, também preocupado com o sonho da monarchia universal na forma apocalypica do *Quinto Imperio*; mas a diplomacia, que n'este seculo teve um destino, para elle era um meio de dispor do poder dos principes antepondo a tudo os interesses da Companhia. «A revolução moderna, que data do século xiv, iniciou-se precisamente pela ruptura d'esta monarchia europeia fundada, regulada, e governada pelo papado. A diplomacia foi o expediente destinado a supprir esta falla, até que uma nova organização espirital, reconstituisse systematicamente a Republica Occidental.» (Lafitte, *La Morale positive*, p. 62.)

O primeiro pensamento d'esta diplomacia era o principio da independência dos estados, acabando com a conquista brutal das grandes potencias e reconhecendo o direito á autonomia das pequenas nacionalidades; Vieira não percebeu isto, e era o primeiro a propôr a entrega de Pernambuco e da Bahia aos Hollandezes, ou a incorporação de Portugal outra vez á Hespanha pelo casamento do principe D. Theodosio com a filha de Carlos ii. Antes

de tudo o diplomata é um jesuita, e é esta a face pessoal e o centro de convergencia de todos os factos biographicos que se entrecruzam pela sua acção historica. Entremos pelo lado pessoal.

Antonio Vieira nasceu em Lisboa, a 6 de Fevereiro de 1608, sendo seus paes Christovam Vieira Ravasco e D. Maria de Azevedo; a epoca do seu nascimento, sob o dominio hespanhol em Portugal, explicanos a facilidade, com que na sua actividade diplomatica não hesitava na unificação dos dois estados. Em 1615, sua familia retirou-se para o Brazil, por ventura pelo motivo de algum despachio politico, o que parece inferir-se, attenta a hereditariedade dos empregos, do facto de ser seu irmão mais novo Bernardo Vieira Ravasco secretario de estado no governo da colonia. No Brazil os jesuitas eram uma verdadeira potencia, fazendo da catechese um pretexto para o commercio em grosso, e entregando-se ao ensino para se apoderarem das gerações novas. Antonio Vieira frequentou as aulas do collegio dos jesuitas da Bahia, e essa criança que nunca chorou, não podia passar desaperccebida aquelles severos pedagogos, que acharam n'elle o temperamento da tenacidade e do aferrô para a missão da Companhia. Na frequencia das aulas dos jesuitas, Vieira foi seduzido para vestir a roupa, e na noite de 5 de Maio de 1623 foge da casa paterna e recolhe-se ao collegio. Na *Monita secreta* vem explicado o modo da seducção das crianças, o que lança uma luz sinistra sobre o passo dado por esse rapaz de quinze annos: «Os nossos conversação familiarmente com os filhos, e se lhes parecer util á Companhia, acolhel-os-hão no collegio, mostrando-lhes quanto lhes possa agradar, de qualquer modo que seja para incital-os a ficarem; sobretudo, leva-os-hão aos jardins, vinhas e casas de campo e quintaes, onde os nossos forem distrahir-se. Fallar-lhes-hão das viagens que fazemos a diversos reinos, das relações que temos com os principes e de tudo quanto possa regosiar a juventude.» (cap. viii) Vieira resistiu a todos os rogos dos paes, que procuravam arrancal-o a escravidão da Companhia, e no fim de dois annos fez os primeiros votos, depois das duras provas do noviciado, em que a obediencia e a abnegação absolutas á vontade do GERAL são a consequencia de uma deformidade a que é submettido o espirito; a 6 de Maio de 1625 passou á classe dos escolheires, ligando-se então por votos secretos, e tomando cargo das obrigações do ensino. Foi mandado ensinar rhetorica no Collegio de Olinda, e depois Philosophia dialectica. O ensino jesuitico baseava-se unicamente na memoria, essa faculdade passiva, unica que subsistia e com que se acabava de estafar a intelligencia dos que abdicavam da propria indivi-

dualidade. O ensino era de uma disciplina violentíssima, pela dependência das resas quotidianas e pela inaniidade das disciplinas em que nem a Mathematica, as Sciéncias naturaes, a Historia, a Geographia e o Direito entravam por forma alguma; traduzia-se do grego para latim e do latim para grego, e commentavam-se grammaticalmente e rhetoricamente poetas classicos sem correlação entre si, misturados com os padres da igreja.

Seguia-se desde a rhetorica até a classe de sexta, como quem acompanha um instructor de recrutas, e este vacuo moral era atenuado com divertimentos escolares, profundamente aborreciveis, os *Ludi priores*, em que se representava uma comedia grega ou latina que precedia a distribuição dos premios, os *Ludi solemnes*, ou tragicomedia de grande apparato, com discussões, theses e poesias; acabava-se a educação por se ficar moralmente quebrado, palavroso, argumentador banal, prompto para justificar todas as transigências.

Os biographos de Vieira exaltam o grande typo argumentador do padre e a sua argucia de interprete, terrivel consequencia d'essa disciplina pedagogica. No ensino da theologia, Vieira explicava os prophetas, e d'esta sua primeira actividade lhe ficou a tendencia para o allegorismo com que tratava os textos biblicos nos seus sermões, e essa seducção pelas phantasmagorias messianicas que tanto o fizeram soffrer com o livro do *Quinto Imperio*.

Os primeiros trabalhos de Vieira foram apostillas escolares, e commentarios das tragedias de Seneca, bem como traducções de cathecismos nas linguas dos selvagens do Brazil.

Em algumas paginas autobiographicas, Vieira diz que aos dezesse annos já redigia as *Annuaes* em latim que eram enviadas da Provincia ao Geral para Roma; aos dezoito annos era mestre de primeira, commentando por escripto Seneca, Josué, e o Cantico dos Canticos; aos vinte annos frequentava theologia, e os superiores permittem-lhe redigir uma apostilla para as suas proprias lições; aos trinta annos é eleito mestre de Theologia.

Vieira passou ao terceiro gráo da Companhia, dos Coadjuutores espirituaes, e depois de ter dito a primeira missa em 1635, começou a exercer as funcções da predica, inherentes ao terceiro gráo. As suas provas estavam dadas, e só lhe faltava a idade para se elevar a Professo, e ser admittido ao quarto voto, pelo qual reconhecia o Papa como o unico poder legitimo na terra.

O gráo de Professo é o patriciado da Companhia, ao qual pertencem os Superiores das missões, os Directores dos principios, os Admonitores, Reitores e Procuradores. Vieira cumpriu estes requisitos percorrendo em missões durante cinco annos

todas as aldeias da Bahia, e depois entrando nas funcções politicas, que começaram em 1641 e o levaram rapidamente a apoderar-se do espirito de D. João iv, a ser o seu embalsador, e o mestre e confessor do principe herdeiro D. Theodosio. Vieira cumpriu á risca o espirito da *Munia secreta*.

As trepidações do equilibrio europeu, determinaram a sublevação da Catalunha e a Revolução de Portugal em 1640; á falta de um rei, os restauradores portuguezes serviram-se do duque de Bragança, D. João, casado com uma dama hespanhola, e que vivia na opulencia da sua casa de Villa Viçosa, alheio aos destinos de Portugal escravo. O duque aceitou o movimento depois de consumado, e depois que o jesuita Lami lhe assegurou o apoio da corte de França, que procurava annular a Casa de Austria em Hespanha. A revolução nacional triumphou pelo conjunto das circumstancias excepcionaes da Europa que determinaram a paz de Westphalia, e D. João iv achou-se rei de Portugal, por delegação da soberania conferida pelas cortes de 1641. O successo eccubou sobre todos os dominios portuguezes que adheriram immediatamente á restauração, e o Vice-rei da Bahia, nomeado por Castella, reconheceu promptamente a independencia portugueza, enviando seu filho D. Fernando de Mascarenhas á Europa a cumprimentar D. João iv e offerecer-lhe a sua homenagem. N'esta missão politica apparece como mentor do filho do Vice-rei, o Padre Vieira, acompanhado com outro jesuita o Padre Simão de Vasconcellos; partem da Bahia a 27 de Fevereiro de 1641, e chegam a 28 de Abril a Lisboa, conseguindo Vieira logo ao fim de dois dias fallar a D. João iv. O astuto jesuita vinha possuido de todos os expedientes da *Munia*, e tratou logo de apoderar-se do animo do rei, e fazer-se valer na corte; cumpria o capitulo xvii, que diz: «ha que mudar de politica segundo as circumstancias, excitando os principios nossos amigos a declararem-se mutuamente guerra, sem treugas, a fim de que implorando por todas as partes o soccorro da Sociedade, esta possa empregar-se na reconciliação publica, conducta que não deixarão os principies de recompensar com os principaes beneficios e dignidades.» (§ 8.)

Logo em 1641, Padre Vieira propõe a D. João iv a formação de companhias de commercio para a exploração á moda hollandesa do Brazil e da India, propõe mais a modificação da penalidade dos christãos-novos, abolindo o confisco dos bens dos condemnados pela Inquisição, para assim não afastar os capitais do commercio. Sobre a aristocracia portugueza, Vieira, que se vangloriava no tribunal do Santo Officio da sua experiencia mundana, exerceu immediatamente um prestigio fabuloso

pela forma pittoresca dos seus sermões, e pela correspondência affectuosa e activa com toda a nobreza. Os sermões no século XVII eram um passatempo que supria as gazetas e os espectáculos theatraes, em uma sociedade asphyxiada pela falta de liberdade de consciencia, e separada de toda a communhão intellectual da Europa. No 1.º de janeiro de 1642 Vieira appareceu pela primeira vez no pulpito do collegio jesuita de S. Roque, e era tal o fervor da moda de rei a ouvir-o, que D. Francisco Manoel de Mello, em uma das suas cartas, falla da validade com que a aristocracia mandava estender tapetes em S. Roque para ouvirem o padre. Vieira era um improvisador; servia-se de todas as circumstancias casuaes para adaptar-lhes os textos das escripturas, introduzindo-lhes sentidos propheticos, e impondo-se como uma extraordinaria capacidade politica. Foi facil captar o animo semidamente de D. João IV, adquirindo um extraordinario valimento no paço; elle carteara-se com os principes; recebeu do rei a cifra secreta da correspondência dos embaixadores; foi nomeado pregador da capella real; o rei entregou-lhe a educação intellectual e a consciencia de seu filho o principe D. Theodosio; quiz fazel-o seu embaixador na Hollanda, e mandou-o com missões secretas, e algumas d'ellas criminosas, de lesa-nacionalidade, a varias côrtes europeas. O Padre Vieira cumpria as instrucções da Monita, que lhe impunha:

«E' preciso consagrar os nossos esforços a atrahir o animo e sympathia dos principes e pessoas mais importantes, a fim de que ninguém se atreva contra nós, antes pelo contrario todos de nós dependam. (Cap. II, § 1.º). — Para tornarem-se senhores do espirito dos principes será util que os nossos se insinuem habilmente e por meio de outras pessoas, para desempenharem por elles embaixadas honrosas junto de outros principes e reis... (§ 4.º) — Envolver-se nos casamentos reaes» (§ 5.º).

Estas perscrições são a synthese da biographia do Padre Vieira até ao tempo em que se recolhe ao collegio do Maranhão; tinha entrada franca no paço, estava presente às conferencias do rei com os ministros, vivia nas secretarias do estado, possuia a cifra cujo conhecimento só competia ao ministro Pedro Fernandes Monteiro, e os tribunaes e juntas eram obrigados a ir conferenciar com o jesuita, cujo parecer era apresentado por escripto ao rei, que com uma ingenuidade local lhe pedia que fizesse isso *sem labia*. Este immenso poder e influencia de Vieira produziu um certo descontentamento na Companhia, que não queria nunca exercer o seu poder directamente e tanto ás claras, sobretudo na situação em que se achava Portugal, cuja independência não era reconhecida em Roma;

a tradição e algumas palavras de Vieira leem a crer que houve projecto de expulsão da Companhia, o que se não effectou pela intervenção oportuna de D. João IV. A Inquisição também não olhava com bons olhos para Vieira, não só por causa do plano da abolição da pena de confisco que pesava sobre os christãos novos, como pelo velho odio entre os Dominicanos e Jesuitas. A doutrina dos Dominicanos, formulada por S. Thomaz, sobre os bens dos judeus, era:

«Os judeus, ainda mesmo que elles não pratiquem nenhum acto de sedição, podem ser despojados de tudo quanto ganharam pelo commercio, contanto que se lhes dê o necessario.» O Padre Vieira, como jesuita, membro d'essa vasta feitoria de exploração commercial da America, professava doutrinas oppostas, impostas pelas circumstancias da Companhia. Era também doutrina dos thomistas, posta em pratica pelos Dominicanos no tribunal do Santo Officio: «Os sacrilegios serão punidos pelo confisco e pela morte.»

O Padre Vieira tendo também reagido contra esta doutrina desastrosa, que conduzia a nação á miseria e á idiotia, incorreu nas iras da Inquisição, em cujos carcereiros foi cahir depois da morte de D. João IV. No meio d'estes conflictos e intrigas, em que D. João IV não se entendia, mandando matar o fiel ministro Francisco de Lucena, e perseguir homens dedicados como o Marquez de Montalvão e Mathias de Albuquerque, Vieira apenas se afastou momentaneamente da côrte, desenvolvendo as suas phantasmagorias apocalypicas do *Encuberto*, com que explicava a missão providencial de D. João IV, realisando o *Quinto Imperio* no Brazil, e, mudando de politica segundo os tempos, symbolizando a acção futura do principe D. Theodosio, e mais tarde o roubo do throno feito por D. Pedro II a seu irmão. Vieira ligava-se assim pela hallucinação mystica ao valimento da côrte, e D. João IV, não podendo resolver-o a ser seu embaixador na Hollanda, tornou-o o negociador dos variados casamentos que projectava para o principe.

A ideia do *Encuberto* desenvolvia-se no espirito de Vieira por elle não acreditar na independencia de Portugal; elle demonstra a D. João IV, que é impossivel resistir contra a Hespanha colligada com a Hollanda e com a indifferença da França; Vieira é de voto que se abandonem aos Hollandezes Pernambuco e Bahia, e que se lhe dê uma fortaleza do reino como penhor, contanto que se faça a paz, para reduzir a guerra com Hespanha á defensiva. O Desembargo do Paço opinou que a realisação d'esse plano, que D. João IV mandou propor, era simplesmente a perda do Brazil e a redução de Portugal á situação de uma Galliza. Não

podendo levar a efeito este abandono do Brazil, operado mais tarde por outro Bragança, D. Pedro iv, voltaram-se para os planos de casamento do príncipe, em que Portugal era entregue á França ou á Hespanha, em dote da princeza que casasse com D. Theodosio, como Bombaim foi entregue mais tarde com a infanta D. Catharina a Carlos ii de Inglaterra, de que nos resultou a perda da India.

Vieira era, segundo o espirito da Monita, o contratorador d'estes casamentos. Vieira não era portuez, mas jesuita—para quem *toda a patria é uma terra estrangeira, e toda a terra estrangeira é uma patria*; pouco se lhe dava que D. João iv cedesse Pernambuco aos Hollandezes, contanto que a Companhia continuasse as suas explorações no Brazil; pouco se importava o jesuita que D. João iv trocasse Portugal como provincia de Hespanha pelo titulo de Rei do Brazil, contanto que os jesuitas ficassem com o governo temporal do novo estado, cujos elementos autoctones estavam alliciados ao seu partido. Esta doutrina da negação da patria corresponde á crença do *Reino de Deus*, propagada na egreja por Hincmar, Hugo de Santa Maria, S. Bernardo, Guilherme Perald e S. Thomas de Aquino, e que Vieira fez reviver na sua argucia, adaptando-a ás sugestões politicas da corte de D. João iv, e ligando-a á credulidade popular pelas *Thosas* de Bandarra, impressas pela primeira vez em Nantes em 1644, para servirem este intuito.

As colonias portuguezas do Brazil não quizeram reconhecer o dominio hollandez, e sob o commando dos sublimes patriotas João Fernandes Vieira e André Vidal de Negreiros revolucionaram-se e conquistaram com inaudito heroismo a sua liberdade; o Padre Vieira condemnava esse movimento e ultrajava o patriotismo dos bravos que luctavam pela sua nacionalidade, influnido para que D. João iv os abandonasse á sua propria resistencia. A sublevação de Pernambuco em 1646, destruiu os planos de D. João iv da cessão á Hollanda, e Vieira felo mudar de politica, indo tratar das alianças dynasticas por um casamento real.

E' em 1646 que Vieira sáe de Portugal, desembarca a 8 de março na Rochella, vae a Paris, toma o caminho de Ruão, e depois por Calais, parte para Flessinga e para a Haya. Qual o motivo d'estas missões diplomaticas, nunca Vieira o declarou, postoque alludisse bastantes vezes á altissima importancia d'esses negocios não confiados ao papel. Por um manuscrito achado no archivo do Marquez de Nisa, sabe-se que o Padre Vieira levava a missão de contractar o casamento do príncipe D. Theodosio com a duqueza de Longueville, passando D. João iv a ser rei do Brazil, e ficando o reino de Portugal sob o governo de Condé.

Não se realizou este plano, porque a duqueza era casada clandestinamente com Lauzan. Vieira era fecundo em planos, e mudou o caso para o casamento do príncipe com a filha mais velha do duque de Orleans, vindo o pae da noiva tomar conta do governo de Portugal. O velho Duque não via os negocios de Portugal bem parados, e pretextou um compromisso com o Pretendente de Inglaterra. A independencia de Portugal esteve jogada aos dados por aquelle que recebe na rhetorica official o titulo de Restaurador! O Padre Vieira regressou a Portugal, sendo em 1647 nomeado para dirigir ou assistir D. Luiz de Portugal no congresso de Munster, onde se redigiu o tratado de Westphalia, que fundou o direito publico da Europa, e em que a politica até então ecclesiastica teve uma base humana e um espirito secular, como o caracteriza Henri Martin. A situação de Portugal, postoque não entrasse no Congresso de Munster, melhorou em virtude do espirito de pacificação do tratado; as tergiversões do Cardeal Mazarino com relação ao reconhecimento da independencia de Portugal suscitavam em Vieira o pensamento do abandono de Portugal á Hespanha, e a transferencia da dynastia de Bragança para o Brazil, d'onde foram batidos os Hollandezes; o jesuita andava munido de plenos poderes para fazer na corte de França todas as concessões que podessem sustentar por qualquer forma o throno da nova dynastia dos Bragancas.

O Padre André de Barros, jesuita tambem, na *Vida do Padre Antonio Vieira* dá conta da terrivel missão que este desempenhára em Roma em 1649, e era nada menos que o conloio com o jesuita Gonzales de Mendoza, que assistia como adjuncto ao embaixador hespanhol Duque do Infantado, para arranjar o casamento da filha de Carlos ii de Hespanha com o príncipe D. Theodosio, ligando-se assim as duas nações por um vinculo indissolovel. O embaixador hespanhol enfureceu-se quando lhe communicaram este plano, e ameaçou Vieira de que mandaria assassinal-o, exigindo do Geral que o despedisse immediatamente de Roma; não se fez a união iberica porque Carlos ii não quiz em menoscabos dos seus direitos contractar com o rebelde que se intitulava D. João iv. Os planos de casamento continuaram pela actividade e espirito de intriga de Vieira, e agora era o casamento da infanta D. Catharina com D. João de Austria, passando D. João iv para o Brazil; segundo Vicoquefort, o rei de Hespanha apenas concedia que D. João iv ficasse rei dos Açores, ou segundo novo alvitre rei da Sicilia. Nada conseguindo diplomaticamente com a Hespanha, Vieira ainda se lembra de fomentar uma sublevação em Napoles,

achando-se outra vez em Roma, para esse fim em 1650. A retirada de Vieira para o Maranhão em 1652, significa por assim dizer uma tregua na intriga apartando-o do príncipe D. Theodosio, levado, pelas sugestões espirituais a actos de desobediência contra seu pai. O príncipe morreu prematuramente com dezenove annos de idade, e assim se interromperam os planos de ceder Portugal em dote á infanta de Castella.

A Companhia estava cansada da acção ostensiva do Padre Vieira, e desde 1644 que o mandara recolher ao Maranhão; debalde pretextou o padre missões politicas a Madrid e a Saboya, collocando-se em uma collisão entre as instancias do paço e as ordens do Geral; por fim sempre teve de partir, em 22 de Novembro de 1652. Quando se achava no Maranhão chegou a noticia da morte prematura do príncipe D. Theodosio, succedida em 15 de Maio de 1653; Vieira lamenta este golpe nas suas esperanças futuras, dizendo em um sermão de exequias: «Com os religiosos da Companhia se confessava S. A.; aos religiosos da Companhia consultava; pelos livros dos religiosos da Companhia lia; e se entre os maiores ou menores cuidados do estado e do governo havia de tomar uma hora de recreação, como os religiosos da Companhia a tomava. Muito perderam os religiosos da Companhia no príncipe D. Theodosio...»

Vieira tinha no futuro herdeiro do throno um jesuita do quinto grão, um *Coadjutor temporal*, dos que vivem na hierarchia secular; perdido este extraordinario auxiliar, que se prestaria a fazer de Portugal um novo Paraguay, convinha ao Padre Vieira vir á corte para conhecer o animo do príncipe D. Afonso, que era o herdeiro presumptivo. De facto a proposito de questões entre os varios interesses de escravatura e trabalho dos indios, Vieira veio a Lisboa em 1655, mas o seu regresso ao Brazil, em 16 de abril d'esse mesmo anno, prova que achou na corte uma desconfiança, que se evidenciaria mais tarde, posto que o rei lhe concedesse por provisão de 8 de abril de 1655 o exclusivo das missões para a Companhia. Mudando de politica segundo os tempos, Vieira entregou-se ao trabalho das missões até ao anno de 1661, e a pretexto das missões foram invadindo a esphera civil os jesuitas a ponto de se dar uma profunda sublevação do povo do Maranhão, Bahia e Pará, e ser preso o Padre Vieira em 1660, vindo n'esse mesmo anno a Lisboa, com outros jesuitas destrahidos. Vieira encontrou a corte totalmente mudada; D. João iv era morto havia quatro annos; o príncipe herdeiro entregava-se á mais estrondosa devassidão; a viuva regente D. Luiza de Gusmão preocupava-se com a segurança da sua dynastia,

e não podia attender ás queixas do padre; elle então lançou mão da arma favorita, e pregou o sermão da epiphania em 6 de janeiro de 1661 na corte, com pungentes allusões. Segundo as instrucções secretas de D. João iv, D. Luiza de Gusmão devia abandonar Portugal aos hespanhoes, e refugiar-se no Brazil com a familia real e fixar alli a dynastia de Bragança; o tratado dos Pyrenees entre a França e a Hespanha, em 1661, deixava Portugal sem apoio para a luta da sua independencia; D. Luiza de Gusmão pensando na necessidade immediata da retirada, nomeou Francisco de Brito Freire governador de Pernambuco, para ir preparar o asylo para a dynastia. E' crível que Vieira entrasse n'estes planos, attenta a circumstancia de derivarem das instrucções secretas de D. João iv, e sobretudo pela audacia com que o padre leu uma severa allocução ao príncipe D. Afonso.

Vieira não tinha o apoio da corte, temiam-no pelo caracter aventureiro das suas intrigas, e por ventura já se havia envolvido n'essa complicada e obscura trama que procurava tirar o throno ao devasso D. Afonso vi para dal-o a seu irmão D. Pedro. E' certo que Vieira soffreu um afastamento ou desterro para o Porto em 1662, e em 1663 para Coimbra, onde foi denunciado ao Santo Officio e processado em 1664, sendo preso em 1665, e saindo sómente ao fim de dois annos. A Companhia, que por vezes projectara expulsão, n'este momento, em que os dominicanos lançavam o repto contra os jesuitas processando um dos seus luminares, protegeu Vieira, que se mostrou inquebrantavel.

O partido que explorava a devassidão de D. Afonso v. e que estava no poder, suspeitou vêr nas allusões do *Encuberto* o príncipe D. Pedro, que veio mais tarde a expoliar o irmão da propria mulher e do throno; Vieira foi agarrado pelo Santo Officio sob a accusação de *tepidão*! Na linguagem inquisitorial esta palavra significava o crime de não ser de voto que os judeus e christãos novos fossem queimados vivos, e que se lhes confissem os bens, com desvantagem do commercio; era tambem accusado de meditar reformas do tribunal da Inquisição, e de considerar nocivas as ordens monasticas pela sua excessiva multiplicidade. A base positiva da accusação eram os seus livros da *Gl'ia Prophetarum* e do *Quinto Imperio*. Vieira soffreu terriveis interrogatorios, argumentou, declamou, protestou para repellir de si a mancha de heterodoxia; é bastante curiosa a apologia em que elle se defende das accusações estupidas, deixando alguns traços da sua autobiographia. Na Ponderação 8.ª, que anda junta ao processo, diz que foi sempre bibliothecario em todos os collegios da Companhia, e que durante as suas viagens frequentou

as melhores livrarias do mundo; e sobre os seus sentimentos caritativos: «cheguei a dar até a própria cama, dormindo sobre uma esteira de tabua.» E do seu trabalho das missões: «sinto muitas vezes quatro e seis leguas a pé, e muitas vezes quinze e vinte, atravessando bosques e rios sem fonte nem caminho, caminhando de dia e de noite para confessar um índio enfermo.» Conta como em uma viagem para Portugal se virou o navio no mar, e como tendo embarcado vinte e duas vezes por interesses religiosos, foi também vítima dos corsários, sendo roubado e lançado na ilha Graciosa com mais quarenta e um passageiros; conta como se empregou durante nove annos nas regiões do Maranhão, navegando por este tempo mais de quatorze mil leguas por agua doce e salgada, além de muitas terras e desertos sempre a pé; como compoz seis catechismos na lingua geral da costa do mar, na dos Nhinigalbas, na dos Bôcas, na dos Jumanas, e dois na lingua dos Tapejos. Como bom jesuita, excitara os sentidos dos selvagens, por meio de autos, danças e mascaradas religiosas: «E para verem da mesma maneira com os olhos o mysterio do nascimento de Christo, cuja solemnidade fazia celebrar com *Dialogos* na sua lingua, representados por seus proprios filhos, mandava tambem ir de Portugal as imagens do Presépio e outras curiosidades d'aquella festa, de que se paga ainda gente de maior entendimento.»

Na referida Ponderação autobiographica, diz como recebia dos Dinheiros do Brazil mil cruzados annualmente, por ordem de D. João IV, os quaes juntos com o seu ordenado de prégador regio, e com a continua liberalidade da rainha e dos subsidios da Junta da Propagação da Fé, e esmolas particulares que angariava, dispendia para mais de cem mil cruzados nos nove annos de missão; e conta as conversões que fez entre os selvagens Potiguaras, Tupinambas, Caatingas, Pacajas, Poquies, Mamajanas, e Anajas, bem como o começo da catechese entre os Aroquis e Tucujus. A Inquisição não fez caso d'estes factos extraordinarios, e impoz a Vieira que reconhecesse os seus erros; o jesuita era inflexivel e por pouco iria para a fogueira, se o papa Alexandre VII não intervisse recomendando-lhe a retratação. A sentença da Inquisição foi dada a 23 de dezembro de 1667, sendo Vieira condemnado a perder vir activa e passiva, prohibindo-lhe a predica, e ordenando que o consummado theologo fosse recolhido a um collegio de noviços! Outro qualquer rebentava; Vieira ouviu ler a sentença infame de pé, durante duas horas, immovel, com os olhos cravados em um crucifixo do tribunal, e isto depois de vinte e sete mezes de carcere incommunicavel! N'este tempo triumphara a

conjuracão a favor de D. Pedro II, e a dôr de Padre Vieira foi ainda agravada pelo abandono d'aquelles com quem cooperava, encontrando da parte do novo soberano uma frieza e afastamento. Em 1668 a Inquisição perdôou-lhe a pena, porém Vieira como incansavel partiu para Roma a pretexto de ir tratar da canonisação de quarenta santos da Companhia, mas com o intuito de obter do papa a annullação da sentença da Inquisição. A sua recepção em Roma foi um triumpho, como um desagravo que lhe dava a Companhia; ali se fez admirar como prégador, e como orador academico na conferencia erudita promovida entre os sabios de Roma pela vaporosa Christina, rainha da Suecia. Clemente X concedeu-lhe isenção da jurisdicção do Santo Officio, e o modo como era recebido no estrangeiro, revelou-lhe o contraste da sua situação na patria, cuja ingratição inscreva em um sermão de Santo Antonio. Em 1675 regressa a Portugal ainda com a esperanza de entrar no valimento de D. Pedro II; mas os Braganças foram sempre ingratos. O Padre Vieira não pôde vencer o juizo que se formava da sua capacidade diplomatica, expresso pelo Conde da Efaceira no *Portugal Restaurado*: «Como o seu juizo era superior e não igual aos negocios, muitas vezes se lhe desvaneceram por querer tratá-los mais subtilmente do que os comprehendiam os outros principes e ministros, com quem communicou muitos de grande importancia.» Por outras palavras, o rei e os ministros tinham medo das intrigas do padre; assim, retirou-se descontente para a Bahia, em 27 de janeiro de 1681, recolhendo-se a quinta do Tanque, na convivência do seu inseparavel companheiro o Padre José Soares, que o provocava á compilação completa de todos os seus sermões e escriptos moraes. Apesar do retiro em que vivia, ali lhe chegaram os ruidos das malquerenças que o seu talento levantou, como o de ter sido queimado em estatua em Coimbra. Por 1683 deu-se o caso do assassinato do Alcaide-mór, em que os inimigos do Padre Vieira tentaram incriminal-o com outros, envolvendo-o em um processo que durou até 1687; não vencendo esta perfidia, a Companhia deu-lhe a patente de visitador da provincia do Brazil em 1688, cargo em que tinha de dispendir uma energia superior ás forças da sua idade. Já na extrema velhice e carregado de serviços, achou-se ainda envolvido em um processo na propria Companhia, sendo condemnado por *crimine ambitus*, isto é, por ter revelado o seu pensamento em uma eleição de procurador da provincia, que no congresso feito no collegio da Bahia em 1694 havia de nomear-se para ser mandado a Roma.

A pessoa a quem revelara o que pensava de

quem deveria ser eleito, era o Padre Ignacio Faya; Vieira luctou nos ultimos annos da sua vida para lhe ser annullada a sentença, mas só depois de ter fallecido em 18 de julho de 1697, é que o Geral lhe mandou a absolvição e reconhecimento da sua innocencia. Vieira sentia-se morrer lentamente, perdendo o ouvido, a vista, os movimentos; e com noventa annos quasi feitos, ainda supportou duas sangrias, segundo a medicina selvagem d'aquelle tempo, o que com certeza apressou a sua morte. Plinio, escrevendo a Tacito, dizia-lhe: «Felizes os que sabem praticar cousas dignas de serem escriptas, ou de escreverem cousas dignas de serem lidas.» Tal é a caracteristica do grande homem; Vieira possuiu esta dupla capacidade, amesquinhada pela absor-

pção absoluta da Companhia, que teve n'elle um extraordinario poder de resistencia, usando-o sem que elle nunca se quebrasse; a sua vida de acção gastou-se em intrigas de côrte e em fadigas de catechese e disciplina, a sua vida especulativa dispendeu-se em sermões allegoricos, esse molde esteril do humanismo do seculo xvii.

O que não seria esta protentosa natureza, se em vez de ser levado na corrente do retrocesso jesuitico, tivesse tido a fortuna de descobrir na mocidade a orientação scientifica do seculo de Descartes!

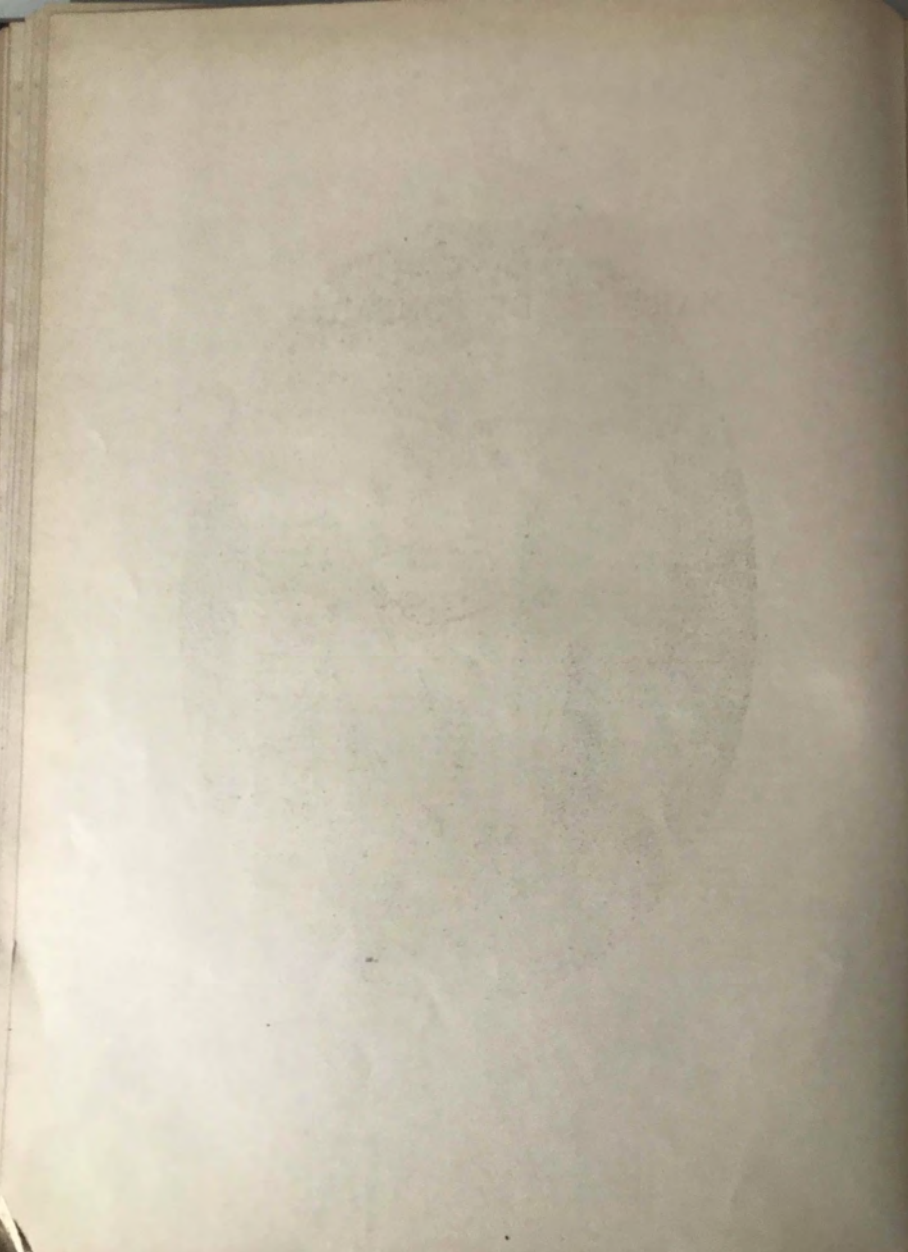
Theophilo Braga.





Marquês de Pombal





MARQUEZ DE POMBAL

A HISTORIA é como esse tribunal do Amenti da religião egypcia, onde são julgados os mortos. O nome do Marquez de Pombal figura entre os grandes typos da historia portugueza, e entre os primeiros estadistas da Europa do seculo xviii; a sua acção foi atacada e exaltada pelas diversas opiniões do seu tempo, e é preciso que ao cabo de um seculo, em que as paixões se extinguiram e em que o que ha de definitivo nas reformas pôde ser apreciado, a historia pronuncie a sua sentença sobre o logar que compete a este homem no pantheon humano. Antes de entrar nas particularidades da sua biographia, que são outros tantos factores d'esta eminente individualidade, importa conhecer a missão historica que o Marquez de Pombal cumpriu com a fatalidade de um destino. É essa a primeira condição para julgar-o com segurança; na vasta synthese sociologica de Comte encontramos o ponto de vista que nos servirá de guia. Como os grandes ministros do seculo xviii, elle representa uma forma da ultima transformação do poder real: «Os reis, anteriormente simples chefes de guerra na Edade Media, deveriam sem duvida ser cada vez mais incompetentes para exercerem de um modo effectivo as immensas attribuições que tinham gradualmente conquistado sobre todos os outros poderes sociaes. É em resultado d'isto que, quasi desde a origem d'esta concentração revolucionaria, se vê por toda a parte surgir espontaneamente, pouco a

PLUTARCO PORTUGUEZ.

pouco, uma nova força politica, o *poder ministerial* extranho ao verdadeiro regimen da Edade Media, e que, posto que derivado e secundario, se torna de mais em mais indispensavel á nova situação da realza, e posteriormente adquire uma importancia de mais em mais distincta e mesmo independente.» (*Cours de Philosophie positive*, t. v, p. 454). O Marquez de Pombal, exercendo toda a sua actividade para engrandecer o poder monarchico absoluto, tornou subalterna a pessoa de D. José I, revestiu-o de uma soberania theatral á altura da sua mediocridade, exercendo em nome do rei uma soberania effectiva.

O Marquez de Pombal conheceu o movimento philosophico dos Encyclopedistas, e a sua residencia em Inglaterra e na Austria orientou-o nas theorias administrativas da Economia politica, e na politica do absolutismo cesarista; mas as flagrantes contradicções que existem nos seus actos só podem ser explicadas pelos modos de ser de uma forte personalidade, e é por isso que conhecido o caracter de uma tão poderosa missão historica, só podemos bem julgar-o acompanhando-o nos seus dados biographicos.

Sebastião José de Carvalho e Mello nasceu em Lisboa, a 13 de maio de 1699; era neto de um magistrado, e filho de um capitão de cavalleria Manoel de Carvalho, conservando em toda a sua vida a severidade do homem de justiça e a impetuosidade do militar, coadjuvado por um vigoroso temperamento que precisava exercer-se na luta. A sua educação foi inteiramente domestica, o que lhe con-

VOL. I — FASC. VII.

servou a originalidade de caracter, libertando-o desse regimen subserviente do ensino jesuitico contra o qual reagiu com plena emancipação intellectual. As obras contemporaneas que se referem a este homem extraordinario alludem á mediocridade da sua estirpe; esta circumstancia não deve passar-se em claro, porque derivam d'ella os primeiros conflitos da sua vida e os profundissimos despeitos que o incitaram na sua luta sangrenta contra as principaes familias da aristocracia portugueza. Os seus primeiros amores com D. Thereza de Noronha, viuva de Antonio de Mendonça e sobrinha do Conde de Arcos, provocaram uma forte resistencia no orgulho heraldico d'esta familia, resistencia que soube vencer, levando por diante o casamento. Tinha então trinta e quatro annos, e fazia-se valer pela cultura litteraria da época como membro da Academia de Historia Portugueza; pertencia-lhe n'essa corporação erudita o estudo historico do rei D. Pedro I, o crú ou justiciero, e é crível que d'essa personificação da prepotencia real se lhe originasse no espirito a ideia do restabelecimento da monarchia independente sobre a submissão da aristocracia e do clericalismo. O seu primeiro casamento durou apenas cinco annos, vivendo em 1739, sem filhos; o facto da sua alliança com a aristocracia não deixou de o coadjuvar no avançamento das honras e cargos sociais, por isso que foi este o plano do seu segundo casamento em 1749, por meio do qual obteve o favoritismo da rainha, mulher de D. João V, com que conseguiu entrar como ministro na governação do estado.

A côrte de D. João V era sensual e beata: o rei entendia que governar consistia em mandar dizer missas por alma dos seus subditos, levantar mosteiros, e dar uma pompa pharaonica ás exterioridades do culto, gastando sommas incalculaveis na canonisação dos jesuitas Estandilão Kostka, Luiz de Gonzaga, João Francisco Regis, Toribio Meravejo, Peregrino, Vicente de Paula, e Camillo de Lellis. Por este facto se vê que os jesuitas se apoderaram do animo do monarcha, sendo o padre João Baptista Carbon o mentor politico de D. João V. A sensualidade do rei precipitou-o em uma paralyisa de que foi atacado em 10 de maio de 1741, morrendo exaustão apesar de constantes presenças publicas em 31 de julho de 1750; n'este periodo a nação foi governada estupidamente por frades boaes, sendo substituidos os pedagogos jesuitas pela omnipotencia do conego augustiniano D. Thomaz da Encarnação. Deu-se o conflicto entre estas duas potencias, conflicto que esperava a sua resolução no momento em que D. João V expirasse, e em que D. José escolhesse um novo ministerio.

Foi no meio d'estas intrigas de sacristia que

Sebastião José de Carvalho conheceu os caminhos do engrandecimento pessoal; pela influencia de um tio conego junto de Frei Gaspar da Encarnação obteve o entrar na carreira diplomatica, sendo em 1738 enviado a Londres em substituição do ministro Marcos Antonio de Azevedo, por ventura com uma missão restricta.

Elle conhecia todos os vícios da administração portugueza, que ignorava os meios de fomentar a riqueza publica dispendendo em desvarios os capitales que rendiam as minas de diamantes do Brazil; conhecia que o commercio do Brazil era exclusivamente feito por negociantes inglezes, conhecia a perfidia ingleza pelos effeitos immediatos do tratado de Methuen, e como Portugal fôra abandonado pela Inglaterra na Paz de Utrecht. Isto explicava-nos como na sua primeira missão diplomatica se occupou na reclamação sobre as franquias que pelos tratados competiam aos negociantes portuguezes em Inglaterra. Durou sete annos a sua missão, e, cousa notavel, entre os seus escriptos e preambulos rhetoricos das suas leis, não apparecem os minimos vestigios de conhecimento das instituições politicas da Inglaterra! N'um seculo em que Montesquieu chamara a attenção sobre essas notaveis instituições politicas, em que Voltaire secundava esse interesse critico, só o entranhado odio de Carvalho contra o governo expoliador da nação portugueza é que o faria desviar a attenção das formas politicas, que um seculo mais tarde serviram de forma transitoria do despotismo absoluto para a liberdade moderna. Perdeu com esta negligencia, porque quando Carvalho empregou a violencia bruta para dar á realza todas as parcelas do poder absoluto usadas pela aristocracia e pelo clericalismo, fez uma obra de reacção social, que só indirectamente e por uma via não prevista contribuiu para a expansão da futura liberdade constitucional.

A saída de Portugal no entanto abriu-lhe novos horisontes; incapaz de julgar as instituições politicas, lançou-se no estudo das questões economicas, e tratou de conhecer pela historia e pela critica a acção de Sully, a quem se comparou na sua ruína, de Richelieu, cujo systema de governo pelo terror chegou a exceder, de Colbert, cuja doutrina proteccionista dos monopolios poz em pratica quando ella estava já desacreditada na Europa, e de Louvois, regularizando a grande receita dos impostos pela sua exacta arrecadação. Aprendeu muito, mas sem elevação: quando um dia as circumstancias o investiram do governo incondicional d'este paiz, separou completamente as ideias politicas, como inuteis, porque para elle todas as liberdades derivavam da pessoa do rei, e toda a reclamação de independencia collectiva ou individual era um crime

de lesa-majestade, um attentado de alta traição; a sua acção exerceu-se exclusivamente n'uma regulamentação *administrativa*, baseada sobre princípios irracionais e atrasados, para implantar os quaes teve de pôr em pratica as represões mais atrozes, que rebataram Portugal aos olhos da Europa, sem que por esse meio vingassem ou prosperassem as suas fundações. Toda a vida publica d'este homem se move n'este dois polos: na parte *política*, o engrandecimento do poder real, com que assegurava o seu proprio valimento pelo favoritismo do monarcha, e que ao mesmo tempo lhe servia para descarregar os seus odios sobre a aristocracia que o considerava como burguez; na parte *administrativa*, creava partido pela concessão dos monopolios aos ricos capitalistas, e atacava os jesuitas cujo poder se apoiava nas grandes feitorias commerciaes que possuiam na America. Podemos attribuir á sua permanencia em Inglaterra os primeiros conhecimentos da nova sciencia da Economia politica que então se estava difficilmente deduzindo de um tradicional empirismo administrativo. De repente, talvez em virtude da sua energia de caracter foi mandado em missão especial em 1745 a Vienna para intervir em nome do rei de Portugal e estabelecer um accordo entre a Rainha de Hungria e o Papa. É certo que desde 1738 estava vaga a embaixada de Vienna pelo fallecimento do Conde de Tarouca; Carvalho tratou de cumprir a sua missão de modo que lhe entregassem este posto importante da diplomacia do seculo XVIII; encarregado de estabelecer um accordo entre o Papa Bento XIV e o Eleitor de Mayence em 1747, pôde assim demorar-se n'essa capital do absolutismo, onde aprendeu a conhecer a sumptuosidade e o insolente orgulho da realza na forma deslumbrante do cesarismo. Era n'este sentido que tencionava reformar em Portugal a monarchia; eram estas todas as suas ideias *politicas*. Lembrado da influencia do primeiro casamento sobre o seu engrandecimento pessoal, e viuvo desde 1735, tentou aliar-se por um novo matrimonio na aristocracia austriaca; fixou as suas vistas em D. Leonor Ernestina D'Aun, joven condessa filha do marechal D'Aun. Naturalmente a familia D'Aun tratou de informar-se em Portugal sobre a gerarchia nobiliarchica de Sebastião José de Carvalho; a nobreza é implacavel no seu orgulho, e foi insolentissima nas informações sobre a prosapia burgueza do ambicioso diplomata. Sentiu-se profundamente ferido na sua dignidade, e como habil soube introduzir na cooperação do seu interesse a rainha D. Maria Anna, austriaca, casada com D. João VI; a familia D'Aun cedeu immediatamente diante da intervenção da rainha, e pelo seu casamento fixou Carvalho uma extraordinaria pro-

tecção que aproveitou, introduzindo-se assim no mais alto cargo do estado.

Esta situação não deixou de cimentar um rancoresos despeito contra a aristocracia portugueza, sobre a qual oito annos depois estendia o cutello do carrasco e lhe rasgava os pergaminhos com o labio de traição. O homem é em grande parte o que fazem d'elle os acontecimentos. Casado, regressou immediatamente de Vienna para a corte de Lisboa, onde chega em 1 de dezembro de 1750; D. João V estava paralytico e em uma deploravel imbecillidade, e em volta d'elle debatiam-se com a ambição do poder os partidarios de Frei Gaspar e os sectarios dos jesuitas. A rainha austriaca observava estas vilezas, e deu logo intimidade a D. Leonor Ernestina que atrahia para seu marido o favoritismo da rainha; foi por isso que Sebastião José de Carvalho tratou de conservar uma cautelosa neutralidade entre os dois bandos monacaes como meio de entrar mais facilmente no novo governo do reinado de D. José. A confiança da rainha, conservada e augmentada por sua mulher, era a mola secreta do seu adiantamento, porque nenhuma qualidade moral ou intellectual valia cousa alguma diante do favoritismo da realza. No seu advento ao throno D. José hesitou algum tempo na escolha do ministerio, até que attendeu aos conselhos da rainha mãe, nomeando Diogo de Mendonça ministro da marinha, Pedro da Motta ministro do reino, e Sebastião José de Carvalho ministro da guerra e dos negocios estrangeiros. Mendonça e Motta limitavam-se a governar por expedientes de occasiio; Carvalho trazia planos para a realisação dos quaes ambicionava a annullação dos collegas e a confiança incondicional de D. José. Os seus primeiros actos distinguem-se pela antiga animadversão contra a Inglaterra, levado pelo errado preconceito economico de que a riqueza publica consiste no numerario e no absoluto desprezo pelas mercadorias estrangeiras. Em 1752 promulga uma lei prohibindo em absoluto a exportação do numerario para Inglaterra, a qual teve de modificar pela força das circumstancias permitindo a exportação mediante um imposto de dous por cento. Vagas ideias economicas fluctuavam-lhe com incoherencia na cabeça, querendo fazer o commercio de Portugal pela troca exclusiva dos generos colonias, mantendo a theoria já então absurda da balança de commercio, e decretando a intervenção do estado sobre os gastos individuos com o titulo de leis sumptuarias. Uma crise alimenticia fez com que as suas ideias contra a exportação do numerario caducassem; tendo de comprar os cereaes ingleses. O caracter absoluto das suas doutrinas economicas revela a ausencia de criterio scientifico

em administração, o que fazia dar pancada de cego na gerência dos negócios públicos; Carvalho imitava a prática governativa de Colbert, e revocando a monarchia de D. José ao tempo da monarchia de Carlos V e de Philippe II, achou-se insensivelmente no caminho do mais exagerado protectionismo, que na sua forma a mais irracional atinge a violência abusiva, degradante e monstruosa dos monopólios.

Assim em 1752, o commercio da India e da China foi tirado á livre concorrência dos portuguezes e dado como monopólio exclusivo a um tal Feliciano Velho Oldemburg, que explorou o privilegio enquanto lhe fez conta, e acabando por deitá-lhe completamente nas mãos. Ao passo que monopoliava este importante ramo da actividade mercantil portugueza contradictava toda a sua doutrina tornando livre o commercio entre Goa e Moçambique. Vê-se portanto que as concessões de monopólios eram um meio de crear partido entre certos grupos de capitalistas, e de auferir rendas transitórias para o erario; o commercio portuguez resentia-se, e quando tratava de apresentar as suas reclamações baseadas em razões jurídicas o prepotente ministro considerava esse voto natural como um crime de lesa-majestade e precipitava nas entovias os homens de negócio que apresentavam respeitosamente a sua reclamação. Foi assim que em 1753 acabou com o livre commercio do Gram-Pará e Maranhão, entregando esse exclusivo a uma companhia, fundada em 11 de agosto d'esse anno: feria mortalmente uma classe inteira para beneficiar alguns individuos. A Meza do Bem Commum tratou de representar cordatamente contra tão extraordinario privilegio, apresentando um memorial redigido por um advogado, o infeliz João Thomaz de Negreiro, que com todos os legitimos petiçãoarios foi mettido no carcere do Límoeiro. O ministro extinguiu a Meza do Bem commum, substituindo-a por um tribunal consultivo a Junta do Commercio. Ainda no seculo XIX em Portugal um ministro comprehendeu por esta mesma forma o direito de petição. A criação da Companhia do commercio de Gram-Pará poderá porventura explicar-se como um meio de atacar o commercio abusivo dos jesuitas no Brazil; foi esse o seu primeiro golpe, nomeando seu irmão Francisco Xavier de Mendonça para governador do Maranhão, fiado na dureza do seu caracter para abafar com audácia todas as resistências. A troca com o governo hespanhol entre as Colonias do Sacramento pelas de Paraguay, onde os jesuitas haviam firmado um quasi estado clerical, levaram Carvalho a empregar o seu meio governativo, a violência bruta, apoderando-se da colonia pela força

das armas e collocando os jesuitas na posição degradante de negarem a sua aliciação secreta.

Um incidente casual veio dar todo o relevo á audácia e iniciativa de Sebastião José de Carvalho, e ligal-o para sempre á confiança do monarcha. Pôde contar-se d'aquí em diante uma segunda phase da sua acção ministerial. No 1.º de novembro de 1755, ás nove horas da manhã, rebentou em Lisboa um violentissimo tremor de terra que durou cerca de sete minutos; a cidade ficou quasi que completamente subvertida, morrendo não só pelo desmoronamento, como por uma deslocção das aguas do Tejo que chegou quasi ao valle de Pereiro, e por incendios parciais, aproximadamente doze mil pessoas. Era á hora em que as egrejas estavam repletas de crentes que ficaram sepultados sob as abobadas derrocadas; o espirito publico foi assim lançado sob um sceptico desalento, e se vêmos por effeito d'esse assombroso phenomeno um Kant construir o systema do universo sem Deus, e Goethe destruir o seu altar pantheista, tambem podemos concluir, que o activo ministro de D. José pôde vibrar um duro golpe no clericalismo, porque a credulidade publica ficara desmorteada com a tremenda catastrophe. N'este estranho cataclysmo ficou completamente arrasado o sumptuosissimo theatro da Ribeira, onde Saravandoni gastara rios de dinheiro para distrahir D. João V e a corte portugueza; perdeu-se o riquissimo Archivo da Casa de Bragança, a Bibliotheca do Duque de Lafões, e o inapreciavel Archivo da Casa da India! No meio de tanta ruina, Carvalho soube fortificar a sua dictadura ministerial; organisou um conselho de magistrados, regulamentou o serviço das tropas para acudir aos que ainda estavam vivos, ordenou severos castigos contra os padres fanaticos que se lançaram a pregar hallucinando o povo com os terrores da colera de Deus, e tratou de reprimir a ladroagem com execuções summarias. A situação ajudava-o; a capacidade politica, se a tivesse, não lhe era precisa n'este ensejo, bastava-lhe tino administrativo; regeita inconsideradamente os socorros offercidos pela Inglaterra, Hespanha e França, recebendo em seguida cem mil libras votadas unanimemente pelo parlamento inglez para acudir ao inaudito desastre. Para acudir á fome geral, suspendeu os direitos de importação dos cereaes, vindo logo no anno de 1756 a lançar um imposto de quatro por cento sobre todas as mercadorias para proceder ás obras da reedificação da cidade, a qual o embaixador francez considerava como irremediavelmente perdida. Para a aquisição de capitães recorreu tambem a um imposto sobre o consumo, por onde veio a reconhecer praticamente que a riqueza publica depende de um bom

systema de impostos e de uma regular cobrança. Em 1755 succedeu Carvalho a Pedro da Motta no ministerio do reino, cedendo a pasta dos estrangeiros a D. Luiz da Cunha, que ficou seu instrumento passivo; aproveitando a casualidade de um banquete dado por Diogo de Mendonça em 3 de agosto de 1756 ao corpo diplomatico, quiz imitar a peripécia do intendente Fooqué, e desterrou o collega para quarenta legoas longe de Lisboa, indo mais tarde morrer em Africa. N'este mesmo anno a sua dictadura ministerial consolidava-se, publicando um decreto em que offercia quatrocentos mil cruzados ás pessoas que delatasssem quem eram os que diariam mal do seu governo. O successor de Mendonça, o ministro Thomé Joaquim Corte Real ao fim de quatro annos cae tambem em completa desgraça, notando-se a confirmação do seu pleno favoritismo pela concessão do titulo de Conde de Oeyras em 1759.

Antes, porém, de chegarmos a esta data importante, a actividade de Carvalho reducia-se em audacia, e impõe-se pelo terror. O commercio livre dos vinhos do norte de Portugal é prohibido em absoluto e entregue como monopólio a uma *Companhia das Vinhas do Alto Douro* fundada em 10 de setembro de 1756; os preços são tarifados, e as qualidades dos vinhos são impostas sob tres typos, vinhos de *primeira, subalternos* e de *ramo*. Era um ataque contra a actividade industrial portugueza para ir indirectamente ferir os commerciantes inglezes; o monopólio feroz produzia muitos descontentes, e facil foi aos exportadores inglezes e tambem aos jesuitas provocarem no Porto uma pequena arruaça, que se manifestou por um ajuntamento de mulheres e crianças em 23 de fevereiro de 1757. O ministro redobrou de colera e mandou ao Porto uma Alçada discricionaria, fazendo prisões á toa para intimidar o povo, e deixando na impunidade os jesuitas e os negociantes inglezes. A medida que o seu poder governativo se accentuava pela força bruta, era-lhe preciso firmar-se no favor cego do rei; o attentado de 3 de setembro de 1758 contra a pessoa de el-rei D. José, foi considerado por muita gente como uma força sangrenta com que o audacioso ministro quiz captar a confiança do pusillanime monarcha, que se envolvara em uma intriga amorosa com a mulher do marquez de Tavora, Luiz Bernardo. E' crível que houvesse qualquer manifestação hostil da parte da familia Tavora, mas no século XVIII a aristocracia portugueza enobrecia-se com a prostituição real, e todos eram unanimes na adoração do fetiche monarchico. O terrível ministro aproveitou com uma habil crueldade a noticia de terem sido disparados dois tiros contra a carruagem em que

D. José voltava da referida intriga amorosa; fechou o rei por algumas semanas, e só a 15 de dezembro é que o ministro D. Luiz da Cunha, manequim de Carvalho, deu parte do acontecido ao corpo diplomatico, tendo tres dias antes sido preso na torre de Belem o Duque de Aveiro, e o marquez de Tavora com seus filhos; os conventos dos jesuitas foram cercados com tropas e ordens secretas de prisão foram dadas contra os marquezes de Gouveia e de Almeida, procedendo-se depois á prisão do conde de Obidos, conde da Ribeira, Conde de S. Lourenço e outros. Sebastião José de Carvalho, tinha debaixo do cutello do algar a aristocracia portugueza, e os seus velhos odios haviam de cevar-se. A 12 de janeiro de 1759 os tres ministros assignam o processo que darou apenas um mez, e a 13 de fevereiro estava levantado em Belem um cadafalso com dezoito pés de altura, onde, em nome da lei se commetteram em desagravo da realza as atrocidades mais monstruosas que nunca os canibais mais degradados praticaram, deshonrando-se assim a justiça de um povo que aos olhos da Europa cahiu na posição de povo selvagem. Foi d'este golpe cruel que o ministro conde de Oeyras derivou esse poder discricionario, que usou até 14 de março de 1777, durante todo o reinado desavido de D. José, que acabou esgotado pelas desavindas de D. João V. Ferindo a nobreza o ministro achou caminho para atacar os jesuitas, que eram os seus directores espirituales e intrigantes alliados; viu claro o problema, e atacou-o com resoluções inauditas. Os jesuitas foram postos fora do paço; pelo embaixador em Roma, o seco e insolente Francisco de Almada, reclamou de Bento XIV uma bulla de expulsão da Companhia como cumplice no crime de alta traição. Como experimentado diplomata conhecia os habitos da corrupção e simonia cardinalicia, e por meio de joias e pedrarias tratou de obter dos membros do sacro collegio a adhesão aos seus planos. O papa não se atrevia a dar o golpe na poderosa Companhia, e expor essa disciplinada milicia da theocracia ás mais amargas humilhações, ordenando que o cardinal Saldanha procedesse á reforma dos jesuitas. O patriarcha de Lisboa prohibe-lhes o confessarem, e o papa expia a sua pusillanimidade morrendo quando mais convinha aos interesses da roupeira. Depois de um tempestuoso conclave é eleito Rezonico com o nome de Clemente XIII, que conserva a questão em suspensão contemporadora, obedecendo ás suggestões da Companhia, que pela voz da seu geral Ricci proclamava a celebre divisa da sua intransigencia: *Sint ut eant, aut non sint*. No entanto o ministro cortava á direita, garantido junto de todos os governos catholicos pela

necessidade de afirmar a independência do poder monarchico. Se os processos empregados pelo conde d'Oeyras não fossem tão violentos, os outros ministros dos esforços para a extinção da Companhia; mas Choiseul não confiava no bom senso de Sebastião José de Carvalho, e a expulsão dos jesuitas de França em 1764 e da Hespanha em 1767 fez-se por um accordo d'estas duas potencias e em que Portugal não foi ouvido. A indole dominativa do ministro portuguez complicava todas as combinações. Em 28 de junho de 1759 decreta a expulsão dos jesuitas de Portugal, e seis centos roupas foram mandados transportar para Civita-Vecchia, tendo posteriormente decretado o sequestro de todos os seus bens, depois de terem sido privados em absoluto do ensino publico. O confisco era um meio administrativo da monarchia absoluta, e D. José appropriando-se dos extraordinarios bens da Companhia ampliou o seu poder porque tinha o recurso das grandes doações regias. A prohibição do ensino aos jesuitas levou o ministro a pensar n'uma organização civil da instrução publica; de facto dois annos depois fundava o Collegio dos Nobres, e mais tarde a reorganização da Universidade de Coimbra. Vibrando estes terribes golpes contra a associação ainda hoje a mais poderosa entre os povos da Europa, o conde de Oeyras precisava de garantir-se com um systema completo de resistencia; de facto em 1760 começa um novo periodo de perseguições, mandando prender o conde de S. Lourenço, o amigo de Garção e mais tarde de Bocage, e o marquez de Ponte de Lima. Uma simples allusão aos seus actos, os quaesquer versos bastavam para fazer a desgraça de um homem, morrendo sem ar nem luz nos carceres da Junqueira; fundou a terrivel instituição da Intendencia geral da Policia, em que copiava o systema inquisitorial levado até ao desvario por Diogo Ignacio de Pina Manique, que continuou o espirito despotico do ministro até 1805! O tribunal da Inconfidencia servia-lhe para conhecer tudo quanto os embaixadores notificavam para os seus governos, e para descobrir as referencias pessoas, que lhe serviam de base para repressões implacaveis e instantaneas. Ninguém tinha a cabeça segura sobre os hombros. Querendo fortalecer-se no paço contra qualquer intriga da nobreza promove o casamento da princeza D. Maria com seu tio o infante D. Pedro; pondo do seu lado este irmão do rei, fixou assim a confiança cega e illimitada do monarcha. N'este mesmo anno concede novos privilegios á Companhia dos Vinhos do Alto Douro, impondo tres typos de agua-ardeute para serem tarifados por ella, a água-ardeute de *escada*, a de

praga profunda e a de *praga baixa*. O conde de Oeyras levava as suas ideias, ainda as menos racionais, até ás suas ultimas consequências; no fervor de monopolisar o commercio dos vinhos na Companhia do Alto Douro, chegou em 1775 a mandar destruir os vinhedos que excedessem uma certa área, e em 1776 prohibiu a exportação dos vinhos a não ser pela barra do Porto. O monopolio levado até ao contrasenso provou a evidencia a sua inefficacia; de facto durante vinte annos de um proteccionismo atroz em beneficio da Companhia do Alto Douro, a exportação augmentou apenas em um decimo, como se pôde vêr n'esta cifra de 380:325 pipas nos vinte annos antes do monopolio, e 413:143 pipas em vinte annos de privilegio exclusivo da Companhia. A preocupação do ministro era a balança do commercio, pensando que por estas medidas feria os commerciantes inglezes; era o que se chama perder um olho por uma pestana. Deve-se-lhe porém a esta hostilidade a entrada em Portugal de familias de industrias francezas que no paiz fundaram as primeiras fabricas, e que pelo trabalho honrado aqui se nobilitaram. O livro de Jacome Raiton, *Recordações*, é inapreciavel para a historia industrial d'esta epoca. E' de 1760 essa reclamação energica contra o governo inglez, que anda em nome do conde de Oeyras, mas que o bom senso obriga a regeitar ou como apocrypha ou como prova de inepticia, mesmo por que em 1761 o ministro acha-se envolvido em uma alliança com a Inglaterra por causa do Pacto de Familia, e em 1762 aceita a cooperação ingleza contra o exercito hespanhol que em 30 de abril d'esse anno entrava em Portugal. Seguro com a confiança illimitada de D. José, e para estimular as tergiversões de Roma, elle decreta em 17 de fevereiro de 1761 o confisco de todos os bens da Companhia de Jesus para a corôa; e para acabar de impôr-se pelo terror, manda fazer um pomposo auto de fé com cincoenta e tres condemnados, entre os quaes figura com a roupa um allucinado de setenta e tres annos de idade, o imbecillizado padre Malagrida, italiano visionario e poeta, que as beatas fidalgas veneravam por santo. A execução do desgraçado idiota fez-se com todos os requintes da brutalidade em 21 de setembro de 1761. A acção contradictoria e discricionaria do ministro portuguez espantava Choiseul; e não era para menos, porque decretando n'este anno a abolição da escravatura em Portugal, cancro moral comunicado pelas colonias da Africa e do Brazil, o mesmo homem que iniciava este grande passo para a liberdade civil, allia-se com o Santo Officio concedendo-lhe o titulo honorifico de real, e mandando que se lhe requira com o tratamento de Magestade!

O ministro cobria toda a sua prepotência com a doutrina regalista do poder monarchico absoluto; contra as subtilidades canonicas tinha á sua ordem a erudição ferrea do padre Antonio Pereira de Figueiredo, que fazia dos canones o que elle queria; contra o fóro civil tinha a argumentação pesada dos lentes da Universidade e de José de Seabra da Silva, de quem pretendia fazer o seu braço direito. A dynastia dos Braganças ao ser investida da soberania extinguiu a liberdade politica das côrtes da nação; até 1822 nunca mais se exerceu a soberania nacional, que fôra miseravelmente assassinada por um despotismo corrupto; o ministro de D. José mandou annullar como apocrypho o livro de Valasco de Gouveia, a *Justa aclamação*, em que se proclamava o principio da soberania nacional, e mandou exautorar o Presidente do Desembargo do Paço, dr. Ignacio Alvares da Silva, porque seguia a doutrina de que a lei civil em materias de casamento só podia ser alterada pelas côrtes da nação. Era o despotismo na sua cegueira desenfreada, em parte movida pela ambição pessoal, como se nota no esforço para ligar seus filhos por casamentos nas principaes familias da aristocracia portugueza, chegando até a apropriar-se de uma sobrinha dos Tavoras para um seu filho. Em 1769 succede no pontificado o Cardeal philosopho Ganganeli, conhecido pelo nome de Clemente xiv; o ministro portuguez insta por uma bulla para a abolição da Companhia de Jesus, e o papa para abrandar-o offerece o barrete cardinalicio para seu irmão Paulo de Carvalho. As instancias redobram em 1770 e 1771; mas se a Companhia de Jesus foi abolida pela bulla *Redemptor Jesus*, deve-se esse grande passo á liga do gabinete francez e hespanhol. A bulla é datada de 23 de julho de 1773 e Clemente xiv morreu immediatamente com a mesma morte mysteriosa de Bento xiv.

O ministro portuguez no meio dos seus odios não se esquecia do engrandecimento pessoal, ficando a usar desde 13 de setembro de 1770 o titulo, com que é conhecido na historia, de Marquez de Pombal. Tendo pelo seu systema monopolista centralisado os impostos, achou-se com uma riqueza extraordinaria que lhe proporcionou ensino de dar subsidios ás industrias, algumas verdadeiramente sporadicas, e das quaes fez a primeira exposição para distrahir o rei na sua propriedade de Oeyras. Era preciso reformar o ensino; conhecia todos os vicios da pedagogia jesuitica, já cabalmente processados desde 1745 pelo *Verdadeiro Methodo de Ensinar*, do audacioso barbadinho Luiz Antonio Verney; tinha de mais a mais a cooperação dos padres do Oratorio, rivais dos jesuitas em questões de ensino. Pombal conhecia a importancia dos re-

latorios, mais tarde explorados pelo constitucionalismo, e mandou redigir esses livros de erudição opaca e indigesta da *Dedução Chronologica*, e do *Compendio historico*, sobre os quaes havia de fundar a nova organização pedagogica. Em 1777 existiam em Portugal oitocentas e trinta e sete escolas; em 28 de Agosto do mesmo anno é o Marquez de Pombal nomeado visitador e reformador da Universidade de Coimbra, para onde partiu, sendo recebido com honras extraordinarias que elle ordenou como logar-tenente do rei. A reforma da Universidade consistiu em uma minuciosa regulamentação, que foi publicada em 23 de setembro com o titulo de Estatutos, que os cathedricos ainda hoje consideram como uma maravilha do saber humano, e que cumprem em todas as suas minucias com o maior boçal feticchismo. A reforma da Universidade de Coimbra foi meramente regulamentar, e é essa a unica obra de Pombal que subsiste ainda hoje, por onde pôde ser julgado o seu espirito reformador. As sciencias moraes e economicas não estavam organisadas; não existia ainda a chimica, nem a physiologia, nem liberdade mental que estava substituida pela auctoridade tradicional; por tanto a reforma pelo que ainda hoje se vê pelas faculdades humanistas (direito e theologia) foi de exclusiva regulamentação. Para as despesas da instrução foi creado em 1772 um imposto de consummo conhecido na historia pelo nome de *Subsidio litterario*, derivado do seu destino, como ainda hoje vemos com outra designação irrisoria do *real de agua*. No seu instincto e favor centralista, Pombal abole em 1774 a Relação de Goa, e faz a desgraça de José de Seabra da Silva, por suspeita de inconfidencia ou talvez por ter recebido o seu vigoroso talento. Mas n'esse anno de 1774 teve Pombal o primeiro aviso da proxima queda da sua dictadura: o rei soffreu o primeiro ataque apopleptico. O ministro, como quem pretendia empallhar o rei para conservalo, manda erigir-lhe em 1775 essa colossal estatueta de bronze que está no terreiro do Paço, cuja celebração se fez com milhões de odes arcadicas, que abarrotam centenas de volumes. O ministro sente que lhe minam o poder, e para vibrar um golpe de terror manda fazer a sangrentissima execução de um desgraçado obscuro João Baptista Pele por suspeitas de pretender attentar contra a sua vida. A hora da queda aproximava-se; em Junho de 1776 el-rei D. José soffre um segundo ataque apopleptico. O ministro pensa em salvaguardar o futuro; trata de obter a assignatura do rei para defender-se com ella de todos os actos que praticou; a 10 de Novembro repete-se um terceiro ataque, e o governo passa á regencia de D. Marianna, mulher de D. José. Pombal ainda se lembra de fazer o casamento

do príncipe D. José com sua tia D. Maria Benedicta, fiado na sympathia e confiança que inspirara ao príncipe. A 4 de Fevereiro de 1777 D. José é atacado por um novo insulto apoplectico, e passado o primeiro perigo pede que se faça o casamento do joven príncipe com a tia. Ao fim de dezesseis dias, isto é, em 30 de Janeiro morre o monarcha e com elle o favoritismo que sustentava a dictadura de Pombal. A 14 de março recebia o marquez uma brusca demissão, sendo substituído no governo pelo Conde de Villa Nova. Começou o governo da insensata D. Maria I, victima do mais insolente beaterio; começou a reacção da parte da nobreza; os jesuitas tentaram novamente introduzir-se, o que não conseguiram por causa da opposição do governo hespanhol; todas as reformas de Pombal foram desfeitas disparatadamente por um espirito mesquinho de reacção. E até o príncipe D. José, que seguia abertamente as ideias administrativas do Marquez de Pombal, morreu repentinamente, como conta Beckeford, succedendo-lhe o imbecil que se assignalou na historia com o nome de D. João VI. O Marquez de Pombal é accusado de expoliações, e considerado criminoso pelo acto da sua defeza; instaura-se-lhe um ruído processo, submettendo-o a um prolongado interrogatorio, começado a 9 de outubro de 1779 pelo juiz José Luiz de França e adjunto Bruno Manoel Monteiro; o velho estadista defendeu-se com o comprimento das ordens de elrei seu amo.

Procede-se a um segundo interrogatorio confidencial; o primeiro durára até 9 de janeiro; este ultimo começa em março e dura poucos dias, sendo por vezes interrompido pelos deliquios em que o velho ministro cahia. Depois de terminados os interrogatorios, o velho marquez sente-se sem energia moral, receia que descarreguem sobre elle gol-

pes analogos aos que arremessara contra os seus inimigos, e deixa-se cahir pedindo perdão á magnanimidade de D. Maria I. Deploravel; é o suicidio de um heroe.

O decreto de 16 de agosto de 1781 acabou de manchar aquella existencia audaciosa e soberana perdooando-lhe as penas infamantes em que se achava incurso. Foi um golpe mais fundo do que o cutello que decepou as cabeças dos Tavoras; o decahido ministro soffreu dez mezes de supplicio moral, vendo-se abandonado por todos aquelles que engrandecera. A sua queda era denominada na linguagem vulgar, como escreve Nicolau Tolentino, a *viradeira*, e tudo quanto sabia fazer versos, metrificou satyras virulentas contra o marquez de Pombal, as quaes enchem volumes manuscritos nas bibliothecas. O marquez de Pombal morreu a 8 de maio de 1782. A moral da sua acção politica e administrativa resume-se em poucas palavras: favoreceu indirectamente o advento das instituições liberas, porque impondo o poder real absoluto, soube enfraquecer os dois poderes da aristocracia e do clericalismo, que mantinham n'uma invencivel immobilidade o regimen catholico-feudal. Uma grande cheia rompe um cabedello que obstrue uma barra; é uma força bruta da natureza de que a actividade humana tira partido. Foi assim que o marquez de Pombal desobstruiu o caminho para uma mais facil eliminação da realza, embora essa obra seja o contrario do seu intuito; a sua acção, individualidade, annullando o poder monarchico hereditario pela superioridade do poder ministerial, denunciam a epoca em que a soberania, derivada da nação, será delegada no mais competente.

Theophilo Braga.



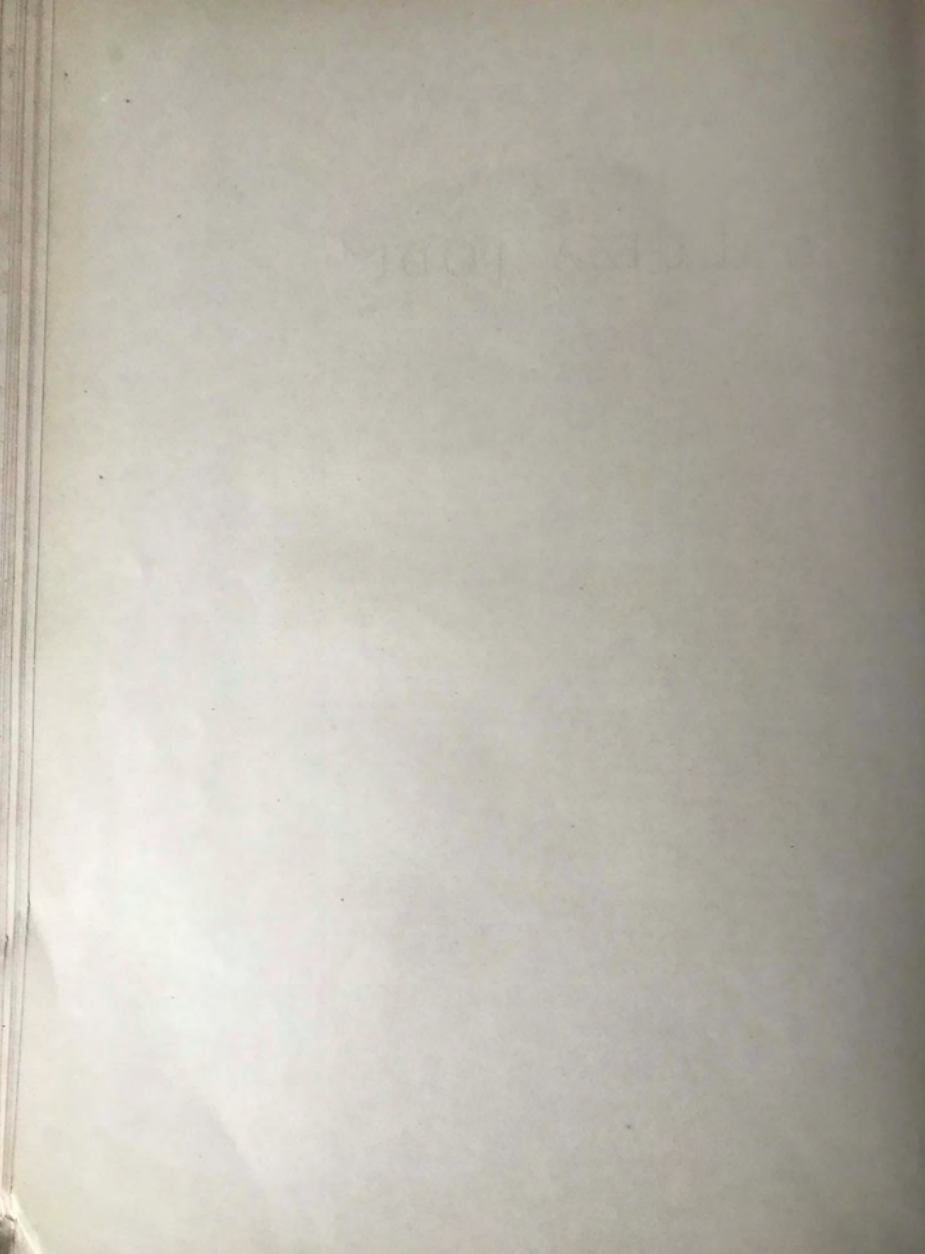


Luiza Todi



Propriedade registada na Real Academia de Bellas Artes de Lisboa

Publicação mensal, Portugal



LUIZA TODI

1

N^o meio do tumulto da guerra civil, dentro da capital sitiada extinguia-se no dia 1 de outubro de 1833 uma das existências mais gloriosas de que rezam os annaes da arte portugueza. Luiza Rosa de Aguiar — o appellido *Todi* veio-lhe do marido, italiano — havia emmudecido em fins do seculo XVIII; a sua voz maravilhosa, limpida, suave e meiga ainda no movimento mais pathetico não era para lutar com a tempestade de paixões a que a revolução soltou a redea, e que Gluck presentira com a intuição do genio. E' pois natural vermos Luiza ao lado de Piccini na luta contra o terrivel compositor allemão, que se decidiu em Paris, com a ruina do italiano. Succumbir na capital de França contra um gigante como Gluck sempre era outra sorte do que morrer esquecida a um canto de Lisboa, depois de ter percorrido a Europa em triumpho! O seu amigo Piccini ainda teve uma esperança nos ultimos dias (1800) quando Bonaparte, então primeiro consul, o cumprimentou em Paris. Luiza, porém, veio enterrar-se n'um cemitério, depois de um derradeiro triumpho em Napoles em 1797. Era dar razão ao proverbio «vêr Nápoles e depois morrer». Andava em Lisboa, como uma filha de outro seculo e de outra sociedade, muda, mas com a alma ainda cheia de harmonias, quasi cega desde 1813, mas com a imaginação povoada

PLUTARCHO PORTUGUEZ.

de visões heroicas: Frederico II — Catharina — Maria Thereza... O recolhimento em que viveu durante trinta annos (1803-1833) prova que não a quizeram ou não souberam entender. Felizmente a posteridade foi mais justa nos ultimos tempos; mais de uma coroa de saudades lhe ornou a fronte, mais de uma pagina sentida avivou por longo tempo a sua memoria. Ha dez annos ainda ninguém se lembrava da immortal cantora, que nossos paes ainda conheceram viva; os factos da sua vida iam-se transformando n'uma tradição mais ou menos vaga, até entre as pessoas que pertenciam á familia da illustre cantora e que ainda hoje usam do seu appellido italiano. Tivemos nós a honra de lhe prestar a primeira homenagem (1870); depois um amigo nosso, o fallecido dr. J. Ribeiro Guimarães, fez novas descobertas (1872), e nos dous annos seguintes voltavamos a ornar o monumento com modestas flores, que crescem e se multiplicam com os annos. E não será esquecido, de futuro.

II

Luiza Rosa de Aguiar nasceu em Setubal, terra já celebre por ser patria de Bocage, do notavel theorico musical A. Ferreira da Costa e de muitos outros vultos notaveis da litteratura portugueza. Seus paes, Manoel José d'Aguiar e Anna Joaquina d'Almeida, fizeram em tempo certas diligencias para

provar nobreza de sangue; deram ellas em resultado saber-se que pela avó, Isabel da Esperança, havia ligações legítimas com a nobreza de Setúbal e pelo avô com as Pestanas de Vasconcellos de Vizeu (casa de Areias, por bastardia), família descendente dos primeiros almirantes do reino. Ignorase o motivo d'estas indagações, feitas talvez para habilitar alguém da família a qualquer distincção honorífica. Em todo o caso não foi por causa da nossa cantora, que casou bem cedo, aos 16 annos, com o italiano Todi, violinista da orchestra do Theatro do Bairro-Alto. Este artista ganhava um ordenado avultado para a época e devia occupar talvez a posição de 1.^o Violino, que equivalia a regente substituto, a uma certa ordem de estudos superiores, theoreticos e practicos. A rigorosa educação musical que se dava então na Italia, e que ajudava os italianos a triumphar em todas as côrtes da Europa sobre os elementos nacionaes, habilitou o violinista a julgar das faculdades precoces da actriz portugueza, que se estreou no *Tartufo* de Molière (papel de Laurianna-Dorina) mas passou logo depois á opera que estava em voga no Theatro do Bairro-Alto, desde as memoraveis representações de Antonio José da Silva, o *Judeu* (1733-1738). A colonia italiana era então numerosa em Lisboa, bem relacionada, bem protegida e obedecia á direcção de um homem de merito superior que podia tudo, ou quasi tudo em Lisboa—David Perez, mestre dos infantes, da princeza do Brazil, senhor absoluto dos theatros reaes de Lisboa, Queluz, Salvaterra, etc. De hespanhol não tinha senão o nome, uma vaga tradição de familia; a sua educação, o seu talento, a sua fama, tudo era italiano: homem de côrte, mas constituindo o typo sympathico do *maestro di capella* do seculo xviii profundamente versado na sciencia, cheio de urbanidade no trato social, mas severo no seu officio, rigoroso, despotico mesmo no commando da batuta. Um dito do violinista, um relance do mestre para dentro do theatro — e a sorte de Luiza estava decidida. A familia Aguiar não devia viver em mar de rosas. De cinco filhas tres—Cecilia, Rosa Isabel Iphigenia e Luiza Rosa seguiram a carreira theatral. Todas as tres revelaram talento para a scena, principalmente a mais velha, Cecilia, que gosava já de notavel fama em Lisboa, quando Luiza Rosa ainda fazia os modestos papeis de *lactia* nas comedias de Molière. O theatro era protegido pela côrte; o marquez de Pombal distrainha assim D. José do governo, feria mortalmente os seus inimigos (encomenda da traducção do *Tartufo* ao capitão Manoel de Souza) e figurava de protector da arte e das letras. A familia Aguiar era bem conceituada, as filhas tinham talento, formosura, e — bom ordena-

do. Fez-se o casamento com o violinista em 1769 e um anno depois, no verão, cantava Luiza Rosa a parte da *Marquiza* no *Viaggiatore ridicolo* de Scolari. Estava *prima donna*, graças aos conselhos de David Perez, e á sua applicação, *prima donna*, com todas as honras e direitos, isto é: 600000 réis de ordenado, renda paga, sege para os ensaios, réeitas etc. No outono do mesmo anno figura, com equal exito, na *L'incognita perseguitata* de Piccini e d'ahi em diante em outras operas comicas da escola italiana até que uma viagem a Londres (1777) com exito incerto a desvia para o genero serio que não mais abandona. O primeiro triumpho registou-o em Madrid na *Olimpiade* de Paisiello e poucos mezes depois entrava no *Concert spirituel* em Paris (nov. de 1778) — um passo decisivo.

O *Concert spirituel* era então o tribunal musical da Europa, que julgava em ultima instancia e publicava as suas sentenças n'um orgão universal — o *Mercur de France*; alli só havia duas alternativas: um *fiasco* ou um triumpho; mediocridades não se admittiam. Pelo *Concert spirituel* se passava ao *Concert de la loge olympique* e ao *Concert de la Reine*, a posição mais elevada, porque envolvia a concessão do titulo de «cantora da rainha». O *Concert spirituel* funcionava no proprio palacio das Tulherias na sala dos *Suissos* e tinha já então uma gloriosa historia de mais de meio seculo; a sua genealogia vinha em linha recta da primeira instituição que se creára em França para audições publicas: o *Concert francaís de Melophiles*, transformado em *Concert latin*. Aristocratas influentes e banqueiros poderosos conspiraram contra a fundação, oppondo-lhe outras analogas (*Concert italien des amateurs* etc); tudo debalde; a ideia cosmopolita venceu, o concerto latino ficou, e vindo-se só em campo, mudou o nome com um pretexto plausivel para evitar nova opposição. As audições tinham logar na quinzena da Pascoa e nos dias santos, em que eram prohibidas as representações theatraes — d'ahi o nome *Concert spirituel*. A *Académie royale de musique* (nome da antiga opera de Paris, fundada por Perrin em 1677) firmando-se no seu privilegio dos espectaculos arrendava o *Concert* e impunha o programma ao empresario, reduzindo-o á musica religiosa. Esta condição nunca se cumpriu; as mesmas disputas, as mesmas paixões que produziam as scenas tumultuarias da opera, repetiam-se no concerto; *Gluckistas* e *Piccinistas*, *Todistas* e *Maratistas*, vinham alli continuar a batalha. O empresario, geralmente um artista, ajudado por um banqueiro, provocava as rivalidades, escripturando sempre que podia dous artistas notaveis no mesmo genero; era a tactica,

o meio de encher a caixa. Como a vida publica era mesquinha, a condição social miseravel, gastava-se o interesse nas pequenas intrigas, nas aventuras galantes. Fora do *salon*, que não admitia a polemica, mas só a *cavalerie* elegante, só havia duas localidades para ajustar contas: o concerto e o café para a intriga artistica e litteraria; depois sahio-se para a rua e houve as scenas do Palacio Royal. A importancia que o artista se attribuia então no meio social não se pôde avaliar senão lendo as *Memoirs* da época. Não fallamos só das cantoras, actrizes, e bailarinas; os homens não eram menos teríveis; basta lembrar um: Garat, o *Prote du Chant* e até certo ponto discípulo da Todi, que o Primeiro consul chamava a *Agua* para o lisongear, com medo das suas *chansons*, como outros tinham medo do seu *cacete de incroyable*; por fim exilou-o.

A Todi entrou n'este meio, sem recommendações, sem annuncio prévio, e tanto gostaram do seu canto que a retiveram em Paris nos mezes de novembro e dezembro, sahindo só em março de 1779, com uma magnifica escriptura para Turim. Tanto nas salas da capital, como perante a rainha, em Versalhes, o effeito foi prodigioso. O *Mercur de France*, tão severo nos seus juizos rendeu-se incondicionalmente. A cantora escolheu Paisiello e Piccini, oppondo naturalmente os dous Italianos a Gluck, o auctor escolhido por uma grande artista M.^{me} Saint-Huberti, que figurava a seu lado. «O genero da voz, o calor, a sensibilidade, a naturalidade, os recursos incriveis (*jeunes*) d'esta cantora produziram effeito que admiramos na sua estreia» e mais adiante: «Terminou o espectáculo com uma aria de Piccini, cuja repetição tinha sido pedida. Os talentos, a voz de madame Todi provocaram novos transportes. Madame Todi é, entre todas as cantoras estrangeiras que temos ouvido n'esta capital, sem dúvida a mais perfeita». Tinha ella n'esta data apenas vinte e cinco annos e era já mãe de cinco filhos. Em 1781 reaparecia no *Concert Spirituel*, causando novo enthusiasmo e partia para Berlim, chamada por Frederico II, que a ouviu em Potsdam. Esta estreia na *côte* do grande monarcha foi o ponto de partida para uma serie de contractos que a levaram ás principaes cidades da Alemanha. Citaremos somente os seus triumphos em Vienna, onde fez varias visitas, sendo recebida com a maior sympathia pela familia imperial (1782-1783). Na paschoa de 1783 reaparecia no *Concert Spirituel*, chamada por Legros. O astuto empresario tinha preparado habilmente a batalha, escripturando ao mesmo tempo a celebre Mara cuja fama era universal. Esta cantora allemã apparecia além d'isso escudada na protecção de Maria Antonietta, que, como princeza allemã, já tinha poderosamente ajudo

Gluck contra Piccini. Legros para tornar a questão mais interessante, e deitar agua na fervura, em caso necessario, tinha ainda a Saint-Huberti de reserva: A parte instrumental estava preenchida por admiraveis solistas; bastará citar o incomparavel Viotti e o joven Kreutzer (violinos); Dupert, Brevel, (violoncellos), Bezoezi (oboé), Orzy (fagote) e muitos outros.

No fim da epocha appareceu ainda o baixo Fischer, artista allemão (com quem a Todi se encontrou mais tarde em Berlim) dotado de uma voz phenomenica, que subia até no diapasso de tenor e flora cultivada com o maior esmero. Nos tres mezes da estação, abril a junho, Paris viveu em delirio, que tocou o ultimo limite no concerto em que Legros reuniu as tres vozes femininas n'um *trio* de Paisiello. A onda politica, que então ia turva e alta, parou um momento. Ninguém pensou mais em Lafayette, nem na paz com a Inglaterra, nem nos *Etats generaux*, nem na crise financeira; só havia uma questão: *Todistas* e *Maratistas*. Debalde o *Mercur de France* tentou conservar certa imparcialidade, elogiando ambas as cantoras sem determinar preferencias. Nenhum dos partidos que ouvir o órgão que até alli fora oráculo para todos. O talento é igual, as qualidades é que são differentes, concluia o critico, e dizia provavelmente a verdade. A Mara deslumbra por uma execução brillantissima, ajudada por uma voz de soprano argentina, extensa, equal em todo o registro. A Todi commovia profundamente, fazia vibrar todos os corações com os accents pateticos da sua voz de mezzo-soprano, descendo a contralto, sonora, repassada de sentimento. O publico applaudia a primeira com enthusiasmo, interrompia phreneticamente as suas vocalisações; depois ouvia a segunda e ficava mudo, extatico, fascinado, sem poder articular um som ou soltar uma palavra. «Les larmes coulent autour d'elle.» A Todi dispunha além d'isso de uma execução pouco vulgar, mais do que sufficiente para ser ainda applaudida, por este lado, perante a rival: fallava o francez à *merveille*, o que não podia dizer-se da Mara cujo acento germanico a embarçou, igualmente, na pronuncia do francez e do italiano. O confronto physico das duas riveas não podia soffrer-se. A Mara de que possuamos dois bons retratos, figura *carrée*, robusta, cara redonda em que uns olhos pequenos mal conseguem corrigir a immobildade, a falta de expressão, de physiognomia. Hiller, que educou o seu talento, dizia que ella nunca soube o que era andar em scena e Reichardt sentia calafrios ao vê-la entrar no palco. A Todi, typo meridional, vulto esbeto, rosto em oval perfeito, dois bellos olhos amplamente rasgados, de expressão intensa e atravez dos labios finos e rosados,



transparecendo um véu de alvíssimo marfim, prestes a soltar torrentes de harmonia. Nos braços, no collo, nas mãos as formas esculpturais que denunciavam a mulher de raça. As suas maneiras confundiam com a figura; na sociedade era uma grande dama entre as mais distintas e assim se explica a posição excepcional que occupou na alta sociedade de Berlim e depois na de S. Petersburgo. A Mara ou antes o casal, porque marido e mulher concordavam, provocou os escandalos na capital prussiana e teria tido na segunda cidade a mesma sorte, se alli aportasse. Frederico II, farto de os aturar, castigou-os varias vezes, sem que por isso se emendassem; elle um Sileno, ella leviana, perdulária, de genio violento faltando a todos os compromissos. A educação, as maneiras do marido eram as da mulher e em Versailles não os haveriam soffrido se não fora a protecção da rainha e as cartas de recommendação de Maria Theresia. Ora, n'uma sociedade como a de Paris, e sobretudo no seculo XVIII, as qualidades pessoas tinham um valor excepcional; não admiro pois que o grupo dos *Todistas* fosse mais numeroso e fizesse pender a balança para o seu lado. O que é facto averiguado é que a Mara não voltou a Paris depois do duello artistico, nem se tornou a encontrar com a rival, apesar d'esta se dirigir depois da lucta á sua terra natal, correndo a Allemanha em triumpho, e fixando-se em Berlim durante duas estações, no proprio centro em que a Mara conquistára a sua reputação. Em 19 de junho de 1783 dava a Todí o seu concerto de despedida em Paris e dirigiu-se ás margens do Rheno. O brilhante acolhimento que lhe fizeram n'essa região provocou uma nova proposta da corte de Berlim. A situação na capital da Prussia não era porém favoravel. A Todí foi para substituir madame Verona que fallecera em 1783. Sua companheira, a Signora Ga-perini, que andava, apesar de sexagenaria, esquecida pela scena, de nada servia, de sorte que Frederico II não teve remedio senão escripturar uma nova prima-donna; foi chamada a portuguez. O contracto não era valido por um anno, mas simplesmente durante o carnaval pela quantia de 2000 thalers, uma inovação que era o resultado de desconfiança sempre crescente do velho monarcha. As questões com a familia Mara (a cantora tinha pedido até a expulsão do seu proprio paiz), a fuga da prima-donna, o comportamento do marido na orchestra onde tocava violoncello, punham o rei de sobre-aviso. A Todí vinha tambem acompanhada de um marido, instrumentista; podia pois rebentar nova guerra na orchestra e no palco. Ainda assim, o contracto era honroso, por quanto a Mara recebia 3000 thalers por todo o anno. Luizza apresentou-se em varias operas de Graun e Has-

se, agradou sobremodo, sustentou-se dignamente na scena, captivou as sympathias da sociedade e teria dado um novo brilho á opera italiana de Berlim, se fosse possível reanimar uma instituição desorganizada. O grande rei, entrado no ultimo periodo de vida (falleceu em 1786) já abandonára a flauta e os concertos do seu caro Quantz, e com a flauta fôra-se o seu bom *humour*. Na opera tinha as mesmas exigencias, mas cerceava os meios por todos os modos. A sua admiravel economia, que sarou todas as feridas materiaes abertas por repetidas e longas guerras, deixando um thesouro repleto, era, applicada a uma instituição como a *opera italiana*, que só podia viver com fausto, simplesmente avareza. Ou fechar o templo ou sustentá-lo com dignidade. Frederico queria «quelque chose qui réjouisse et qui ne coûte pas» (textual). Nenhum administrador lhe servia; os *Directeurs des spectacles du roy* succediam-se uns aos outros. A animosidade contra a opera tornára-se geral; o rei não era dos menos descontentes por causa dos commentarios malevolos que faziam ao seu templo artistico, e dos epigrammas á inscripção pomposa da fechada: *Fridericus Rex Appollini et Musis*. Reichardt, o mestre de capella, tractava o assumpto da opera por demais, e vinha a Berlim só quando lhe parecia «para fazer a sua remendagem italiana para o carnaval». O unico capitulo em que o rei fazia ainda algumas concessões era o do *ballet*, um dos mais dispendiosos n'um theatro real do seculo XVIII; e o unico que conseguia ainda distrair-lo, não deixando porém de recommendar ao intendente: «Faites des amours à bon marché, car à mon âge on ne les paye plus chers», a final até aqui applicou a tesoura, chegando a marcar a toilette que deviam vestir as nymphas, os amores etc., porque todos o roubavam, desde o alfaiate até ao lampioneiro, incluindo coristas, comparsas etc.

A Todí não podia continuar em Berlim, mormente quando o rei obedecia, artisticamente fallando, a preconceitos singulares. Em litteratura admirava o genio francez; na musica renegava-a, era italianissimo; não podia, por tanto applaudir o recitativo da Todí á franceza. O allemão era uma cousa barbara, em litteratura apesar de Lessing (fall. em 1781) e em musica apesar de Mozart. (*Idem*, 1781). Bach abalou-o só por um momento. A artista acabou o seu contracto e partiu para S. Petersburgo, munida de excellentes cartas de recommendação que lhe havia dado o celebre Barão de Grimm, *fac totum de Catharina II*.

O Barão, frequentador assiduo do *Concert spirituel*, Piccinista e Todista decidido conhecia bem a sua gente e avaliou perfeitamente o caracter da Todí. A *Semiramis* do Norte, e a sereia do Sul,

abriram os braços ao segundo encontro e entre a imperatriz e a magica cantora estabeleceu-se uma intimidade sem limites. Alguem disse que a Todi abusara da sua influencia, promovendo a demissão do compositor Sarti, mestre da capella imperial. O italiano tinha um tanto de intriguista, já fizera das suas em Kopenhague, e chegando a S. Petersburgo provocou a cantora, chamando o sopranista Marchesi para estabelecer um dualismo. O expediente comprometteu-os a ambos e a Todi ficou só no campo. Não contaremos os triumphos da nossa artista porque não seria possível; dizem que n'uma representação da *Armida* a imperatriz a coroou, por suas proprias mãos, com um diadema de brilhantes que trazia. Os biographos são porém concordes em afirmar que sahiu da Russia, carregada de presentes do mais alto valor. No entanto, o clima do Norte, que tão fatal tem sido a tantas artistas, levou-a a retirar-se de uma posição excepcional. A sua saude, já abalada em Paris durante a ultima visita, não ganhara com os dissabores, provocados n'uma corte cheia de validos. N'esta data (1788) contava trinta e dous annos, tinha seis filhos e nunca descançara desde 1777. Foi n'estas alturas que recebeu do novo rei da Prussia, Frederico Guilherme I, uma proposta muito vantajosa, transmitida pelo violoncellista Dupont, que a admirara no *Concert spirituel*. Em setembro de 1787 chegava de novo a Berlim. Posto que o rei não accceitasse as condições da artista, habituada, pelos favores de Catharina II, a ver satisfeitos todos os seus desejos, ainda assim concedeu-lhe 4000 thalers por tres annos, isto é, mais um terço do maior ordenado que até alli havia sido dado a Mara. A situação da opera de Berlim havia melhorado pouco desde o ultimo reinado; ainda assim, a Todi sustentou-se com applauso em operas do caracter mais diverso, composições de Reichardt, Naumann e outros, tendo a seu lado um dos artistas allemães mais celebres da época, o já citado Fischer. Findo o contracto, a artista pediu um augmento de ordenado até 6000 thalers; o rei «que a havia tratado sempre com grande deferencia e benignidade» (Lodebur) indefeiu o pedido, declarando que estava livre de deixar o seu serviço, findo o contracto; desejava porém que a idade lhe permitisse disfructar, ainda por longo tempo, um ordenado tão avaluado. N'este periodo de tres annos do seu contracto temos de intercalar mais uma excursão ás provincias do Rheno e Meno e uma ultima visita (a quarta) a Paris. A grande capital franceza attrahia sempre, com novas forças. Esta ultima visita foi uma apothose. Já não lhe chamavam senão a *Cantatrice de la Nation*. O *Mercur de France* escrevia o seguinte: «A grande concorrência, que houve hontem no *Concert spiri-*

tuel, foi attrahida principalmente pela celebre Madame Todi, a virtuosa a quem talvez devemos o gosto, o conhecimento e primeiro modelo de um bom methodo de cantar, não porque antes d'ella não tivessemos ouvido aqui cantoras de um grande merecimento; mas, ou porque faltassem ao que pôde commover-nos, ou porque os nossos ouvidos não estivessem ainda bem dispostos, o certo é que ellas não causaram em nós, senão uma impressão fugaz; ellas prepararam apenas a revolução que foi consummada por Madame Todi. Se os talentos que lhe succederam foram modernamente mais apreciados, se o seu merecimento foi mais bem sentido, devem-n'o talvez ainda a ella. Esperavamos encontrar apenas a mesma brilhante execução, o mesmo encanto da expressão, que havia creado e confirmado a sua fama, entre nós, durante varios annos. Não se podia mais, e contudo fomos surpreendidos, notando um progresso sensível no seu estylo, mais arte ainda na sua execução e emfim tudo o que o exercicio, ajudado de reflexão e d'uma boa escola, podem accrescentar a um talento já formado».

No dia 21 de maio de 1789 suspirava o seu ultimo adeus no *Concert spirituel*, com o coração tremulo pela sorte de tantos amigos que deixava. Dezeses dias antes tinham sido abertos os *États généraux*, o primeiro passo para a grande revolução. A Todi voltou a Berlim para concluir o contracto e dirigiu-se, fugindo á tempestade, pelo Hannover a Bonn, Colonia, Mayença para o sul da Alemanha e Italia, saudada em toda a parte com jubilo. Em 1791 e 1792 visitou as principaes cidades da Italia; em Parma, Veneza, Napoles repetiram-se as scenas entusiasticas de Paris. Da Italia passou a Hespanha. Eram decorridos quinze annos desde a sua ultima visita a Madrid. O effeito foi esplendido. O emprezario do *Theatro de los Caños*, seguindo a tactica conhecida, escriptou uma rival. Era a Banti, precedia a uma fama extraordinaria, que se justificou plenamente. Os recursos phenomenaes d'esta artista (que depois da sua morte tiveram uma explicação natural, pela autopsia) eram realçados por um estudo completo de todos os recursos da arte. A Todi nem por isso desanimou; accetou a batalha, que ficou indecisa. Madrid dividiu-se em dous campos, capitaneados pelas Duquezas de Ossuna e d'Alba, a primeira *Todista*, a segunda *Bantista*. As loucuras, os desperdícios foram taes e tantos, dadas as condições do genio peninsular, que ainda em nossos dias, diz Nombela (1850) as maiores casas de Hespanha sentem economicamente os seus effeitos. Muitas ficaram totalmente arruinadas. De toda esta campanha resta-nos uma admiravel *Ode* de Quintana (que em outro logar publicámos inte-

gralmente) dedicada à nossa artista nos papéis de *Armida* e *Idio*. Durante este período de três anos, passado em Madrid (1792-1795), fez uma visita a Lisboa, cantando em maio de 1793 nas festas celebradas pelo nascimento da princesa da Beira. Em 1795 voltou mais uma vez à Itália com escriptura para Nápoles até 1797 ou 1798, feita por intervenção do príncipe de Belmonte. Segue-se um período ainda pouco conhecido da sua vida até 1802 ou propriamente até abril de 1803, data em que a encontramos em Lisboa.

Viveu desde então esquecida, ou pouco menos, como dissemos. Para que contar o seu último e triste período de trinta longos anos? Apagou-se a luz de seus formosos olhos; emudeceu a voz feticreira, mas ficou-lhe o soberano encanto, a beleza moral, inexprimível, uma consciência pura de toda a mancha, a doce consolação dos filhos, porque a incomparável cantora soube ser uma esposa e mãe exemplar, ao contrário da maior parte das suas rivais contemporâneas. Autores francezes, allemães, italianos elogiaram os dotes do seu coração, a sua bondade, os seus elevados sentimentos, o seu modo adorável. M.^{me} Vigée-Lebrun, admirável juiz para avaliar caracteres humanos, soube fixar no esplendido retrato (que hoje se publica pela primeira vez) a individualidade da artista, porque as *Memórias* da epocha ainda não dizem a última palavra, que estava reservada a uma arte irmã da sua. Estamos convencidos, que se não fora a Revolução franceza, a Todi não teria voltado a Portugal. Nunca a chamaram, nunca tiveram a curiosidade de a ouvir. A *Gazeta de Lisboa* dava apenas magros extractos do *Mercurio*, pallidos reflexos dos seus triumphos. O nascimento da princesa da Beira foi celebrado com uma festa chineza (é o termo), posta em scena pelo Intendente Manique na casa Pia (então no castello de S. Jorge) e por Cruz Sobral no seu palácio. Um escriptor incognito, Souza Meneses, descreveu a função em que se esgotaram todas as combinações mythologicas, allegoricas e symbolicas, do *rodeo* nacional, o mais triste de todos os *rodeos*. Fizeram cantar a Todi com vários *castrati* que em trajes de mulher figuravam a *Abundância*, a *Paixão*, etc., não faltando o Tejo, nem o indispensável *objeto tutelar do Reino*. No Palácio Sobral fazia a Todi o papel da *Gloria*, no meio de dous *castrati*, Violani (*Inveja*) e Angelelli (*Lustania*). N'isto gastou o chronista official cento e trinta e tres paginas; na descripção da festa no Palácio Sobral não cita sequer a cantora; na função da Casa Pia fez-lhe mercê de dez linhas de banalidades. Em compensação extasiava-se perante as habilidades dos rapazes da Casa Pia; «... e para sua recreação (dos hospedes) se haviam escondido

pelo bosque certos rapazes de educação da Real Casa Pia, e dos officios, que alli aprendem, para que armados de assobios imitassem o canto de Róquinos e merluzos; e o faziam com tal propriedade que custou a crer, que na realidade não eram passaros d'aquellas espécies».

A *Gazeta de Lisboa* ainda soube achar o tom da sinceridade. «Entre as vozes que executaram o oratorio (*La Preghiera esaudita* de Giovanni Gavi), teve o auditorio o incomparavel prazer de ouvir Madame Todi, que depois de ter ganhado em diversos paizes estrangeiros os creditos de primeira cantora do nosso tempo, veio n'esta occasião mostrar aos seus compatriotas, que o seu canto excede toda a idéa que d'elle tinha dado a fama». Passado o pretexto esqueceram-se da illustre artista. Não ha noticia do seu apparecimento, em publico.

Depois de se haver lido o que anteriormente fica escripto, occorre perguntar: em que relação está a Todi com o movimento artistico do seu tempo? Não procuramos essa relação na sociedade portugueza contemporânea; no anno em que a Todi chegava a Madrid para cantar alli a *Olimpiade* de Paisiello (1777), expirava D. José I, e com elle descia ao tumulo a tradição e a memoria dos esplendores theatraes que haviam assombrado a Europa. O que até alli era absorvido pelos theatros de Lisboa, Ajuda, Queluz e Salvaterra, passou a encher as bolsas dos jesuitas, occultos debaixo do manto real de D. Maria I, demente. As suas relações abraçavam quasi todas as celebriedades do seculo, sobretudo as artisticas. Discipula de David Perez, relacionada no *Concerto spirituel* com o grande Viotti, Dupont, Garat, e a Saint-Huberti, rival da Mara e da Banti, amiga de Paisiello, de Cherubini, de M.^{me} Vigée-Lebrun, do barão de Grimm, do barão de Bagge, intima confidente de Catharina II, emfim em relação mais ou menos immediata com as outras celebriedades do seculo, pôde dizer-se que a ella estava ligada pelos laços da educação, da arte, e do sentimento. Exceptuando Cherubini, a todos elles sobreviveu porém infelizmente! David Perez legounos, como ultima lembrança, um talento maravilhoso que, se entrou ainda revolucionando os animos da geração do seculo XIX, não era por isso menos, em arte, a legitima filha do seculo XVIII «a edade de ouro do canto», como a caracterisa Fétis.

A Todi pertencia á pequena colonia de portuguezes illustres que emigraram voluntariamente para não morrerem á fome quando artistas, ou ás mãos do fanatismo religioso, e da intolerancia politica, quando quizessem tomar parte nas questões sociaes. A lista não é pequena: Ribeiro Sanches, o abbadé Costa, Filinto Elysio, o duque de Lafões, Marcos Portugal, Verney, o abbadé Serra, o cavalleiro de

Oliveira, Jacob-Rodrigues Pereira, Gomes Freire, Vieira Portuense, Sequeira, Bomtempo e outros. A Todi apparece-nos, no dominio da arte como um producto isolado, excepcional, entre nós d'aquella illustre escola de cantores que começa em Frescobaldi e acaba em Crescentini. Se David Perez não tivesse vindo a Portugal, é mais de que provavel que a Todi nunca houvesse passado de Lisboa, como sua irmã Cecilia Rosa, cujo talento chegaram a comparar ao da Clairon. Em quanto se dispendiam sommas incriveis nos theatros reaes, ninguém se lembrava do futuro e de crear um estabelecimento que, dotado ao principio com elementos na maior parte estrangeiros, poderia vir a ser o germen de uma futura grandeza artistica. Por isso é que a passagem e a visita de Caffarelli, Ruaf, Giziello, Manzuoli, Guadagni, Elisi, Veroli e outros, poucos ou nenhuns resultados deu, senão o delcete momentaneo. A situação ainda é hoje a mesma—um theatro italiano dotado prodigamente e um conservatorio nacional vivendo uma vida miseravel, não podendo fornecer sequer bons coristas nacionaes a esse theatro. Esta situação dura ha quarenta e cinco annos (1836), e n'este meio seculo nem um cantor de segunda ordem, nem um solista de nome sahio d'essa escola! ¹ Sob qualquer dos pontos de vista, o da musica vocal e instrumental, ha razão para

córar de vergonha, comparando o presente com o passado. Já não fallamos no solido e severo ensaio das *capellas de musica* dos concertos nos seculos xvi e xvii, em que se educaram os nossos grandes compositores de musica sacra (reimpressos na Allemanha em nossos dias)! mas sómente na organização superior do antigo *Seminário de musica patriarchal*, que ainda em 1792 nos rendeu o admiravel *Stabat-Mater* de José Joaquim dos Santos. Não se admirem pois do silencio triste que nos rodeia, começando pela escola onde não ha alegria, porque não ha juvenis cantores. A alma do povo portuguez vive ainda; dorme apenas, e só acordou uma vez para enfeiticar o mundo. Coberta mesmo com o ouropel italiano todos a sentiram; o que não fazias tu, incomparavel philomela, com a canção portugueza—com o *Volkssied*?

Joaquim de Vasconcellos.

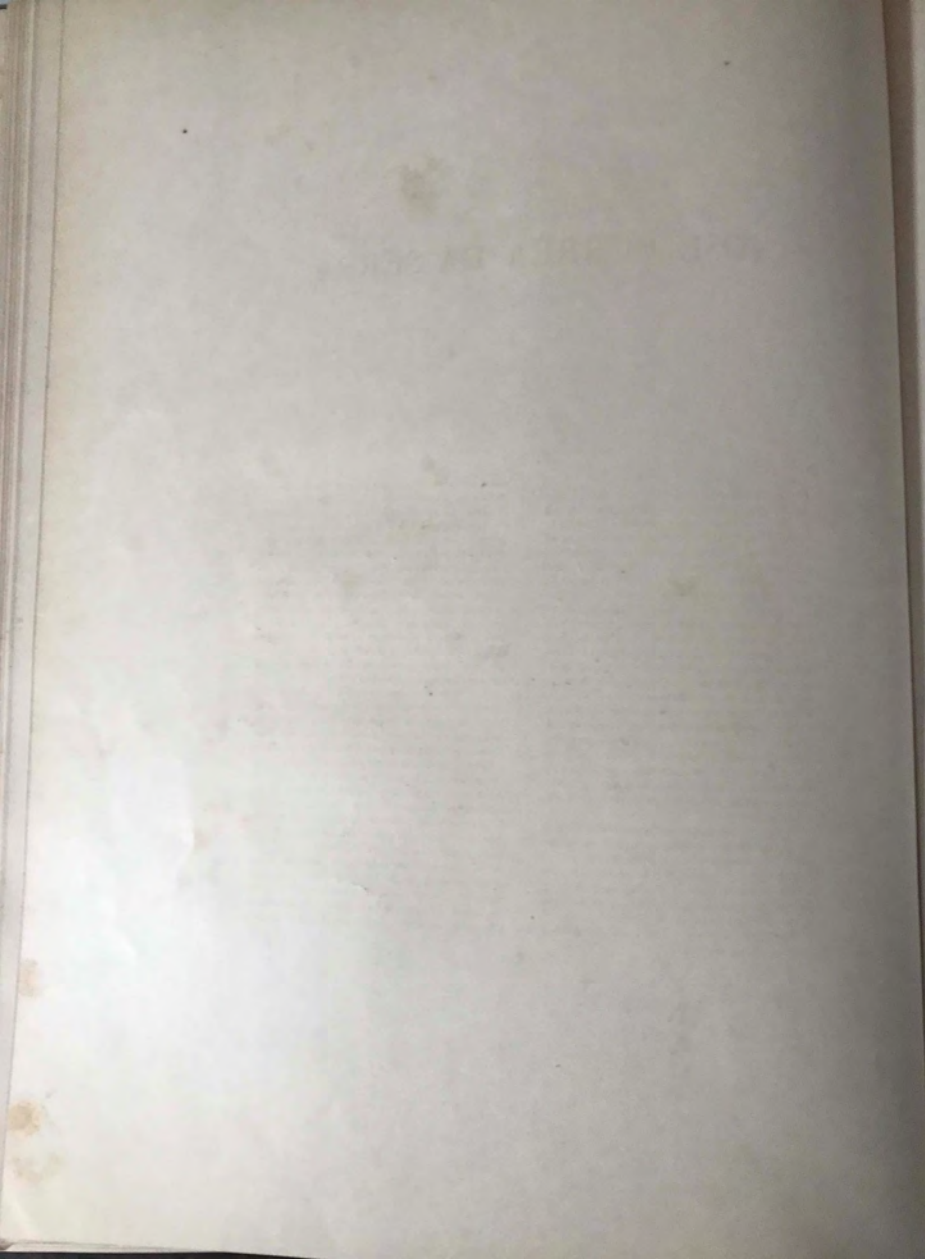
¹ Diz-se que o conservatorio não tem meios, e assim parece, pagando-se os professores a 200\$000; mas gastam-se trinta contos n'um theatro especial, para ensaios, construido ha dias, quando ha dous edificios do estado para esse fim (S. Carlos e D. Maria), que custam annualmente mais 31 contos (25+6). Com o ensino de 10 professores e 5 ajudantes gastam-se 3 contos e seis centos e dez mil reis.

Luzia Todi



José Correia da Serra





JOSÉ CORRÊA DA SERRA

O ECLESIÁSTICO José Corrêa da Serra é sem contestação uma das maiores glórias portuguesas do século passado e princípios do actual.

Não é possível recordar na história da nossa nacionalidade o período accidentado e extraordinariamente dramático que se estende desde o começo do reinado de D. Maria I até ao regresso de D. João VI ao paiz, sem que os nomes de José Corrêa da Serra, de Felix d'Avellar Brotero e de D. João de Bragança, duque de Lafões, se nos offereçam naturalmente á lembrança como os dos mais altos representantes da sciencia portugueza á hora mesma em que o intolerantismo religioso, apoiado na imbecillidade real, tentava quebrar todos os laços intellectuaes que nos prendiam ao movimento litterario da Europa e principalmente da França.

José Corrêa da Serra nasceu em Serpa, villa do Alentejo a 6 de junho de 1753, precisamente no mesmo anno em que morria D. João V, o rei fanático e devasso. Foram seus paes Luiz Dias Corrêa, medico e ex-condiscipulo do duque de Lafões na Universidade de Coimbra, e D. Francisca Luiz da Serra.

A data do seu nascimento, como facilmente se prevê recordando a historia portugueza do ultimo quartel do século XVII e o facto de ter por pae um homem que nos bancos da Universidade privára com o duque de Lafões, são circumstancias que exerceram, como vamos vêr, uma capital influencia na vida de José Corrêa da Serra.

Em 1756 Luiz Dias Corrêa e sua mulher, for-

çados por um motivo importante decerto, mas desconhecido, abandonaram o paiz e partiram para Nápoles, levando consigo o filho que então contava de idade seis annos apenas. E' pois na Italia que principia a educação de Corrêa da Serra, destinado, ao que parece, desde os primeiros tempos á carreira ecclesiastica. São unanimes todos os documentos que d'elle fallam em prestar-lhe uma grande precocidade intellectual. E, de facto, aos quatorze annos conhecia já nove linguas differentes, entre europeas e orientaes, e escrevia trabalhos scientificos justamente estimados pelas competencias da epocha. A botanica era já então para elle, como depois o foi sempre, o principal objecto de investigação e de estudo.

Em Nápoles conheceu de perto o abbede Genuesse, discípulo de Aristoteles, e ao tempo professor da cadeira de Economia Politica. Corrêa da Serra ouvia as lições do padre e ali se iniciou no conhecimento da economia, ainda então nascente; essa iniciação foi importante, porque, embora muito incompleta, a ella deveu o erudito fundador da Academia o desejo de profundar um ramo de conhecimentos de que mais tarde largamente utilisou. Viveu tambem em Nápoles na convivência de Luiz Antonio Verney, a quem tanto devem as lettras portuguezas. Passou depois a Roma.

E' então que Luiz Dias Corrêa encontra o seu antigo condiscipulo D. João de Bragança que ao tempo viajava na Italia. Este homem extraordinario, que á robustez de uma grande intelligencia e á posse de uma notavel fortuna juntava uma qua-

lidade superior e n'elle perfeitamente caracteristica — a inclinação a accear-se de todos os artistas e litteratos celebres que conhecia, nomeadamente dos pobres que sempre soccorreu, atraído talvez pelo talento do moço naturalista, tomou-o sob a sua protecção e pediu a Luiz Dias que lhe permittisse ser d'ahi em diante o director d'estudos tão brilhantemente começados. Não podia o acaso deparar a José Corrêa da Serra melhor encontro nem circumstancias mais adequadas ao desenvolvimento de aptidões, tão notaveis como eram as suas.

Continuando pois a sua educação sob os auspícios do duque de Lafões, Corrêa da Serra recebeu ordens de presbytero em 1775, cantando então a sua primeira missa na Basilica de S. Pedro, em Roma. Importa porém dizel-o desde já: não é como padre que Serra tem de ser estudado. Disposições mysticas, se algum dia as teve, o que é contestavel, apagaram-se-lhe de todo na consciencia á medida que no espirito lhe cresciam as aptidões do naturalista. Acto exterior que revela um padre, não encontramos na vida de Corrêa da Serra mais que o de receber ordens em Roma e dizer ali missa primeira. Opiniões em materia de sciencia ou de politica que, de longe ao menos, recordem a origem theologica dos seus primeiros estudos, em vão as procuramos na vida do illustre botânico. A apparencia não é tambem a de um padre. O retrato aqui está: ninguém advinharia por elle um theologo. Se as profissões são como diz Ch. Mismier «molde por onde ninguém passa sem ficar com vestigios característicos», se as condições de vida na collectividade humana bastam a constituir o que o sr. Oliveira Martins chama as «raças societas», há de o leitor convir em que Corrêa da Serra ou não chegou a atravessar o *molde* clerical ou o fez tão rapidamente que lhe não ficaram da passagem caracteres bastantes para o incluímos na *raça* dos que ainda ha pouco regaram com agua benta o cadaver de Littré.

Mas voltemos á vida do illustre naturalista.

Largamente preparado com estudos de toda a ordem, desde as linguas que manejava com extraordinaria facilidade, como mais adiante veremos pelo testemunho insuspeito de um estrangeiro e como facilmente se deduz do facto de escrever numerosos artigos em revistas francezas e inglezas, até á botânica, desde a archeologia e a historia até á Economia politica, regressou em 1777 a Portugal, onde o esperava uma gloriosa missão a cumprir. Voltou só? Voltou com os paes? Voltou com D. João de Bragança? Todas estas opiniões tem sido successivamente emitidas e contradictadas. Que Corrêa da Serra voltasse ao paiz na companhia do duque de Lafões, não nos parece provavel,

porque os documentos tidos por mais exactos dão este illustre portuguez entrado em Portugal um anno mais tarde, isto é em 1778. Voltaria com os paes como inculca Innocencio da Silva no artigo bibliographico que no *Diccionario* consagra ao eminente botânico? Não podemos dizel-o no certo, mas temos sobejas razões para duvidar da asserção, desde que outras biographias categoricamente affirmam que Luiz Dias Corrêa voltaria ao paiz em 1771 e que Corrêa da Serra entrando em Portugal encontrou «funestas mudanças», sendo a maior de todas a morte do pae. De resto, não tem grande importancia, antes constitue um detalhe ocoso quasi, saber-se se voltou só ou acompanhado a Portugal; o que é positivo e no que estão de accordo todos os documentos é que o regresso se effectuara em 1777, epocha em que o marquez de Pombal havia perdido já toda a omnipotente influencia que bem ou mal, digna ou indignamente exercera no paiz.

Reinava D. Maria I, a triste fanatisada que de noite vagava pelas sallas do paço chela de terror e sob a influencia das mais sinistras hallucinações. Sebastião José de Carvalho e Mello fora substituído na dictadura politica do paiz pelo Arcebispo-Confessor. Os padres e os nobres, antes perseguidos pelo ministro de D. José, tentavam e conseguiam reasumir o poder espiritual e temporal que n'outras epochas haviam exercido descriptoriamente *para bem das almas e prestigio da realza*. Dominava a sacristia. Ter idéas e expol-as, era então um crime. Diogo de Pina Manique, de excreanda memoria, era o intendente geral da policia, qui dizer o officioso delator dos livres-pensadores, dos homens de sciencia, de todos os que pela palavra fallada ou escripta protestavam, embora a meia voz, contra a tyrannica oppressão das consciencias pela igreja ou contra o systematico esquecimento dos direitos individuaes pelo estado.

Foi n'este meio corrompido e corruptor que José Corrêa da Serra e o duque de Lafões, dois espiritos emancipados pelo estudo, lançaram os fundamentos da Academia Real das Sciencias de Lisboa. A actividade de Serra foi prodigiosa desde que chegou ao paiz até 1779, epocha em que os estatutos da Academia foram officialmente approvados.

Affirma M. José Maria da Costa e Sá no elogio do sabio naturalista que não ha talvez um unico artigo d'esses estatutos celebres a cuja elaboração não presidiisse o espirito eminentemente claro e superiormente orientado de Corrêa da Serra. Elle queria á Academia como a obra sua. Todo o seu talento que era grande, toda a sua erudição que era vastissima, toda a sua actividade que parecia in-

se a Portugal. Corrêa da Serra não desconheceu o velho amigo na hora do infortúnio. Não o desamparou, acolheu-o, domiciliando-o na própria casa da Academia. Corrêa da Serra tendo encontrado o melhor acolhimento por parte dos sábios francezes, por parte de Broussonet, não podia proceder d'outro modo; pagava uma dívida de gratidão, que é dívida privilegiada para os caracteres honestos. Mas a domiciliação de Broussonet foi denunciada, e José Corrêa da Serra, envolvido na denominação revolucionaria de jacobino, viu-se forçado a sair outra vez de Portugal. Tal me parece ter sido o modo por que os factos ocorreram. Defronto-me porém nas *Memórias da Academia* com uma passagem curiosa e estranha que passo a transcrever e segundo a qual deveríamos julgar de um outro e muito diverso modo a emigração de Corrêa da Serra. Diz assim o texto alludido: «Mr. Broussonet, naturalista e botânico sabio e distincto, escapado a uma das erupções do vulcão revolucionario da França sua patria, estava no recinto d'esta Academia, a que foi proficuo, recebendo o agasalho de que era digno, e naturalmente por isso sustentando a mais intima convivencia com o nosso Consocio. O uso menos reflectido da imprensa, ou meramente espontaneo, ou acto recommendado de quem a fazia seu orgão, veio a comprehendê-lo na accusação vaga e geral que apparecia, classificando os Emigrados Francezes; e o sr. José Corrêa da Serra se julgou magoado da accusação. Espavorido por accidente tão desmerecido, em que julgava comprometido o brio da sua honra, o sr. José Corrêa da Serra caiu n'uma especie de alienação de espirito, querendo attentar contra os seus proprios dias; alternativa que, deixo-se-me dizer, prova o valor que dava ao melindre do seu caracter portuguez.

«A segurança no que era de sua justiça, o poderoso amparo que tinha em nosso illustre Fundador e quanto lhe prometia a protecção e favor da magnanimidade de D. João vi não foram bastantes para socegar-o. A Academia e a patria tiveram de ceder a presença da pessoa de seu Socio e distincto athleta ao restabelecimento que lhe devia desear. O sr. José Corrêa da Serra foi pois para Londres, não para se pôr a salvo, sim para serenar a alteração de seus affectos commovidos por um golpe tão desmerecido.»¹

Segundo a passagem que acabo de collocar

diante dos olhos do leitor, o abbadé Corrêa da Serra teria saído de Portugal, não forçado a isso pela intinencia de um perigo, mas para se restabelecer de uma doença cerebral que o havia levado a tentativas de suicidio. E a causa da enfermidade teria sido vêr-se comprehendido na *accusação vaga* que então classificava os emigrados francezes. Não fugiu, não quiz pôr-se a salvo, diz o academico, porque estava seguro da sua justiça, contava com a protecção do duque de Lafões e com a magnanimidade de D. João vi; a viagem foi um recurso therapeutico. Admittiremos uma tal interpretação? Vejamos.

Em primeiro logar parece-nos futil o elemento etiologico invocado por Costa e Sá para explicar uma doença cerebral que se acompanhava de tendencia ao suicidio. A *accusação vaga* a que o academico se refere e em que então se envolviam os emigrados e os seus amigos politicos era a de *jacobinismo*. Ora, d'estas duas coisas uma: ou o abbadé Corrêa da Serra era realmente alleicoido ao grupo de opiniões comprehendidas sob aquella designação, e em tal caso a accusação devia servir-lhe sómente de aviso para collocar-se a seguro de odiosas perseguições; ou não adheria a taes idéas e então podia proval-o, dando publico testemunho d'isso e mostrando ao mesmo tempo que o seu amigo Broussonet não era jacobino, (e isto era simplesmente a verdade) e que o facto de recebê-lo na Academia era um mero acto de amizade pessoal. Em qualquer das hypotheses, a alienação mental não tem rasão de ser, não se explica. Dizer que Corrêa da Serra contava com o apoio do Duque de Lafões e com a magnanimidade de D. João vi, parece-nos tambem pouco conforme com a verdade historica. O duque de Lafões teria, tinha de certo, o maximo empenho de proteger o seu amigo, mesmo á custa de um grande sacrificio. Mas o duque de Lafões era mal visto pelo Intendente e em face dos odios d'este, de pouco lhe valia o parentesco real; Serra sabia isto e não contava certamente com o amparo de um homem que nas anormaes circumstancias do paiz precisava de amparar-se a si proprio.

Da magnanimidade de D. João vi o que diremos? Sabem todos quem era o homem: um imbecil extraordinariamente covarde e sensual. Admittindo por um momento, e é já uma concessão, que o filho de D. Maria I fosse capaz de interessar-se por um homem da estatura intellectual de Serra, de que valeria esse interesse por parte de um estúpido, que uma argucia desorienta, de um tímido, que o menor indicio de perigo, real ou simulado, deixa em perplexidade. Entre o amparo do duque de Lafões e o interesse de D. João vi appareceria

¹ Elogio historico de J. C. da Serra, recitado em sessão publica da Academia Real das Sciencias de Lisboa do 1.º de dezembro de 1829 por Manoel José Maria da Costa e Sá, *Memorias da Academia*, Tom. 2.º, 2.ª parte da 1.ª serie, pag. xvii.

odienta e imperativa a figura sinistra do Intendente. Manique podia tudo e reputava perigosos as instituições do abade Corrêa da Serra e D. João de Bragança, o duque. Estas reflexões nos levam a discrepar da interpretação de Costa e Sá.

Se alienação tivesse havido não a originaria certamente uma simples acusação injusta e vaga. Não se manifesta a loucura por tão pouco n'um cérebro robustamente organizado como o de Corrêa da Serra. É preciso mais. A acusação vaga podia ser a causa proxima, occasional da loucura, mas com a condição de existirem antecedentes, outras tantas causas parciais, predisponentes, actuaes de longe, pouco e pouco. Existiriam? Talvez. O meio politico em que o illustre e infeliz naturalista vivia então, prestava-se a crear uma predisposição vesânica. Governar D. Maria ou governar D. João vi, era o mesmo; a sacristia lá estava ao lado do throno, como herança de D. João v e ao pé da sacristia lá estava o Manique, com os seus odios insofridos, com o seu furor de perseguir, com o seu zelo retrogrado, com toda a sua enérgica má vontade pelos homens de sciencia e pelos litteratos. A importação de livros francezes que em larga escala fazia a Academia, os jornaes e as cartas de França com destino ao duque de Lafões e a Corrêa da Serra, traziam excitado o Intendente. Por isso elle mandava espiar; reinava a perseguição, ora surda, ora declarada, mas sempre terrível, desapidada sempre. Vivia-se em espionagem permanente, em pleno periodo de delacções, em sobresalto continuo. Era preciso não arriscar uma idéa, não soltar uma palavra, sem pensar primeiro não só o que tal idéa ou tal palavra em si mesmas significavam, senão tambem o que poderiam significar para os esbirros, para os espiões, para os assalariados do Intendente. Era o terror, a agonia de todos os instantes. Em circumstancias taes o *delírio das perseguições* podia naturalmente irromper; o terreno era proprio, as causas eram multiplicas, constantes, inflexiveis na sua impertinente dureza. Corrêa da Serra experimentaria a funesta doença? Se o acommetteu a loucura, como affirma Costa e Sá, a forma nosologica da vesania foi essa. E sendo assim, a tentativa de suicidio explica-se, — foi um symptoma apenas, e explica-se tambem a saída do paiz, não como viagem que elle reclamasse para si contra os desejos da Academia e da patria, mas como uma verdadeira fuga tentada pelo desespero do sabio ou sollicitamente preparada pelos amigos.

Tomando no sentido litteral a passagem de Costa e Sá, a interpretação a dar-lhe é esta, parece não poder ser outra.

Mas não experimentaria Corrêa da Serra a lou-

cura e será aquella especie de alienação d'espirito de que nos falla Costa e Sá uma simples phrase que não deve tomar-se à letra mas que apenas designa uma momentanea atribulação, perfeitamente natural n'um homem que se vê infamemente perseguido? Voto por esta ultima interpretação. O *delírio das perseguições*, unica forma vesânica admissivel no caso subjeito, não irrompe geralmente de improviso, mas tem pelo contrario na grande maioria dos casos uma longa phase inicial, uma extensa marcha, indecisa ao principiar; e de ordinario tambem se não cura rapidamente, como em Serra teria acontecido, porque na Inglaterra para onde se refugiou apparece desde a chegada lá escrevendo tranquillamente, serenamente as suas memorias e estudos botanicos, geologicos e archeologicos. Talvez Costa e Sá trouxesse a phrase especie de alienação d'espirito para explicar a tentativa de suicidio; ha muito quem sustente a opinião de que o suicidio é com effeito, symptomatico de loucura, pathognomonicamente até. Não nos parece accetivel a doutrina e por isso prescindimos perfeitamente do factor alienação para explicar o facto, se elle se deu, de tentativa suicida.

O sr. Oliveira Martins diz na sua *História de Portugal*: «O abade Corrêa-da-Serra, valido do duque, era um infatigavel propagandista, e por sua mão corriam secretamente manuscritos de obras sediciosas; era, dizia o intendente, o primeiro dos *bota-fogoso*» (Vol. 2.^o pag. 197.)

Estas palavras estão em perfeito accordo com estas outras do dr. Theophilo Braga: «Manique andava acirrado pelas cantigas francezas, pelo uso dos cocáres, pela entrada dos caixões de livros para a Academia das Sciencias; trazia de olho o duque de Lafões, apesar do seu parentesco real, accusava de jacobino o Abade Corrêa da Serra...»¹ O naturalista era odiado pelo intendente e sabia-o; desde que se viu envolvido publicamente na designação de jacobino, abandonou o paiz, fugiu, como em 1778 o haviam feito Felix de Avellar Brotero e Francisco Manoel do Nascimento. N'esta fuga nada ha de deshonroso para Serra: nas circumstancias em que se encontrava o paiz, o unico expediente era esse; ficar — era expôr-se a uma lucta ingloria e esteril.

Não se realizou o vaticinio de Alfeno Cynthio — *Triumphará do seu maligno intento*...

Saindo de Portugal o eminente naturalista tomou a direcção de Inglaterra, onde foi acolhido por Joseph Banks, illustre presidente da Sociedade Real de Londres. Ali publicou na revista *Philosophical Transactions* dois notaveis estudos, um intitulado

¹ *Questões de Litteratura e Arte Portuguesa*, pag. 36a.



«on a submarine forest on the east coast of England», e outro subordinado à epigraphie «on the fructification of the submerged Alga». Inseriu também na revista *Transactions of Linnean Society* duas memórias, uma sob o título de «on two genera of plants belonging to the natural family» e uma outra designada «on the Doryanthes a new genus of plants from New-Holland next a kin to the Agave». Na revista *Transactions of the American Philological Society* publicou um artigo geológico muito apreciado com o título «Observations and conjectures on the formation and nature of the soil of Kentucky». Estando em Londres ali recebeu a nomeação de conselheiro da legação portuguesa em 1801, cargo que pouco tempo exerceu, sendo d'elle destituído por intrigas do embaixador.

Passando a França, d'ahi se julgou moralmente obrigado a sair logo depois pelo rompimento de relações entre este paiz e Portugal. Dirigiu-se então aos Estados-Unidos. A memória que de si deixou n'essa republica como sabio e como diplomata, foi das mais honrosas e appeteciveis. Como sabio, deu as suas provas e das mais brilhantes, continuando o curso de botanica interrompido por Barson, ao tempo em viagem na França. Como diplomata foi sempre honrosamente acolhido; nomeado por D. João VI em 1816 ministro plenipotenciário junto do governo da republica dos Estados-Unidos, prestou ao paiz relevantes serviços.

Em 1821 voltou para Portugal, sendo de novo nomeado secretario da Academia Real das Sciencias de Lisboa. Mas não era já o mesmo homem que no meio de difficuldades de toda a ordem lançára os fundamentos da Academia; tinha 71 annos de idade e regressava á patria terrivelmente enfermo, depauperado pela diabetes. Em 1822 foi ainda eleito deputado ás cortes ordinarias pelo circulo de Beja, mas em 23 de setembro de 1823 espirava nas Caldas da Rainha, onde por indicações medicas se encontrou para procurar allivio ao mal terrivel que o minava.

O curto espaço de que disponho nas paginas brilhantes do «Plutarcho Portuguez» não me permite dar a este estudo os desenvolvimentos que elle naturalmente comporta e reclama. Limitar-me-hei por isso, terminando, a deixar consignadas aqui as opiniões de tres homens illustres acerca do nosso compatriota.

Jefferson, presidente da republica dos Estados-Unidos, tendo convidado Corrêa da Serra a examinar os Estatutos da Universidade da Philadelphia, escreve: «A aprovação que fez o sr. Corrêa da Serra do plano e principios da nossa Universidade, me honrou mais do que a de todos os outros elogiadores; porque nenhum outro se pôde

comparar com elle em sciencia e em comprehensiva extensão de luzes.»

Em 1826 Ferdinand Denis escrevia no *Retrato da historia litteraria de Portugal e do Brazil*: «Corrêa da Serra pertence ao pequeno numero d'aquelles em que nunca se intubiu o desejo de propagar a instrucção e que tem coragem para triumphar de todos os obstaculos.» E' de notar que Ferdinand Denis conhecia bem Corrêa da Serra, porque este illustre naturalista que viveu em Françaahi publicou trabalhos notaveis entre os quaes apontaremos os seguintes: «Observations sur la famille des orangiers et sur les limites qui la circonscrivent», «Mémoire sur la germination du pelumbo» e «Observations carpologiques», insertas na revista *Annales du Muséum*; «Mémoire sur la valeur du périsperme, considéré comme caractère d'affinités des plantes», publicada na *Bulletin de la Société Philomatique*; e finalmente «De l'état des sciences et des lettres en Portugal à la fin du xviii siècle» e «Sur l'agriculture des arabes en Espagne», estudos que foram publicados nos *Archives litteraires de l'Europe*.

Collaborou também Corrêa da Serra na *Biographie Universelle* e publicou em *The American Review* um trabalho muito notavel sob o título «Considerations générales sur l'état passé et futur de l'Europe» que F. Denis conhecia e ao qual allude na obra que citamos. Este mesmo historiador diz de Corrêa da Serra que «elle escreve o francez com extrema pureza.»

De Candolle refere-se também ao nosso compatriota com palavras subidamente honrosas na *Theorie elementaire de la Botanique*.

Archivaremos também a opinião que sobre o sabio é feita por um portuguez notavel, que melhor que ninguém podia avaliar-o. O dr. Isidoro Emilio Baptista, notavel cultor da botanica, aprecia assim o eminente academico: «José Corrêa da Serra foi um dos sabios que deram o mais poderoso impulso ao progresso das sciencias naturaes, na epocha da sua renovação, que caracterizou a transição do passado ao presente seculo. Contemporaneo dos grandes genios que fundaram o methodo natural, e com quem conviveu desde a sua emigração em 1786, elle concorreu principalmente para imprimir á sciencia do reino vegetal o caracter das sciencias exactas, definindo, com todo o rigor de que são susceptiveis, a circumscripção das familias e os phenomenos da organização que as caracterizam.

Jussieu, revellando o facto das associações naturaes dos generos de plantas fundados por Linneo, acabava de formular em expressões symbolicas, e de coordenar em um quadro synoptico os dogmas que os seus predecessores haviam registra-

do na sciencia durante os dois seculos e meio anteriores, e ao mesmo tempo deixava enunciados novos problemas ás futuras investigações, que deviam para um grande numero de familias creadas pela primeira vez, fixar as condições anatomicas que determinassem a unidade, a integridade e a homogeneidade que convêm aos grupos naturais, assim como as suas categorias na ordem taxonomica.

«O sábio secretario perpetuo da Academia das Sciencias de Lisboa, foi um dos primeiros que se empenharam na tarefa de realisar a grande obra de Jussieu, encaminhando-a desde a sua nascença no sentido de uma sciencia positiva, de exactidão theorica e de certeza pratica, de que estava dependente todo o seu desenvolvimento futuro.

«As reflexões profundamente philosophicas que se acham em todas as suas memorias botanicas, denotam um dos espiritos mais eminentes da epocha da grande revolução scientifica. Percorrendo com a superioridade do genio todas as grandes bases da physiologia, elle aprecia-as segundo o seu valor, e chama-as ao campo da applicação immediata, aos factos positivos da observação, verificando com todos os contrastes da rigorosa analyse, e expostos com uma simplicidade, clareza e methodo, que eram ainda pouco conhecidos n'este genero de sciencias.

«Os principios das unidades typicas, e da symmetria dos órgãos appendiculares de que Linneo tinha apenas um vago presentimento, foram pelo nosso compatriota fixados e definidos com precisão geometrica, desde as suas primeiras memorias sobre a familia das tarangeiras, publicadas em 1799 nas *Transacções da Sociedade Linneana* de Londres e nos *Annales du Muséum* de Paris de 1805. O principio da liberação organica de que Geoffroy Saint-Hilaire fazia tão felizes applicações á zoologia era quasi pela mesma epocha applicado á botanica por José Corrêa da Serra.

«Desde o meado do xvi seculo, Gessner, Lobel e Cesalpino tinham estabelecido como principios fundamentais das grandes series do reino vegetal os caracteres fornecidos pelos órgãos da floração, da fructificação e da germinação; Ray, Linneo e Jussieu fundaram os seus systemas naturais sobre as formas e composição geral d'estes órgãos. Mas a obra de Gærtner, publicada ao mesmo tempo que a de Jussieu, veio abrir uma nova epocha, apresentando os caracteres precisos, que a anatomia do fructo e da semente offerece á definição de muitos grupos subordinados.

«Corrêa da Serra, escapando pela segunda vez em 1797 ás perseguições de que era victima na sua patria, partiu para Inglaterra, foi immediatamente recebido na Sociedade Real de Londres, e sob a

direcção do presidente d'esta illustre Academia, sir Joseph Banks, emprehendeu no mesmo anno continuar os estudos de Gærtner. Ao mesmo tempo que o fundador do methodo natural, auxiliado pelas descobertas do celebre botanico allemão, reformava uma parte das suas familias, Corrêa da Serra tratava de continuar e completar as dissecções e as descripções dos fructos, e das sementes de que elle havia traçado os delineamentos fundamentais; de definir e resumir em um quadro methodico os caracteres que estes órgãos offerecem; de tornal-os claros e facilmente applicaveis á determinação das familias naturais.

«Os escriptos de José Corrêa da Serra são calculados sobre uma feliz combinação dos methodos inductivo e doctivo, que começava apenas a penetrar no dominio da historia natural, que forma a phase caracteristica das sciencias do seculo xix; o illustre academico portuguez comprehendeu desde logo todo o alcance d'este methodo, e soube manejar com uma habilidade rara no seu tempo. *L'aridité apparent des details, dit elle, ne plait qu'aux naturalistes consommés, et les résultats seuls ont des attraits pour la généralité des lecteurs.*

«Partindo do exame completo que fez de mais de vinte especies, que accrescentou a mais mil analysadas por Gærtner, elle chegou a estabelecer os principios geraes da carpologia applicados ás divisiões fundamentais do reino vegetal, mostrando a procedencia anatomica das diversas partes do fructo; as condições que determinam os phenomenos da sua deliscencia e da dispersão das sementes; a estrutura dos carpellos e das placentas; a constituição e as situações relativas do embrião; a origem do perisperma; as modificações graduales por que passa, e o seu valor como caracter de afinidades, segundo as posições que toma, e as substancias de que é formado chimicamente.

«Além das memorias destinadas a este assumpto, o auctor desenvolveu os mesmos principios, já em memorias especies, já nas que tiveram por objecto a descripção e analyse de plantas novas: memorias que se acham nas collecções das *Annales du Muséum*, e do *Boletim da Sociedade Philomatica*; nas *Transacções da Sociedade Real de Londres*, da *Sociedade Linneana* e da *Sociedade Philosophica Americana*.

«Em algumas d'estas memorias foi Corrêa da Serra o primeiro que explicou, segundo os principios da sciencia moderna, a formação de alguns terrenos de origem vegetal, e dos phenomenos geologicos que occasionaram a sua disposição actual; como são os da costa de Lincolnshire em Inglaterra, e da bacia de Kentucky no centro dos Estados Unidos da America.»



Ahi ficam, rapidamente compendiados, os traços biographicos mais salientes de Corrêa da Serra, tão conhecido em França, em Inglaterra e nos Estados-Unidos quanto ignorado entre nós. Faço votos por que este esboço mal e precipitadamente escripto, desperte em pennas mais competentes e mais auctorizadas o desejo de darem ao paiz um estudo completo da vida e obras de tão benemerito sabio; aos academicos contemporaneos me re-

firo especialmente. Que esses eruditos acordem do longo somno hybernal que estão dormindo desde a publicação das primeiras cadernetas do *Diccionario*, para pagarem á memoria de Corrêa da Serra a divida, por tantos titulos privilegiada, que com elle a Academia contrahu!

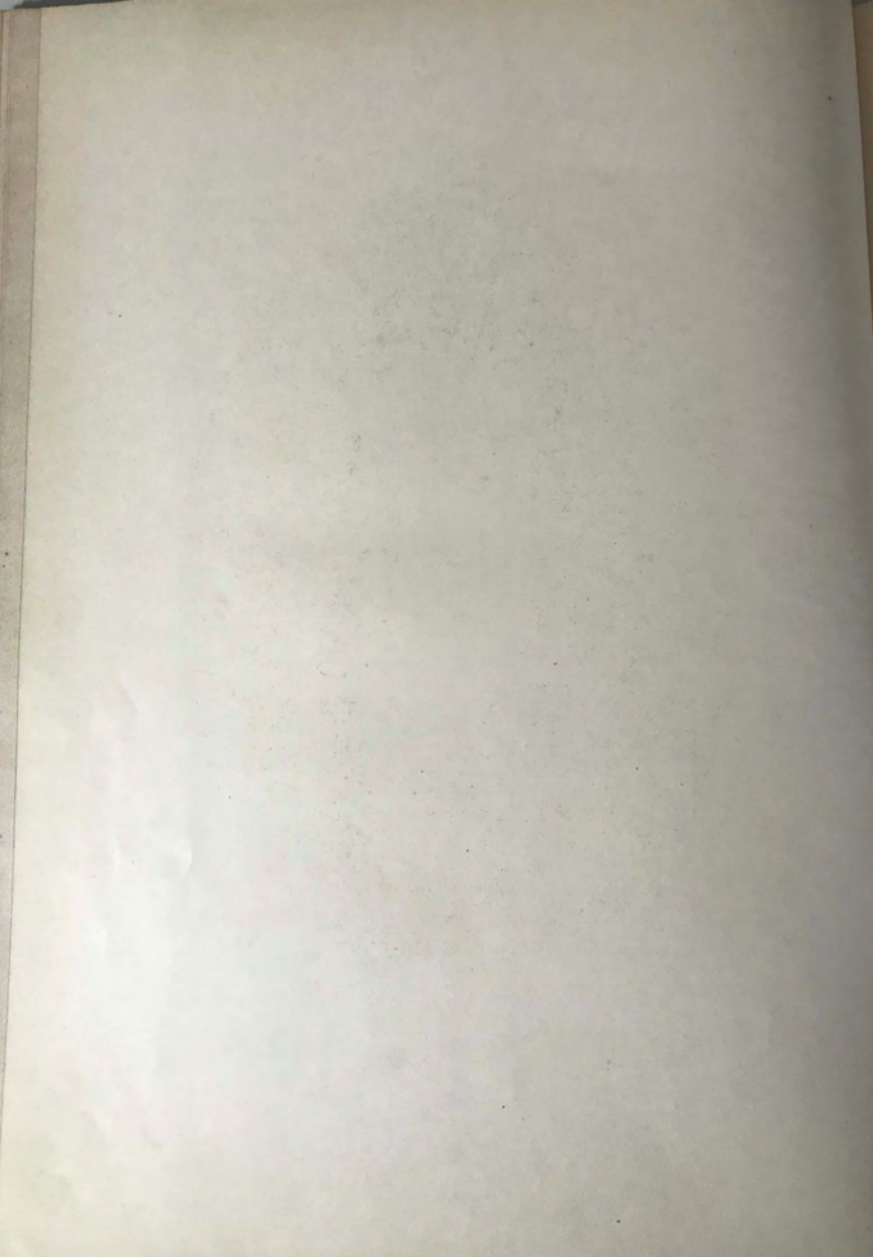
Julio de Mattos.





Manuel Maria Barbosa du Bocage





BOCAGE

O nome de Bocage é conhecido do povo português, que com uma certa intuição do génio o associa ao de Camões; na nossa pequena literatura, que imitou as correntes europeias na época provençal, no período da Renascença, em todas as variações do gosto, e em que o escriptor mais preocupado com a erudição quebrou todas as relações com o povo, o facto da glorificação geral do nome de Bocage obriga a critica a ratificar esse juizo espontaneo, procurando qual a relação moral que existe entre essa individualidade e a collectividade anonyma. O povo tem os profundos sentimentos; nunca leu as obras de Camões, mas sabe que esse nome está ligado ás grandes glorias e aos protestos da nacionalidade portuguesa; tambem não conhece de Bocage mais do que uma ou outra anecdota de um espirito em revolta, mas pela sua sympathia adivinha que era um genio atrophiado pelo meio deprimente de uma sociedade levada ao extremo da decadencia. É este o ponto de vista por onde o aferimos para lhe darmos ingresso na phalange dos grandes homens da civilização portuguesa. Bocage não foi um iniciador, um inventor ou um instituidor, mas subordinou a sua vida ao

FLUTARCHO PORTUGUEZ.

motivo ideal, que determina a actividade dos grandes homens; esse motivo, em uma época fecunda teria sido a iniciação ou o exemplo como heroe ou como martyr, mas em uma sociedade imbecillizada pelo obscurantismo religioso e pelo terror do cesarismo, a sua vida consumiu-se na revolta contra o erro constituido, no protesto irrepresivel, que o precipitava na desgraça. Os amigos que o conheceram de perto, como Bingre, deixaram os traços moreses que o definem: «Foi honrado, verdadeiro, liberal, muito amante da sua liberdade e fidalgo inimigo da escravidão.» Não era preciso tanto para ser esmagado sob uma avalanche de iniquidades, em uma sociedade, em que a espionagem policial e inquisitorial eram os sustentaculos da ordem publica; em que a bajulação tornava a mentira um systema de segurança e de bem-estar pessoal; em que a liberdade em todas as suas manifestações era abafada como um perigo para a irresponsabilidade das instituições anachronicas.

As qualidades moreses de Bocage, descriptas por Bingre, puzeram a sua existencia em conflicto com esse meio social degradado; sem o apoio de uma noção da dignidade humana, bajulou tambem como os outros poetas cesareos, mas os impetus da indignação irrompiam-lhe da alma, protestava, e a sua grande inspiração achava o verdadeiro caminho nos admiraveis repentes que assombraram Lord Beekford, e n'essas Satyras racionalistas que

VOL. I — FASC. X.



lhe abriram os cárceres da polícia preventiva e do Santo Offício. A vida de Bogue resume-se n'essas palavras com que Byron se retrata na Epístola a Augusta: «A minha vida inteira não foi senão uma lucta, desde que recebi o ser e com elle alguma cousa que devia destruí-lo: o benefício—um destino e uma vontade caminhando fóra da estrada batida.» N'esta lucta, Byron tinha os estímulos de um poderoso meio social; o contraste da noção ideal que o dirigia dava-se diante da actividade egoísta do industrialismo moderno, e para conservar-se livre fóra da estrada batida, para não succumbir com o desalento de um pessimismo doentio, tinha um milhão de libras de rendimento, que dava á sua ironia o tom de um desdem soberano. Bogue era pobre; filho de um honrado advogado de Setúbal, creado prematuramente sob a disciplina militar, cortejado protectionalmente por dignatários officiaes e por eruditos ecclesiasticos, elle bem conhece, que os seus versos eram «criptos pela mão do fingimento, cantados pela voz da dependencia.» Para romper contra esta chateza geral era preciso que aquella natureza fosse pura: «honrado, verdadeiro e liberal», como o caracterisa uma testemunha contemporânea. É por isso que Bogue não pôde ser julgado simplesmente pelo que escreveu, mas pelo que era capaz de fazer se tivesse nascido em uma outra época, em outro meio social, em que a sua existencia não ficasse sem destino.

II

Manoel Maria Barbosa du Bogue, nasceu em Setúbal em 15 de setembro de 1765, quando seu pae, o bacharel José Luiz Soares de Barbosa, antigo Juiz de Fora da Castanheira de Povos e Ouidor em Beja, se retirara á vida privada pondo banca de advogado em Setúbal. O nome de Du Bogue vinha-lhe por parte de sua mãe D. Mariana Joaquina Xavier Lestof du Bogue, filha do francez Gil Le Deux (ou l'Hedois) du Bogue, que chegou a vice-almirante na armada de Portugal. Manoel Maria era o quarto filho, tendo d'esto casamento nascido mais duas meninas, a ultima, D. Maria Francisca, que foi a companheira inseparavel do poeta e a que lhe recebeu o ultimo alento. O talento poetico de Bogue revelou-se com uma extraordinaria precocidade: «Das faixas infantis despidio apenas,» como elle o declara com um certo desvanecimento, repetindo: «Versos balbuciei com a voz da infancia.» Recebeu a educação domestica, de que lhe ficou sempre essa pureza de emoções,

que o elevam como homem e como artista; a fatalidade fê-lo perder sua mãe aos dez annos, sendo por isso obrigado a continuar os estudos fóra de casa, frequentando a aula de latim do padre hespanhol D. Juan Medina, e de um outro mestre, do qual dizia, alludindo ao systema pedagogico da pancadaria, introduzido do tempo dos Jesuitas: «Se continuou mais tempo de cadete no regimento de infantaria 7 de Setúbal, vindo n'esse mesmo anno de 1779 para Lisboa, para seguir os estudos superiores, onde julgamos ter frequentado a Academia Real de Marinha. A sua nomeação de guarda marinha por decreto de 31 de janeiro de 1786, levá a inferir, que sendo o curso de tres annos, passou uma vida dissipada na capital, sendo o despacho para a armada do Estado da Índia um meio de o arrancar da dissolução em que andava envolvido. Preponderava então o *Intolerantismo* do reinado de D. Maria I, em que o Arcebispo-Confessor era o ministro omnipotente; a rainha vagava pelos paços de Queluz, berrando de dia e de noite victima da allucinação fanatica a que a levaram, dizendo que via no inferno a estatua equestre de seu pae em ferro em brasa; os homens de sciencia eram perseguidos, como foi José Anastacio da Cunha, ou fugiam de Portugal como o insigne naturalista Corrêa da Serra, Felix de Avellar Brotero e Francisco Manoel do Nascimento. O principe D. José, que se revelára partidario das ideias administrativas de Pombal, cujas reformas eram radicalmente destruidas, tambem morreu repentinamente, para que como herdeiro do throno não vingassem essas ideias de *philosophismo*, como então lhe chamavam.

Em um meio tão extraordinariamente obcecado era uma desgraça ter talento; Bogue foi arrastado n'essa corrente da inconsciencia publica, frequentou as partidas, então em moda entre a burguezia, alliou-se com os filhos vadios das casas fidalgas, fez versos ás Marilhas, ás Filis, ás Tersalias, e escreveu a letra de *Modinhas* sentimentalistas e allegoricas, cantadas ao gosto brasileiro em uma sociedade dormente, que só manifestava signaes de vida nas festas religiosas, nos equívocos fradescos, na sensualidade furtiva e na pieguice.

N'este tempo vivia Bogue entre a mocidade dissoluta da fidalguia, e foi junto de Dom Francisco da Cunha e Menezes, e Verdeil, que Lord Bexford o encontrou por meado de 1786. É pasmoso o retrato que o illustre auctor de *Vathek* traçou de Bogue em uma das suas inimitaveis cartas escriptas de Portugal: «Verdeil trazia consigo o governador de Gôa, D. Francisco Calhariz, e um pallido, exquisito manco, o sr. Manoel Maria, a creatura mais extravagante, mais por ventura a

mais sui generis que Deus ainda formou. Aconteceu estar este mancebo em um dos seus dias de bom humor e de excentricidade, que, como o sol de inverno, vinham quando menos se esperava. Mil ditos graciosos, mil cargas de delirante jovialidade, mil apodos satyricos por elle incessantemente vibrados, fizeram-nos finar de riso. Quando porém começou a recitar algumas das suas composições, nas quaes grande profundidade de sentimento se alia com os mais patheticos toques, senti-me estremecido e arrebatado. Pode-se dizer com verdade, que aquelle estranho e versatil caracter possui o segredo de encantar, segredo que, ao grão do seu possuidor, anima ou petrifica um auditorio inteiro. Reparando elle quanto me estava enleando, disse-me:

«—Não esperava que um inglez tivesse a condescendencia de prestar a um moço obscuro e novel versador a minima attenção. Vós pensaes que os portuguezes não tem outro poeta senão Camões, e que Camões não escreveu mais nada capaz de lêr-se senão os *Lusiadas*. Aqui tendes um soneto, que vale a metade dos *Lusiadas*:

A formosura d'esta fresca serra,
E a sombra dos verdes castanheiros,
O manto caminhar d'estes ribeiros
D'onde toda a tristeza se desterra;

O ruído som do mar, a estranha terra,
O esconder do sol pelos outeiros,
O recolher dos gados derradeiros,
Das nuvens pelo ar a branda guerra;

Enfim, tudo o que a rara natureza
Com tantas variedades nos offerece,
Me está, se não te vejo, mgoando;

Sem ti tudo me enoja e aborrece;
Sem ti perpetuamente estou pensando,
Nas mores alegrias mór tristeza.

«Não escapou ao nosso divino poeta uma unica imagem da belleza rural; e que pathetica não é a applicação da natureza ao sentimento! Que fascinadora languidez, como arreboes do sol da tarde se não derrama por sobre esta composição! Se alguma cousa sou, fez-me este soneto o que sou; porém, que sou eu, comparado com Monteiro! Julgae.

«Proseguiu, entregando-me alguns versos manuscriptos d'este autor, que os portuguezes apreciam muito. Postoque esses versos eram melódicos, devo confessar que o Soneto de Camões e muitos dos versos do sr. Manoel Maria me agradaram

infinitamente mais; mas a verdade é, que eu não estava sufficientemente iniciado na força e nos recursos da lingua portugueza para ser competente juiz, e este transcendente genio só revelou falta de penetração imaginando que eu fosse um d'esses juizes competentes.»

Na realidade Beckford era um extraordinario juiz, como observador e como artista; o asombro que lhe produziu Boccage é um documento positivo da superioridade d'esse genio repentinamente estimulado sem destino, e reagido contra a insensatez geral pela jovialidade delirante, pela excentricidade irrepressivel, e pelos apodos satyricos que irrompiam do meio de uma tristeza apathica e desalentada. Essa rapida conversa com Beckford, revelamos que Boccage era já conhecido como um homem que dominava o seu meio pelo poder inexplicavel de arrebatador ou petrificar quem o ouvia; era o esplendor do genio. Os versos de Camões eram para Boccage a sua Biblia; estudava-os, analysava-os, recitava-os com enthusiasmo, dá-lhes relevo, impõe-os á admiração, e um seculo antes da Alemanha philosophica reconhecer a sublimidade incomparavel do lyrismo de Camões, tanto ou mais profundo que a sua epopéa nacional, Boccage pela intuição do genio chega á mesma alta affirmacão esthetica:

«Aqui tendes um Soneto que vale a metade dos *Lusiadas*.» A partida de Boccage para a India, os seus desalentos em Goa, a vida errante no Cântão, e miseria na feitoria de Maciã, tudo o leva por instinto a comparar a sua vida á vida de Camões, no celebre soneto:

Camões! grande Camões! quam similhante
Acho teu fado ao meu, quando os cotejo!
Equal causa nos fez perdendo o Tejo,
Arrostar co' sacrilego Gigante.

Como tu, junto ao Ganges sussurrante,
Da penuria cruel no horror me vejo,
Como tu, gustos vãos, que em vão desejo,
Tambem carpindo estou, saadoso amante.

Ludíbrio como tu da sorte dára,
Meu fim demandando ao céo, pela certeza,
De que só terei paz na sepultura;

Modelo meu tu és... Mas oh tristeza!...
Se te imito nos transeis da ventura,
Não te imito nos dons da natureza.

Em outras situações da sua vida, quando Boccage dava conselhos a jovens litteratos, como a um Bersane Leite, indicava-lhe sempre o estudo dos versos de Camões. Na conversa com Lord Be-



ckford, Bocage confessa o que deve ao influxo de Camões: «Se alguma cousa sou, fez-me este Soneto o que sou; porém, que sou eu comparado com Monteiro.» Sente-se aqui a primeira rivalidade de Bocage, sentimento que encheu a sua vida literária de tempestades, como a luta com os Neo-Arcados em 1793, e com José Agostinho de Macedo em 1801, morrendo vítima da opressão moral com uma aneurisma. Em 1786 era também apreciado pelo publico o poeta Domingos Monteiro de Albuquerque e Amaral, que veio a ser um dos grandes partidários das ideias liberais, distinguindo-se pelo genero satyrico, sobretudo na celebre *Guerra dos poetas* contra os últimos restos da Arcadia. Na narrativa excursão de Lord Beckford à Batalha e Alcobaça, o opulento viajante diz que levava na algibeira um volume de versos de Bocage e outro de Monteiro; parece que a emulação afluía para sempre os dois poetas.

III

O decreto de 31 de janeiro de 1786, que nomeia o poeta guarda marinha da Armada do Estado da Índia, traz o nome Manoel Maria Barbosa Hedeio do Bocage; este nome de *Hedeio* apparece-nos em seu visavô materno Antoine l'Hedeio, e por elle podemos comprehender a referencia anagrammatica pela qual a poesia philosophica da *Doz da Razão* pôde ser restituída a Bocage; essa poesia, que revolucionou as intelligencias portuguezas do fim do século XVIII, termina com os versos: «E que Anelio não se esqueça — De um *Lidio* que vive ausente.» O nome de *Lidio* tem alli o valor de uma assignatura, e é empregado pela analogia com l'*Hedeio*, quando deixára de usar este cognome. Em 4 de fevereiro de 1786 o Conselho ultramarino pôz em execução o despacho, embarcando Bocage para a Índia na nau de viagem Nossa Senhora da Vida, Santo Antonio e Magdalena; em uma ode sentida despede-se Bocage dos seus amigos Vasconcellos (o morgado de Assentis) Couceiro, Liz e Andrade; a viagem da Índia accorda-lhe outra vez o ideal de Camões:

Os mares vou talhar, cujos farores
Descreve o gram Cantor, por quem de amores
Inda as musas aspiram;
Aquelles mares onde os Gamas viram
Do rebelde, horridissimo Gigante
Os negros labios, o feroz semblante.

A nau soffreu uma terrível tempestade, tendo

de arribar ao porto do Rio de Janeiro; Bocage celebrando o governador geral do Brazil Luiz de Vasconcellos Sousa, um dos primeiros promotores da civilisação brasileira, allude a este incidente:

Fu dos braços paternos arrancado,
E pela furia dos soberbos mares
Sacculado, arrojado
A remotos, incognitos logares,
Onde talvez me apparelle a sorte
Depois de infausta vida, infausta morte.

A nau Senhora da Vida chegou a Goa em 29 de outubro de 1786; o poeta entrava no theatro do nosso antigo poder; tudo lhe fallava de grandes recordações historicas. A realidade não correspondia ao seu ideal; achou-se no meio de uma colonia atrazada, boçal e dissoluta «de todo o pobre honrado sepultura», como já o dissiera Camões. No século XVI ahi encontrára Camões uma saudavel convivência intellectual com o sabio Garcia d'Orta, com os poetas seus amigos João Lopes Leitão, Heitor da Silveira, Luiz Franco Correia, D. António de Noronha, Diogo do Couto; Bocage encontrou sómente a vaidade nobiliarchica dos homens da terra, a indifferença por tudo quanto eram letras, e a dissolução dos costumes. Durante dois annos que viveu em Goa andou n'esse conflicto que lhe inspirou os acerbos Sonetos que lhe tornaram impossivel a existencia. «Do claro Mandovi sobre a ribeira,» e nos que celebra «A decadencia do imperio portuguez na Asia.» Foi durante esta época desolada por decepções, intrigas e indifferença, pelo aborrecimento nostalgico da vida de guarnição, que o accommetteu uma doença que o levou a ponto de succumbir; foi isto por 1787, coincidindo com a descoberta da Conjuração de Goa, hoje completamente descripta em um livro por Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara, que desconheceu a epistola de Bocage, em que se relata este successo designado pelo nome de *Sublevação dos Pintos*:

Uma alma infame, um barbaro inimigo
Da fé, das leis, do throno, um deshumano,
Gredor de eterno, de infernal castigo,
Tendo embebedado seu furor insano
Na falsa gente brachmane injusta,
Que amaldiçoou o jugo lusitano;
Contra nós apontava a mortal seta;
Mas estorvou o inevitavel tiro
A mão divina, poderosa e recta;
Desenvolveu-se o crime, inda respiro;
E já destes, oh réis de atroz maldade,
Em vis theatros o final suspiro.
Eis, amigo, a recente novidade,
Que da remota Goa ao Tejo envio,
Nas murchas, debéis azas da saudade...

Esta conjuração é cheia de peripecias e de atrocidades da parte do governo. Em 25 de fevereiro de 1789 é despachado Bocage tenente da quinta companhia de infantaria da guarnição de Damão, em atenção «aos seus serviços e merecimentos». Em Goa tinha o poeta a convivência do desembargador Sebastião José Ferreira Barroco, que o auxiliara na sua terrível doença; tinha os *mil feitiços das filhas delicadas* dos habitantes contra quem lançara Sonetos tão terribéis como Camões na sa-tyra dos *Disparates da Índia*. Saliu Bocage de Goa em 8 de março, na fragata Santa Anna, entrando em serviço do seu posto a 6 de abril d'esse anno. A insipidez da vida da guarnição pôz-lhe o espirito em um estado de desespero tal, que ao fim de dois dias desertou da fortaleza pela porta do Campo, em companhia de um alferes cheio de dividas. Esta parte da vida de Bocage é completamente desconhecida; supõe-se que aproveitara as monções, partindo de Suratte ou Bombaim para a China; nos seus versos allude a uma vida errante, cheia de miséria, e arrojado por tempestades para o mar da China, vindo do Cantão para Macau, onde mendigou alguns socorros. Referindo-se á morte do príncipe D. José, a que atraz alludimos, exclama:

Triste povo! E mais misero, eu que habito
No remoto Cantão.....
Miserrimo de mim, que em terra alheia
Cá onde muge o mar da vasta China,
Dagabundo pragueja a morte feia!

E comparando a sua vida errante com a malevolencia que encontrára em Goa, exclama com traços que elucidam a sua vida:

Mais duro fez ali meu duro fado,
Da vil calumnia a lingua viperina,
Até que aos mares da longuinha China
Fui por bravos tufões arremessado.

Bocage chegou ao fim da sua prolongada miseria a Macau por fins de julho ou agosto de 1789, onde encontrou outra vez o seu amigo o desembargador Lazaro Ferreira da Silva, que o protegeu, sendo então governador interino de Macau. Bocage alli pôde comprehender a tradição de Camões, cotejar com a sorte de Camões o seu destino, semelhante agora ao do Cantor dos *Lusiadas* quando em Moçambique se achou em pura pobreza e tanto que comia de amigos. Foi por auxilio de alguns amigos, que Bocage pôde regressar a Lisboa, onde chegou por agosto de 1790, trazendo apenas como fructo das suas viagens mais origina-

lidade de caracter, emfim uma liberdade de criterio que tinha de completar-lhe a desgraça.

IV

Durante a ausencia de Bocage tinham-se passado extraordinarios successos na Europa; o mundo moral assentara em novos eixos. Em 17 de junho de 1789 tinha-se constituído a Assembleia Nacional; em 14 de julho a tomada da Bastilha symbolisava a queda do despotismo; em 4 de agosto decretara-se a abolição dos privilegios, e iniciava-se perante a lei a egualdade civil e politica. Essa aurora dos tempos modernos era a Revolução franceza. Em 1790 decreta a Assembleia Nacional em 21 de março a supressão das gabelias; a 5 de abril institue o Jury; e em 13 de maio decreta a alienação dos bens nacionaes, por onde a França inteira coopera na dissolução do regimen catholico-feudal. Mas a Revolução franceza repercutia em todos os paizes da Europa, assim como as ideias dos encyclopedistas encontravam sectarios nos thronos dos despotas como Catherina da Russia, Frederico II ou José II. Contra esta corrente europia, o cesarismo bragantino mandou copiar o systema de policia franceza, creando-se a *Intendencia geral da Policia da Corte e Reino* por Alvará de 25 de junho de 1760. Como as ideias modernas entravam em Portugal por meio da aliciação maçonica, a Intendencia de Policia exerceu a sua actividade perseguindo e expulsando do nosso territorio os *Free-maçons*; d'este tempo nos ficou esse habito de chamar aos liberais da revolução de 1820 e de 1831 pedreiros livres, e era sob este titulo que os caceteiros de D. Miguel perseguiram os partidarios de uma Constituição. Em 1764 foi nomeado para intendente geral da policia o desembargador Diogo Ignacio de Pina Manique, que exerceu este cargo com a mais ter-rível prepotencia até ao anno de 1805. Manique era de uma actividade satanica; desembargador do paço, administrador da Casa do Infante, das Alfandegas, das estradas, da censura, tinha um poder discricionario, chegando por vezes a invadir a jurisdicção dos ministros como se estivesse em um paiz posto por elle em estado de sitio; quando queriam alludir ao facto de se servir dos dinheiros publicos nos trabalhos de uma apertada espionagem a que submetteu Portugal, Manique mostrava-se forjaeido com umas instrucções secretas dadas por Alvará de 15 de janeiro de 1780, pelas quaes estava isento de responsabilidade. Era a carta branca para toda a casta de prepotencia; Manique

tirou todo o partido da sua situação excepcional, apertando os arbitrios preventivos depois que se deram os factos capitais da Revolução franceza, e que alguns emigrados, e tripulação de navios francezes cantavam pelas ruas de Lisboa o *Ç ira*. Foi n'este novo meio que Bocage se achou repentinamente envolvido; os successos da Revolução impressionaram-no, e elle celebrou-a em alguns versos. Não era preciso mais para o Intendente Manique se apoderar da sua pessoa, escondê-lo em uma enxovia, e eliminá-lo; em bem pouco tempo Bocage sentiu-se perseguido pela policia, e comprehendendo a situação tentou fugir de Portugal. Era impossível escapar á rede da espionagem de Manique.

Cortada toda a comunicação intellectual com a Europa, e sendo perigoso ter ideias, alguns versajadores trataram de reproduzir a antiga Arcadia de Lisboa na Academia de Bellas Lettras, fundada pelo mulato padre Caldas no palacio do Conde de Pombeiro. Depois da chegada de Bocache a Lisboa, o poeta vivia na intimidade de um frade devasso, expulso da ordem agostiniana e accusado de ter roubado a livraria do convento, o padre José Agostinho de Macedo; os dois entraram para a Academia de Bellas Lettras, mais conhecida pelo titulo de Nova Arcadia, onde era assumpto forçado uma ode á Conceição de Maria. O Caldas prezidia ás sessões litterarias, e á maneira italiana brindava os arcades com chá e doces, especie de beberete que se ficou chamando «as quartas feiras de Leren». Bocache não pôde suportar tanta chateza, e em alguns sonetos satyricos motejou das sessões da Nova Arcadia, da figura do velho Amarel Franca, que pertencera á antiga Arcadia, dos versos chatos do abade de Almoester e dos dithyrambos de Curvo Semedo. As replicas foram violentas, e depois de o terem ferido pelo lado fraco, o abuso das tautologias ou *el-manismos*, do nome arcadico que adoptara, *Elmano Sadino*, e a decadência da sua inspiração depois da volta do Oriente, levaram ao Intendente Manique os versos em que Bocache deixara transpirar as ideias francezas.

Em 1793 rompera com os Neo-Arcades; as suas academias eram os botequins de Lisboa, então o centro das conversas politicas que o Manique espionava, e contra as quizes propoz que se abrissem os theatros e se jogasse a *tambola*, para evitar que os cidadãos fallssem das cousas perigosas do governo. Era n'esses centros de convivência que Bocache lançava os seus improvisos arrebatados, segundo os impetus da emancipação religiosa e politica; estão n'este caso os sonetos *Contra o Despotismo*, *Aspirações do Liberalismo*, *excitadas pela Revolução franceza*, e *consolidação da Repu-*

blica em 1797, e a bella epistola das *Verdades duras*, que começa «Pavorosa illusão da eternidade, Manique andava acirrado pelas cantigas francezas, pelo uso dos côcares, pela entrada dos caixões de livros para a Academia das Sciencias: trazia de olho o duque de Lafões, apesar do seu parentesco real, accusava de jacobino o abade Corrêa da Serra, desconfiava das relações pessoais do padre Theodoro de Almeida, e julgava evidente o liberalismo de Ferreira Gordo, e até do revisor da *Gazeta de Lisboa*, onde encontrava um certo relevo na descripção dos triumphos do exercito da Republica. Os Neo-Arcades aproveitaram-se do braço de Manique, entregando-lhe «papeis impios, sediciosos e criticos»; quando o Intendente procurou Bocache para o prender, os seus espias descobriram-no a bordo da corveta *Atênis*, do comboio que partia para a Bahia. Por ventura o poeta tentava refugiar-se junto do intelligente governador geral Vasconcellos e Sousa.

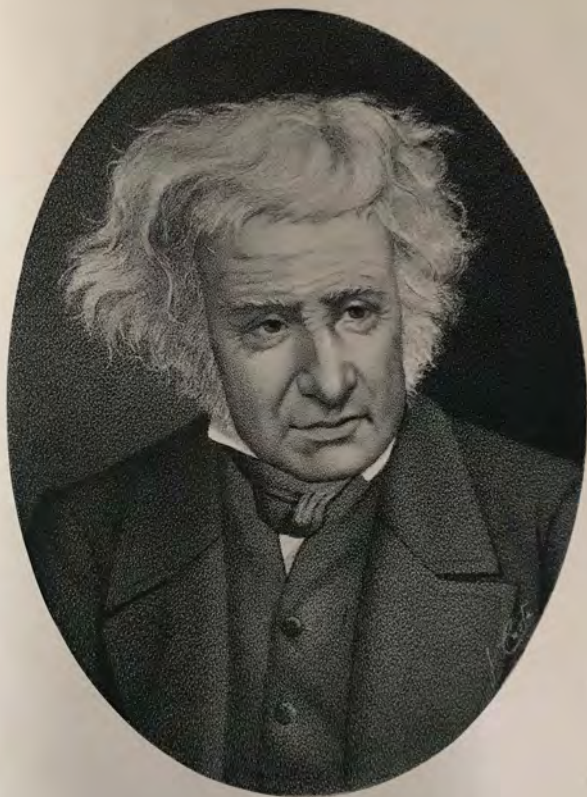
No Officio do Intendente ao Juiz do Crime do Bairro de Andaluz em 10 de agosto de 1797, no qual declara que Bocache já está preso, manda fazer-lhe «apprehensão em todos os seus papeis, assim manuscritos como impressos, e ainda n'aquelles que estiverem em poder de terceiros seus sequelas, que devem ser igualmente presos, e averiguada a sua vida e costumes, para vêr se imitam por elles o referido Manoel Maria Barbosa do Bocache, etc.» Bocache morava então com o cadete do primeiro regimento da Armada André da Ponte do Quental e Camara, que foi tambem remetido para o Limoeiro, e apprehendidos «livros impios e sediciosos», que eram os de Rousseau, Hëlvetius, Diderot e mais alguns encyclopedistas. Entre os papeis de Bocache achou-se o que se intitulava *Verdades duras*, e que é hoje conhecido pelo titulo vulgar da *Pavorosa*. Os dous poetas foram mettidos no segredo, e Bocache louva a coragem de André da Ponte por não ter renegado a sua amizade quando foi ao interrogatorio do juiz, e exalta a dedicação de Antonio José Alvares, que lhe acudiu com o preciso enquanto esteve na masmorra. Bocache bem sabia de quanto era capaz o Manique, e o menos que o esperava era o degredo das Pedras Negras, então reservado aos que seguiam as ideias francezas; o desalento assalta-o por um instante, mas emprega os seus versos para pedir aos potentados que lhe acudam; assim escreve as bellas quintilhas a D. Marianna Joaquina Pereira Coutinho, mulher do ministro José de Seabra da Silva, ao Marquez de Ponte do Lima, ao filho do Marquez de Pombal, ao Marquez de Abrantes, ao Conde de S. Lourenço. Era tudo baldado, o Intendente não largava a preza; foi preciso uma subtiliza-

fazendo consistir o crime dos versos políticos em peccado de philosophismo, sendo por isso entregue ao tribunal da Inquisição em 7 de novembro de 1797. Tal era o estado de Portugal, a Inquisição estava mais benigna que o Cesarismo, e exerceu sobre Bocage uma acção protectora, mandando-o doutrinar no Mosteiro de S. Bento a 17 de fevereiro de 1798. O Intendente não quiz abandonar a preza, e a 22 de março mandou-o transferir para o Mosteiro das Necessidades, dando-lhe uma casola de roupa em nome do Príncipe regente, e recomendando-lhe que empregasse os seus talentos para lustre da patria e dos seus amigos; Bocage, que até aos mais humildes dos seus amigos se mostrou sempre agradecido, nunca fallou n'essa esmola do Intendente, que elle não podia rejeitar. Em 1801 voltou á sociedade civil, rompendo a celebre polemica com o Padre José Agostinho de Macedo, e da qual resta a eloquente satyra da *Pena de Talão*; durante este tempo viveu do trabalho de traduzir poemas didacticos francezes. Em 23 de novembro de 1804 é outra vez accusado no Santo Officio por pedreiro livre, por uma mulher fanatisada Maria Theodora Severiana Lobo; instaurou-se-lhe o processo secreto, que não proseguir. No meio de tantas emoções, nos conflictos litterarios, entre privações do carcere e na incerteza da sua

vida, declarou-se-lhe uma aneurisma nas carotidas, de que succumbiu em 21 de dezembro de 1805. N'este mesmo anno acabára tambem a actividade do Intendente Manique, como se tivesse cumprido o detestavel destino de atrophiar aquella alta expressão do genio portuguez. Durante a sua doença Bocage era visitado por todos os poetas seus contemporaneos, e á falta de recursos o antigo dono do Botequim das Parras imprimira os *Improvisos na sua mui perigosa doença*, vendia-os pelos seus conhecidos, e trazia-lhe o dinheiro; Bocage pagou a essa sympathica natureza, em um Soneto onde se diz que «paga em verso o que devia em ouro.» Em volta de Bocage se agruparam os novos espiritos, Nuno Alvares Pereira Pato Moniz, João Vicente Pimentel Maldonado, os primeiros martyres da liberdade portugueza assassinados por traição do absolutismo em 1825. O juizo sobre Bocage resume-se em poucas palavras; conhecidas as coincidencias pasmosas entre varias circumstancias materiaes da sua vida e da de Camões, podemos concluir, que em um seculo de decadencia como o xviii Camões não teria sido mais do que Bocage; é por isso que na historia da civilisação portugueza o seu nome resoa como um protesto.

Theophilo Braga.





Almeida Garrett



MOUSINHO DA SILVEIRA

A GUERRA da successão de D. João vi aconteceu o mesmo que já em Portugal se tinha visto, cinco seculos antes, por occasião da guerra que fundou a dynastia de Aviz. Tambem o Mestre e os seus partidarios se agitaram com varia fortuna, mas sem decisiva consciencia do movimento que executavam, até que a espada de Nunalvares e o juizo do grão-doctor João das Regras vieram dar intelligencia e força á campanha e á revolução. A D. Pedro cabe de certo a herança do Mestre d'Aviz, cujos defeitos e qualidades herdou; Saldanha pôde sem grande esforço considerar-se o Nunalvares; e Mousinho é, sem duvida alguma, o grão-doctor da revolução dynastica do xix seculo.

Quando o novo Mestre d'Aviz, regressando á Europa o escolheu em França para o governo dos Estados que ia conquistar, Mousinho não era já nem um rapaz, nem um homem novo, — no sentido que os romanos davam a esta expressão. Nascido em 1780 (12 de julho) contava cincoenta annos; e antes da emigração fôra ministro de D.

João vi, tendo exercido outros importantes cargos publicos. Fôra sua patria a villa de Castello-de-Vide, no Alentejo; e seguindo a magistratura, serviu successivamente os lugares de juiz-de-fôra em Marvão e Portalegre. A revolução de 1820 foi encontrando-o ali provedor e trouxe-o do fôro para a fazenda, nomeando-o director da alfandega de Lisboa. Observava o reino, visitando as provincias e travando relações intimas com os seus habitantes. Conhecia os vicios do antigo regime, sabia as possibilidades que a existencia secular trouxera ao Portugal historico. Não tendo vivido nem na corte, nem nos acampamentos, era estranho ás intrigas palacianas e militares; e como tinha um espirito administrativamente pratico, (embora não tivesse um genio politico), dava pequena importancia ás escholae e principios que a esse tempo dilaceravam o corpo do antigo direito publico. Não era Jacobino. A revolução, que o exame directo dos vicios do paiz lhe fazia considerar necessaria, não consistia para elle n'uma mudança das formas governativas, mas sim n'uma alteração mais profunda, mais radical, das instituições sociaes. Numerosos espiritos partilhavam esta opinião; e o caracter das reformas necessarias era patente aos proprios estrangeiros. Entretanto, succedeu, como quasi sempre, que essas reformas, mais ou menos conscientemente identificadas com as da politica, só poderam tornar-se um facto quando a revolução venceu; e como, dos velhos homens de D. João vi que assim pensavam, — d'esses era Mousinho, — só elle se inclinou depois para o lado de D. Pedro,

¹ Este esboço biographico é um fragmento extrahido do *Portugal Contemporaneo* (v-vi vol. da *Biblioth. des sciences sociales*) no prelo.

foi a Mousinho que coube a honra de dar á revolução um caracter social,— mais profundo, mais grave, mais fecundo, do que o caracter de intriga pessoal, ou de chimera doutrinaria, ou de questão dynastica. Taes significações, mais ou menos mesquinhas, tinha unicamente a obra de D. Pedro no espirito da quasi universalidade dos sectarios...

Trazido a Lisboa pela revolução de 20, Mousinho passou da alfandega para o ministerio da fazenda, onde a reacção de 23 o achou. Que fez? Antepoz a realidade á doutrina; viu o reino em crise e não o abandonou; porque para o seu grave espirito valiam mais as cousas do que os rotulos, e dava pouco pelas idéas partidarias; porque sabia como são vãs a politica e as suas agitações, e só fecundas as reformas que modificam o viver positivo dos homens. Mousinho ficou, e depois, ao entregar o ministerio ao partido vencedor em Villa-Franca, dirigiu ao rei um *Memorial* em que lhe dizia: «Quanto a mim, servi com zelo nos tempos constitucionaes, servirei com zelo n'estes tempos, porque o homem de bem não cogita tanto da pessoa que governa, como do bem publico, governe quem governar.» O estadista, cuja politica era inspirada, não por uma doutrina partidaria, mas sim por um sentimento humanitario, antepunha a tudo os interesses da nação. O espirito doutrinalmente pratico, nada abstracto, de Mousinho, nem sequer ligara ainda ao plano das reformas sociaes que já concebera, um plano de reformas politicas. Com ou sem constituição, era igualmente possível melhorar a sorte do povo, destruindo as instituições caducas que arruinavam a nação. Esperou sem duvida que 1820 o tivesse feito; mas viu que em vez d'isso os revolucionarios gastavam o tempo a discutir e acclamar direitos abstractos, embalados no desenrolar de phrases pomposas, escutando-se nas bellezas das imagens dos discursos, embevecidos nas seducções de chimeras azues. Por isso em 23 Mousinho não se affligiu demasiado com a volta das cousas; e confessando até o erro de ter esperado alguma boa obra do jacobinismo, depositou nas mãos de um amigo (Gomes de Oliveira) as insignias da maçonaria, abjurando.

Voltou ao seu lugar da alfandega, d'onde viu a morte de João vi e as deploraveis intrigas que mediaram até a chegada de D. Miguel. O leitor sabe o que a exaltação do infante ao throno significava,—não uma questão de pessoas, mas a exaltação de todo esse systema de vícios e podridões sociaes; um protesto da nação impenitente contra as pretensões reformadoras; um repto lançado pela tradição caduca a uma revolução já victoriosa, na propria monarchia embora ainda legi-

tima da França, e principalmente no imperio quasi absoluto da Inglaterra sobre a Europa.

Não era uma questão de pessoas, era uma séria questão de cousas. D. Miguel, bandeira do partido historico; D. Miguel, ser passivo, incapaz de confiscar para si o movimento que o exaltava, já-mais podia tornar-se o executor d'essa renovação indispensavel do machinismo social portuguez. Mais lucido do que todos os seus antigos amigos que, hostes ao jacobinismo, ainda teimavam em esperar no novo rei, como tinham esperado em vão no antigo; mais lucido, Mousinho percebeu a incompatibilidade, e emigrou.

Em Paris, onde o foi encontrar D. Pedro, o estadista renovava o seu pensamento. A reforma dos abusos tomara o caracter de uma revolução nas instituições. Philosopho e solitario, indifferente á ambição e á gloria, inacessível ás seducções das palavras e á tyrannia das formulas,—se passou a ver o fundo das cousas, nem por isso inclinou para o lado dos que puerilmente criam que na substituição de principios politicos estivesse a solução dos problemas sociaes. A sua educação pratica, a sua observação profunda representavam-lhe os factos sob os seus aspectos reaes. Leu muito: Smith e todos os discipulos economistas, com a theoria da Utilidade, contraposta ás antigas idéas que subalternisavam o bem-estar dos homens aos fins transcendentales do catholicismo. Os economistas, por um lado; Kant e o individualismo, pelo outro, deram-lhe a chave do enigma politico. A necessidade de reforma das instituições provinha de uma revolução das idéas: e por isso era chimerica a esperança de destruir o passado, mantendo os seus homens e as suas formulas. Nenhum poder já-mais abdicou. Relendo as palavras que dirigira a D. João vi em 23, Mousinho agora reconheceria o acanhamento das suas visitas de então.

Ninguém o convencia, contudo, de que no aranzel de affirmações dogmaticas com que se compunham os novos catholicismos de uma religião nova e singular, a idolatria da *liberdade*,—ninguém o convencia, dizemos, que estivesse ali a chave do enigma. Por isso se affastava dos *vinhistas* emigrados, cujo chefe em França era Sal-danha.

Não se inclinava tampouco para os rivaes e inimigos d'esses: a gente de Palmella, para quem o problema estava em despeitos, interesses, odios, ambições, vaidades; e que sob a capa de um lealismo dynastico, encobria mal a absoluta carencia de principios, e o motivo positivo que os tinha no exilio,—a intolerancia do governo miguelista.

Affastado dos demagogos e dos moderados, dos diplomatas e dos apostolos, dos intrigantes e dos

ingenue, dos simples e dos habéis, dos fidalgo e dos plebeus, Mousinho era um excêntrico. Concorria também, para o julgarem assim, o seu aspecto, os seus modos singulares, extravagantes. A vasta fronte, sobre a qual revolidos branquejavam os cabelos, abanava com desdenho ao ouvir as *ladadas* de uns e as habilidades dos outros. Passava por um visionário; e acrescia a isso o ser surdo. Não tinha partido, nem sequer discípulos. Era um singular indivíduo, no meio da turba dos emigrados. Tinha em si uma *Idéa* fixa, própria, sua,—o que entre gente vazia o tornava quasi grotesco. Chegavam a rir d'esse homem solitário, misanthropo, extravagante nos modos de dizer, e na maneira de apreciar as cousas. A *utilidade* da victoria que era para todos um desejado regabofe, era para elle um principio; e a *liberdade* que para os saldanhistas consistia n'um sistema de formulas, era para elle uma cousa real e rigida, attributo da consciencia do homem, descoberto nos livros de Kant. Ninguem o entendia, já pela estranheza das opiniões, já pela obscuridade e incorrecção do estylo. Offendia as intelligencias e os ouvidos; e offendia com a sua rudeza simples, com os seus ditos desapiedados, sem intenção, a vaidade dos homens fílos, e os temores dos homens sujos; ruzgando, sem dar por isso, as bolhas da basofia e os tumores da podridão. Despeitados, os socios do exílio affastavam-se d'elle, rindo,—uns amarello, outros francamente: era um doido, um singular, um original! Nem sabia a essencia das cousas, nem o modo de as levar por diante. A sabedoria enlouquecera-o,—era um homem de idéas! E elle ficava, indifferente e só, ruminando o seu plano, preparando as suas baterias, á espera da Occasão, para a segurar pelos cabelos. Nem sequer dava pelos odios, nem pelos compassivos desdenhos dos consocios da emigração.

Appareceu D. Pedro em França. A gente não abundava. Na sua maxima parte os emigrados eram soldados obscuros, e escasseava materia prima para constituir uma cõrte e um governo. Mousinho era um maluco? E' verdade; mas tinha um nome; exercera elevados cargos; fôra ministro; tinha uma reputação sem nodos,—convinha.

O estadista, vendo em D. Pedro essa Occasão das suas esperanças, deitou-se a ella com ambas as mãos. D'ahi dependia tudo: «O unico ponto de que carecemos para ter Patria, é que S. M. queira, mas queira como queria Bonaparte e como querem os grandes homens: como homem determinado a seguir a sorte da emigração, vivendo ou morrendo com ella.» Não era de excêntrico esta exigencia? Não era excêntrico o philosopho,—nem democrata, nem cortezeiro? Como um soldado, com simplici-

dade, seguia: «Eu aqui estou, sem meios para viver, e sem utilidade para a causa: mas S. M. me mandou ficar, e eu fiquei.» Dir-se-hia um vassallo dos velhos tempos monarchicos, e era-o até certo ponto; mas como o era também o antigo stoicismo dos ministros que não hesitavam em confessar a verdade dos reis. A D. Pedro, em quem ás vezes se observava um certo calculo de mercador, observava rudemente que «a politica se não tratava como cifras.» De tal modo se achou ao lado dos Palmellas e dos Freires, arrastado para a acção, o solitário pensador, sentado entre os habéis, os importantes homens que escarneciam d'elle quando o não odiavam.

Partiram todos para os Açores, e cada qual levava, bem consigo, a sua esperança. D. Pedro ia inchado e crente no immediato exito da sua apresentação no reino; Mousinho certo do resultado das metralhas e obuzes reunidos em folhas rabiscadas no ventre da sua pasta de ministro. Ser o reformador,—elle que já era o libertador de Portugal!—seduzia muito o principe, a quem o estado secco e brevemente expuzera os seus planos. Apenas desembarcados, na Terceira primeiro, em Portugal depois, Mousinho abria a pasta, imprimia decretos. Os companheiros, confiando mais no nome do principe ou na energia das espingardas, sorriam. Deixal-o! Pois não era extravagante estar assim a legislar, para um reino que se não tinha? Seria. Mousinho, porém, sabia que taes leis jámais se fariam depois da victoria—quando todos submissos haviam de vir beijar, curvados, a mão do vencedor, para conservarem o usufructo das velhas, rendosas prebendas. E a victoria ficaria em fumo. Assim, não. Seria impossivel desmanchar o que ficava feito: renegar o programma, a bandeira, o pensamento de uma guerra, da qual a extravagancia de Mousinho fazia a revolução profunda de um paiz inteiro. Têm isto de poderoso as idéas quando habitam um cerebro servido por um temperamento excêntrico: dão uma teima que parece loucura, e vencem. Só os que passam por doidos fizeram na terra cousas verdadeiramente grandes.

O laborioso, diariamente ameaçado estabelecimento do governo militar liberal na Terceira, forçara á promulgação de medidas tyrannicas: os bens dos inimigos ardiam com os sequestros. Abolli-os, emendando o erro de um ataque á propriedade individual, foi o objecto da primeira disposição de

Mousinho. (Dec. de 7 de março) Nem a divisão das opiniões políticas ou dynasticas, nem a propria guerra eram motivo para que se infringissem os principios: *no salus populi* da Antiguidade via Mousinho o mais perigoso dos sophismas.

Uma semana depois, (Dec. de 16 de março) voltando-se para a outra face do seu plano, o ministro reduzia os dizimos, nas ilhas, aos cereaes, ás fructas e ao vinho. Era apenas um ensaio, um annuncio, cujos intentos se não escondiam. «A nação não pôde ser rica no systema actual das suas leis economicas... No tempo presente sabem todos que o dizimo não são dez por cento: mas sim 30, 40, 50 e mais por cento, segundo a maior ou menor fertilidade da terra... Os dizimos serão abolidos sem duvida.» Smith ensinara-lhe a distinguir entre o producto bruto e o liquido da lavoura, condemnando o imposto iniquo lançado ao primeiro.

Proseguindo, Mousinho punha a estudo a questão das corporações religiosas, — não por confessada impiedade, mas por utilidade economica: «A nação não pôde manter, depois da separação do Brazil, tão grande numero de pessoas que directa ou indirectamente vivam do trabalho alheio.» (Dec. de 3 de abril). No dia seguinte voltava-se para os vinculos, abolindo os morgados e capellas de rendimento inferior a duzentos mil réis:

«Os morgados têm-se feito odiosos aos povos, causando a immoralidade e costumes dissolutos e destruindo a circulação e os meios de industria e de trabalho.» (Dec. de 4 de abril). Morram *por ello*. De um só golpe, condemnava em principio a instituição, libertando a propriedade, abolindo a antiga sanção que idéas já obliteradas lhe tinham dado; e, condemnando também os costumes historicos, principiava a descobrir o seu modo de pensar sobre a tradição nacional portugueza.

O decreto de 19 de abril, abolindo a siza, reduzindo-a a uma contribuição fixa do vigesimo do valor das transmissões de propriedade, vem levantar mais ainda o véu do pensamento do philosopho estadista, — que acabava com as portagens, foraes, posturas, leis e regimentos: toda a farragem da legislação historica, origem de embaraço «do commercio interior, ou seja de terra para terra, ou de provincia para provincia, em todo o reino.» Livre a circulação dos productos, desaggravada a transmissão da propriedade, o ministro francamente, como um philosopho que era, sem reboço expõe todo o seu pensamento:

«Esta contribuição (a siza) tem um espirito anti-mercantil, o qual devia formar, com o tempo, o genio portuguez e o paiz menos mercantil da Europa. — Portugal não pôde continuar a ser nação independente, sem dar um grande impulso ao tra-

balho e industria da sua população: cousas de certo incompatíveis com a sua legislação anti-mercantil e anti-economica. — Desde muito tempo estou certo que as tristes commoções que desde muitos annos agitam o maldado reino, têm a sua séde, não tanto nas opiniões e exemplos do seculo, como no sentimento de um estado de doença que pede remedios promptos.» (Dec. de 19 de abril).

Em maio vieram do Corvo a Terceira os ilheus — mostrar ao philosopho o pão negro que comiam, e pedir protecção ao tyranno. Era uma scena antiga: parecia uma das velhas republicas da Grecia, e Mousinho de facto um Lycurgo, um Solon, — com doutrinas oppostas ás dos antigos. No pão negro dos ilotas do Corvo, escravizados pelas rendas do donatario da ilha, viu o ministro um verdadeiro crime e a theoria que o dominava embarcou-o em temerarias conclusões. Só reduzia a metade, não abolia o fisco; mas acrescentava: «Vão passando os tempos em que se entendia que a terra tinha um valor antes de regada com o suor dos homens, nem é possível o contrario quando a broca da analyse vae penetrando o mundo.» (Dec. de 14 de maio).

Mais acertado, o philosopho dizia lembrando-se do que vira e estudara: «Na situação de Portugal parece-me que é o grande principio de administração deixar trabalhar.» (Ibid.) Isto que nos sóa como quasi pueril, era então arrojado. Foi mistér um decreto (20 de abril), para franquear a saída dos generos por todos os portos do reino.

Nos dois mezes de abril e maio, enquanto D. Pedro congregava as forças e disciplinava o exercito, o philosopho dera a medida dos seus planos, expuzera a natureza do seu pensamento, esboçara os lineamentos da sua obra.

A expedição apromptava-se; não faltavam canhões, nem polvora, nem soldados, nem navios: o dinheiro inglez dera tudo. Havia a Carta para bandeira; mas já o vento da desordem a tinha despedaçado em 28: que lhe succederia agora? D. Pedro confiava em si, na sua pessoa, no seu prestigio. Outros confiavam na força. Mousinho que assistira á historia anterior, sabia que da falta de leis organicas proviera em grande parte a ruína da Carta. Fora apenas um mappa-mudo; e para que o erro se não repetisse, propoz-se elle a poupar o trabalho, — e a confusão! — ás futuras côrtes, denominando aquillo que o codigo politico apenas indicava, sem definir. Mousinho foi a constituinte cartista.

Tyranno, no antigo sentido, em que a tyrannia tanto pôde ser excellente como perversa; tyranno, Mousinho nos seus decretos de 13 e 18 de abril tornara effectivas as garantias da propriedade in-

dividual; no dia 17 eliminara o confisco d'entre as penas judiciais; e na famosa obra de 16 de maio tomava a si a autoridade dos futuros legisladores parlamentares, construindo o *systema* das leis organicas destinadas á nação que se ia conquistar.

Para Mousinho, a nova idea era uma descoberta da verdade final. O imperativo kantista excluía as idéas da relação. Achava-se o absoluto, e o passado era uma mentira, a revolução uma mudança radical nas instituições. Deitava-se tudo abaixo, fazia-se tudo de novo: assim acontecera em França, cujo modo de proceder se repetia, salvo as idéas democraticas, que eram para Mousinho uma errada concepção da liberdade.

Taes pensamentos inspiraram os decretos de 16 de maio que organizavam a justiça, a fazenda, a administração, sobre bases inteiramente novas em Portugal,—bases francezas principalmente. Começava-se por obedecer ao eminente principio dos economistas, a divisão do trabalho, tornando independentes as funções; supprimindo a muitas vezes abusiva confusão de cargos militares, fiscaes, judicias. Delimitada, assim, a esphera de cada função, constituíam-se os órgãos respectivos, sob os modelos estrangeiros, com uma systematica opposição a tudo o que viesse da historia e fosse nacional. Na Justiça, ás antigas Mezas, abolidas, e a toda a velha hierarchia supprimida, substituíam-se as duas instancias de tribunaes, com o Supremo no vertice e juizes-de-paz electivos na base. Reformava-se correspondentemente o processo e instituía-se o jury. Na Fazenda, abolia-se o Erario com os seus antigos *serventuarios*, delimitava-se o thesouro da nação, creava-se a lista-civil e o apañegio da corôa; ao mesmo tempo que, obedecendo ao compasso e á esquadria da abstracção maçónica, se extingua a Junta-dos-juros, fazendo da nova junta do Credito-publico uma dependencia do ministerio, em vez do tribunal que era.

«A mais bella e util descoberta moral do seculo passado, dizia Mousinho no seu relatorio, foi sem duvida a differença de administrar e julgar... N'um cahos achou a CARTA o malfadado reino: nunca era bem sabido o que podia fazer um general e um juiz, um ecclesiastico e um capitão-mór.» Nós vimos como o ministro destacou independente a Justiça, pondo na sua organização cobro aos antigos abusos: «Portugal era um povo de juizes, jurisdições e aldeias; e a relação do Porto chegou a contar 300 desembargadores.» Vejamos agora o que fez a Administração.

Embora a CARTA de D. Pedro se filiasse na tradição, reconhecendo a religião catholica, é verdade que—á custa de uma contradicção flagrante,—estabelecia o principio da liberdade de consciencia.

De um tal principio vêm directamente, como consequencia, a separação das funções e a secularisação dos actos civis. Tal foi a doutrina de Mousinho, que as reacções posteriores não permitiram, ainda até nossos dias,—que inteiramente vingasse. Copiando as instituições da França napoleônica, o ministro escrevia: «O registro civil é a matricula geral de todos os cidadãos, pela qual a autoridade publica attesta e legitima as epochas principais da vida civil dos individuos: nascimentos, casamentos, obitos.» Aos provedores, e não mais aos parochos, ficariam competindo as attribuições do registro, e só as certidões d'estes poderiam ter fé em juizo.

Secularisada a administração, veio com o esquadro e o compasso dividir o reino. Essa divisão consistia na litteral copia da divisão franceza: provincias, com os seus prefeitos; comarcas, com os seus sub-prefeitos; concelhos, com os seus provedores. E ao lado do prefeito, delegado do Estado, a Junta-geral electiva; ao lado do sub-prefeito, a Junta-de-comarca; ao lado do provedor, a Camaramunicipal. De todas as obras do ministro era esta a mais perigosa e a menos pratica. E' na administração que mais immediata e positivamente se sente o caracter organico das sociedades: as formulas, as leis inadequadas ficam no papel, como chimeras que são; e não ha tyrannia bastante para as impedir.

Exige-se violentamente um tributo; mas não pôde conseguir-se, por grande que seja a violencia, a mudança repentina de um habito. Assim, á nova obra succedeu ficar em nada; e perante a destruição da antiga, achar-se o povo abandonado aos impulsos de uma anarchia positiva. Foi o que se viu em Portugal, já por isto; já porque, sendo o *systema* representativo, conforme o individualismo liberal o concebeu, um *systema* de sophismas e mentiras, assente sobre as eleições, e a machina administrativa o primeiro dos varios instrumentos electoraes,—os partidos viam-se forçados a «deitar tudo abaixo,» a crear tudo de novo, á medida que os acasos ou as revoltas lhes davam o poder.

Os tres dias que se seguiram ao da publicação das leis constitucionaes (17, 18 e 19) produziram tres decretos novos: organisou-se o supremo tribunal de justiça, crearam-se os conselhos-de-familia nos juizes de orfãos; e reformaram-se por fim as ordens religiosas no archipelago. A legislação da Terceira era um esboço; tambem a ilha era em esboço o futuro reino, assolado, anarchisado. A siza, os direitos senhoriaes, os morgados, o dizimo, os foraes, os conventos, haviam sido mais ou menos radicalmente abalados; e agora que já a expedição desembarcara e occupava o Porto; agora

que se esperava — de balde! — todos os dias a conversão do reino, chegava o momento de generalisar a todo Portugal a parte de legislação que só fora primeiro destinada aos Açores.»

A *Chronica* do Porto reimprimia os decretos da Terceira, com esses relatórios onde o philosopho dizia todo o seu pensamento; fundamentando as reformas nos princípios da sua doutrina e nas conclusões da sua critica sobre a historia e o character da nação que lhe tinha sido entregue para revolucionar. Progredindo, começou por abolir o privilegio da companhia do Alto-Douro para a venda de vinho dentro do Porto. (Dec. de 14 de julho) Havia cinco dias apenas que tinham chegado. A companhia dos vinhos era um inimigo: bualarte miguelista para o commum dos invasores; mas para Mousinho, bualarte do privilegio e do monopolio condemnados pela sua theoria: «O trabalho é a base de todas as virtudes e de todas as riquezas.» Com taes palavras atacara em 17 de maio os conventos dos Açores, emitindo todas as suas opiniões:

«Goze cada um da sua propriedade particular, e não consinta o governo que vivam de contribuições senão os homens necessarios para as cousas... Entre nós não ha proporção alguma entre a capacidade de achar materia contribuinte e a gente destinada a devorá-la... O clero tomado no sentido lato é um dos mais escandalosos exemplos d'esta desproporção: no reino e nas ilhas absorve maior rendimento do que o da nação e a priva de dois terços da sua faculdade contribuinte... Os interessados nos abusos buscam o seu ponto de apoio no céu para devorarem a terra.»

Taes opiniões já tinham levado á abolição dos dizimos nos Açores; e agora, generalizando a medida a todo o reino, acabava-se por uma vez com esse imposto antigo, (Dec. de 30 de julho) economicamente duro por carregar sobre o producto bruto; administrativamente mau por ser devorado na maxima parte pela fidalguia ecclesiastica; socialmente pessimo por ser a expressão de um regime theocratico, imitado da *Biblia*, fazendo da contribuição que é a forma objectiva da unidade social, o acto de uma religião, a ordem de um Deus, o canon de um culto. A completa abolição dos conventos, annunciada no decreto de 17 de maio, completaria por este lado o pensamento do ministro que como economista dizia: «a abolição dos dizimos duplica o valor da propriedade; e não havendo mais frades, esses bens nacionaes pagam as dividas.»

Por este lado, observámos nós; pois a reforma do passado não consistia apenas na ruína das instituições theocraticas. Havia tambem a demolir o

passado feudal-monarchico; a generalisar a todo o reino o que já o ministro fizera aos pobres ilotas do Corvo; a pôr abertamente na lei o que já em 1828 o lord Porchester considerava uma reforma urgente da organização social portugueza. E' tudo isto o decreto de 13 de agosto que corôa o systema legislativo de Mousinho da Silveira. O relatório que o precede tem o encanto da sinceridade simples e da convicção theórica:

«Os partidarios do velho regimen, saudosos de o restabelecer, olhavam para as leis que tinham tirado a terra da França de tudo quanto era feudal, e que tinham reduzido o Clero a ser pago pelo Governo, como para os balaortes mais difficeis de combater... Por muitos annos cogitei n'estas materias; reflecti sobre o estado de Portugal, e foi-me facil descobrir que todos os inimigos da Carta que V. M. deo á Nação, não foram immediatamente offendidos por ella, antes pelo contrario garantidos em suas pessoas, e que essa inimizade provinha somente do temor de que a Legislação similhante á da França viesse invadir a sua faculdade de abusar dos homens e das cousas, para viver do que arrancavam á vontade mal dirigida dos principes.

«A gente privilegiada vivia do suor alheio, estimava que os Reis dispozessem dos bens dos Povos, porque de facto dispunhão d'esses bens a favor d'elles; perante aquella gente immoral, o amor do Altar e do Throno quer dizer amor de si...

«Hé então necessario aproveitar os conhecimentos da Europa civilisada e arrancar das mãos dos inimigos o fructo dos trabalhos dos Povos... Consultando os principios que tenho exposto, he facil entender que a natureza dos bens da Corôa era o sacrificio de todo o bem possivel a certo numero de familias... Por intervenção dos Foraes algumas terras melhores foram aproveitadas; mas quando os jornaes dos trabalhadores se fizeram caros, e quando novos tributos appareciam, a sua agricultura não podia continuar e muita da já concluida foi completamente abandonada.

«Os litigios que eram consequência de uma natureza de bens cujas Leis eram particulares, se multiplicaram: quem podia saber nunca se os bens seriam um dia declarados da Corôa? e se apparecia a innovação da Lei Mental! Os Povos, pela sua parte, em lugar de amar os Principes, olhavam para elles como para pessoas destinadas a opprimilos e mil vezes manifestaram sua colera contra os bens da Corôa; eu conheci um individuo cuja propriedade era devastada annualmente porque era chamada — Souto d'El-Rey.

«Quando se estuda na historia como he exacta a maxima de Locke, que dizia que nenhum Povo podia deixar de alterar suas Leis no espaço de cin-

coenta annos; acha-se admiravel que por tantos seculos tenha durado aquella absurda natureza de bens.

«Não é minha intenção arrancar a propriedade a pessoa alguma, e as Leis de V. M. I. não consentem similhante violencia, por isso o Decreto que proponho tem duas grandes Sentenças geraes: a 1.^a he augmentar a massa de bens allodiaes; a 2.^a he acabar a natureza de bens destinados a tolher o nascimento da elevação moral... Aos Povos fica tudo quanto pagavam de tributos parciaes impostos nos Foraes; aos donatarios ficam os bens como proprios, quando esses bens não provenham de contribuições dos Povos, dos quaes nenhum individuo pode ser proprietario.

«Fundado portanto n'estes principios e na informação do longo desejo dos Povos já manifestado em 1820 e mesmo antes d'esse anno; fundado sobretudo no quadro de horror que offerece um cidadão laborioso quando cheio de fadigas de um anno inteiro vê levantar sua colheita a mil agentes de avidez do clero e dos Donatarios e fica reduzido ao miseravel resto que a avidez deixa á mendicidade laboriosa, para fazer á porta dos claustros e das cocheiras alarde d'aquellas escolas com que se alimentam nas cidades os filhos mendicantes d'aquelles mesmos trabalhadores que sem Foraes e Dizimos faziam d'elles Cidadãos industriosos e de bons costumes: Fundado finalmente no quadro em que se mostra como no Porto ha gente edificando e outrem recebendo vinte e cinco por cento da venda da edificação; proponho a V. M. I. um Decreto de uma transcendencia superior, emquanto ás terras dos Foraes, ao de 30 de julho d'este anno que extinguiu os Dizimos.»

Dos extractos do relatorio, ahí transcriptos, sabe o leitor o bastante das disposições do Decreto que adiantava mais um passo no sentido da revolução portugueza. A abolição dos dizimos consummou-se; mas não foi tão facil a dos foraes. O lesado fôra, primeiro, o fisco apenas; agora feriam-se interesses particulares, e nem do lado dos miguelistas nem do lado dos liberais, havia o patriotismo e abnegação com que os francezes da noite de 4 de agosto tinham desistido dos seus privilegios feudaes. O decreto de Mousinho foi materia de discordias, discussões e leis repetidas, nos posteriores tempos parlamentares. Ferindo interesses, agravava as resistencias já declaradas contra uma rigidez economica-jurista, que nada attendia ás praticas urgencias da politica. Condemnaram-no e calu para sempre.

Da obra da destruição que planeava, inspirado pela sua theoria individualista e utilitaria, ficava muito ainda por fazer. Ficavam os monopolios fis-

caes (Tabaco, sabão, a barra do Douro); ficavam os morgados; ficavam, por fim, os frades. Em todas as instituições inimigas, o singular ministro não via os adversarios politicos; via os adversarios historicos, e os instrumentos de desordem economica. Teria abolido monopolios, morgados e conventos; mas tel-o-hia feito em nome da doutrina, não em nome da vindicta.

Foi d'esta forma que dois annos depois os conventos se aboliram, sendo os frades expropriados pelo decreto de 30 de maio de 34. Foi em tempos mansos, recentes que, outra vez em nome da economia, se aboliram os monopolios restantes e os morgados. Essas medidas completaram a obra concebida, no seu gabinete do exilio de Paris, pelo ministro que, isolado e só, «aprendia pela leitura de varios livros e periodicos e ainda mais pelas conversações de todos os partidos.»

III

Tal foi a empresa d'esse que em Paris, na Terceira e no Porto passava por doido, ou *philosopho*. Não era, com effeito, um politico nem até um estadista, um homem de governo; e a sua extravagancia pratica via-se no momento em que da serena esphera dos principios, as cousas o obrigavam a descer á região dos factos proximos. Elle acreditava que os seus decretos, os seus conselhos, tinham a virtude de homilias e converteriam a nação impenitente. Por isso, usando da sua autoridade, impedia que a guerra com as suas exigencias duras, ferisse a candida rigidez dos principios. Não consentia que se atacasse, nem o direito sagrado de nenhum individuo, nem a sua propriedade,—por inimigos que fossem. Era a arca santa da religião nova que aprendera nos livros de Kant: um novo evangelho. Publicava as leis e na *Chronica* explicava-as.

E D. Pedro e os seus corteziões, esperançados ainda no sonhado effeito magico da apparição do *doador*, achavam bom que se auxiliasse a seducção com esses meios de tentações positivas á bolsa e ao socego.

Breve, porém, se desmancharam todas essas illusões. Portugal não se convertia nem ao utilitarismo, nem á legitimidade da dynastia pretendente. A guerra era inevitavel; e desde logo cresceram os clamores contra a doidice do excentrico ministro que não permitia o sequestro dos bens inimigos, nem o arrecadar os vinhos de Gaya,—recurso unico para salariar os mercenarios indispensaveis

aos combates infallíveis. Singular, doida maneira de levar por diante uma guerra! poupando o inimigo, para lhe morrer nas mãos. Os clamores foram crescendo á medida que as illusões se varriam e as circumstancias apertavam. Por fim expulsaram Mousinho do governo (dezembro de 32). Bastava de loucuras; era necessario voltar á realidade.

Desde logo o papel do ministro acabou. Segurara porém com tamanha força a Occasião, que a guerra foi condemnada a revolucionar o paiz. Passou como passa rapido um aerolitho, e apagou-se caíndo. Foi um clarão de luz que rompeu n'um instante as trevas anteriores, deixando logo ao seu formigar obscuro os homens cegos. D'esse momento, em que um philosopho, com uma teima e uma penna, impoz a um exercito a obrigação de consagrar a victoria com uma revolução; d'esse momento ficava tanto, quanto á França custara annos de anarchia e terrores, de ruínas, de guerras, tyrannias, miserias, torpezas. As tres leis de 16 de maio, 30 de julho e 13 d'agosto são o nosso 89.

A Occasião passou breve, deixando a obra por terminar: restavam ainda os bens dos conventos, e os morgados, o resto da mão-morta a libertar e a ultima das instituições historicas a destruir.

Fez-se depois isso; peor do que Mousinho o teria feito, se o tempo lh'o tivesse consentido; mas fez-se, porque elle preparou o terreno e consummou o mais difficil da obra.

Terminada a guerra, abertas as camaras em 34, Mousinho foi sentar-se no seu banco de deputado. Pugnou ali contra o desacato á religião da propriedade, committido pelo decreto das indemnisações; pugnou contra o desacato ao canon da utilidade, committido pela forma por que se delapidavam os bens-nacionais. Vencedores, os soldados mais ou menos involuntarios do programma que elle fizera, renegavam-no. Mal ouvido, desdenhado por todos os que a si attribuiam o merecimento da victoria, Mousinho calou-se, e sumiu-se. Em 36 quizeram fazel-o par do reino, e recusou. Voltou ainda mais tarde ao parlamento, mas já era outro. Um homem é um instante: momento e homem tinham acabado; mas os actos sobreviveram ao que veio a morrer em Lisboa em 1849; (4 de abril) — sem que a patria a quem elle dera a definição da sua vida nova, tivesse gratidão bastante para contribuir com os cobres necesarios ao monumento que alguns se lembraram de pedir para o ministro de D. Pedro.

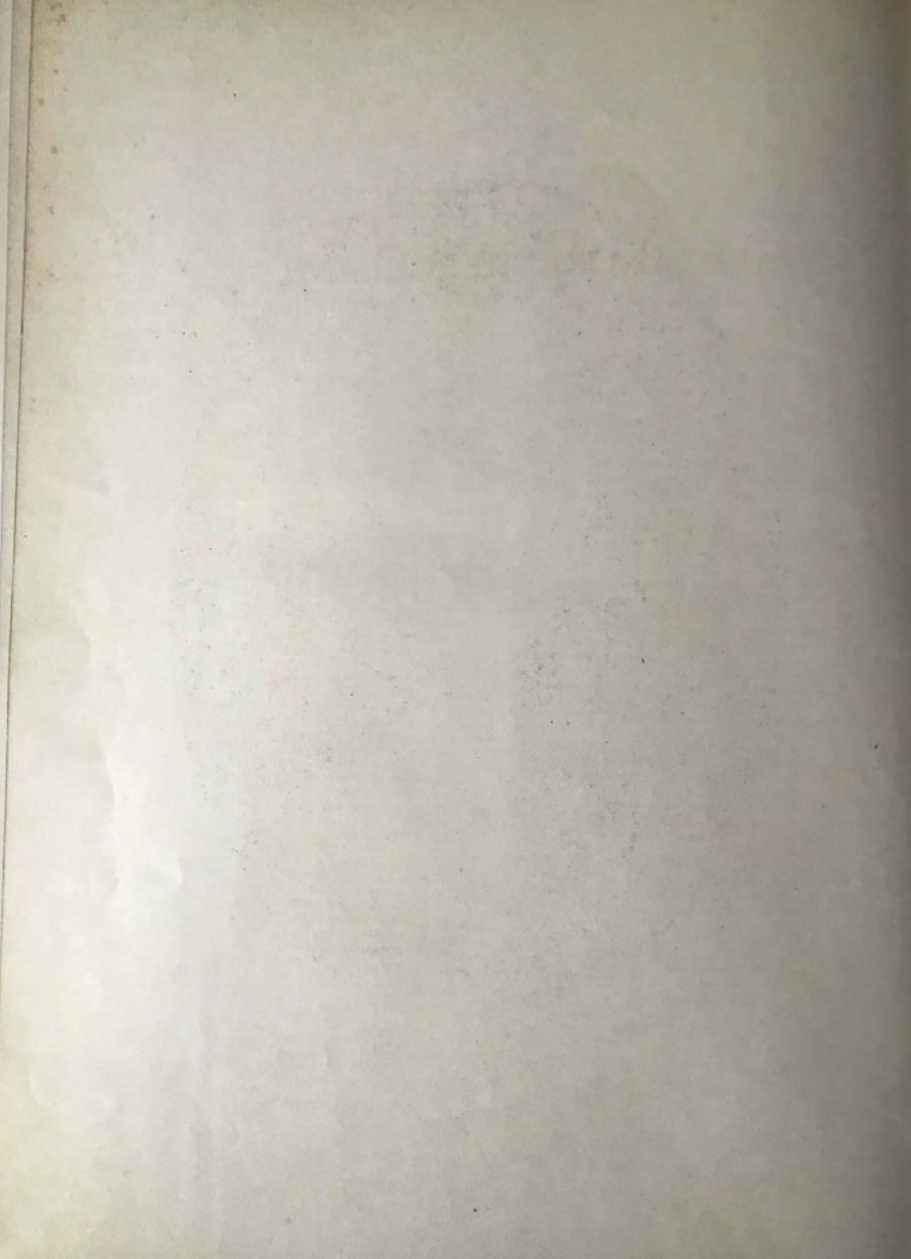
Oliveira Martins.





Alexandre Herculano





ALEXANDRE HERCULANO

C omo um Voltaire no seu retiro, Herculano era em Val de Lobos uma especie de patrono dos camponeses, defendendo-os contra os casos arbitrarios de uma justiça, de uma politica, ás vezes cruel. O mesmo que já reclamára uma esmola para as pobres freiras de Lorrão, era o que salvava do degredo um condemnado da Azoia, victima de um erro judiciario, — sem poder evitar que a cadeia o matasse com as doenças alli ganhas. Herculano, procurador do infeliz, vinha a Lisboa, pedia, batia de porta em porta, subia ás casas dos conselheiros, — e com que ironia contava a sorte a que se via reduzido! — para alcançar o perdão da victima injustamente condemnada em todas as instancias. Sob uma convicta descrença nos homens, elle, afinal, tinha no coração uma feminina ingenuidade; e sob o rude aspecto de uma quasi affectada dureza, uma verdadeira meiguice, uma doce caridade, uma candura diaphana.

O seu génio reproduzia o seu pensamento. Era uma lucida intelligencia enkytada em fórmulas duras; e um coração bondoso e meigo encoberto pela educação sob um exterior rígido e apparentemente

hostil. Quem o ouvia, depois de o ter lido, irritava-se muitas vezes; quem o tratava não podia deixar de o amar. Ingenuo como uma criança, mais de uma vez foi visto dando-o braco, nas suas peripateticas palestras do Chiado, a algum janota a quem expunha a theoria de Savigny sobre os municípios da Edade-media: o janota ouvia, orgulhoso, mostrando-se, — porque então era moda, como alguém disse, trazer o Herculano ao peito. Se o advertiam, elle, sem se offender, ao contrario, respondia com uma fallia arrastada e séria: oh, dia...bo!

Era a candura propria dos bons; mas o singular no génio de Herculano estava na força de uma convicção que em vez de religiosa era civica, e que, portanto, em lugar de se afirmar condemnando abstractamente o mundo como um mystico, affirmava-se condemnando individualmente os homens, pelos seus nomes, como um Juvenal ou um Suetonio. Ninguém lhe fallasse no Saldanha, no Rodrigo. E esta direcção que o seu stoicismo tomára, levado pela vida de Portugal, fazia com que para muita gente Herculano passasse por um ser duro, aspero, intratavel, construido apenas com orgulhos e odios.

Mas, se no fundo do seu coração havia doces notas de meiguice e uma ingenua candidez, não foi sem duvida este o traço dominante do seu caracter. Ao lado da humanidade tinha Herculano a dureza e a força lusitana; e por cima da espontaneidade, abafando muitas vezes o coração, dando sempre uma forma intelligivel á força, viera a educação racionalista dar uma unidade, mais ou menos consistente, aos seus pensamentos e aos seus sen-

¹ Fragmento do *Portugal Contemporaneo*, (vol. v-vi da Bibl. das sc. sociaes) no prelo.

PLUTARCHO PORTUGUEZ.



timentos. Assim, a palavra que o retrata é o Carácter, porque n'elle a vida moral e a intellectual eram uma e unica, — o contrario do sceptico não raro santo, o proprio do stoico não raro obtuso.

Dizemos pois Carácter no sentido e valor que a palavra teve na Antiguidade, e não na vaga acceção moderna. Não é a intermitente vida, não é o desprezo dos bens mundanos, o odio á ostentação van, a desabrida recusa de titulos, de honras, de lugares que em si constituem o Carácter; embora a repugnância pelas cousas mesquinhas seja consequencia indispensavel d'esse modo de existir que essencialmente consiste na afinação perfeita das regras da moral e dos principios da intelligencia, da vida do cidadão e da existencia do philosopho. O typo do caracter á antiga é o stoico, e este é o nome que propriamente define a phisionomia de Herculanio; este é o typo que passo a passo veiu crescendo até dominar nos ultimos annos, — quando as lições successivas do mundo, nunca stoico e muito menos do que nunca em nossos dias, e muito menos do que em parte alguma em Portugal; quando os desganhos do mundo o degradaram para o exilio, — não como um martyr, mas como um homem que, protestando sempre, se não converte, nem se corrompe.

Por isso o stoico é por natureza austero e duro; e na pessoa de Herculanio esse genero aggravava-se com effeito por varios motivos: já pelo seu temperamento lusitano, já pela deploravel baixeza do nivel moral da sociedade portugueza, já pelo saber consideravel systematisado pelo philosopho e sem duvida alguma desproporcionado para a illustração media do paiz em que vivia. Olhando as misérias alheias e a alheia ignorancia, por modesto que fosse, — e não o era, — via-se muito acima, como homem e como sabedor. Isto, e não a coorte dos adula-dores ineptos a quem não dava importancia, embora a sua bondade os não fustigasse, o fazia inconscientemente orgulhoso: porque nenhum orgulho nem pedantismo tinha para com todos os que via credores de attenção e respeito.

Do accordo da intelligencia e da moral vem ao stoico um pensamento bem diverso e até opposto aos dos santos, que do antagonismo sentido partem para as soluções mysticas. Esse pensamento é o individualismo, cujo traço fundamental consiste na idéa de que o homem é em si um todo indiviso e completo e a unica verdadeira realidade na sociedade; a idéa de que a razão humana é a fonte do conhecimento certo e absoluto, a consciencia a origem da moral imperativa, — a liberdade, portanto, a formula da existencia social. D'este modo de ver as cousas nasce aquillo a que podemos chamar o orgulho transcendente, — que os antigos stoicos dis-

seram Carácter, quando pela primeira vez essa forma de pensamento appareceu systematisada em doutrina.

Se na mocidade, ¹ ao ver terminada a iniciação dolorosa que as suas poesias nos contam, Herculanio, ainda impellido por generosas illusões, ainda incerto do destino fatal do seu genio, entrou na batalha da vida como soldado, esperando chegar a ver realisadas as normas esboçadas em seu espirito, esse entusiasmo caía depressa; e já no ardor com que escreveu a *Voç do Propheta*, para condemnar a democracia, anti-liberal em seu conceito, se vê sob uma forma artificial, sob um falso estylo prophético á Lammenais, desenhar fugitivamente a futura condemnação dos partidos todos. O momento de se convencer das razões de uma tal sentença chegou em 1851, quando fugiu corrido de vergonha e tédio perante uma corrupção que se lhe figurava excepcional e unica. Passou á condição de *caturra* para os homens praticos, de orgulhoso para os simples, — de um symbolico protesto contra a portugueza decadencia, e contra o universal abatimento da Europa, utilitaria e imperialista, para os que, de fóra do mundo, como criticos, observam e classificam os phenomenos. É n'este momento que as cousas levam o genio de Herculanio, fadado a ser um protesto, a definir-se na sua pureza; e é por isso que ao extinguirem-se-lhe as illusões politicas, principia a ser um typo característico da nossa vida contemporanea. Póde dizer-se que, ao morrer para o mundo, nasce para a historia. O lugar que lhe compete, na galeria dos nossos modernos homens, é este. Embora já antes o seu nome tivesse andado nos programmas e polemicas, a sua individualidade não se destacava ainda senão pelo valor adicional da conquistada reputação litteraria.

II

O racionalismo kantista foi o molde onde se vasaram em systema as tendencias naturaes do espirito de Herculanio, — um D. João de Castro da burguezia e do seculo xix. O antigo stoicismo portuguez era catholico e monarchico; o stoico de agora foi romantico e individualista, — exprimindo a reacção, geral na Europa, contra a religião dos jesuitas e contra a doutrina da Razão-d'Estado, que

¹ H. nasceu em Lisboa a 18 de março de 1816 e morreu em Val de Lobos (Santarém) a 13 de setembro de 1877.

depois de ter feito as monarchias absolutas, fizera a Convenção e Napoleão.

O kantismo como philosophia, o individualismo como politica, o livre-cambio como economia, — eis ali as tres phazes da doutrina que, por ser um philosopho, Herculano media em todo o seu alcance.

«Eu, meu caro democrata e republicano, nunca fui muito para as idéas que mais voga tem hoje entre os moços e que *provavelmente virão a predominar* por algum tempo no seculo xx, predomínio que as não tornará nem piores, nem melhores do que são. A liberdade humana sei o que é: uma verdade da consciencia, como Deus. Por ella chego facilmente do direito absoluto; por ella sei apreciar as instituições sociais. Sei que a esphera dos meus actos livres só tem por limites naturaes a esphera dos actos livres dos outros e por limites factícios restricções a que me convém submeter-me para a sociedade existir, e para eu achar n'ella a garantia do exercicio das minhas outras liberdades. Todas as instituições que não respeitarem estas idéas serão pelo menos viciosas. Absolutamente fallando, o complexo das questões sociais e politicas contém-se na questão da liberdade individual. Por mais remotas que pareçam, lá vão filiar-se. Mantenho-me esta, que pouco me incomoda que ourem se assente a'um throno, n'uma poltrona ou n'uma tripeça. Que as leis se afirmem pelos principios eternos do bom e do justo, e não perguntarei se estão accordes ou não com a vontade de maiorias ignoras.» (Extr. da corresp. com o A. carta de 10 de dez. de 1870.)

Herculano foi o legítimo discipulo de Mousinho, a quem tanto admirava. Mas varias causas concorriam em seu espirito para temperar ou desviar das suas logicas conclusões a pura doutrina individualista. O saber é uma d'essas, mas a principal é o seu temperamento stoico. Para Herculano, em geral para o stoicismo, uma doutrina não é um producto da intelligencia pura, que pôde ser ou não amado e *virido*. O stoico *vive* com o que pensa; o seu pensamento está no seu coração: é a carne da sua carne, o sangue do seu sangue; é uma fé, não é apenas uma opinião. Eminentemente forte, é por isso mesmo positivo e pratico. As doutrinas são para elle realidades, não são abstracções; e nada valem quando nada representem na esphera da consciencia e da moral, quando nada valham na do direito e da economia. Por isso as extremas conclusões do individualismo, irreaisíveis, praticamente absurdas, immorales até, repugnantes para o proprio instincto, contradictadas pelo saber mais mesquinho; essas conclusões, delicia de espiritos seccos, de philosophos abstrusos, de ingenuos igno-

rantes, — não podia Herculano, sabio e stoico, abraçal-as. Parava, pois, affim de conciliar a sua opinião com o seu sentimento; e se em resultado saíam inconsequencias, ellas não fazem senão demonstrar a verdadeira nobreza da sua alma e a temperatura rija da sua intelligencia.

Lado algum das suas idéas mostra isso mais do que o economico. Tão livre-cambista como individualista: ou ainda mais porque o socialismo, cujo crescer sentia e temia, vendo ali um positivo e declarado inimigo e o vivo problema do futuro; ou ainda mais, dizemos, porque não parava, nem limitava as conclusões ultimas, Herculano era radical no *freetrade*, pois firmemente acreditava n'elle como n'uma panacéa. Stoico sempre, a doutrina da concorrência apparecia-lhe principalmente por um lado, — secundario para os economicistas. O livre-cambio, proclamado como a melhor receita para crear a riqueza, era para Herculano sobretudo a melhor forma de a distribuir. Queria que as leis pulverisassem o solo, no qual não reconhecia outro valor senão o que o trabalho consolidara n'elle; e esperava que a concorrência, desembaraçada de todas as peias, creasse uma sociedade prouidioniana, em que todos fossem capitalistas e proprietarios. Como stoico, era um socialista; mas o seu socialismo realisar-se-hia pela liberdade, pela concorrência. E quando se lhe contavam os casos repetidos, actuaes, do sem numero de monopolios de facto, nascidos, não das leis, mas sim da guerra natural economica, — elle parava scismava e não respondia.

Via-se que lá dentro lutavam a doutrina e a lucidez; e sem se convencer, sem mudar, apparecia o moralista investindo os vencedores d'essa luta d'onde elle esperava a justiça, e d'onde apenas saía o dolo. Ninguém o excedia então; e ao ouvi-lo, dir-se-hia algum fugido de Paris, dos tempos da Communa, — porque nos referimos agora aos seus ultimos annos, ás vespéras da sua morte, quando a agiotagem livre de Lisboa e Porto provocou uma crise bancaria. Quiz então (1877) o governo cohibir a liberdade de emissão, mas não o pôde:

«Do folheto do meu amigo ¹ o que infiro é que esses banquistas d'ahi são uma alcaideia de trantes e bulhões e que o governo quer o monopólio da cousa para uns amigos seus de Lisboa que vam tratando da vida, mas com quem o governo se acha nos apertos trazidos por despezas tantas vezes, posto que nem sempre, irrellectadas e insensatas. As façanhas e cavallarias dos banqueiros do Porto resultam claramente do seu folheto: as do governo

¹ A resgan. do banco de Port.

são inferências que d'elle tira a minha damnada má fé.—O governo que faça a sua obrigação; que tenha bem azeitados os gonços e fechaduras das cellulas e bem safas as escotilhas dos navios da carreira d'África. Por indulgência com a imbecillidade humana (sejam indulgentes) quando a tratantada fosse de algum banco, bastaria dissolver e filiar a direcção.» *Ibid.* c. de fev. de 77).

Pobre governo que caiu! Pobre Estado, sem força para bater-se com os novíssimos Senhores creados pela liberdade que o philosopho pregava! Porque, até perante um claro exemplo das consequências da concorrência, como que ferido por um remorso, por uma vaga duvida, Herculano insiste, defende a sua opinião arraigada:

«Preto velho não aprende lingua. A questão unica de doutrina que me parece haver em toda essa embrulhada de a emissão de notas: se hade ser livre, se restricta, se monopolizada. Liberdadei empedernido no peccado, adopto a primeira solução em toda a sua amplitude. O meu amigo vae para o monopolio: tambem isso é natural. O socialista vê no individuo a cousa da sociedade: o liberal vê na sociedade a cousa do individuo. *Fim* para o socialista, ella não é para o liberal senão um meio; criação do individuo que a precedei, que lhe estampou o seu selo; porque, faça ella o que fizer, nunca poderá manifestar a sua existencia e a sua acção senão por actos individuaes, unidos ou separados. O colectivo n'essas manifestações não passa de uma concepção subjectiva; não existe no mundo real.» *Ibid.*

Mas, se essa liberdade, expressa na concorrência economica,—e na franca emissão de notas, no caso especial tomado para exemplo; mas se essa liberdade conduz a tales resultados, sendo em si excellente, força é que haja um vicio no mecanismo das instituições. E ha, ha sem duvida, diz Herculano,—é o anonymato.

«Na essencia, a *banknote* é a expressão do credito que o individuo attribue a si. Que se reúnem 7,70 ou 700 individuos para sommarem essas avaliações; que se chamem banco e que, exprimam collectivamente o total, isso não muda a essencia da cousa. Supprimia todas as responsabilidades limitadas. A responsabilidade é de sua natureza illimitada até onde chegam os recursos e a pessoa do responsavel. *Non habet in posse, dicat in corpore*, é maxima que se não devia desprezar n'esta questão do abuso do credito. Note que eu desejaria supprimidas todas as responsabilidades limitadas, tacitas ou expressas, manifestas ou disfarçadas.» *Ibid.*

Nós vimos antes como o espirito do erudito historiador corrigia em certo ponto a doutrina individualista; vemos aqui o jurista a corrigir o livre-

cambio; vamos vêr o canonista a corrigir para a direita o ultramontanismo, para a esquerda o ateismo. A educação do homem temperava os princípios do philosopho; e essas correcções eram-lhe indispensaveis para que os seus pensamentos se mantivessem de accordo com os seus rectos instinctos, com as suas bellas aspirações,—eram-lhe indispensaveis, porque o stoico não admittia divergencia entre a intelligencia e a moral, entre o mundo das idéas e o das realidades.

Com fundado motivo dizia Herculano que perante os princípios,—liberal e socialista, ou individualista e collectivista,—era indifferente a questão das formas do governo: «pouco me incomoda que outrem se sente n'um throno, n'uma poltrona ou n'uma tripeça.» Mas essa questão da republica ou monarchia, é para elle um problema não só historico, mas tambem religioso:

«São na essencia o mesmo o calvinismo e o puritanismo, e o puritanismo penetrou tão profundamente na vida moral dos suíços, como o puritanismo nas antigas colonias inglezas emancipadas. Mas o calvinismo e o puritanismo que são senão a democracia republicana na sociedade espirital? A vida politica das duas sociedades foi, digamos assim, uma prolação da sua vida moral. Quando as instituições e as idéas politicas de um povo derivam das suas crenças e instituições religiosas, a manutenção tenaz das primeiras nada tem de extraordinario.» *Ibid.* c. de 15 de nov. de 72).

Pondo de parte, pois, a questão da oportunidade no momento de uma crise, a republica não parecia a Herculano adequada «à velha Europa, sobretudo a estas sociedades meio-germanicas na indole e cello-tomanas na raça que estanciam ao occidente... educadas pelo catholicismo que, na pureza da sua indole é o typo da monarchia representativa.» *Ibid.*

A tradição religiosa,—ou antes aquella tradição religiosa de um catholicismo liberal inventada pelo romantismo,—servia, pois, ao philosopho para temperar o seu individualismo, para o conciliar com um resto de autoridade social consagrada nas prerogativas do throno representativo. De tal modo se combinava o racionalismo com o romantismo, e este traço é o que dá a Herculano, ou antes a sua doutrina, um caracter de individualidade original, depois do ensino apenas racionalista de Mouzinho da Silveira.

Tambem, contudo, entrava, ao lado da educação, o temperamento para acabar de afeioar a phisionomia religiosa de Herculano. O mecanismo do frio Deus kantista não bastava à sua indole peninsular. A imaginação pedia-lhe a antiga historia tradicional; o sentimento reclamava o quer que é

de affectuoso e meigo, — a doce caridade catholica; e o bom senso exigia o culto e pompa que impressionam as massas. O protestantismo, alvo das suas acerbas satyras, não satisfazia a sua alma, nem as suas exigencias de canoista. Nada propenso ao mysticismo, e até rebelde a comprehendê-lo fora da caridade pratica, não via na religião mais do que uma Egreja, — instituição e disciplina. Roma e a politica ultramontana: n'isto se resumia para elle a historia do catholicismo, a partir de certo concilio em que pela primeira vez se infringiram os canones. Por este lado, o seu pensamento, aliás tão grave, aproxima-se mais do espirito superficial e em demasia negativo do seculo XVIII, do que do placido e comprehensivo espirito do seculo em que vivemos. Fazendo da questão religiosa uma questão de datas e leis, marcava a era em que a Egreja começava a mentir ao seu papel, e aos que lhe falavam em nome do Espirito, respondia com a Historia: a morte veio achal-o occupado na empreza-van de converter um rapaz mystico e catholico. Tinha odios ao Papado e a paixão do sectario, quando se erguia contra os desvarios dos seus contemporaneos, cegava-o até ao ponto de desconhecer o passado e de applicar as formulas da nossa era a todas as edades. Assim, para elle, a solução da questão religiosa estava no regresso ao puro espirito do Catholicismo *representativo*, religião que concebia como canonista e não como philosopho. Punha Döllinger muito acima de Luther; Hegel, Feuerbach ou Strauss mereciam-lhe apenas um sorriso desdenhoso.

Esta maneira, evidentemente incompleta, de comprehender a religião levava-o a considerá-la, por um lado, como cousa puramente individual: e n'este sentido apoiava a celebre formula «Igreja livre no Estado livre»: em quanto por outro, olhando-a como instituição positiva, a julgava simples materia administrativa. O publicista liberal assustado pela força da Reação, — cujo verdadeiro character não percebia, — erguia-se, pois, para debellar com leis o que só a pregação moral pôde encaminhar e dirigir, jámais vencer: a irresistivel tendencia do espirito colectivo para afirmar religiosamente a sua unidade.

A Liberdade, supposto principio que para elle resumia a essencia de um espirito racional e absolutamente consciente, era afinal o seu verdadeiro e intimo deus. E' essa a religião do stoico; e o deus da *Harpa do Crente* é um ser eminentemente livre que por um acto de vontade absoluta criou tudo o que existe: o deus do stoico é a divinização do stoicismo. E como todos sabem por quanto esta antiga philosophia entrou na formação do christianismo, é desnecessario mostrar desenvolvimente

como e até que ponto Deus era para Hercules o deus christão.

III

Obras de tres naturezas diversas nos revelam pelo estylo tres physionomias distinctas. A primeira, official e grave, são os seus trabalhos historicos, onde o periodo redondo e classico, mas sem affectação quinhentista, se desenvolve alimentado pelos caldos de Vieira que nos recitava, a nós os moços, para educar a mão. A segunda são os seus romances e escriptos humorísticos, onde mal ataviado, o periodo jesuitico ás vezes combinado com formas e *lours* estrangeirados, transparece sempre o *gout du terroir*, o cunho de portuguezismo duro e pesado, mais aggressivo do que de comedia. Na terceira, finalmente, em nossa opinião a mais bella: nos escriptos de polemista, a phrase rotunda é quente, a aggressão é viva, as palavras têm calor e a dureza do genio lusitano acha nos sentimentos expressos em orações duras, uma convicção, uma independencia que a ennobrecem. Ouve-se a voz do stoico, e ha uma harmonia perfeita entre o pensamento profundo, grave e forte, e o estylo redondo sobrio e nobre. A rhetorica classica é o molde proprio do classico pensamento stoico. Mas entre estas obras ha uma, unica, (*Carta á Academia das Sciencias*) onde o homem intimo, sensivel, caridoso e simples, esse homem que nós esboçamos fugitivamente, porque a vida, a educação, o temperamento, de mãos dadas concorriam para o subalternisar ao homem stoico; ha uma, dizemos, em que as palavras não fallam apenas, choram e voçiferam, têm lagrimas e imprecações e ironias. Ferido no vivo coração da sua existencia, o homem poe no papel o melhor do seu sangue. O que o genio do artista obtem com intuição, consegue-o poeta com emoção. A *Carta á Academia* é tão bella como as melhores das poesias intimas de Hercules.

Para elle que, como lusitano, nada tinha de artista, (prova, os seus romances) a litteratura era uma missão e não um dilettantismo. O universo, a historia, a sociedade, não se lhe apresentavam como assumpto de estudos subtile e curiosos, de observações finas ou profundas, de quadros brilhantes, vivos ou commoventes; mas como objecto de affirmações ou negações inspiradas pela convicção stoica. Nos seus livros pode seguir-se ao mesmo tempo o desenvolvimento do seu pensamento e a historia da sua consciencia. São o retrato da alma do author, ora apaixonada, ora me-

fanática; quasi sempre triste raras vezes contente, mas sempre convicta, enérgica e franca.

As *Poesias* e o *Eurico* revelam-nos o crente na providente liberdade de um poderoso e justo Deus; a alma rijamente temperada contra o funesto acaso; o coração aberto ás emoções da natureza que se lhe manifestam com o caracter de uma fatalidade cruel e de um cego desabrimento. Deus, a Natureza, o Homem, são, n'essas obras, personagens de uma tragedia bíblica, com a tempestade rouca por musicas e por fundos de scena vulcões de opacas nuvens cobrindo o azul do céu.

Vem depois as obras polemicas, vasta e riquíssima collecção (reunida nos *Opusculos* I-IV e segg. em via de publ.) que patenteia a omnimoda actividade do pensamento de Herculano, e lhe dá o caracter de um philosopho, cujo pensamento, em vez de se manifestar em tratados, se exprime em controversias. Profissionalmente, era historiador. A *História de Portugal* e os trabalhos que com ella formam o corpo dos estudos do erudito são a obra mais importante do escriptor e o solido fundamento do seu immorredouro nome na historia litteraria portugueza. Reunindo a um vasto e farto saber geral a paciencia do erudito e o escrupulo do critico, esses trabalhos não respiram a pedante seccura do especialismo; e se não constituem nem podem constituir uma historia nacional, fizeram com que os problemas das origens sociaes e politicas da nação portugueza fossem por uma vez resolvidos. A historiographia peninsular tem em Herculano o seu mais illustre nome: um nome que se conservará ao lado do de Guizot, de quem tinha os golpes de vista comprehensivos; e do de Thierry, a quem acompanhava na faculdade de representar vivas, nos seus habitos, costumes e leis (senão em sua alma, como um Michelet) as passadas gerações, — avantejando-se a ambos na coragem com que arcou com o trabalho improprio de colligir, coordenar, traduzir, interpretar os monumentos historicos de um povo que não tivera benedictinos eruditos. Robinson de nova especie, Herculano achou-se como n'um paiz deserto e teve de descobrir os materiais antes que podesse pôr mãos á obra.

Prodigo de trabalho, de saber, de paciencia, de talento, a *História de Portugal* é um monumento; entretanto, — devemos dizelo, se quizermos ser inteiramente justos, — mais de uma coisa lhe falta, para poder ser considerada um typo, e o seu author um grande historiador, como um Ranke. Falta-lhe ar na contextura sobrecarregada de eruditas discussões; falta-lhe, sobretudo, aquella alta e serena imparcialidade, aquella ponto-de-vista rigorosamente objectivo, aquella benção critica, impassível perante as escolas, os systemas, os par-

tidos; e sem a qual a historia deixa de o ser. Herculano peccava, com toda a escola romantica, Guizot á frente, porque a opinião e a politica de mãos dadas o levavam a fazer da historia da Edade-média uma apologia do systema representativo. Como Guizot, também stoico, o stoico Herculano era demasiado convicto e apaixonado para poder prescindir de si, das suas crenças, das suas opiniões. Levava, pois, para o estudo do passado as preocupações do presente, — porque essas preocupações eram a essencia da sua vida moral. O romantico de 50, o ardente liberal, o soldado da CARTA, enfatuado com as suas theorias constitucionaes e municipalistas, tinha de condemnar *in limine* a centralisação monarchica dos seculos XVI e XVII — consequencia indiscutivelmente necessaria, consequencia europeia da Edade-média e preparação dos tempos modernos.

Além d'isto, ha uma falta de nexo na *História de Portugal*, resultado do modo como primeiro foi concebida. «Eu comecei por imaginar apenas uma historia do povo e das suas instituições, alguma coisa no genero da *Histoire du tiers état*, de Thierry, mas mais desenvolvida, — dizia-nos Herculano; — mas tendo colligido materiais para a primeira epocha, vi que possuia n'elles tudo o que era necessario para a historia politica: d'ahi veio a resolução de escrever uma *História de Portugal*.» E' por isso que as duas faces do livro se não ligam; é por isso que os factos e os homens nos apparecem como um appendice, subalterno, indifferente, dando a impressão de que se tivessem sido outros e diversos, nem por isso a vida anonyma da sociedade poderia ter seguido rumo differente. E se nem a acção dos elementos voluntario-individuaes e dos fortuitos, sobre os elementos sociaes, nem a inversa, nos apparecem, tirando assim á historia o seu caracter eminente de realidade; juxtapondo artificialmente a uma chronica, veridica, desinçada dos erros e das invenções fradescas, uma dissertação erudita sobre o desenvolvimento das instituições: também a apreciação dos elementos mores, — crenças individuaes, phenomenos de psychologia collectiva, — é feita á luz de doutrinas quasi voltairianas; e no avaliar das lendas religiosas, da acção do clero, o historiador prescinde de profundar os motivos moraes, ou cede a palavra ao sectario que nos bispos e em Roma não vê outra coisa mais do que sacerdotes da astucia e uma Babilonia de perversão.

Tal foi a *História de Portugal* que o romantismo concebeu; e se nos demoramos tanto sobre ella, foi porque vimos ali um symptoma caracteristico para apreciar o valor d'essa forma de liberdade que teve em Herculano o seu derradeiro

illustre sectario. Para o romantismo, a renovação social era uma volta a tradições scindidas pela monarchia absoluta; já o dissemos, e não é portanto necessário repeti-lo. E essas tradições que deviam — oh, singular confusão da intelligência! — ser o alicerce de uma liberdade racionalista, inspiravam a Garrett o *Fr. Luis de Souza*, elegia mystica; e a Herculano um fragmento de *História* para uso dos sábios, apenas popular por ter sido mais um ataque ao catholicismo tradicional portuguez.

IV

O clero pagou com guerra o odio que o historiador lhe dispensava nos seus livros aggressivos. Conjuraram-se os padres, e Portugal assistiu a mais um protesto do espirito antigo, inconvertível, impenitente. Em vez de congregar o povo no cunhambo de um pensamento nacional, a *História* saía como uma arma de combate. As tradições vivas, possíveis, eram todas fanceitáveis, como o leitor já sabe. As guerrilhas do Minho em 46 foram trucidadas em Braga; mas o enraizado espirito catholico não se podia vencer nem com armas, nem com livros: só acabaria com os caminhos-de-ferro, com as pontes e estradas, com a Regeneração utilitaria, materialista e pratica.

O condemnado stoico, vendo-se isolado, vendo no pulpito o padre excommungando-o, no governo «o bom homem que, nas horas vagas de certas funcções elevadas, espalceia os tedios da vida revolvendo com o bico da bota a velha corbá de D. João I n'uma celha de lodo que viera do Tibre;» Herculano, clamando sem ser ouvido, a *Sé-da-Bandeira*: «Acorda, moderno Bayard, que te matam!» (*A reacção ultramontana*, 1857) abdicou e homisrou-se, levando para a sua thebaida a crença na fatal ruína. Os antigos não se convertiam, os novos entregavam-se de corpo e alma á Regeneração: elle, só, chorava as desgraças da patria, que saía da sacristia para entrar na tavolagem, trocando a egreja pela bolsa, e os bentinhos e os rosarios pelos arrebitos de peralvilhos e pelas tabuadas de financeiros; o Breviario pelos Melhoramentos. — E o Evangelho? oh, gente perdida! E a justiça? e a moral? e a liberdade? e a poesia? A turba não podia mais ouvir-o: com a liberdade fôra-se a religião; com o romantismo salvador, a perdida nação jesuita! Velhos e novos, de mãos dadas, adoravam o deus novo — Regeneração! cujo sacerdote era Rodrigo, Fontes o diacono, e Saldanha o idolo bem fardado.

Herculano abdicou, pois. Durante o periodo que medeiu entre a sua abdicção e a sua morte, o espirito europeu, abandonando a vereda romantica de um subjectivismo que desde 89 assolava o mundo com revoltas; restauradas as sociedades latinas pelo utilitarismo imperialista que as enriqueceu outra vez; o espirito europeu, dizemos, retemperou-se na antiga e viva tradição naturalista, constituindo um corpo inteiro de novos conhecimentos, transformando os methodos das sciencias, esboçando philosophias novas. O antigo stoico, o kantista de 30, com as suas idéas exclusivas, com o seu racionalismo frio, com o seu methodo subjectivo, com a sua comprehensão formal das cousas, com o seu mecanico deus, com a sua dogmatica liberdade; o antigo ente de razão que via o homem fora do mundo e da evolução, como um divino milagre; esse homem, solitario em Val-de-Lobos, adorado por quantos o conheciam, estudado como um monumento da história por muitos dos que o tratavam, não podia mais dirigir a educação dos homens novos.

Nem o vivo e intimo conhecimento da natureza organica, obtido pela sciencia; nem o sentimento ideal do Universo, profundado pelas philosophias allemans; (pontos-de-vista até agora oppositos, mas que o tempo approxima todos os dias e virá a combinar afinal, nenhuma das acquisições fecundas do espirito humano nos ultimos quarenta annos, poderam destruir no pensamento de Herculano o granítico systema das suas idéas. O maravilhoso corpo de sciencias philologicas, que a Allemanha construiu e que são como que a embryogenia das sociedades e suas idéas politicas, juridicas e religiosas, revelando uma biologia social tão positiva e verdadeira como a zoologica; mostrando-nos a sociedade como realmente é, — um organismo vivo; esse mundo novo do saber que destruiu o individualismo e apejava do seu throno a Liberdade, não só era desconhecido para o solitario stoico: era objecto das suas melancolicas ironias; eram os desvios das symbolicas, das estheticas, das syntheticas, das dogmaticas, das heroiicas, das harmonicas, etc.» (Corr. com o a. carta de 1869) em que «lhe faria pena vêr perdido qualquer escriptor moço.

E quando, elle que virá impenitente o velho Portugal, abandonados ao lodo utilitario os seus coevos, via a mocidade mediocremente respeitosa por essa religião do Indivíduo, que era a sua; quando via as tendencias centralistas e socialistas, — confessas ou inconscientes, — dominarem nos governos e opposições, nos partidos conservadores e nos revolucionarios, — chorava, outro Isais, sobre as ruínas do templo abatido, sem reconhecer

que as pedras d'esse derrubado edificio já começavam a formar um novo monumento.

«Meu amigo; provavelmente não tardará muito que eu vá dar um passeio ao outro mundo sem tenção de voltar. Passado um século, é muito possível que o liberalismo tenha desaparecido. As gerações precisam ás vezes retemperar-se nas luctas da anarchia ou nas dores da servidão; concentram-se para a explosão calcada sob o pé ferreo da força brutal. Deixe-me levar, para me entreter a ruminal-a pelo caminho, a convicção de que, entalada entre duas betas negras, — a tyrannia em nome do céu é a tyrannia em nome do algarismo, — surgirá como um foco de luz, nas paginas da historia, a epocha em que se proclamavam os direitos individuaes absolutos e imprescriptiveis, embora as paixões humanas nem sempre os respeitassem.» (*Ibid.* carta de fev. de 77)

Mezes depois morria; mas esse foco de luz não se extinguiu, porque entre os varios symptomas da vida organica de uma sociedade está o respeito e a admiração pelos seus grandes homens. Esse foco de luz não se extinguiu tambem, — ainda hoje o dos stoicos da Antiguidade nos allumia! — porque os direitos individuaes são imprescriptiveis funcções do organismo social, embora não sejam a expressão summaria da sociedade; porque as duas betas negras, se tem essa cor quando o desvaireamento dos homens ou a fatalidade das cousas dão lugar á tyrannia — tem realmente cor diversa, uma cor

viva! São a propria vida do organismo collectivo, destruido sempre que deixar de ter uma unidade moral e economica, uma autoridade positiva, eminente, real, e poderosa. Assim é nos centros nervosos do animal que, recebendo as impressões externas as unificam, as synthetisam, e d'ahi imprimem a acção e a vontade e o pensamento ao homem, que é tambem, — dizem-no os naturalistas, — uma sociedade de individuos, uma federação de órgãos.

No declinar da vida, teria fraquejado a convicção do stoico? Batido por tantas, tão variadas tendencias: umas que sectariamente odiava, outras que justamente condemnava, outras finalmente que instinctivamente respeitava a sua nobre e bondosa alma; contrariado pelo passado catholico, pelo presente regenerador, e por um futuro que reconhecia conquistado para o socialismo, — não hesitaria? Quem sabe? Não houve algem que em palavras espontaneas, irreflectidas, lhe descortinasse, ou um symptoma de intima duvida, ou um vislumbre de conversão? Talvez houvesse. Como porém morreu sem se confessar, a pedra do tumulo guarda esse segredo. Antes de expirar disse apenas: «Isto dá vontade de morrer!» Traduza cada qual o enigma, ao sabor da sua opinião.

Oliveira Martins.



NOTA

SOBRE A PROVENIENCIA DOS RETRATOS

Procurar retratos para uma publicação como o *Plutarcho Portuguez* não é empresa facil, quando se queira attender sobretudo á authenticidade, como é indispensavel. Os pintores de retratos foram raros entre nós, e os poucos gravadores que tivemos não se distinguem, salvo rarissimas excepções (officina do *Arco do Cego*), pela finura do buril. As causas d'esta extraordinaria pobreza de bons retratos nacionaes, em pedra, em taboa, em tela, em chapa, etc., são complexas, e não podem ser aqui analysadas. Alguns flamengos, residentes na peninsula no seculo xvii, e alguns francezes no seculo immediato, deixaram-nos os melhores retratos de varões portuguezes, que possuimos. As obras do seculo xvi offerecem pequena colheita, e os codices do mesmo seculo, e ainda os anteriores do seculo xv, estão no mesmo caso. Contudo, ainda hoje seria possivel, com o auxilio das collecções estrangeiras, coordenar uma *Iconographia portugueza*, soffrivel e authentica para emparelhar com a hespanhola de Carderera. Eis as fontes a que se recorreu para este primeiro volume do *Plutarcho Portuguez*:

- Fasciculo I.—INFANTE D. HENRIQUE. Da vida do mesmo principe pelo inglez Major; 1.^a fonte: Chronica de Azurara, codice do seculo xv.
- Fasciculo II.—VASCO DA GAMA. Pintura em taboa do principio do seculo xvi, attribuida a Cornelius de Lyon; na Academia de Lisboa.
- Fasciculo III.—CANGÊS. Gravura em cobre de A. Paulus, artista provavelmente flamengo do fim do seculo xvi e principio do seculo xvii. Vid. a nossa introdução ao *Album da Exposição Camoëana*, onde foi fixada, pela primeira vez, a personalidade d'este artista: 1.^a fonte, uma pintura coeva pertencente a Manoel Correia, amigo de Camões.
- Fasciculo IV.—DAMIÃO DE GÓES. Desenho a carvão, coevo, do celebre Albrecht Dürer, original descoberto por nós em Vienna d'Austria.
- Fasciculo V.—D. JOÃO IV. Gravura em cobre, flamenga, de P. de Iode, cerca de 1640; da nossa collecção.
- Fasciculo VI.—PADRE ANTONIO VIEIRA. Gravura em cobre, franceza, de Debrie, 1745, boa repetição de gravura coeva.
- Fasciculo VII.—MARQUEZ DE POMBAL. Gravura coeva de Carpinetti, 1759, pintura de Paradi; da nossa collecção. (*Arte poetica* de Horacio, trad. Candido Lusitano).
- Fasciculo VIII.—LOIZA TONI. Quadro a oleo, copia fiel de um original de Madame Vigée-Lebrun; da nossa collecção.
- Fasciculo IX.—JOSÉ CORREIA DA SERRA. Gravura em madeira do *Jardim litterario*, repetida do jornal *A Illustração*.
- Fasciculo X.—BOCADE. Gravura portugueza, coeva, de Fontes (*Obras poeticas*).
- Fasciculo XI.—MOLINHO DA SILVEIRA. Gravura portugueza de Souza. (*Revista Contemporanea de Portugal e Brazil*, vol. iv).
- Fasciculo XII.—ALEXANDRE HERCULANO. Photographia do natural. Brinde do jornal *A Actualidade*.



